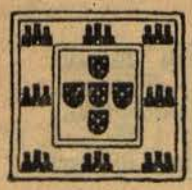
LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



ANTIGA DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redactores fundadores: AFFONSO LOPES VIEIRA; AGOSTINHO DE CAMPOS; ANTÓNIO SARDINHA; ANTÔNIO SÉRGIO; CARLOS MALHEIRO DIAS; FARIA DE VASCONCELLOS; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS; LUCIANO PEREIRA DA SILVA; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES; JOSÉ DE FIGUEIREDO; REYNALDO DOS SANTOS; RICARDO JORGE; VIANNA DA MOTTA

SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA — COSTA DO CASTELO, 45

REYNALDO DOS SANTOS — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND

RUA DE GARRETT, 73 — LISBOA

PROPRIEDADE DA « REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.DA »

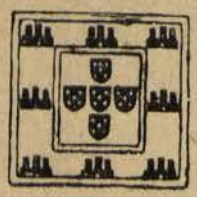
PREÇO DÊSTE FASCICULO ... ... 15$00

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



SUMARIO

FASCÍCULO IX — VOL. III — ABRIL DE 1926

Pág.

A SANTA FAMÍLIA, POR ALBERTO DÜRER, DATADA DE 1509 (NUMA COLECÇÃO PARTICULAR DE BERLIM) COM COMENTÁRIO DE JOSÉ DE FIGUEIREDO (Na portada)

JORDÃO DE FREITAS — *O DESCOBRIMENTO PRE-COLOMBINO DA AMÉRICA AUSTRAL PELOS PORTUGUESES, A FORTALEZA E A FEITORIA DE PERNAMBUCO* 315

A. A. MENDES CORRÊA — *O HOMEM TERCIÁRIO EM PORTUGAL*... 329

A BAIXELA GERMAIN, COM COMENTÁRIO DE JOSÉ DE FIGUEIREDO (Entre as pág. 344 e 345)

LUCIANO PEREIRA DA SILVA — *JOÃO DIAS SOLIS, PILOTO PORTUGUÊS* (Com ilustração) 345

JAIME CORTESÃO — *UMA CRÓNICA PORTUGUESA INCLUIDA NAS DE FROISSART* 367

CARTA DO VICE-REI DA ÍNDIA AO IMPERADOR DO JAPÃO, DATADA DE ABRIL DE 1588, COM COMENTÁRIO DE PEDRO DE AZEVEDO 393

AGOSTINHO DE CAMPOS — *SÔBRE A « DECADÊNCIA » E A « IGNORÂNCIA » DA ESPANHA* 399

LUCIANO PEREIRA DA SILVA — *UM ASTROLÁBIO DO SÉCULO XVII* (Com ilustração) 409

AFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID*.. 417

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS 425

Uriel da Costa: *Une vie humaine.* — S. J. da Silva Rosa: *Geschiedenis der Portugeesche Joden te Amsterdam.* — Carlos Pereyra: *La*

Pág.

Conquête des routes océaniques, d'Henri le Navigateur á Magellan. — *A irradiação de Portugal na América Espanhola.* — Jaime Cortesão: *A tomada e ocupação de Ceuta.* — Edgar Prestage, Camões Professor at London University: *The diplomatic relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668.* — Alberto d'Oliveira: *Memórias da vida diplomática.* — *Poesia, Recitação, Civismo e Idealismo.* — Eça de Queirós: *Correspondência.* — M. Serras Pereira: *A tese escolástica do composto humano.* — Suess: *A face da terra.* — J. A. Ferreira: *Os túmulos de Santa Clara de Vila do Conde.*

MARGINALIA 479

SOMMAIRE 491

LVSITANIA *IS A CREDIT TO THE PORTUGUESE NATION, AND I KNOW OF FEW ANYWHERE THAT EQUAL IT.*

LVSITANIA *HONRA A NAÇÃO PORTUGUESA, E SEI DE POUCAS [REVISTAS] QUE EM QUALQUER PARTE A IGUALEM.*

PROF. S. GRISWOLD MORLEY
DA UNIVERSIDADE DE CALIFÓRNIA

THE EXCELLENT PORTUGUESE REVIEW LVSITANIA .. *WHICH RANKS HIGH FOR ITS LITERARY, ARTISTIC AND SCIENTIFIC INTEREST.*

A EXCELENTE REVISTA PORTUGUESA LVSITANIA... *QUE ALTAMENTE SE CLASSIFICA PELO SEU INTERÊSSE LITERÁRIO, ARTÍSTICO E SCIENTÍFICO.*

« TIMES LITERARY SUPLEMENT »
1926



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

A SANTA FAMILIA, por ALBERTO DÜRER, DATADA DE 1509

(Numa colecção particular de Berlim)

A «SANTA FAMÍLIA»

POR ALBERTO DÜRER, DATADA DE 1509 (EM UMA COLECÇÃO PARTICULAR DE BERLIM)

Se, contra o que supomos, a «Santa Família», de Dürer, que reproduzimos agora, não é absolutamente inédita, o que o é com certeza é a fotografia que dela damos e que é a imagem exacta do que, no quadro, é, de facto, obra do grande mestre de Nüremberg.

Comprada a pintura com a condição de ser entregue o cliché *e tôdas as* provas *que dêste se tinham feito em Lisboa e, portanto, antes do* restauro *daquela, quis o acaso que uma dessas* provas, *esquecida em casa de um antiquário, nos viesse mais tarde parar às mãos. Guardámo-la, é claro, cuidadosamente, como um documento de grande importância, esperando ocasião oportuna para a publicar.*

A origem próxima dêste painel é a mesma do «S. Jerónimo», do Museu de Lisboa, sendo ainda da mesma procedência um outro quadro do mesmo artista: a «Ida para o Calvário» [1], *cujo paradeiro ignoramos e que devia ter excepcional importância, visto ter sido comprado por Carlos Pernes* [2], *antes de 1872, por 2:500$000. Per-*

[1] *Quando se verificam as datas em que se sabe ter estado êste painel na posse da família Almada e se vê que o quadro, representando o mesmo assunto e que foi adquirido por Sir Frederic Cook, em 1871, esteve em poder da família Saldanha de Castro, pelo menos de 1632 até àquele ano, tem que se concluir: 1.º — que nada tem um com o outro; 2.º — que, embora isso custe a crer, Raczinski, que viu esta última pintura, parece ter aceitado como representando a batalha de Pavia o que era a representação, dramatizada, de um dos passos da Paixão!*

[2] *Dizem-nos que, na família Pernes, não houve ninguém, nesta época, com o nome de Carlos. Ora, como a fonte de onde tirámos estas notas diz que o quadro «parece que foi para Inglaterra», é possível que tenha havido confusão no nome e o comprador fôsse inglês.*

tenciam todos ao primeiro conde de Carvalhais, D. José Joaquim Lôbo da Silveira e Almada, último representante directo dos Almadas da Casa da Índia, e antes do levantamento do sequestro feito aos bens dêste titular, em seguida à derrota dos miguelistas, estavam, com outro «S. Jerónimo», de Dürer, que infelizmente se extraviou, no Palácio da família, em Lisboa, ao Conde-Barão.

Daí passaram, depois disso, para a quinta da Mapartilha, em Azeitão, guarnecendo ali a capela da modesta residência onde o conde se refugiara após o triunfo dos liberais.

Falecido o conde em 1878, o herdeiro dos bens que D. José tinha em Azeitão, Alberto James Gomes de Oliveira, vendeu, dois anos depois, em 1880, à Academia Real de Belas Artes, de Lisboa, por 1.500$000, o «S. Jerónimo», que hoje está no Museu Nacional de Arte Antiga, cedendo mais tarde, ao marquês da Foz, a «Santa Família». Foi pouco depois disso, no comêço de 1910, que nós vimos pela primeira vez esta pintura, na oficina do Prof. Luciano Freire, onde ela fôra para ser completada, o que Luciano Freire se recusou a fazer, limitando-se a fixá-la; sabendo então das tentativas de um antiquário estrangeiro para a adquirir, obtivemos do Marquês da Foz a sua proposta de venda à Academia. Esta, dispondo, porém, de pouco dinheiro, e achando excessivo o preço pedido (5:000$000), não fêz a aquisição.

O quadro foi, como mais tarde se veio a saber, vendido a um antiquário alemão, que o mandou para Munich, a-fim-de ser completado, e dali passou para a casa de um banqueiro de Berlim, que o guarda, e com justo motivo, como uma das melhores cousas da sua colecção.

Se a origem próxima desta pintura está assim fixada, a sua procedência remota não é difícil de presumir.

O «S. Jerónimo» do Museu de Lisboa, uma das obras mais belas do mestre e para que ele fêz, além doutros, os quatro célebres dese-

nhos da Albertina, de Viena, sabe-se, pela própria pena de Dürer, que o escreveu no «Diário» da sua viagem aos Países-Baixos, que foi oferecido por êste a Rodrigo Fernandes, em 1521, em Anvers, data e lugar em que Dürer o pintou, quando aquele estava ali na feitoria de Portugal. Nesse «Diário», em que Dürer nos conta, nos seus mínimos pormenores, a sua estada nos Países-Baixos, relatando tôdas as dádivas e vendas feitas aos «portugueses» da feitoria, nada consta dêste quadro, nem da «Ida para o Calvário», nem do «S. Jerónimo» desaparecido; mas, dadas as relações de amizade em que Dürer então ficou com Rodrigo Fernandes, é naturalíssimo que êste adquirisse posteriormente, por oferta ou compra, essa obra de arte que é tradição — e tradição muito verosímil — ter sido trazida para Lisboa pelo embaixador de D. João III, em França, Rodrigo Fernandes de Almada.

A importância que, sob o ponto de vista artístico, teve, em especial para nós, a feitoria de Flandres, estudada pela primeira vez em Portugal sob êsse aspecto pelo grande mestre que é Joaquim de Vasconcelos e de que depois o grande erudito Anselmo Braamcamp Freire se ocupou largamente sob o ponto de vista histórico, foi ùltimamente avultada pelos trabalhos, quási exaustivos, de Veth e Muller.

Após a publicação dêsses estudos, não pode já haver dúvida que Rodrigo Fernandes, escrivão da Feitoria em 1520, a quando da chegada de Dürer a Anvers, era já ali, em 1521, feitor, com João Brandão e Francisco Pessoa, habitando também já de-certo então o magnífico Palácio de Jan van Immersiele, que, entretanto, só comprou em 1528, a 8 de Janeiro, e que ocupou até depois de 1550. E assim deve ser êle, portanto, a meu ver, o mesmo Rui Fernandes de Almada que foi embaixador, em França, de 1537 a 1538, e provàvelmente ainda o mesmo que, com o nome de Rui Fernandes, nos aparece a exercer idêntico cargo em Bruxelas, em 1517 (Visconde de Santarém: «Quadro Elementar»), pois, em Anvers, Rodrigo Fernandes é designado ora como Rui

Fernandes, ora como Rodrigo de Almada, ou como Rui Fernandes de Almada ou Rodrigo Fernandes de Almada.

¿ Quando trouxe êste nosso diplomata para Portugal essa e outras obras de arte que ia, paciente e carinhosamente, acumulando no seu palácio da Lange Nuwiestraat ? Não podemos dizê-lo. O soberbo portão e belíssima arcaria do pátio, que é o que ùnicamente resta do antigo palácio quinhentista dos Almadas em Lisboa, dizem-nos, contudo, pelo seu estilo e factura, que, cêrca de 1540, já essa construção devia estar terminada e podia portanto dar guarida condigna a essas e às outras preciosidades que a família devia possuir aqui.

A « Santa Família » que reproduzimos e que está assinada, em baixo, à esquerda, com o monograma do artista e a seguinte legenda: Albertus Dürer Norenbergensis Faciebat Post Virginis Partum, 1509, *é a única pintura definitiva, a óleo, que nos resta dêsse ano, visto ter ardido o painel central*[1] *do retábulo encomendado por Jacob Heller para o altar de S. Tomás da Igreja dos Dominicanos, de Francfort Sur-le-Mein, e as portas não serem obra sua. Pela cópia dêsse painel, existente no museu dessa cidade, e que é de Jobst Harrich, parece-nos que o modêlo da Virgem devia ter sido o mesmo que serviu para a « Santa Família », sendo, num e noutro, a Virgem representada de três quartos*

[1] *Dürer, de quem Ephrussi reproduziu dezassete desenhos feitos todos para êste painel, deve, com o seu habitual escrúpulo e probidade, ter feito também certamente estudos para a « Santa Família », que espero os seus críticos acabarão um dia por trazer a público.*

A legenda do retábulo de Francfort difere apenas da inscrita na « Santa Família », em Dürer dizer, naquela, alemanus, *em vez de* Norenbergensis, *como se lê nesta. No resto, são ambas as legendas exactamente iguais.*

voltada para a esquerda, diferentemente da Virgem do Iris, de 1508, que é também vista de três quartos, mas voltada para a direita.

Se o tipo do menino da «Santa Família» é brutal e comum, como o da maior parte dos meninos de Dürer, e a cabeça de S. José não tem o desenho admirável que há de marcar sobretudo as suas cabeças de velho alguns anos mais tarde, e de que o museu de Lisboa, no «S. Jerónimo», possui talvez o melhor exemplar que Dürer deixou, a cabeça da Virgem essa é, de tôdas as que conheço do mestre, a que considero mais bela. Dürer atinge nela um doce e sóbrio espiritualismo que, com dificuldade, se encontra nos seus tipos feminis, pois o artista poucas vezes consegue, na obra de pintor, êsse meio têrmo ideal, que afincadamente procura para as suas madonas, e que as qualidades fortes e excepcionais de caracterizador dificilmente lhe permitem.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

O DESCOBRIMENTO PRE-COLOMBINO DA AMÉRICA AUSTRAL PELOS PORTUGUESES

A FORTALEZA E A FEITORIA DE PERNAMBUCO

COMO se sabe, pelo que o próprio Duarte Pacheco Pereira relatava em 1505 no seu *Esmeraldo de Situ Orbis* [1], o rei D. Manuel *mandou* em 1498 o Aquiles Lusitano *descobrir*, através do Atlântico, as terras que ficavam ao ocidente, ou seja a parte do globo limitada pela imaginária linha meridiana, ou de pólo a pólo, que o tratado de Tordesilhas (7 de Junho de 1494), assinado por êle,

[1] Recordem-se estas palavras do *Esmeraldo*, escrito pelo antigo cavaleiro da casa de el-rei D. João II, abalisado cosmógrafo e experimentado navegador, signatário do tratado ou pacto de Tordesilhas: «E alem do que dito he, a experiencia, que he madre das cousas, nos desengana e de toda duvida nos tira; e portanto, bem aventurado Principe [el-rei D. Manuel] temos sabido e visto como no terceiro anno de vosso Reinado do *hanno de nosso senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte occidental, passando alem ha grandeza do mar oceano*, onde he achada e navegada *hũa tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella*, que se estende a setenta graaos de ladeza da linha equinocial contra o pollo artico e posto que seja assaz fóra, he grandemente povoada, e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vay alem em vinte e oito graaos e meo de ladeza contra ho pollo antartico... e hindo

Duarte Pacheco, estabelecera a 370 léguas para o ocidente das ilhas do arquipélago de Cabo Verde — dividindo assim o planeta em dois hemisférios: um ocidental e outro oriental, ficando êste pertencendo à Espanha e aquêle a Portugal [1].

por esta costa sobredita, do mesmo circolo equinocial em diante, per vinte e oyto graaos de ladeza contra o pollo antartico he hachado nella muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os nauios nestes Reynos vem grandemente carregados...» (Obra citada, Liv.º I, Cap. 2.º, pág. 23 e 24 da edição crítica, 1905, e pág. 7 da 1.ª edição, 1892. — *Conf.* Cap. 11.º do Liv. 2.º, pág. 127-128 da 2.ª edição).

Em referência às suas explorações na costa de África, dizia Duarte Pacheco: «leixo de dizer as particularidades de muitas cousas que este glorioso principe *mandou descobrir* por mim e por outros seus capitães» *(Esmeraldo,* pág. 15 da 2.ª edição). Idêntica é a expressão que se lê na pág. 16, ao aludir à viagem de Vasco da Gama.—«No descobrimento de alguns rios que me ElRey *mandava descubrir,* tardei perto de tres anos»: assim se exprimia Martim Afonso de Sousa na sua autobiografia (Conf. *História da colonização portuguesa do Brasil,* Vol. 3.º, pág. 99).

[1] Não será inoportuna a relembrança do seguinte passo da carta que os reis católicos dirigiram a Cristóvão Colombo no dia 5 do mês de Setembro do ano antecedente ao do tratado de Tordesilhas, e a seguir à chegada de Pero Dias e Rui de Pina, embaixadores de D. João II à côrte espanhola: «Y porque despues de la venida de los Portugueses en la plática que con elles se ha habido, algunos quieren decir que lo que está en medio desde la punta que los Portugueses llaman de *Buena Esperança,* que está en la rota que agora elles llevan por la Mina del Oro é Guinea abajo fasta la raya que vos dijistes que debia venir en la Bula del Papa, piensan que *podrá haber Islas y aun Tierra-firme,* que segun *en la parte del sol que está* se cree que seran muy provechosas y mas ricas que todas las otras» (Navarrete — *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles,* Tômo 2.º, pág. 124, 2.ª edição).

Recorde-se também o relato de Las Casas, reportando-se à terceira viagem de Colombo, iniciada no dia 30 de Maio do referido ano de 1498, e mais de perto ao dia 4 de Julho dêste ano, em que o almirante levantou ferro da ilha de Santiago de Cabo Verde: «Torna el Almirante á decir que quiere ir *al Austro,* porque entiende, con ayuda de la Santisima Trinidad, hallar islas y tierras, con que Dios sea servido, y sus Altezas y la cristiandad hayan placer, y que quiere ver cuál era la intincion del *rey D. Juan de Portogal, que decia que al Austro habia tierra firme;* y por esto dice que tuvo diferencias con los reyes de Castilla, y en fin, dice, que se concluyó que el rey de Portogal hobiese 370 léguas... y dice más, que *tenia el dicho rey D. Juan por cierto, que dentro de sus limites habia de hallar cosas y tierras famosas.* Viniéronle á ver ciertos

O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

Não pode haver dúvida — diz Henry Vignaud na sua obra mais recente [1] — de que Pedro Álvares Cabral não foi o primeiro descobridor português do Brasil. Depois de reconhecer que a êste respeito possuimos dois testemunhos irrecusáveis — o *Esmeraldo* e a carta de mestre João ao rei D. Manuel — diz o mesmo insuspeito e autorizado escritor que devemos admitir que Duarte Pacheco Pereira precedeu Cabral no Brasil [2].

Realizada, não pròpriamente «no encalço da armada de Vasco da Gama», mas apenas no ano seguinte, nem «clandestinamente», embora em sigilo ou secretamente [3], a viagem de Pacheco Pereira

principales de aquella isla de Santiago, y dijéronle que al Sudoeste de la isla del Fuego, que es una de las mismas de Cabo Verde, que está desta 12 leguas, se veia una isla, y que *el rey D. Juan tenia gran inclinacion de enviar á descubrir al Sudoeste...*» (*Historia de las Indias*, 1875, Tômo 2.º, Cap. 130, pág. 225. — Conf. Cap. 132, pág. 226).

[1] *Americ Vespuce* (Paris, 1917, editada por Ernest Leroux), pág. 144-145, em subcapítulo consagrado à *Priorité de la découverte du Brésil par les portuguais.*

[2] São estas as palavras de H. Vignaud: «En ce qui concerne Cabral, disons toutefois, qu'il ne saurait y avoir aucun doute sur le fait qu'il n'est pas le premier découvreur portugais du Brésil. Nous possédons à cet egard deux témoignages irrécusables. Le premier est celui de Duarte Pacheco, cosmographe, navigateur, diplomate et haut fonctionnaire, dont le caractère inspire toute confiance, qui dit lui-même que, le roi D. Manoel l'ayant envoyé, en 1498, à la découverte du côté de l'Occident, il constata l'existence d'un vaste continent qui s'étendait au-delà du 28e degré de latitude australe et qui était trés peuplé. Le second témoignage est celui de Maître João, médecin de Cabral, qui, dans une lettre datée de la Vera Cruz, du 1er mai 1500, qu'il adressa au roi pour l'aviser de la découverte de la terre de la Vraie Croix, lui dit que, s'il veut connaître la situation de cette terre, il n'a qu'à se faire présenter la mappe-mond de Pero Vaz Bisagudo où elle est indiquée, ce qui suppose nécessairement que cette terre avait été vu antérieurement et qu'on en avait relevé la situation. Ces deux découvertes, à moins que celle de Pacheco ne soit celle portée sur la carte mencionée par João, ce qui est fort possible, assurent en fait aux Portugais, la priorité pour cet événement.»

Acêrca do mapa de Bisagudo, leia-se o que escreveu o sr. H. Lopes de Mendonça, a pag. 59-60 do 2.º volume da *História da colonização portuguesa do Brasil.*

[3] Na minha frente tenho aberto, na pág. XXVIII, o 1.º volume da *História* a que acabo de referir-me em a nota anterior, onde se lê o seguinte: «O futuro revelou as intenções de D. João II, quando no encalço da ar-

efectuou-se no mesmo ano em que Colombo, saindo de San Lucar de Barrameda, partiu pela 3.ª vez para as terras ocidentais (30 de Maio de 1498). Em que estação?... ¿Em Maio, como Colombo, nesta sua 3.ª viagem? Não é crível... ¿Em Março, como Pedro Álvares Cabral no ano seguinte, nessa gloriosa expedição de que também fazia parte o Aquiles Lusitano?... [1] ¿Em Julho, como fizera Vasco da Gama?... ¿Emquanto D. Manuel esteve em Espanha? ¿antes dêste partir para Toledo? ¿ou depois do seu regresso?... [2] Não há possibilidade de responder com acêrto a estas preguntas.

O que não podemos deixar de aceitar e crer é que esta viagem às terras ocidentais mandada fazer por el-rei D. Manuel se realizou, e que o futuro autor do *Esmeraldo* se achava de novo em Lisboa a tempo de embarcar e seguir na expedição de Pedro Álvares Cabral, a qual largou do Tejo a 9 de Março de 1500, levando-o a seu bordo.

Recuando para o reinado de João II, sabido é igualmente que há quem julgue que a política sibilina das negociações portuguesas do tratado de Tordesilhas teria resultado dos conhecimentos geo-

mada de Vasco da Gama parte, clandestinamente, Duarte Pacheco Pereira, a reconhecer a existência das terras firmes e ilhas na demarcação de Tordesilhas, que abrangia o Brasil».

O autor do *Esmeraldo* tinha antes já escrito (acima citada pág. 16 da 2.ª edição): «Por quanto no segundo anno de vosso reynado da era de nosso senhor de mil e quatrocentos e noventa e sete annos, e no vinte oyto de vossa idade, vossa Alteza *mandou descubrir* esta costa do ilheo da Cruz, donde elrey Dom Joam hacabou, em diante».

Vasco da Gama havia largado de Lisboa, como é sabido, a 8 do mês de Julho.

[1] Damião de Góis — *Chronica delrei D. Manuel*, Parte I, cap. 58, fl. 58 e 59 na edição de 1566; Gaspar Correia — *Lendas da Índia*, tômo I, pág. 196; Castanheda — *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses*, Liv. I, cap. 33 (aliás 34) na 1.ª edição, e cap. 37 nº 2.º.

[2] D. Manuel, que casara com a filha dos reis católicos em Outubro de 1497, esteve em Espanha cêrca de seis meses, tendo saído de cá a 29 de Março de 1498 e reentrado em Lisboa a 9 de Outubro seguinte. Os reis de Portugal, que saíram do reino para serem jurados príncipes de Castela, de Leão e de Aragão, achavam-se, portanto, junto dos reis católicos quando Colombo iniciou e realizou a sua 3.ª viagem, com escala e estadia de 3 dias na ilha de S. Tiago de Cabo Verde (princípio de Julho).

gráficos obtidos durante uma viagem clandestina realizada por súbditos de Portugal em 1492-1493, sendo inúmeros os autores que assentam em que, antes de serem redigidas as famosas bulas do pontífice espanhol Alexandre VI (Maio e Setembro de 1493), já Portugal tinha a forte suspeita, senão já um conhecimento de experiência feito, directo e mais ou menos seguro, de que, no sudoeste atlântico, quer ao norte, quer ao sul da linha equinocial, havia terras e que estas se extendiam para o norte, sem continuidade com a Ásia, antes formando um novo continente. De resto, são bem conhecidas as outorgas de licenças e concessões dadas por D. João II: em 30 de Junho de 1484, a Fernão Domingos do Arco (ilha da Madeira) de uma ilha que descobrisse; em 24 de Julho de 1486, a Fernão Dulmo (Açores) e a João Afonso do Estreito (Madeira) da ilha das Sete cidades ou da parte continental que descobrissem; e em 24 de Agosto dêste mesmo ano, ao último dos nomeados, de metade das ilhas ou do continente descoberto depois de 40 dias de viagem.

A êste capítulo das reivindicações portuguesas, de há muito integradas no domínio da história geográfica do Novo Mundo, vimos hoje acrescentar matéria nova, inédita, e valiosa pelas revelações que nela se conteem.

Acusando uma viagem feita muito anteriormente à de Duarte Pacheco Pereira à *terra do brasil* em 1498, e portanto muito anterior também às de Hojeda, Pinzon e Lepe, encontrei recentemente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, num documento que reputo inédito, um trecho que me parece do maior e mais elevado interêsse e importância — tanto para a demonstração ou confirmação da prioridade dos portugueses no descobrimento, exploração e ocupação de certas terras brasileiras, como para os primórdios da história de Pernambuco, da sua primitiva colonização portuguesa e da sua fortificação igualmente portuguesa [1].

[1] O documento encerra também interessantes e valiosos elementos de informação não só relativamente às condições da vida social, comercial, religiosa e militar dos habitantes da feitoria portuguesa de Pernambuco em 1532, quando ali aportou a nau marselhesa *Pélerine* (antiga nau portuguesa «Sam Tomé a estirada», roubada pelos franceses a um André Afonso, da cidade do Pôrto), mas ainda acêrca do assalto, destruição, roubos e mortes que os franceses ali fizeram então, bem como a respeito dos sucessos ocorridos

Veio-me às mãos o documento quando eu prosseguia em colhgir novos elementos para umas adições a fazer ao capítulo III, volume terceiro, da *História da colonização portuguesa do Brasil* e depois de o sr. Pedro de Azevedo, meu ilustre amigo e mui erudito funcionário superior da Biblioteca Nacional de Lisboa, me dar notícia de que, folheando um dos volumes dos Índices da colecção intitulada *Corpo Chronológico*, no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, acabara de encontrar menção de um documento relativo ao barão de Saint-Blancard: possìvelmente o autógrafo ou cópia do famoso libelo, em latim, que êste não menos famoso almirante da marinha francesa no Mediterrâneo enviara em 1538 ao tribunal de Baiona contra Pero Lopes de Sousa, António Correia e outros portugueses e do qual eu me havia já ocupado naquele referido capítulo da *História da colonização* [1]. Requisitada a espécie diplomática (*Corpo Chron. I*, 65, 13) para leitura, comecei por constatar que tal documento, bastante longo, não era o que ao sr. Pedro de Azevedo se afigurou quando manuseava o mencionado Índice; mas sim a «contrariedade» que, de Lisboa, os argüidos por Bertrand de Ornessan, barão de Saint-Blancard, armador da nau *Pélerine* enviada ao Brasil, dirigiram áquele tribunal, em contestação ao libelo francês [2].

após a chegada de Pero Lopes de Sousa a Pernambuco no mesmo referido ano. Então «na dita fortaleza como derredor della avia muitas casas e povoações de muitos portugueses e estava junto da dita fortaleza edificada *huma igreja em que se celebravam os officios divinos* a qual fortaleza custou a fazer mais de dez mil cruzados» (Passo da primeira contestação ou contrariedade apresentada em nome de Pero Lopes de Sousa, então ausente, em viagem para a Índia).

[1] Pág. 150 e seguintes.

[2] Por êste documento se verifica que eram seis os portugueses acusados por Bertrand d'Ornessan, barão de Saint-Blancard: Pero Lopes de Sousa (em nome do qual são apresentadas dez contrariedades), António Correia, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha (por parte dos quais se fazem nove contestações) e D. Martinho de Portugal, antigo bispo e já então arcebispo do Funchal (que alega apenas uma contrariedade).

Em dois outros documentos por mim igualmente encontrados no *Corpo Chronológico* (I, 60, 148 e I, 66, 107) se mostra que os nomeadamente argüidos são estes seis portugueses, e não apenas Pero Lopes de Sousa, António Correia e D. Martinho de Portugal — únicos que figuram no documento em latim dado à estampa por Varnhagen, em três sucessivas

O documento é assinado pelos doutores «Christophorus» [1] e «Ludovicus», está datado do dia 12 (xij) de Julho de 1539, consta de 9 fôlhas de papel de formato grande, rubricadas pelo mesmo doutor «Ludovicus», e abre pelos seguintes períodos:

«O que se deve fazer no juizo de França no libello que deu samblanchard contra o arcebispo e pero lopes e os outros.

«Primeiramente ao tempo que os juizes ouverem de pronunciar sobre o recebimento do libello, ora per desembargo, ora in voce devem de insistir os Juizes que se tire do libello aquilo que nelle se contem que faz em prejuizo do direito delrey noso sõr, conforme a protestação que elles escreveram que fizeram quando passaram a çitatoria [2] e quando discordarem nom curem sobre iso de ir a quinto [3] mas façam sua protestação nos autos e procedam avante.

«Depois do libello recebido se offerecerá juntamente o rezoado

edições. Advirta-se que êste documento publicado por Varnhagen e o primeiro destoutros dois por mim encontrados são duas cópias do libelo em latim do barão de Saint-Blancard, que todavia diferem não só no número dos acusados, mas também na redacção de alguns dos respectivos *Itens* e no número dêstes.

[1] Porventura aquêle mesmo dr. Cristóvão Esteves cujo nome figura no final da carta de doação da capitania de Duarte Coelho, de 10 de Março de 1534, onde se diz: «Esta doaçam vay escrita en cynco folhas com esta do meu synall as quaes cynco folhas vam todas asynadas ao pee de cada huma pelo doutor christovam estevez do meu conselho e desembargo meu desembargador do paço e petições».

[2] A carta citatória havia sido trazida por um procurador do autor do processo, sendo o assunto tratado em audiência da correição do cível da côrte, presidida pelo licenciado Mem de Sá e realizada no dia 16 de Junho do referido ano de 1539 (*Corp. Chron.* I, 66, 107, já citado).

[3] O tribunal que funcionava em Baiona, havia sido criado por decreto datado de Cremieux aos 22 de Março de 1535, achava-se a funcionar já antes de 10 de Outubro de 1537 e era constituído por quatro juízes (comissários ou deputados): dois franceses e dois portugueses. No caso de empate de votos, escolher-se-ia um quinto comissário ou juiz. Os comissários portugueses eram então: o licenciado Afonso Fernandes, desembargador da Casa da Suplicação, e D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Çafim e igualmente desembargador da Casa da Suplicação.

de direito contra o libello e a excepção com as contrariedades todas juntas asi como aquy vam treladados de verbo ad verbum.»

Seguem-se, em latim, as alegações de direito; depois vem a excepção com as contrariedades. O documento é evidentemente de carácter oficial e dimanado do Tribunal da Suplicação, pelo Juízo da Correição do Cível, ao qual pertenciam os dois comissários deputados por Portugal.

O trecho que interessa directamente ao especial objecto dêste artigo, é o terceiro dos nove *provarás* ou contrariedades apresentadas por António Correia, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha e está assim redigido:

«Entendem provar que *no anno de 1531* [aliás 1532][1] em tal mes a nao e gente que se diz serem do auctor foram ter a *fernambuquo porto do brasil*, onde estava hum castelo e *fortaleza feita por elrey noso sõr e seus vasalos portugueses* a qual *avia trinta anos e mais* que no dito porto era feita e era o dito castelo e porto habitado pelos *portugueses que TINHAM AY SUAS CASAS DE MORADA AVYA QUARENTA ANOS E MAIS*, e ao tempo que se diz a nao do auctor ay chegar estava no dito castelo *feitoria* do dito sõr e de muitos mercadores portugueses que tinham ay muitas mercadorias asi de portugal pera tratar, como da terra que tinham avida, s. [a saber] pao de brasil, algodões, pelles danimaes de diversas côres, papagaios e bugios e oleos e escravos e outras muitas mercadorias de muita valia e asi tinham muita artelheria de cobre e ferro e polvora, lanças, e bestas espinguardas e outras armas offensivas e defensivas pera sua guarda e contra seus imiguos.»

[1] Conf. *História da colonização portuguesa do Brasil*, Vol. 3.º, Cap. III, pág. 154. Permita-se-me o ensejo para advertir que o assalto e tomadia, por Pero Lopes de Sousa, da fortaleza que as gentes da *Pélerine* erigiram no antigo local da feitoria de Pernambuco, não foram nem podiam ter sido cometidos no dia 2 de Agosto, ao contrário do que escreveu o ilustre escritor brasileiro sr. dr. Oliveira Lima no mesmo 3.º volume da citada obra, pág. 290. Tais sucessos deram-se alguns dias ou semanas depois.

A antigüidade da *fortaleza* levantada pelos portugueses em Pernambuco, «pôrto do Brasil», que os franceses da nau *Pélerine* atacaram e destruíram em 1532, vem igualmente consignada, e referida à mesma supramencionada época, no primeiro *provará* da contestação apresentada em nome de Pero Lopes de Sousa, nos seguintes termos: «Entende provar que *no anno de 1531* [aliás 1532] ao tempo que o autor diz que a sua nao e gente achegaram a *costa do brasil ao porto de fernambuquo* e *já dantes avia mais de 30 annos estava no dito porto edificada e feita por portugueses vasalos delrey noso sõr huma fortaleza com casa de feitoria* e nella estavam feitores e escrivães e outros officiaes do dito sõr e de muitos mercadores portugueses.»

As expressões «avia mais de 30 anos» e «avia trinta anos e mais», contados da data do documento arquivado na Tôrre do Tombo (mês de Julho de 1539) coloca-nos evidentemente além do ano de 1509: em 1508, pelo menos. Computados, porém, do ano de 1531 (aliás 1532), em que se deram os acontecimentos que são o objecto da causa submetida ao tribunal de Baiona — e a êste ano é que os argüidos se reportam na contagem do tempo decorrido, desde que os portugueses se achavam em Pernambuco até à chegada da *Pélerine* — somos levados até além do ano de 1501. Portanto, neste ano — senão antes dêle — é que, segundo o documento de que nos estamos ocupando, foi levantada pelos portugueses, no «pôrto de Pernambuco», a *fortaleza* que os franceses atacaram e destruíram em 1532. Quanto à *feitoria*, ao passo que no primeiro dos dois trechos que acabo de transcrever, apenas se lhe faz referência «ao tempo que se diz a nao do auctor ay chegou» (1532), no segundo trecho a respectiva redacção, do mesmo modo que nos permite considerá-la apenas como já existente nesse ano de 1532, igualmente nos deixa supor que ela era contemporânea da fundação da fortaleza e por isso fundada também em 1501 — pelo menos. Assim, e ao envés dos que atribuem a fundação de Pernambuco ao ano de 1503 (expedição de Gonçalo Coelho), teremos de ligar a construção da fortaleza pernambucana, senão à viagem de retorno de Gaspar de Lemos do pôrto de Verá Cruz a Portugal (1500), a uma das expedições que largaram de Lisboa em 1501: à que partiu com destino ao Brasil (Fernão de Loronha, André Gonçalves, Américo Vespúcio) ou à que foi enviada à Índia e fêz escala pelo litoral brasileiro sob o comando

de João da Nova (Conf. *História da Colonisação*, Vol. II, pág. 248-263).

A julgar por certas referências que se encontram em alguns documentos do século XVI, o «pôrto de Pernambuco» atacado pelos franceses da nau *Pélerine* em Março de 1532 e meses após reconquistado por Pero Lopes de Sousa, no seu regresso do Rio da Prata, ficaria na parte sul da ilha de Itamaracá [1] — limite meridional da «capitania dos bytygares» [2], doada dois anos depois, em 1 de Setembro de 1534, ao mesmo Pero Lopes, numa extensão de 30 léguas que acabavam na baía da Traição [3]. Sendo assim, a designação de feitoria do «rio de Pernambuco», de que em 1530 era feitor Diogo Dias — saqueada em Dezembro dêste ano por um galeão de França e da qual nos fala o chamado *Diário da navegação* de Pero Lopes de Sousa, publicado por Varnhagen — talvez pertença mais pròpriamente à feitoria existente na parte continental fronteira, no lado sul, junto ao rio Iguaraçu: mais tarde chamada dos Marcos, por demarcar, nas respectivas cartas de doação, os limites das capitanias de Duarte Coelho e Pero Lopes

[1] Em certo Roteiro português de 1570, de que há cópia no Museu de Londres, lê-se o seguinte: « *Ylha de fernão buquo* que se chama na lingua dos indios Tamaraquá, e chama-se *fernão buquo o velho* porque esteve aly primeyro hua fortaleza del rey» (*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. 20, ano de 1918, n.º 101, pág. 166).

[2] Esta denominação dada à capitania que Pero Lopes de Sousa obteve ao norte da de Duarte Coelho, encontrámo-la no Liv.º 49, fl. 30 v., da *Chancelaria de D. João III*, inserta na carta de mercê feita em 8 de Fevereiro de 1538 a «João gonsalvez cryado de p.º lopez de souza», «dos oficios de meu feitor e almoxarife da feytorya e almoxarifado da *capytanya dos bytygares* que o dito p.º lopez tem no brazyll asy e da maneira que ho elle deve ser e como o era m.el de bragua a quem dos ditos oficios tynha feito merce e vagará per seu falecymento».

Dêste mesmo diploma consta que o referido João Gonçalves se achava então no Brasil, sendo-lhe por isso ordenado que o juramento que deveria tomar na Chancelaria, lhe «seja dado no Brasil pelo ouvidor que pero lopez tem na dita sua capitanya primeiro que seja metido na posse dos ditos oficios».

[3] Na ilha de Itamaracá teria Cristóvão Jaques construído uma nova casa de feitoria por ocasião da sua segunda viagem ao Brasil, em 1526.

de Sousa [1]. Há também quem julgue que o «pôrto de Pernambuco» em que desembarcaram os franceses da *Pélerine* em 1532 estaría já então transferido algumas léguas mais para o

[1] Na doação feita a Duarte Coelho lê-se o seguinte: «sesenta legoas de terra na dita costa do brasyl as quaes se começará no ryo de Sam Francisco que he do cabo de samto agostinho pera ho sull e acabarão no ryo que cerqua em redomdo toda a ylha de Tamaracaa ao qual rio ora novamente ponho nome rio de Samta Cruz e mando que asy se nome e se chame daquy em diamte e isto com tall decclaraçam que ficara com o dito Duarte Coelho a terra da banda do sull do dito rio omde Christovam Jaques *feꝛ a prymeira casa* de minha feytorya e a cyncoenta passos da dita casa da feytorya pelo rio a demtro ao longo da praya se pora hũ padrã das mjnhas armas e do dito padram se lancara hua ljnha cortando a loeste pela terra fyrme a dentro a terra da dita lynha pera o sull será do dito Duarte Coelho e do dito padram pelo rio abaixo pera a barra e mar ficara asy mesmo com elle dito Duarte Coelho a metade do dito rio de samta cruz pera a banda do sull e asy entrara na dita terra e demarcaçam della todo o dito rio de sam Francisco e ametade do rio de samta cruz pella demarquação sobre dita pelos quaes rios elle dara servemtya aos vezinhos delles de hũa parte e da outra». — A êste passo corresponde estoutro, da doação feita a Pero Lopes de Sousa, em 1 de Setembro seguinte, das 30 léguas ao norte da capitania de Duarte Coelho: «e as trinta legoas que fallecem começarão no Rio que serca em redondo a Ilha de Itamaracá, ao qual Rio eu hora pus nome Rio de Santa Crus, e acabaram na Bahya da Trayção que está em altura de seis graos; e isto com tal declaração que a sincoenta passos da *Caꝛa* da Feitoria, *que de principio fes* Christovão Jaques pello Rio dentro ao longo da praya, se porá hum padrão de minhas armas, e do dito padram se lançara huma linha, que cortara a loeste pella terra firme adentro; e a dita terra da dita linha para o Norte será do dito Pedro Lopes, e do dito padrão pelo Rio abaixo, para a barra, e mar, ficara assim mesmo com elle dito Pedro Lopes ametade do braço do dito Rio de Samta Crus da banda do norte, e será sua a dita Ilha do Itamaracá, e toda a mais parte do dito Rio de Samta Crus que vai ao norte».

No dizer de um escritor brasileiro, «a expressão — onde Christovão Jacques fundou [aliás, fêz] a primeira casa de minha feitoria — que se lê na carta de doação ao ilustre Duarte Coelho, em 10 de Março de 1534, é para distinguir o estabelecimento do continente, do insular, ambos fundados por Christovão Jacques e cuja topografia precisava, então, ser fixada com rigor, mas não exclue nem pode excluir os primitivos estabelecimentos dos primeiros tempos coloniaes» (*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. 18, ano de 1916, n.º 91, pág. 49).

sul [1], na margem oeste do rio Biberibe (Rio morto), no local ou proximidades do território em que mais tarde se fundou a cidade de Pernambuco ou daquêle em que Duarte Coelho estabeleceu a vila de Olinda, capital da sua *Nova Lusitania* [2].

Como quere que seja, o passo a que damos maior relêvo tipográfico no *provará* de António Correia, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha, mareantes portugueses de conhecido renome na história das nossas navegações durante o reinado de D. João III, corresponde implìcitamente, envolvendo-a, à afirmação de que já em 1491 [3] — senão antes — Pernambuco, pôrto do Bra-

[1] A pág. 288 do 3.º referido volume da mencionada *História*, diz o sr. dr. Oliveira Lima, tratando da *Nova Lusitania*: «Na verdade é improvável que qualquer feitoria existisse sem solução de continuidade: nos pontos favoráveis houve ou teria havido uma sucessão delas. O comêço seria porventura a hospitalidade dispensada pelos selvagens a algum degredado deixado por uma das primeiras armadas de exploração. Noutra expedição ulterior brotava a feitoria onde se dera o trato inicial. Nem faltam vestígios dêsses ensaios de intercâmbio durante o primeiro quartel do século XVI nas vizinhanças do cabo de Santo Agostinho».

[2] Certo é existir na Tôrre do Tombo (*Corp. Chron.* II, 202, 11) uma certidão passada por Heitor de Barros, escrivão da feitoria de Pernambuco, a 15 de Junho de 1535, relativa ao bombardeiro Diogo Vaz, em que se declara que «chegando a *pernambuquo* do Ryo da prata domde vynha foy necesariho ho dyto D.º Vaz fyquar ẽ ho *dyto fernãbuquo* pera servyço delRey noso sõr ho quoall pº lopez mãdou e fez fyquar por cõdestabre da forteleza que se fez de q̃ Vtº miz [Martins] feReyRa hera quapitã e quomesou a servyr no *dyto fernãbuquo* aos trynta dyas do mes doutubro da era de mjll e qujnẽtos e trynta e dos anõs [até] q̃ chegou palus nniz [Paulo Nunes] na qaRavela espeRa pera ser quapitã do *dyto fernambuquo* quomo ho foy e fez cõdestabre da forteleza a xp.º franq̃ e ho dyto Dj.º Vaz servya de bombardeyRo do primeyRo de mayo da era de trinta e tres años atee esta de mjll e qujnẽtos e trinta e cinquo ẽ q̃ estamos q̃ aquj chegou Duarte quoelho a esta forteleza a nove dyas do mes de março da dyta hera ẽ q̃ lhe foy entrege a dita forteleza e lhe deu lycensa pera q̃ se qujzese jr pera ho Rejno» (Conf. *História da Colonização*, citado Vol. III, pág. 155).

[3] Se fizéssemos o cômputo dos «quarenta anos e mais» partindo — não do ano em que a *Pélerine* esteve em Pernambuco, ao qual aliás se reportam os dizeres do *provará* — mas do ano de 1539 (em que as contrariedades foram redigidas), o ano em que teríamos de ir buscar o comêço da colonização portuguesa de Pernambuco seria, pelo menos, o de

sil, estava na posse efectiva dos portugueses e que estes tinham ali suas casas de morada e as habitavam [1]. A expressão «havia quarenta anos e mais» não é tão vaga como à primeira vista poderá parecer, nem tão imprecisa como são estoutras: «havia quarenta anos pouco mais ou menos», «havia cêrca de quarenta anos» e «havia perto de quarenta anos». É certo que não nos diz a *quantos anos* remonta *além* dos quarenta, mas é indubitável que afirma serem *mais de quarenta*.

Assim — ùnicamente baseados em uma das alegações de contrariedade produzidas colectivamente por quatro navegadores portugueses, numa peça de processo judicial trasladada em documento autêntico arquivado na Tôrre do Tombo, onde o fui encontrar inexplorado e desconhecido da historiografia dos nossos descobrimentos — chegamos, lògicamente, sem esfôrço, nem argúcias, à insofismável e reivindicadora conclusão do descobrimento e ocupação de determinada parte da América pelos portugueses no reinado de D. João II, anteriormente à primeira viagem de Colombo (3 de Agosto de 1492 a 6 de Março de 1493); e portanto antes também do ano em que o pontífice Alexandre VI estabeleceu, em detrimento nosso e benefício de Castela — depois corrigidos no tratado de Tordesilhas — imaginários e acanhados limites geográficos aos descobrimentos ou ocupações territoriais de Portugal nas terras banhadas pèlo Atlântico ocidental.

Quando, decorridos já 23 anos, em Julho de 1514, Estêvão Fróis escrevia de S. Domingos a D. Manuel dizendo-lhe — «vosa alteza pusuhya estas teras a vinte anos e mays», certamente que conhecia a existência de portugueses mais de vinte anos atrás no nordeste brasileiro, em Pernambuco.

JORDÃO DE FREITAS.

1498: aquêle em que D. Manuel mandou Duarte Pacheco Pereira *descobrir* o chamado Novo Mundo.

[1] Haja em vista: que de dois anos depois são datadas as bulas do papa Alexandre VI; que estas motivaram por parte de D. João II aquelas «diferencias con los reyes de Castilla» de que fala Las Casas (citado Cap. 130, pág. 225 da sua *História de las Índias*); e que àquelas se seguiu o tratado de Tordesilhas, levando até 370 léguas das ilhas de Cabo Verde a limitação meridiana, que antes era apenas de 100 léguas a oeste dos Açores.

O HOMEM TERCIÁRIO EM PORTUGAL

A REGIÃO de Ota (Alenquer) tornou-se conhecida na literatura arqueológica por dali provirem numerosas peças lascadas de sílex e quartzite que Carlos Ribeiro apresentou no mundo scientífico como provas da existência do Homem (ou dum ser quási humano) na era terciária.

Em 1866 o eminente geólogo português publicou parte dum estudo sôbre os terrenos das bacias do Tejo e do Sado, em que aludia a êsses objectos. Considerava então aqueles terrenos como quaternários, em conseqüência de nêles se encontrarem essas peças lascadas e a despeito de outros elementos o conduzirem a classificá-los como terciários. Em 1871 apresentava à Academia Real das Sciências, na sua redacção definitiva, uma memória [1] na qual modificava já aquela cronologia, referindo quási tôdas essas camadas sedimentares, e portanto os objectos em questão, ao terciário, — a maioria ao mioceno e alguns ao plioceno.

O assunto foi levado pelo mesmo autor aos Congressos Internacionais de Antropologia e Arqueologia Pre-históricas, de Bruxelas, em 1872 [2], e de Lisboa, em 1880 [3], por Nery Delgado ao Congresso de Paris, de 1889 [4], e por José Fortes à Sociedade

[1] Carlos Ribeiro — *Descripção de alguns silex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário, etc.* — Lisboa, 1871.

[2] Id. — *Sur des silex taillés, découverts dans les terrains miocène et pliocène du Portugal* — « C. R. du Congrès Intern. d'Anthr. et d'Arch. Préhist. », Bruxelles, 1872.

[3] Id. — *L'homme tertiaire en Portugal* — « C. R. du Congr. Int. d'Anthr. et d'Arch. Préhist. », Lisbonne, 1880.

[4] Nery Delgado — *Les silex tertiaires d'Otta* — « C. R. du Congr. Int. d'Anthr. et d'Arch. Préhist. », Paris, 1889.

Pre-histórica de França em 1905 [1] e tem sido ventilado em inúmeras publicações, incluindo os tratados mais importantes de pre-história e de paleontologia humana [2].

Alguns pre-historiadores, como G. de Mortillet, deram a sua adesão ao ponto de vista de Carlos Ribeiro, não hesitando o arqueólogo francês em baptisar prematuramente com o nome de *Homosimius Ribeiroi* (em homenagem ao sábio português) o hipotético autor do talhe intencional ou da utilização inteligente daquelas peças líticas. Com razão se objectou que do pretendido sêr não se conhecia um único fragmento esquelético, um simples dente que fôsse. No entanto, Mortillet, atendendo às pequenas dimensões dos objectos, fôra ainda mais longe, pois atribuira áquele ente imaginário uma baixa estatura [3]...

Começou depois, graças sobretudo ao arqueólogo belga Rutot, a difundir-se o ponto de vista de que o período pròpriamente *da pedra lascada* (o paleolítico) teria sido antecedido por uma fase *da pedra simplesmente utilizada* (o eolítico). Designaram-se por *eólitos* os objectos líticos de variadas formas naturais em que a utilização pelo Homem teria deixado vestígios em virtude da produção de lascas e fracturas.

Os sílices de Ota e doutros pontos das bacias do Tejo e do Sado começaram, dentro dêste critério, a ser classificados por vários autores como eólitos.

[1] José Fortes — *Les éolithes du Portugal* — Extr. du «Bull. de la Soc. Préhistorique de France» — Le Mans, 1905.

[2] A bibliografia sôbre a matéria é vastíssima. Em 1905, já Mac Curdy dava uma enorme lista bibliográfica numa sua memória (George Grant Mac Curdy — *The eolithic problem — Evidences of a rude industry antedating the paleolithic.* — «American Anthropologist», vol. 7, n.º 3, Lancaster, 1905).

Do assunto se ocupam, nos seus tratados, Mortillet, Déchelette, Boule, Mac Curdy, Keith, Obermaier, etc. Já dêle nos ocupámos também nos trabalhos: *Raça e Nacionalidade* (Pôrto, 1919, p. 33 e segs.), *Origins of the Portuguese* («American Journal of Physical Anthropology», II, Washington, 1919, p. 118), *Novas discussões sôbre a origem do homem*, «Trabalhos da Sociedade Portuguesa d'Antropologia e Etnologia» t. II, Pôrto, 1923, p. 4), *La généalogie humaine et le polyphylétisme* («L'Anthropologie», t. XXXIII, Paris, 1923, p. 148), *Os povos primitivos da Lusitânia* (Pôrto, 1924, p. 146 e segs.), etc.

[3] G. et A. de Mortillet — *La Préhistorique*, 3ème éd., Paris, 1900, p. 97.

O HOMEM TERCIÁRIO

Os tratados ocupam-se, com o devido pormenor, da questão do Homem terciário e do debate relativo aos eólitos, que tão profundamente tem dividido, em campos antagónicos, os pre-historiadores. Não é necessário, portanto, reeditar agora tôda essa longa história.

A despeito das recentes descobertas, no *red crag* de Ipswich (Inglaterra), de sílices lascados que foram atribuídos por alguns arqueólogos (entre os quais o eminente prof. Breuil, até há pouco considerado *eolitófobo* intransigente) ao trabalho humano, não falta ainda quem veja nos *eólitos* documentos insuficientes para a demonstração da existência do Homem ou dum ser quási humano na era terciária.

Os limites estratigráficos entre o plioceno superior e o quaternário inferior são pouco precisos, havendo níveis atribuídos por uns geólogos ao primeiro e por outros ao segundo. O quaternário, o pleistoceno, é, na verdade, como que uma fase última do terciário, caracterizada embora por certas mudanças climáticas [1].

Por outro lado, não é possível distinguir *eólitos* porventura autênticos de *pseudo-eólitos*, resultantes de causas naturais, como o choque das vagas e das águas correntes, pressões dos terrenos, causas térmicas, talvez mesmo choques produzidos inconscientemente por outros animais [2].

Foi absolutamente concludente uma experiência famosa numa fábrica de cimento de Mantes, em que se reproduziu artificialmente um turbilhão natural, obtendo-se belos exemplares líticos, que foram classificados *eólitos* autênticos por arqueólogos que desconheciam a sua proveniência.

[1] Mendes Corrêa — *L'origine de l'Homme — L'état actuel du problème* — «Scientia», Bologna, 1924, p. 348. O arqueólogo argentino A. Castellanos publicou em 1923 um trabalho em que procurava sistematizar os dados relativos ao assunto no seu país (A. Castellanos — *La limite pliopleistocène et le problème de l'homme tertiaire dans la République Argentine.* «Revue Anthropologique», t. XXXIII, Paris, 1923). Vd., porém, o estado controvertido da questão do homem fóssil sul-americano em: M. Boule — *Les hommes fossiles*, Paris, 1923, p. 446 e 447. Cf. também o meu recente trabalho *O significado genealógico do Australopithecus* («Trabalhos da Sociedade Portug. de Antrop. e Etnol.», t. II, Pôrto, 1925, p. 275 e segs.). Êste trabalho motivou uma resposta epistolar do sábio argentino à qual me referirei na 2.ª edição do *Homo*, a publicar.

[2] Sôbre o assunto, vid., por exemplo, a recente exposição, de-veras elucidativa, de H. Obermaier na 2.ª edição de *El hombre fósil* (Madrid, 1925, p. 3).

Emfim, aparecem supostos *eólitos* em terrenos duma data, como o eoceno, em que a Paleontologia não acusa, dos Primatas, senão formas muito inferiores da ordem, correspondentes aos Lémures actuais!

No Congresso de 80, cuja realização em Lisboa foi provocada exactamente pelas descobertas de Portugal, foi quási unânimemente admitido que alguns dos sílices apresentados provinham do interior das camadas miocenas, e reconheceu-se a existência, em certos exemplares, do chamado *conchóide de percussão*, superfície conchoidal de fractura do sílex que alguns arqueólogos supunham característica bastante do talhe intencional. Mas houve fundas divergências sôbre êsse ponto, e Virchow, que presidia, encerrou a sessão com estas justas palavras: «Ce n'est pas une méthode scientifique que de trancher les questions à la majorité des votants. Il faut donc remettre la décision à un autre congrès.[1]» Cêrca de meio século depois, as divergências subsistem.

Nery Delgado, no Congresso de 89, apresentou alguns sílices que encontrara no mioceno, andar tortoniano, de Ota, mas só nos da superfície da camada constatara alguns conchóides de percussão.

A prova artificial de Mantes e a descoberta de muitos *pseudo-eólitos* produzidos por causas naturais de inteira evidência, levaram muitos arqueólogos a considerar o conchóide de percussão como insuficiente para a demonstração do carácter intencional do talhe. É necessário, para definir a autenticidade paleo-etnológica dum instrumento lítico, que êste apresente, além dos caracteres que, como a pátina e incrustações, estabelecem a sua antiguidade, uma morfologia em que se reconheça o seu talhe segundo um plano preconcebido. Se, porém, ao lado dos eólitos se encontrassem restos esqueléticos humanos, de averiguada cronologia terciária, êsses objectos passariam a ser, não apenas algum tanto verosímeis, mas com tôdas as probabilidades, autênticos documentos da mais primitiva actividade humana.

Não se descobriu, porém, até agora esqueleto humano algum ou mesmo qualquer fragmento osteológico que possa atribuir-se, sem hesitação, a um Hominídio terciário. A classificação de Ho-

[1] C.-R. du IXème Congrès Intern. d'Anthr. et d'Arch. Préhist. Session de Lisbonne, 1880, p. 118.

minídios, dada há poucos anos por G. Sergi a restos fósseis de Primatas encontrados no oligoceno egípcio de Fayum, é arbitrária e infundada, como já demonstrei noutro trabalho[1].

Mas, tanto em Fayum como nos montes indianos de Sivalik, foram descobertas várias formas de Primatas terciários, algumas das quais diferentes das modernas e revelando tendências evolutivas em múltiplas direcções, inclusivé no sentido humano (como o *Sivapithecus* e o *Propliopithecus).*

Factos desta ordem são fortes indícios da aparição do Homem na era terciária, talvez no mioceno ou no plioceno. Mas falta a prova categórica dessa aparição.

Imagina-se, portanto, o alvoroçado interêsse com que, por uma carta, datada de 7 de Junho de 1925, do sr. Francisco Raposo de Souza de Alte (do Carregado), tomei conhecimento de ter o sr. Hipólito da Costa Cabaço, de Alenquer, descoberto na sua quinta do Vale das Lages, Ota, ossos humanos e sílices talhados que tinham aparecido em terreno mioceno, a cêrca de 1.^{m} de profundidade, num corte feito ao tirar-se terra para reparação duma estrada. O sr. Cabaço, logo que apareceram os primeiros objectos, prevendo futuras discussões, louvàvelmente determinou a suspensão dos trabalhos, resolvendo de acôrdo com o seu amigo, sr. Francisco Raposo, solicitar a minha visita ao local, para uma exploração metódica da jazida, cuja transcendência e alta antiguidade, talvez miocena, os srs. Raposo e Cabaço admitiam. Pelo mesmo correio que trouxe a sua carta, o primeiro dêstes senhores enviava-me alguns dentes, fragmentos ósseos e peças de sílex lascado.

A cronologia do terreno e a proximidade de Ota — a localidade celebrizada pelas pesquisas de Carlos Ribeiro — ditaram-me o mais vivo interêsse pelo assunto. Os ossos enviados eram duma grande friabilidade e estavam incrustados ou mesmo intimamente incorporados com os materiais litológicos do terreno, entre os quais logo notei haver muito calcáreo. Os dentes eram evi-

[1] Mendes Corrêa — *Novas discussões*, etc., op. cit., p. 5 e segs. do extr; id. — *La généalogie humaine et le polyphylétisme*, op. cit., p. 148 e segs.

dentemente humanos e permitiam algum estudo, não autorizando, porém, a suposição de se tratar dum tipo diverso do *Homo recens*, o que, no entanto, não bastava para contestar a antiguidade terciária daqueles restos. Quanto aos objectos de sílex, tratava-se de lascas, nódulos ou refugos sem qualquer morfologia típica. Apenas entre êles figurava um bom espécime de micrólito trapezoidal, branco, bem patinado, análogo aos sílices pigmeus de formas geométricas, comuns no capsense final e no tardenoisense, fases de transição do período paleolítico para o neolítico, as quais, embora constituindo um prolongamento do paleolítico, se encontram já na chamada actualidade geológica, nos tempos holocenos.

Era êste, sem dúvida, um elemento importante para a contestação da cronologia terciária da estação, pois um tal objecto numa estação terciária ou mesmo numa estação do pleistoceno antigo, não poderia, no estado actual dos nossos conhecimentos, ser considerado senão um verdadeiro anacronismo. Mas ficavam ainda hipóteses dum remeximento e duma sobreposição de níveis de datas diferentes.

Tendo, porém, pedido ao meu ilustre colega da Faculdade de Sciências do Pôrto, prof. Pereira Salgado, a fineza de proceder à análise química de dois fragmentos dos ossos recolhidos, êle determinou a existência nesses fragmentos duma proporção de matéria orgânica de 18 a 20 %. Esta percentagem, bastante inferior à dos ossos frescos (30 a 40 %), era ainda muito elevada para se admitir tratar-se dum fóssil terciário.

Assim, quando, em 8 de Agosto de 1925, me dirigi ao Carregado, na companhia dos srs. dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, assistente do Instituto de Antropologia da minha direcção, e Romão de Sousa, do Serviço Geológico de Portugal, estava animado dum forte scepticismo sôbre a antiguidade miocena daquêles restos ósseos. Mas nem por isso julgava inútil uma pesquisa metódica. Tratava-se, sem a menor dúvida, duma estação da idade da pedra, e isso bastava para suscitar o maior interêsse, que o sílex pigmeu ainda mais avivara, visto que a questão do tardenoisense e do capsense final não pode considerar-se resolvida. De resto, nas suas cartas, o sr. Francisco Raposo aludia a outros achados pre-históricos que êle e sr. Cabaço haviam feito em cavernas, castros e outras estações da região. Emfim, uma excursão a Ota, onde nunca tinha ido, era oportuna em qualquer altura.

O HOMEM TERCIÁRIO

Após uma visita, na manhã de 9, ao sr. Raposo, na sua Quinta do Chacão, onde, como em casa do sr. Cabaço, em Alenquer, tivemos o mais hospitaleiro acolhimento, fômos à quinta do Vale das Lages, na nossa peregrinação scientífica em busca do problemático *Homosimius*. O sr. Raposo, por motivo de doença, não pôde fazer parte da caravana que, sob um sol ardente de Agosto e envolta na poeira branca e compacta das más estradas daquelas paragens extremenhas, encontrou felizmente, graças à amabilidade do sr. Cabaço, os meios de vencer as distâncias e a sêde.

A Quinta do Vale das Lages, propriedade do sr. Hipólito Cabaço, é atravessada pela estrada que vai de Alenquer a Ota. A jazida que provocou a nossa visita, ficava a algumas dezenas de metros a W. da estrada, em posição oposta à da casa ainda distante; estava na vertente dum cabeço, a cêrca de 200^{m} a W. da canalização das águas do Alviela para Lisboa e de 2 km. a N. 18.° W. da pirâmide geodésica visível do local. O terreno na região é, em geral, constituído de grés do mioceno lacustre, que em alguns pontos, são fortemente calcáreos, talvez por infiltrações. A rocha em contacto com os restos esqueléticos era uma marga arenosa [1]. O mioceno apresenta uma fraca inclinação para o lado do cano adjacente, do Alviela.

A jazida apareceu numa trincheira cortada no outeiro, à beira dum caminho que da estrada, ladeando a elevação, vai para W., para uma pedreira próxima. O sr. Cabaço tinha pôsto à nossa disposição alguns cavadores, mas todos nós, uma vez indicado o local e levantada uma capa protectora de terra que intencionalmente fôra colocada sôbre o depósito pre-histórico, démos alternadamente contribuïção para, com os maiores cuidados e um plano metódico, se libertarem do seu invólucro terroso os ossos e os objectos que iam aparecendo e cujos aspectos *in loco* e posição

[1] A sua análise, feita pelo naturalista de Mineralogia e Geologia da Faculdade de Sciências do Pôrto, sr. dr. Armando Prisco, figura num artigo mais desenvolvido que publicaremos no Boletim da Sociedade Catalã de Antropologia e Prehistória. Nesse artigo, do qual o presente é um largo excerto, daremos uma descrição minuciosa da estação do Vale das Lages e dos restos nela encontrados.

relativa procurámos, tanto quanto possível, fixar pelo *croquis* e pela fotografia.

Infelizmente os restos ósseos eram duma grande friabilidade e, na maior parte, surgiram num estado muito fragmentar. Além disso, confundiam-se fàcilmente com a massa do terreno, o que

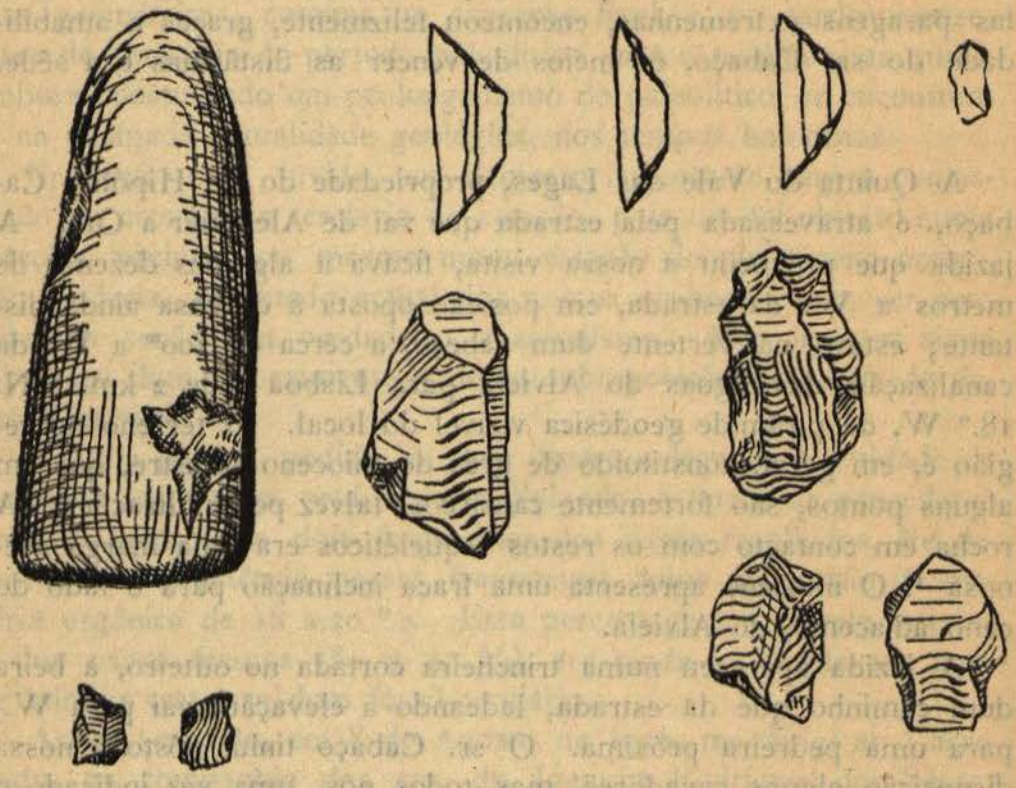


FIG. 1 — PEÇAS PRINCIPAIS DO ESPÓLIO LÍTICO DA SEPULTURA DO VALE DAS LAGES (NEOLÍTICO ANTIGO)

tornava difícil isolá-los devidamente e extraí-los tão ìntegramente como era nosso desejo. Nessas condições, uma vez atingida a sua superfície, impunha-se a silicatagem *in situ*. Foi o que se fêz.

Na tarde de 9 apareceram alguns dentes, vários fragmentos de óssos longos, entre os quais grande parte dum fémur e parte da cabeça duma tíbia, e, na camada ossífera, um novo sílex trapezoidal.

No dia 10, tendo eu seguido para outro ponto do Ribatejo, o assistente sr. Santos Júnior, ao qual deixara instruções para a con-

clusão dos trabalhos, encontrou novos fragmentos ósseos, entre os quais parte duma calote craniana e de vários ossos longos, muitos dentes, um terceiro sílex trapezoidal, algumas lascas e emfim, a cêrca de 20^{cm} dos restos ósseos, no mesmo nível, um machado polido. Reconheceu ainda uma mandíbula, mas a silicatagem resultou infructífera para a sua extracção.

Tôdas as esperanças sôbre a cronologia terciária do achado estavam destruídas. Na manhã de 11, ao receber de Santos Júnior, na estação de caminhos de ferro de Santarém, a notícia das últimas aquisições, abandonei por fim a minha atitude de reserva para estabelecer definitivamente a data da jazida. Tratava-se, em vista dos sílices trapezoidais e do machado polido (fig. 1), de restos pre-históricos do *neolítico antigo:* o terreno, de fraca coesão, fôra sem dúvida revolvido nessa data. Ainda assim, a idade da estação arqueológica remontava a muitos milénios, talvez a uns 8 ou 9 mil anos.

Não hesito em confessar que *in loco*, sob a sugestão dos entusiasmos dos meus companheiros, sob aquêle sol rutilante do Ribatejo, ali naquelas paragens famosas — terra sagrada da Pre-história portuguesa — em que Carlos Ribeiro colhera os materiais para a sua hipótese do homem terciário, e verificando quanto os achados do Vale das Lages estavam integrados no terreno, eu cheguei, a-pesar do meu anterior scepticismo, a-pesar das diferenças entre os sílices encontrados e os *eólitos* de Ribeiro e Delgado, a-pesar da percentagem de matéria orgânica nos ossos, a-pesar da presença dos sílices geométricos e até da pequena profundidade do nível ossífero (era de 60^{cm}, mas podia admitir-se que a erosão da superfície tivesse reduzido a profundidade primitiva), eu cheguei — repito — a acariciar uma esperança. Quando na noite de 9, recolhia à hospitalidade da casa dos Patudos, a Alpiarça, confiando a Santos Júnior a conclusão dos trabalhos de exploração, transmiti essa esperança ao sr. Raposo, ao passar na sua quinta do Carregado, e a Romão de Sousa, que regressou comigo para a estação de caminho de ferro. Mas nunca abandonei, entretanto, a atitude de reserva que a serenidade da sciência e os factos registados aconselhavam. Fiz bem assim.

Houve espíritos esclarecidos que se não conformaram fàcilmente com a cronologia que formulei, e insistiam pela possibilidade de se tratar de restos do Homem terciário... que saberia

fabricar sílices geométricos e machados polidos. Alegavam-se, paralelamente a cataclismos geológicos, cataclismos culturais, aliás admissíveis sob certos aspectos, mas inverosímeis neste caso, pois a pre-história categòricamente dá a cronologia muito mais tardia dêsses documentos líticos e o nosso raciocínio conduz a atribuir ao provável Hominídio do terciário uma mentalidade e um génio industrial muito mais rudimentares.

A descrição detalhada da jazida do Vale das Lages e dos seus espólios lítico e osteológico figurará, como já em nota foi dito, num meu artigo duma revista catalã de especialidade. Por agora, limito-me a acentuar o interêsse desta estação duma fase remota do neolítico, pelas suas relações, dum lado, com os « restos de cozinha », mais antigos, de Muge, e, doutro lado, com jazidas neolíticas, como a da Várzea do Lírio, dos arredores da Figueira, estudada por Santos Rocha. Além disso, escasseiam de-veras os documentos paleo-etnológicos do neolítico antigo na Península [1]. Verifica-se emfim que os sílices pigmeus de formas geométricas não são exclusivos de estações pre-neolíticas.

A estação do Vale das Lages corresponde a um período de *iniciação*. Novas culturas estavam germinando. Novos horizontes despontavam. Mas os homens inumados ali não tinham ainda pôsto de parte alguns dos utensílios da humilde cultura represen-

[1] Segundo Bosch Gimpera, a continuidade cultural entre o epipaleolítico (e o protoneolítico) da Península e o neolítico pleno é estabelecida apenas pela arte respectiva (*Ensayo de una reconstrucción de la Ethnologia Prehistorica de la Península Ibérica* — « Bol. de la Bibl. Menendez Pelayo », Santander, 1922, p. 24; vd. também o trabalho, mais recente, de Bosch e Pericot, *Les Civilisations de la Péninsule Ibérique pendant le Néolithique et l'E'néolithique* — « L'Anthropologie », t. XXXV, Paris, 1925). Na minha opinião, contestada por Bosch, há um hiato antropológico entre o epipaleolítico e o neolítico pleno da Península, e a diversidade de tipos antropológicos corresponde a um refluxo das ondas migratórias que no capsense superior se tinham espraiado para França e que, nêsse refluxo, teriam trazido no seu seio novos elementos étnicos. A solução de continuidade cultural corresponderia a um período de *iniciação* nos caracteres fundamentais da cultura neolítica, sem diferenciações locais que só mais tarde se dariam. Essa iniciação cultural teria sido paralela ao ingresso na Península de novos elementos antropológicos caucasóides, vindos de Além-Pireneus (Vd. meu livro *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Pôrto, 1924, p. 180, 187, 200 e segs.)

tada nos «restos de cozinha» ribatejanos, cultura de provável origem meridional, talvez norte-africana.

Ainda não iam longe os tempos em que o mísero *Homo tagânus*, as pobres populações de Muge, tinham erguido esses monticulos de detritos que, na sua ingénua rudeza e na sua indigência,

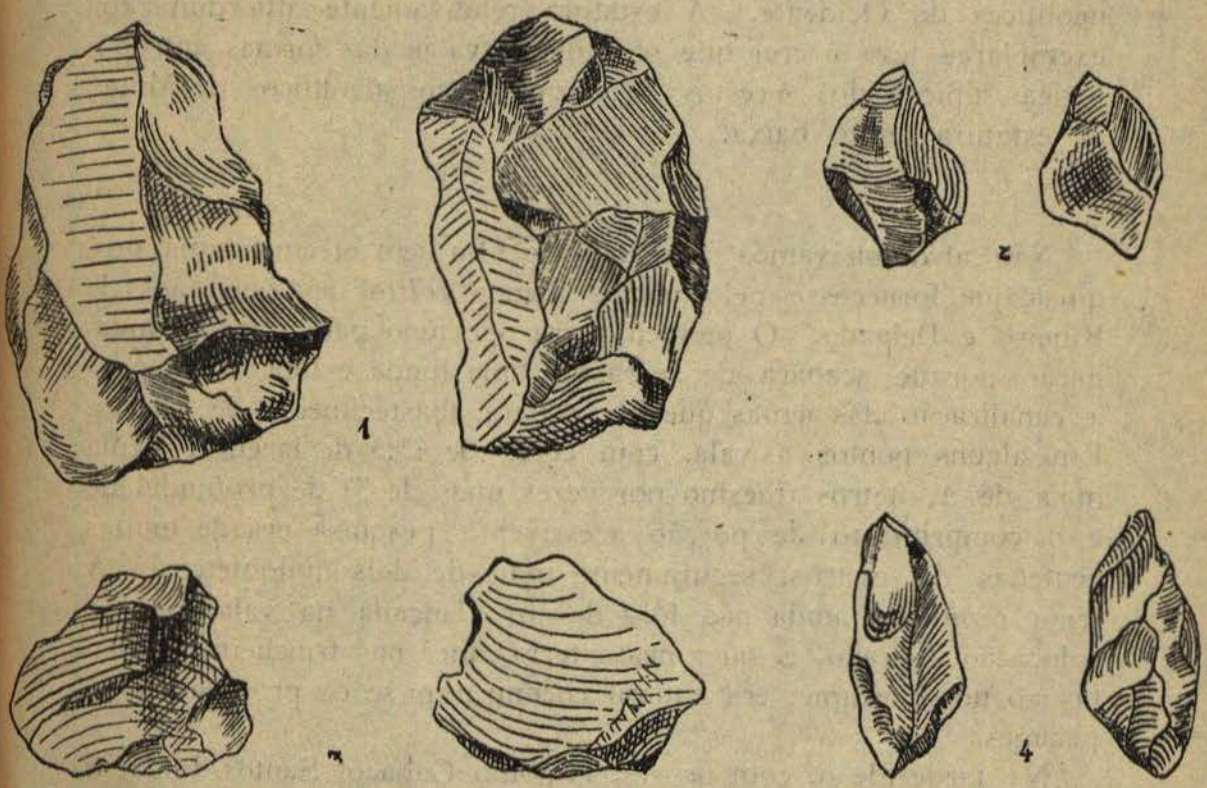


FIG. 2 — EÓLITOS DO REGUEIRÃO DO PINHEIRÃO

são os monumentos venerandos em que se abrigaram os despojos funerários e culturais de tão remotos povoadores da terra portuguesa...

O estudo dos precários restos esqueléticos do Vale das Lages permite concluir que se tratava provàvelmente de dois indivíduos, um dos quais seria um adulto masculino, de estatura relativamente elevada, robusto, de dentadura forte e com cúspides bem nítidos, de tíbias platicnémicas (ou em forma de lâmina de sabre), e talvez com uma forma craniana de tendência braquicéfala.

Outro seria menos corpulento, de idade porventura mais avançada, de ossos mais delicados e pequenos, com os dentes também mais pequenos e muito desgastados — talvez uma mulher.

Todos estes restos são, sem dúvida, referíveis ao *H. recens*, mas não é possível determinar a raça sôbre tão escassos documentos. Alguns caracteres, como a platicnemia, a morfologia craniana, etc., estão de acôrdo com o que se sabe de algumas populações neolíticas do Ocidente. A estatura relativamente alta dum dos exemplares leva a crer que se não tratava já das formas antropológicas típicas dos «restos de cozinha» epipaleolíticos de Muge, de estatura muito baixa.

Não abandonávamos a região de Ota sem efectuar uma pesquisa que fornecesse pelo menos alguns *eólitos* análogos aos de Ribeiro e Delgado. O momento era oportuno para uma tal indagação porque acabara de se rasgar uma funda e longa vala para a canalização das águas que segue para abastecimento de Lisboa. Em alguns pontos a vala, com cêrca de $1^{m},5$ de largura, media mais de 2 metros (mesmo por vezes mais de 3) de profundidade e o comprimento da porção acessível à pesquisa era de muitas centenas de metros, seguramente mais de dois quilómetros. A terra removida ainda não fôra de novo lançada na vala, após a colocação do cano, e, quer nessa terra, quer nas trincheiras expostas ao nosso exame, era natural encontrarem-se os procurados espécimes.

Na tarde de 9, com os srs. Hipólito Cabaço, Santos Júnior e Romão de Sousa, percorri a vala e as proximidades do reservatório e da ponte da ribeira de Ota. No dia seguinte os srs. Cabaço e Santos Júnior concluiram a colheita, que foi relativamente abundante, tanto junto do cano das águas como no próprio cabeço da Quinta das Lages e no regueirão do Pinheirão. A região explorada por Carlos Ribeiro fôra, sobretudo, na margem oposta da ribeira, mais perto da localidade de Ota.

Os exemplares por nós agora recolhidos provêm não só da superfície do terreno como da terra revolvida para o assentamento da canalização e ainda dos próprios cortes do terreno obtidos com a escavação da vala. As dúvidas de Nery Delgado e de alguns membros do Congresso de 80 sôbre a proveniência dos sílices e quar-

tzites apresentados por Carlos Ribeiro não devem subsistir. Muitos dos supostos eólitos que obtivemos, dotados duma forma idêntica à dos exemplares do eminente geólogo português, foram indubitàvelmente destacados do interior dos grés miocenos pela escavação efectuada.

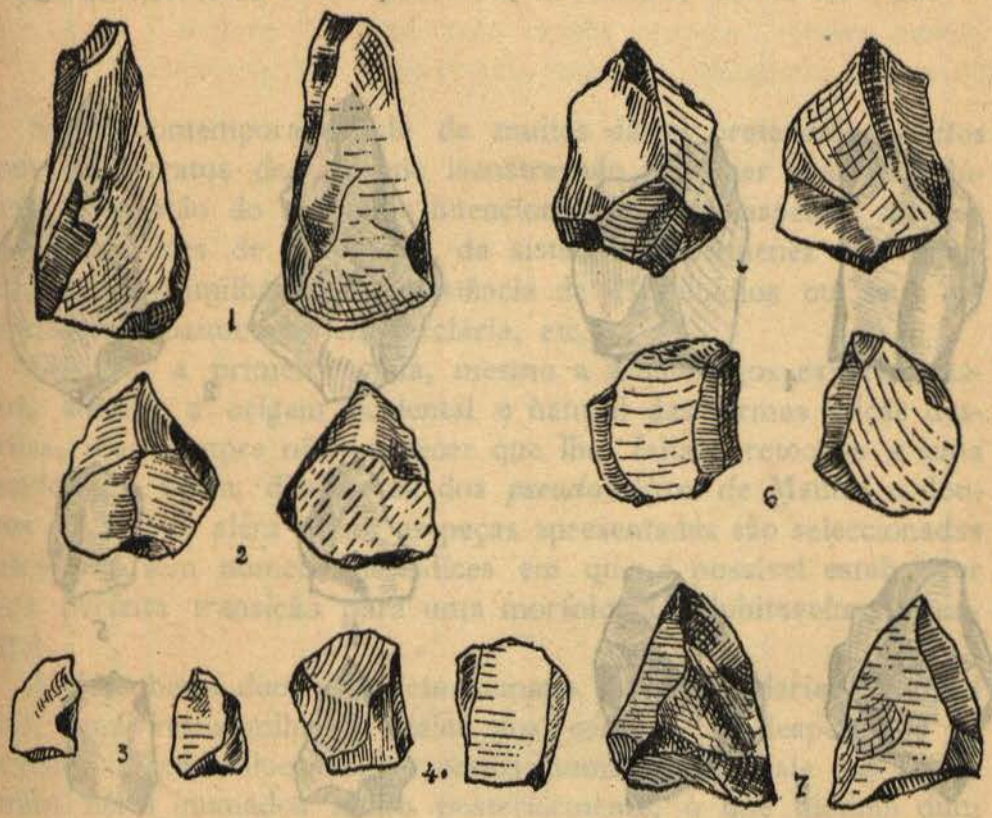


FIG. 3 — EÓLITOS DO CABEÇO DA QUINTA DAS LAGES

Os desenhos anexos a êste artigo (fig. 2, 3 e 4) darão uma ideia das formas de alguns espécimes, entre outros cujos aspectos muito dificilmente seriam atribuíveis a um primitivo talhe intencional e em que a falta de pátina fazia crêr na produção recente de lascas, talvez mesmo no momento das escavações, sob o choque dos utensílios empregados pelos cavadores.

Nenhum dos exemplares apresenta retoques e uma morfologia bem típica, denotando um talhe sob um plano preconcebido. Al-

guns, como o n.º 3 da vala do cano de águas de Ota e o n.º 3 do regueirão do Pinheirão, apresentam conchóides de percussão. No segundo, o conchóide é bem visível numa das faces, côncava, sendo também visíveis o plano e a esquílula de percussão. Êste exemplar, como os n.ºs 1 e 2 da mesma proveniência, é de sílex amarelado e tem as arestas cortantes. É convexo na outra face e de secção pouco espêssa. O n.º 2 é irregu-

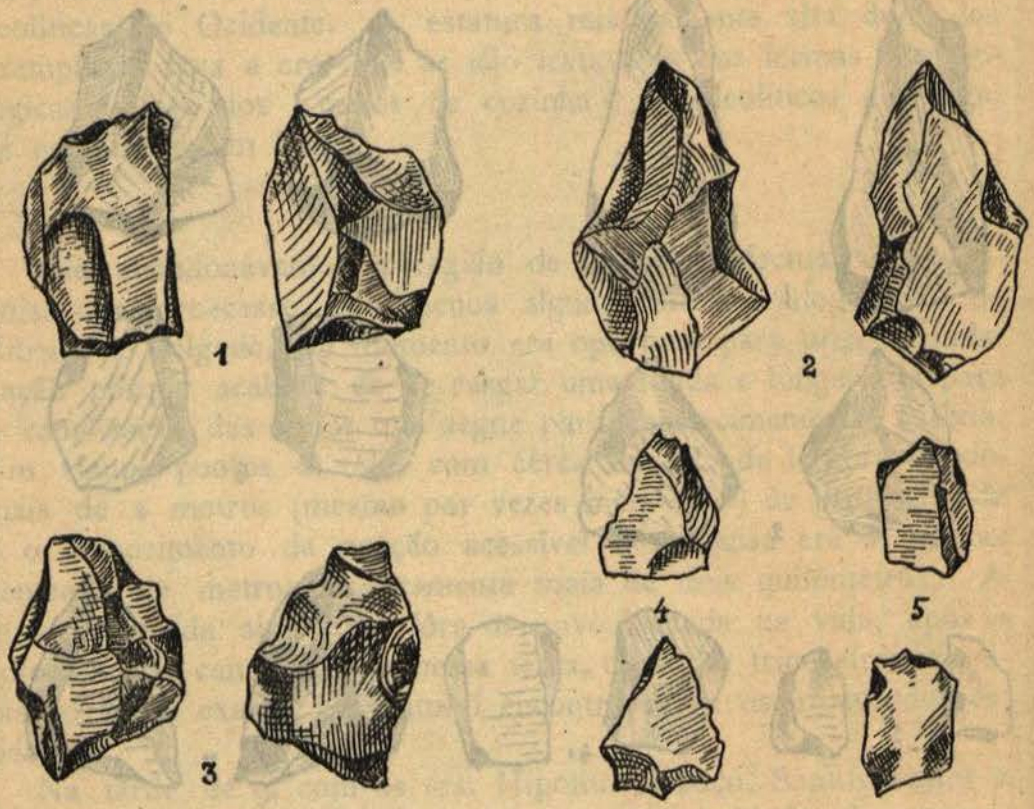


FIG. 4 — EÓLITOS DO CANO DE ÁGUAS DE OTA

lar, e o n.º 4 apresenta a superfície rugosa em grande parte, tem as arestas embotadas e é revestido de pátina esbranquiçada.

Os exemplares desenhados, provenientes da vala para a canalização, são muito bem patinados, com excepção do n.º 5. Também são muito bem patinados quasí todos os do cabeço da Quinta das Lages.

Se nalguns espécimes havia fracturas recentes, produtos talvez do choque da enxada ou da picareta, abundavam os sílices de

lascas indiscutìvelmente antigas. As semelhanças entre muitos dos nossos exemplares e os descritos por Carlos Ribeiro são grandes. Um dêles, o n.º 2 da vala, é duma flagrante analogia morfológica e dimensional com um espécime de Ota, figurado por Mortillet em *La Préhistorique* [1].

Como os anteriormente encontrados, os agora obtidos *são de pequenas dimensões* [2].

Se a contemporaneidade de muitos dêstes pretendidos *eólitos* com os estratos do mioceno lacustre não pode ser posta em dúvida, a questão do seu talhe intencional fica em suspenso, a-pesar dos conchóides de percussão, da sistemática pequenez dos objectos, da verosimilhança da existência de Hominídios ou seus ascendentes próximos na era terciária, etc.

Custará, à primeira vista, mesmo a arqueólogos experimentados, admitir a origem acidental e natural das formas líticas descritas, mas cumpre não esquecer que lhes faltam retoques e uma morfologia típica, distinta da dos *pseudo-eólitos* de Mantes e doutros pontos, e, além disso, as peças apresentadas são seleccionadas entre um sem número de sílices em que é possível estabelecer uma perfeita transição para uma morfologia indubitàvelmente natural.

A descoberta dum esqueleto humano seu coevo daria, como foi dito, uma verosimilhança maior aos *eólitos*. A despeito de os terrenos serem miocenos, os restos humanos do Vale das Lages foram nêles inumados *muito* posteriormente, o que diminui dum modo considerável a importância da jazida, entretanto interessante, como vimos, sob outros aspectos.

A-pesar-de não remontar ao terciário, nem sequer ao pleistoceno — longe disso —, o Homem do Vale das Lages viveu há muitos milhares de anos e é de crer que devamos proclamá-lo como

[1] Op. cit., p. 84, figs. 13 a 14.

[2] Todos os desenhos que acompanham êste artigo foram reduzidos a $^2/_3$ das dimensões naturais dos objectos, e foram feitos pelo sr. Cipriano de Oliveira e Silva. Os exemplares desenhados pertencem ao Instituto de Antropologia da Faculdade de Sciências do Pôrto.

um dos nossos distantes avoengos com mais justo título do que tem sido feito ao Homem de Muge.

Mas o próprio esclarecimento de muitos problemas referentes a estas épocas, bem menos recuadas de que os longínquos tempos geológicos, ainda se não pôde fazer dum modo definitivo. Há muito que pesquisar e muito que corrigir.

Duma tal tarefa surgirão os melhores estímulos para um nacionalismo salutar, assente sôbre uma nítida consciência étnica e sôbre uma inteligente e segura compreensão do passado.

A. A. MENDES CORRÊA



TERRINA DE PRATA, EXECUTADA EM 1755-1756, por FRANÇOIS-THOMAS GERMAIN

A BAIXELA GERMAIN

Quis um acaso feliz que a monografia que o Marquês da Foz me entregou em 1916, e que várias vicissitudes fizeram que só agora viesse a público, aparecesse precisamente quando, por minha iniciativa, parte da baixela Germain e outras peças de ourivesaria francesa que a ela andam juntas, deram entrada no museu a meu cargo. Ao expô-las ali a todos os que amam verdadeiramente a arte entre nós, uma das maiores satisfações que isso me trouxe foi o ter podido concorrer assim, embora só em parte, para a realização do voto expresso nessa monografia por aquele ilustre coleccionador, que, pela sua cultura especial e admirável bom gôsto, tem o seu lugar marcado entre os grandes amadores de arte de fama mundial, como o francês Crozat e o holandês Gerritt Braamcamp.

Não me pertence a mim, pelas condições em que me coloca a dedicatória que abre a monografia, nem escrever o seu estudo crítico, nem traçar o perfil dêsse gentil-homem da arte que, no seu Palácio da Praça dos Restauradores, teve o talento de dar, à sociedade arruinada e de péssimo gôsto do seu tempo, a ilusão de outras épocas de grande fausto e requintado sentimento artístico. Êsse gratíssimo dever cumpri-lo há, num dos próximos fascículos da LVSITANIA, *outro dos seus redactores.*

Mais vezes e um pouco melhor do que tôda a gente, vi a baixela da antiga côrte portuguesa, por isso que ela fazia parte de bens em cujo inventário artístico intervim. Pelo que respeita, porém, a essas peças, a preocupação das pessoas que fizeram o inventário foi apenas colocá-las, por uma descrição precisa, mas sumária, em condições de não poderem ser desviadas. Não se fêz, portanto, nem havia tempo para isso, um estudo especial delas. E assim nada tem, que eu saiba, essa comissão com as marcas

indicadas no inventário de 1921, que é, de resto, posterior em muito àquele em que colaborei.

Agora, porém, que foi recolhida parte da baixela no museu, o caso era diferente, e, sem pôr de lado as indicações daquele inventário, pensei logo em o rever, acrescentando-o, sôbre-tudo, com as reproduções e leituras *de tôdas as* marcas *que as peças tivessem. Êsse seria o verdadeiro esbôço do catálogo a fazer, catálogo em que caberão também tôdas as demais notas críticas e históricas que sôbre as peças se forem recolhendo.*



I *II* *III*

JARRO E BACIA DE SANGRAR

I. PUNÇÃO DO OVRIVES ANTOINE-SEBASTIEN DURAND. — II. PUNÇÃO DO «FERMIER» JULIEN BERTHE (1750-56). — III. PUNÇÃO DA CORPORAÇÃO DOS OURIVES INDICANDO O ANO (A LETRA *M* REFERE-SE AO ANO «1752-1753»)

Preocupado com outros assuntos mais urgentes, deixei isso para outra e oportuna ocasião, e limitei-me, ao escolher as peças, a juntar, ao jarro marcado com as letras A. S. D., ou seja o punção do mestre-ourives Antoine-Sebastien Durand, a respectiva bacia de sangrar, separada dêle e dada ainda como obra de François-Thomas Germain, ao mesmo tempo que punha em relêvo o valor excepcional dessas duas peças, sôbre-tudo da primeira, e do copo com tampa (açucareiro?) e ainda do oveiro, peças que juntei ao famoso saleiro, considerado, até agora, como a única obra que restava do pequeno serviço de oiro, de 1764.

A leitura atenta, porém, do documento relativo à encomenda feita pelo Duque de Aveiro a Godin, documento encontrado pelo Marquês da Foz e que fêz dar àquele ourives francês a autoria das dezasseis figurinhas de vermeil *representando oito países, e a aproximação das iniciais do nome dêste ourives: E. F. G. com as que o catálogo de 1921 dá como as puncionadas nas figurinhas, ou sejam: A. F. G., fizeram com que eu ficasse em dúvida sôbre essa*



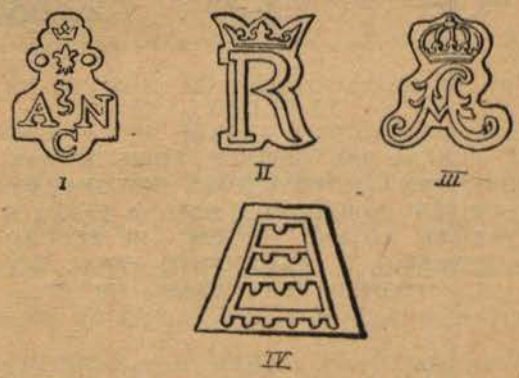
FIGURINHA DE PRATA DOURADA, REPRESENTANDO UMA CHINESA, EXECUTADA EM 1757-1758, por AMBROISE-NICOLAS COUSINET



FIGURINHA DE PRATA DOURADA, REPRESENTANDO UM FRANCÊS, EXECUTADA EM 1757-1758,
por AMBROISE-NICOLAS COUSINET

atribuïção, tendo-a ainda sôbre as de outras peças da colecção, pois, em vista do documento, achava estranho que só as figurinhas proviessem da casa de Aveiro.

Fui, por isso, com o conservador do museu, Sr. Luís Keil, verificar a marca dessas figurinhas e o resultado veio dar razão às minhas suspeitas. As figurinhas não são trabalho de Edmé-François Godin, mas sim, certamente, de Ambroise-Nicolas Cousinet, único ourives da época que conheço cujas iniciais concordam com as letras encontradas nessas peças: A. N. C. Mestre-ourives em 1745, apareceu dêle, na Exposição de ourivesaria civil francesa do séc. XVI *ao começo do séc.* XIX, *recentemente organizada, em Paris, no* Pavillon Marsan, *apenas um «cabaret à chocolat», que está datado de 1775-1776 (isto é: de 1 de Julho de um ano a 30 de Junho do outro) e pertence ao Sr. Conde de Camondo.*



FIGURINHAS DE «VERMEIL»

I. PUNÇÃO DO OURIVES AMBROISE-NICOLAS COUSINET. — II. PUNÇÃO DA CORPORAÇÃO DOS OURIVES INDICANDO O ANO (A LETRA *R* REFERE-SE AO ANO DE 1757-1758). — III. PUNÇÃO DO «SOUS-FERMIER», ÉLOI BRICHARD 1756-62. — IV. PUNÇÃO DE «DESCARGA» (PAGAMENTO FINAL DO IMPOSTO DEVIDO) USADO EM 1758

Tendo depois aquele conservador copiado, por indicação minha, as marcas *de tôdas as outras peças entradas agora no museu, verificámos, como eu supunha, que não se limitava àquela a correcção a fazer ao que, há muito, corre mundo, pela pena, aliás autorizadíssima, de Germain Bapst* (L'orfèvrerie française à la cour de Portugal au XVIII siècle — Paris, 1892), *pois outras peças há, até agora atribuídas a François-Thomas Germain, que não são dêste artista e algumas não devem mesmo ter sido encomendadas pela côrte portuguesa. Refiro-me a parte dos castiçais, a que*

devem pertencer serpentinas, nesse caso também erradamente atribuídas a êste ourives. Êsses castiçais, de um tipo diferente dos que têm o punção de François-Thomas, são puncionados por Louis-Thomas Lehendrick e, tendo a mesma data (1757-1758) das figurinhas, devem ser os que serviam de base às serpentinas a que se refere o documento da encomenda a Godin.



I *II* *III*

SERPENTINAS

I. PUNÇÃO DO OURIVES LOUIS-THOMAS LEHENDRICK. — II. PUNÇÃO DA CORPORAÇÃO DOS OURIVES INDICANDO O ANO. (A LETRA *R* REFERE-SE AO ANO 1757-1758). — III. PUNÇÃO DE « DESCARGA » (PAGAMENTO FINAL DO IMPOSTO DEVIDO) USADO EM 1758

No próprio toucador, datado de 1764, e que é, do que mandou para Portugal François-Thomas, o que apresenta um conjunto mais harmónico, há uma peça, mas secundária, a espevitadeira, que não tem o punção dêste artista, mas sim de dois outros, sendo, um dêles, Pierre Germain II e, o outro, um ourives cujo punção é feito com as letras D. F. (Denis Frankson).

Como algumas das outras peças que andam juntas à baixela, os quatro vasos de gelar vinho têm o punção de Robert-Joseph Auguste, e, pelo brasão que têm gravado, e é da época, devem ter sido encomenda do Conde de Povolide, D. Luís da Cunha.

A conclusão mais importante a que, com êste exame, cheguei é, sem dúvida, a relativa a Edmé-François Godin que, na encomenda, não passou de um intermediário e que, em virtude do êrro de interpretação do documento encontrado pelo Marquês da Foz, tem sido, indevidamente, tido como o autor de uma das mais belas e representativas peças da ourivesaria francesa do séc. XVIII. *Assim fica êsse êrro corrigido agora e o verdadeiro autor do trabalho,*

Ambroise-Nicolas Cousinet, com uma obra que lhe dá um lugar de honra entre os melhores ourives do seu tempo.

Obtidas pelo processo precioso da cera perdida, com excepção das bases, cuja fundição pelos tasseis *é menos delicada, nada pode imaginar-se de mais gracioso e ao mesmo tempo de mais sóbrio e robusto do que essas figurinhas, e o seu estilo, tanto como a sua factura, fazem pensar nesse mestre inconfundível, cujas sólidas raízes flamengas não desnaturaram e antes favoreceram uma das afirmações mais originais e características da arte francesa do século* XVIII: *Wateau. Verdadeira transposição, em prata doirada, das personagens mais típicas daquele artista, não seria assim de surpreender que o trabalho de Cousinet — sem dúvida o autor dos modelos em cera — tivesse como elemento inicial desenhos do grande mestre do «Embarquement pour Cythére». O caso não era novo em França, e, entre nós, ha dêle o exemplo conhecido de Sequeira desenhando a baixela que foi oferecida ao Duque de Wellington e que, sob a direcção daquele pintor português, foi depois realizada pelos modelos em barro do escultor Machado de Castro.*

Seja, porém, como fôr, o que é certo é que essas dezasseis figurinhas, simbolizando oito países, são do melhor que a ourivesaria francesa do século XVIII *produziu e bem representativas do génio e da arte desta nação nessa época, não lhe faltando sequer, com o par de chineses, êsse sabor de exotismo, meio oriental, meio parisiense, que, embora fugaz, é uma das notas mais originais e sugestivas da arte de então.*

Pena é só, e o facto é bastante estranho, que, entre todos esses pares, não haja um único que seja a tradução, ainda que imperfeita ou mesmo inteiramente errada, de um casal das nossas províncias tradicionais. Seria, na verdade, interessante ver como é que o artista francês o imaginava e a que fantástico guarda-roupa ia buscar as vestimentas com que tinha de cobrí-lo.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.



JARRO DE PRATA DOURADA, EXECUTADO EM 1752-1753,
por ANTOINE-SÉBASTIEN DURAND

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

JOÃO DIAS DE SOLIS, PILOTO PORTUGUÊS

JOÃO Dias de Solis, o navegador que se celebrizou ao serviço de Espanha e tentou a empresa de Magalhães, de circumnavegação da América austral, não passando além do rio da Prata onde encontrou a morte, era um piloto português. Don José Toríbio Medina, o autor da monumental memória impressa em 1920 sôbre Fernão de Magalhães, publicou no ano de 1897, em Santiago de Chile, uma obra em dois pequenos volumes, intitulada *Juan Diaz de Solís* cujo primeiro capítulo é dedicado à investigação da pátria de Solis, concluindo por considerá-lo português e como tal o designando depois sempre, na seqüência da obra. A sua demonstração, deduzida com segura lógica, é um modêlo de imparcialidade pois declara com nobre franqueza: « Hemos querido hacer notar estas circumstancias, hasta ahora por nadie observadas, como homenaje á la verdad que perseguimos, para que se crea que en esta investigacion no nos guia propósito alguno preconcebido, que en todo caso resultaria opuesto á nuestros deseos, ya que quisiéramos ver á Diaz de Solís español y no portugués » [1].

As provas apresentadas por Medina, da naturalidade portuguesa de João de Solis, nem sempre têm sido aceites como seguramente concludentes. Assim, o autor de um excelente livro, publicado em 1922 pelo Centro oficial de estudos americanístas de Sevilha, intitulado « El piloto mayor de la Casa de la Contratacion de Sevilla », o sr. Don José Pulido Rubio, embora prestando justa homenagem às grandíssimas qualidades de investigador, grande cultura

[1] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solis*, Santiago de Chile, 1897, vol. I, págs. XIX e XX.

e profundos conhecimentos de Medina, não se mostra por êle convencido neste ponto especial. Por isso no Capitulo I da segunda Parte da sua tão interessante e tão útil obra, intitulado «Pilotos Mayores exploradores y extranjeros», em que se ocupa de Américo Vespúcio, João Dias de Solis e Sebastião Caboto, declara que o segundo não figura nêle pela sua qualidade de estrangeiro: «No figura en el, por su calidad de extranjero, porque dudándose como se duda de su nacionalidad, nos decidimos por la solucion favorable a nuestra Patria, hasta que otra cosa en contrario se pruebe mediante la exposición de documentos que terminen de una vez para siempre con la disputa».

Ora sucede que novos documentos, desconhecidos de Medina, vem completar e confirmar as deduções por êle feitas, não podendo haver mais dúvidas a tal respeito. Foi o sr. Dr. António Baião quem primeiro chamou a atenção para um trecho dos *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, que tinha passado despercebido apesar de correr impresso desde o século XVI, pelo qual se fica sabendo a época da ida de Solis para Castela, 3 de Abril de 1506, e o motivo da sua fuga para lá: ter assassinado a mulher. Em 1907 publicou, pela primeira vez, Eugénio do Canto a carta de D. Manuel ao Rei Católico, de 22 de Setembro de 1512, que certifica de um modo categórico a nacionalidade do piloto. D. Fernando resolvera mandar a Malaca e extremo Oriente uma armada, sob o comando de João Dias de Solis, para fazer a demarcação do que pertencia a Castela e a Portugal. D. Manuel, nessa carta, reclama junto do sôgro contra a ida de Solis a tal demarcação, «porquanto aquele Joham Diaz *piloto portugues*, que me he dito que vai por Piloto da dita armada, ha ja annos que he banido e homiziado de meus Reynos por seus delitos que ho obrigam a pena de morte». Estes dois passos, o desta carta e o dos *Comentários*, são já citados por Esteves Pereira no Cap. XII da *História da Colonização portuguesa do Brasil*, vol II, intitulado «O descobrimento do rio da Prata», na parte relativa a Solis. Mas o autor dêste belo e substancioso capítulo faz, neste ponto especial, considerações que julgamos poderem trazer confusão ao leitor. Parece-nos conveniente uma simples exposição dos factos averiguados, embora um pouco extensa, sem acrescentamento de hipóteses não documentadas, a qual, por si só, põe a claro a verdade.

JOÃO DIAS DE SOLIS

A Imprensa da Universidade de Coimbra publicou em 1922 uma nova edição dos *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, dirigida pelo sr. Dr. António Baião que, no Prefácio, aponta o passo do Cap. VII da Parte primeira em que se descreve a partida para a Índia da grande armada de Tristão da Cunha em 1506, e que é do teor seguinte: «Ordenado tudo isto, tendo Tristão da Cunha sua armada prestes em Belém, a qual fez com muito trabalho pela muita peste que avia na cidade, e muita falta de gente para levar, partio-se a cinco Dabril pela menhãa, e foi logo pela barra fora com toda a armada, tirando Afonso Dalboquerque, que ficou em Belém na náo Cirne, em que hia por capitão, esperando por hum piloto, que mandára pedir aos officiais delRey (por aver dous dias que o seu chamado João de Solis fugira pera Castela por matar sua molher)» [1].

Os *Comentários* tiveram a sua primeira edição em 1557, mas o seu autor, Afonso de Albuquerque, filho, publicou ainda uma segunda edição, por êle emendada, em 1576. A edição da Imprensa da Universidade de Coimbra reproduz a de 1576. O trecho da edição de 1557, correspondente ao passo acima transcrito, é o seguinte: «... e ficou Afonso dalboquerque que era capitam do Cirne em Belem, esperando por hum piloto que nam tinha, por aver dous dias que Joam de Solis, que com elle avia dir por seu piloto, fogira pera Castella, por matar sua molher: o qual Joam de Solis, depois de ser lá foy por mandado del rey dom Fernando descobrir parte do Brasil até o rio de sam Vicente» (*Comentários*, 1.ª edição, fl. XIV, v.º). Há pois nesta primeira edição mais uma notícia a respeito do piloto fugido: descobrira depois, por mandado do rei D. Fernando, parte do Brasil até o rio de São Vicente. Ora êle, na sua última expedição, avançou mais para o sul, até o rio da Prata, onde foi morto pelos indígenas, e o seu fim não era descobrir a costa brasileira mas sim procurar passagem para o Pacífico, então chamado mar do Sul. Em Portugal, como veremos, estava-se mal informado a respeito das viagens de Solis ao serviço de Espanha, a última das quais foi preparada com grande segredo. Albuquerque filho, ao revêr a

[1] *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, Coimbra, 1922, Vol. I, pags. 20 e 21.

sua obra, não confiando decerto nos seus conhecimentos sôbre as viagens do piloto fugido para Castela, prefere não se ocupar delas, limitando-se ao episódio que resume na frase encerrada entre parêntesis: «por haver dous dias que o seu [piloto], chamado João de Solis, fugira para Castela por matar sua mulher». Êste é o facto narrado nas duas edições e portanto duas vezes testemunhado pelo próprio filho do grande Afonso de Albuquerque.

O autor dos *Comentários* dá, na sua dedicatoria de 1557 a D. Sebastião, duas razões principais para a sua obra, expondo assim a segunda: «A outra foi, ver eu como os que escreveram a história da India (com tanto trabalho e louvor de seus engenhos) ou por terem uma ocupação geral em contar tudo o que aconteceo aos Portugueses naquelas partes, des o principio de seu descobrimento, ou por falta de informações que tiveram, passaram brevemente por muitas cousas que Afonso Dalbuquerque passou nesta conquista». A queixas desta espécie responde João de Barros no saboroso prólogo da *Década* segunda, quando se desculpa de não poder satisfazer os desejos de toda a gente. Aí se lê este preceito: «Agora que o edificio começa a ser posto em vista de todo o Mundo,... convem escolhermos pedras lavradas e polidas dos mais ilustres feitos, que para efeito desta obra concorreram; e dos miudos, por a grão multidão deles, e não fazer muito entulho, não faremos conta, que quanto forem necessários para atar e liar a parede da historia». Voltando ao nosso caso especial, não deve admirar-nos que nem Barros, nas *Décadas*, nem Castanheda, na *Historia do descobrimento e conquista da India*, nem Goes, na *Crónica de D. Manoel*, mencionem, ao descrever a partida da esquadra de Tristão da Cunha, aquele pormenor da fuga do piloto da nau Cirne, cujas navegações de descobrimento se fizeram depois ao serviço de um rei estranho, e de que não tratam. Damião de Goes apenas se ocupa de Solis, a propósito do roubo de pau brasil feito em 1516 no cabo de Santo Agostinho pelas naus espanholas que regressavam do rio da Prata, no passo do Cap. XX da quarta Parte da *Crónica de D. Manoel*, que adiante transcrevemos e que assim começa: «Per erros que hum piloto Portugues per nome Jam Diaz Solis cometeo, fugio destes Regnos e se foi a Castela...». Dos historiadores da India só Gaspar Correia nas *Lendas da India* (Tomo I, pag. 661), narrando a partida da armada de Tristão da Cunha, menciona o episódio da fuga do piloto de

Albuquerque: «Saíu toda a armada de fora, somente Afonso de Albuquerque, que ficou no rio dous dias aguardando pelo seu piloto, que lho não acharam, porque nestes dias matou a mulher, e fugiu para Castela». Deve notar-se que Gaspar Correia foi na India um dos escrivães do expediente ordinario de Afonso de Albuquerque, a quem deve ter ouvido narrar aquele episódio. O nome do piloto, porém, ou lhe esquecera, quando mais tarde escreveu as *Lendas*, ou não o menciona por ser de um personagem de quem se não ocupa depois.

Se insistimos sôbre a fácil explicação do silencio dos historiadores, a respeito de um episódio que não importava à seqüência das suas narrativas e que naturalmente só aparece completo numa obra de assunto mais limitado, como são os feitos de Albuquerque, descendo-se a particularidades que o seu autor sabia melhor que ninguem, é porque nos parece bem claro que desta omissão dos cronistas se não pode inferir a conclusão de Esteves Pereira quando diz: «Estas omissões podem fazer suspeitar que o nome de João de Solis é devido a confusão do autor dos *Comentarios*»[1]. É certo que com estas palavras não quere êle pôr em dúvida a identidade do piloto da nau Cirne, fugido em 1506, com o João Dias de Solis, navegador ao serviço do Rei Católico, identidade que aceita inteiramente, como resulta do que a seguir escreve quando, a propósito da frase de D. Manuel «homiziado do meu reino por delitos que o obrigam a pena de morte», afirma: «Os delitos eram *sem dúvida o assassinio de sua propria mulher* e porventura o roubo, perpetrado em companhia dos franceses, da caravela que voltava da Mina». Julga, porém, Esteves Pereira que o piloto só adoptou o apelido Solis, de cuja proveniencia depois nos ocuparemos, quando refugiado em Espanha, pois (ainda na mesma página) formula esta hipótese: «O piloto acrescentaria este apelido ao seu nome, para mais facilmente ser admitido ao serviço de Espanha, e por ventura para desviar a atenção das autoridades portuguesas que tinham pedido a sua entrega». Há aqui um equívoco. De Portugal não foi pedida a entrega do piloto fugido em 1506, pelo menos não é conhecido documento de que tal conste. Foi onze anos antes que o rei D. João II pediu aos

[1] *Historia da Colonização portuguesa do Brasil*, vol. II, pág. 374.

Reis Católicos a prisão de um piloto João Dias, refugiado em Espanha, caso diferente, de que nos vamos ocupar. A suposição do piloto da nau Cirne só em Espanha ter tomado o segundo apelido não é comprovada por documento algum e é contrariada pelo testemunho do filho de Afonso de Albuquerque que, em ambas as edições da sua obra, o dá com o nome João de Solis no mesmo ano de 1506, testemunho que tem de aceitar-se como bom e não pode rejeitar-se sem motivo claramente fundamentado, o qual não foi aduzido. De resto tal questão sôbre o apelido seria secundária desde que se aceita a identificação das pessoas. Mas uma investigação naturalmente se impõe: havia ao tempo em Portugal quem usasse o apelido Solis? Sabe-se que havia, no norte pelo menos, na vila de Monção, como se verá.

É já muito conhecida a requisitória, com data de 29 de outubro de 1595, em que os reis Fernando e Isabel ordenavam às suas justiças a prisão de um piloto português João Dias, por alcunha o *Bofes de Bagaço* (naturalmente pelo seu hálito aguardentado), dizendo aos seus corregedores, alcaides-móres e alguazis: «sepades quel serenísimo Rey de Portugal, nuestro hermano (D. João II, falecido quatro dias antes), me envió facer saber que Juan Diaz, piloto, llamado Bofes de Bagazo, natural de su reino de Portogal, andando en compañia de ciertos franceses, robaron una carabela del dicho Rey, que venia de la Mina, en que robaron más de 20.000 doblas, al cual dicho piloto diz que copo su parte de este dinero, é que ha sabido que está en estos nuestros reinos, sobre lo qual me envió una pesquiza que sobre ello se hizo...»[1]. O capítulo CXLVI da *Crónica delrei D. João II* de Garcia de Rezende trata «Do que el Rei fez sobre uma caravela da Mina que lhe tomaram os franceses». Tendo os franceses tomado uma caravela vinda da Mina com muito ouro, D. João II mandou apresar todas as naus francesas que estavam em Lisboa, Pôrto, Aveiro, Setúbal e Algarve. Os donos das naus recorreram ao rei de França que logo mandou entregar a caravela com todo o ouro sem faltar uma dobra, apresentando

[1] Navarrete, *Coleccion de los viages*, tomo III, Madrid, 1829, pág. 505. Medina, *Juan Diaz de Solis*, vol. I, pág. XXV. *História da colonização port. do Brasil*, vol. II, pág. 387.

desculpas ao rei português. D. João II, sabendo pela pesquiza, mandada fazer sôbre a tomada da caravela, que nela tivera parte o piloto português João Dias, refugiado em Castela, requisitou para lá a sua prisão. A êste respeito diz Esteves Pereira: «A identificação do piloto João Dias, chamado *Bofes de Bagaço*, a que se refere a requisitória dos reis de Castela, datada de 29 de outubro de 1495, com o piloto João de Solis, que em 1506 devia ir na nau *Cirne*, de Afonso de Albuquerque, como se refere nos *Comentários*, tem sido admitida por diversos escritores, e principalmente Toríbio de Medina» [1]. Há aqui alguma confusão. Medina não faz propriamente esta identificação, pois desconhecia o passo dos *Comentários* aludido. Sabendo pela referência de Damião de Góis e outras, adiante transcritas, que João Dias de Solis se refugiara em Espanha por crimes cometidos em Portugal, ignorando porém o assassinato da esposa, Medina pensava que o seu principal delito tivesse sido o roubo da caravela da Mina, identificando-o com o «Bofes de Bagaço». Hoje não pode duvidar-se, e a sequência desta exposição acabará de o mostrar, que o seu principal crime foi a morte da mulher. Mas nada se opõe e tudo leva a crêr que êle, tantas vezes designado apenas por João Dias, como veremos, tivesse tomado parte no assalto à caravela. Sendo assim, teria então voltado a Portugal. D. João II morrera em 25 de outubro de 1495, já o rei de França tinha feito restituir todo o roubo, e D. Manuel, precisando dos serviços do piloto, te-lo ía deixado regressar. O seu saber náutico fazia perdoar-lhe os delitos. Esta identificação, porém, se importa para o conhecimento da biografia do piloto, não nos é necessária para o estabelecimento da sua nacionalidade.

Começando por notar que Medina demonstra claramente que as supostas viagens de Solis, ao golfo de Higueras em 1499 e a Yucatan em 1506, em companhia de Yañez Pinzon, são puramente imaginárias [2], sigamos a vida do piloto emigrado desde Abril de 1506. O seu ingresso ao serviço de Espanha com título oficial deve ter-se verificado nos primeiros dias do ano de 1508 [3]. Resi-

[1] *Historia da colonização port. do Brasil*, vol. II, pág. 374.
[2] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solís*, vol. I, capitulos II e IV.
[3] *Ibidem*, vol. I, pag. CXV.

dia a êsse tempo em Lepe, e os oficiais da Casa da Contratação de Sevilha recebiam-no como piloto para se aproveitarem da sua perícia náutica. Chamado a Burgos, tomou parte com Américo Vespúcio, Juan de la Cosa e Vicente Yáñez Pinzón na conferência convocada pelo rei D. Fernando, e efectuada em meiados de Março, para se tomarem as medidas necessárias ao progresso das navegações e descobrimentos. Então se definiram as atribuições do cargo de piloto-mór, que recaiu em Américo Vespúcio, o qual devia instruir e examinar todos os pilotos das Índias Ocidentais e superintender, com os oficiais da Casa da Contratação, no estabelecimento do Padrão real, carta-inventário de todas as terras descobertas, que havia de servir de modêlo das cartas de marear. Então se resolveu enviar uma expedição de duas caravelas em que iriam Solis e Vicente Pinzon em direcção ao Ocidente para a parte do norte, « à la parte norte facia el ocidente », segundo a capitulação de 23 de março, « para descobrir aquel canal ó mar abierto » que esperavam achar ao norte do equador para seguir caminho, através da América, para o mar da Índia e da China. João Dias de Solis (Juan Diaz de Solis é o nome por que é designado na capitulação), nomeado piloto real, comandaria a derrota, Pinzon assumiria o comando da expedição sempre que posessem pé em terra. As caravelas partiram, com efeito, do porto de San Lucar em 29 de Junho de 1508. Não importa aqui qual a derrota seguida. Segundo a versão mais provável, tendo percorrido as costas da ilha de Cuba e dirigindo-se para o continente americano, teriam seguido para o sul e oriente, passando o cabo Grácias a Diós e percorrendo as costas de Venezuela e Brasil até o cabo de São Roque. Qualquer que fosse a derrota, o certo é que regressaram a Espanha em Outubro de 1509, sendo Solis imediatamente preso e processado. Porquê? Pela pouca conformidade que reinou entre êle e Vicente Pinzon, e também, segundo Medina, por ter dirigido a viagem para o sul quando a capitulação de Março a mandava seguir para o norte. Em 1511 era por fim absolvido, mandando-lhe o rei D. Fernando pagar, em 21 de Junho, os soldos em atrazo e fazendo-lhe mercê, em 21 de Dezembro, de 34000 maravedis, a título de compensação pelos prejuizos sofridos durante o processo. Recuperara o favor real. Em 22 de Janeiro de 1512 morria Américo Vespúcio e em 25 de março seguinte era êle promovido ao cargo de piloto-mór de Espanha. Dois dias depois celebrava-se a

capitulação real para que êle fosse efectuar «la demarcacion é límites de la parte de navegacion que pertenesce à la Corona Real destes Reinos de Castilla é á la de Portugal» nos termos do tratado de Tordesilhas de 1494. Devia partir de Cádiz por Março de 1513, dobrar o cabo da Boa Esperança e ir à ilha de Ceilão, a Malaca, ao extremo Oriente, marcar o que pertencia a Castela. Êste projecto de viagem alarmou naturalmente o rei português D. Manuel.

São conhecidas as tres cartas, conservadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo[1], escritas de Logroño, onde se achava a côrte espanhola, pelo embaixador de Portugal, João Mendes de Vasconcelos, ao rei D. Manuel. Na primeira, escrita em 30 de agosto de 1512, começa por dizer: «Senhor: João Dias de Solis, o piloto que me Vossa Alteza escreveu, que lhe disseram que ía a Malaca, está aqui: e mandei-o muitas vezes buscar, e hoje falei com êle e veio com êle um seu irmão que diz que foi à India, e que tem na casa da India mais de trezentos ducados. E o que tomei de João Dias é que há de ir, como vier Abril, com tres navios, a saber: um de 160, outro de 80 e outro de 40 toneis; diz que há de ir ver e demarcar o de Castela; e a prática foi muito larga, e o que dele nela pude tirar é que a êle lhe parece que Malaca cai na demarcação do de Castela. E eu lhe disse tudo o que me pareceu que cumpria a vosso serviço, e êle se me fez muito agravado de Vossa Alteza para que se lhe pague o que se lhe deve na casa da India, e que nem por êles, nem por servir, nem por nada, nunca lhe pagaram um só real de 800 cruzados que diz que tem na casa da India...» Fala também de um ourives, João Henriques, português que estêve na India e que havia de ir por capitão de um dos tres navios, o qual declarava que sabia mais de alturas do que João Dias, e assim um filho seu. O em-

[1] As duas primeiras cartas, com data de 30 de agosto e 7 de setembro de 1512, foram publicadas por Navarrete no tomo III da *Coleccion de los viages y descubrimientos*, e reproduzidas na obra de Medina, *Juan Diaz de Solís*, vol. II, pags. 85 a 98, bem como na *Historia da colonização portuguesa do Brasil*, vol. II, pags. 387 a 389. Estas mesmas cartas, juntamente com a terceira, datada de 5 de novembro, encontram-se nos *Trabalhos náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII*, de Sousa Viterbo, vol. II, Lisboa, 1900, pags. 112 a 118.

baixador João de Vasconcelos tratava de os aliciar, fazendo-os voltar a Portugal, mas tinha poucas esperanças a respeito da vinda de Solis, o qual lhe dizia estar recebendo 200 cruzados por ano, e mais que era piloto-mór, «e outros ventos». Mas o Henriques parecia-lhe que viria por serem, tanto êle como a mulher, portugueses. Daqui se conclui que iguais circumstâncias se não davam com Solis. Com efeito este casara em Lepe com Ana de Torres, espanhola, tendo deste matrimonio dois filhos, Diogo e Luis. A este respeito diz Medina: «Del asiento en que aparece el nacimiento de Diego, resulta que Ana de Torres era la segunda mujer del piloto, y de otros de la misma fuente, que estaba casado con ella desde ántes del mes de Junio de 1511. No sabemos el nombre de la primera mujer, que era, probablemente, portuguesa»[1]. O facto, assim documenlado, de ser Ana de Torres a segunda mulher, tem a triste explicação colhída nos *Comentários:* a primeira morrera às mãos do piloto.

Na primeira carta não se refere o embaixador expressamente à nacionalidade portuguesa de Solis, mas fa-lo na segunda, de 7 de setembro seguinte, na qual entre outros assuntos, trata com mais pormenores do caso que tanto o preocupava, a armada que D. Fernando queria mandar a Malaca. João de Vasconcelos pretendia persuadir o sogro de D. Manoel a não deixar ir Solis nessa armada, por êle não possuir a imparcialidade necessária a um juiz de demarcações. Não o conseguia, porém, como êle confessa: «mas com quanto lhe disse *daquele Piloto português*, nunca me disse que não iria: e pois tenho as mãos nesta materia, darei conta a V. A. do que passei com o piloto». Ora êste «piloto português» é, sem dúvida alguma, João Dias de Solis, cuja reclamação dos 800 cruzados de novo lembra: «Eu o mandei chamar algumas vezes e houve de vir aqui à minha pousada, e eu o cometi por bicos, e achei-o de todo assentado com El Rey vosso Pae; e com êle veio um seu irmão que me disse que se lhe devia na casa da India 300 crusados e ao piloto 800, e que V. A. lhe dera alvarás para que lh'os pagassem e que nunca lh'os pagaram, e etc., e que lhe faziam cá muito grandes partidos». O embaixador prometia-lhe obter do monarca português o perdão do crime

[1] J. T. Medina, *Juan Díaz de Solis*, vol. I, pág. CCCXLIII.

cometido: «e que eu trabalharia todo o que podesse porque V. A. lhe perdoasse e lhe fizesse mercê; e por aqui; e disse-me que já lhe V. A. mandara por aquele irmão um alvará de seguro, mas êle não ousara de lá ir, nem iria, que havia medo que o mandasseis prender e por aqui escusando-se... ».

Inteirado do que se passava, D. Manuel, que estava disposto a não consentir que lhe tocassem na sua cidade de Malaca, resolve intervir directamente, escrevendo ao sôgro a carta de 22 de Setembro de 1512, a que já nos referimos [1], a qual transcrevemos na parte que tão perentoriamente estabelece a nacionalidade portuguesa de Solis: «pero porquamto aquele *Joham Diaz piloto portugues* que me he dito que vai por piloto da dita armada *ha ja anos que he banido e homiziado de meus Reynos por seus delitos que ho obrigam a pena de morte*, pubricamente tem dito e diz que vai a dita Malaca, e he pessoa de máa tençam e sem causa se ha de mim por agravado e notoriamente o diz e segundo sam notificado vai com vontade e preposito determinado de em Malaca entender nem posso ter dele descanço que guardará nisso o que lhe mandardes, que hei por sem duvida que será o que ao dito Johane Mendez respondestes. E nam quizesse Nosso Senhor que dele saisse cousa de que agora nem tempo algum se seguisse nenhum escandalo a que as pessoas desta qualidade não tem tal respeito qual devem, por se arredar todo azo de mal fazer e de tam grande escandalo como seria pera mim justamente tocar-se-me em Malaca, mui afectuosamente vos rogo que vos praza nam enviar na dita armada o dito João Diaz por piloto porque para descobrir a que vos dizeis que a dita armada vai outros pilotos haverá em Castela que o tambem e melhor poderão fazer do que ele e com sua ficada se tirará tamanho inconveniente como será o que se poderia seguir de sua errada e má tenção».

Esta carta parece não ter sido entregue, porque em 5 de Novembro o embaixador diz a D. Manuel: «E na outra carta me

[1] Carta publicada por Eugénio do Canto em 1907, reproduzida na *Historia da colonização portuguesa do Brasil*, vol. II, pag. 389, e na obra actualmente em impressão na Imprensa da Universidade de Coimbra, *Documentos para a historia da expansão ultramarina do povo português*, vol. II, *Brasil*, dirigido por Pedro de Azevedo, pags. 50 e 51. O original está na Tôrre do Tombo, Gaveta 2, maço 10, n.º 12.

escreve Vossa alteza que houve por seu serviço de eu não dar sua carta a ElRei vosso Pae sobre o de Malaca» [1]. Naturalmente não a deu por D. Fernando, antes dela chegar, ter já mudado de projecto, abandonando o daquela viagem de demarcação, como se pode depreender da real cédula, passada em Logroño em 30 do mês de Setembro de 1512 que assim começa: «ElRei—Nuestros Oficiales de la Casa de la Contratación de las Indias que residís en Sevilla. Ya sabéis el asiento questaba tomado con Juan Diaz de Solís para el viaje que había de facer en ir á descobrir, y porque al presente yo he mandado suspender el dicho viaje fasta que se comunique con el Rey de Portogal, mi hijo, lo que toca á aquella navegación...» [2]. Quaisquer que fossem as diligências feitas pelo embaixador português, que neste negócio parece ter usado da maior prudência, o certo é que se não tratou mais de tal viagem.

A carta de D. Manuel é uma certidão autêntica da naturalidade de Solis, pois não pode haver dúvida que é êste «aquele João Dias piloto português» que estava para ir a Malaca, e é absurdo supôr-se que o rei de Portugal, escrevendo ao de Castela, ignorasse ou pretendesse falsear a verdade num ponto tão importante para as suas reclamações, que constituem também um atestado da vida e costumes do piloto. Dos delitos do homiziado «ha já anos», que o condenam a pena de morte, o principal é o assassinio da esposa, cometido havia seis anos, que nos é revelado por Albuquerque filho, confirmado por Gaspar Correia e corroborado pela circunstância mencionada no assento baptismal do filho Diogo, conservado no Arquivo paroquial de Lepe, «Diego, hijo de Juan de Solis é de Ana de Torres, *su segunda mujer*». É possível que entre êles ainda D. Manuel incluisse o do roubo da caravela, se nêle realmente tomou parte, mas êsse delito fôra praticado havia já quási vinte anos, no tempo do rei anterior, e fôra muito atenuado pela solução pronta dada pelo rei de França. Das queixas relativas à falta de pagamento dos 800 escudos devidos pela casa da Índia, expos-

[1] Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos* XVI *e* XVII, vol. II, pág. 118.

[2] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solis*, vol. II, pág. 99.

tas nas cartas do embaixador Vasconcelos, resulta que Solis pilotara ao serviço do rei de Portugal, antes do seu último destino em 1506: a ida para a Índia na nau de Albuquerque, que acompanhava Tristão da Cunha como capitão-mor de seis velas, as quais haviam de andar de armada nas costas da Arábia, comissão importante que exigia para a nau Cirne um piloto de confiança. Até então os delitos de Solis não tinham sido de natureza a impedi-lo de pilotar as naus da sua terra. Depois de homiziado, só mais tarde, em 1512, o rei D. Manuel se dispõe a perdoar ao uxoricida, convidando-o a regressar ao seu serviço, por uma razão de Estado: o perigo de conflitos graves por causa de Malaca, que êle ameaçava declarar incluida na demarcação de Castela.

Apesar de demonstrada assim a nacionalidade do piloto, não podemos deixar de mencionar os outros documentos, emanados de circunstâncias supervenientes à sua morte, que inteiramente a comprovam. Sabe-se como Vasco Nuñez de Balboa descobriu o Oceano Pacífico em Setembro de 1513. Estando em Darien, sabendo que os naturais da região falavam de um outro mar para além das altas montanhas, arrojou-se com 190 ousados compatriotas a atravessar o ístmo de Panamá, chegando ao mar que primeiro chamaram do Sul, Mar del Sur. A notícia de tal descoberta causou alegria em Espanha, imprimindo um novo curso às expedições. Em 24 de Novembro de 1514 celebra o rei D. Fernando nova capitulação com Dias de Solis para que êste vá com três navios a descobrir «a las espaldas de Castilla del Oro», isto é, a procurar as costas da América espanhola do lado do Pacífico. Preparada com o maior sigilo a pequena armada, saem as três caravelas do comando de Solis a barra de San Lucar em 8 de Outubro de 1515, levando por empresa a circumnavegação da América austral. Seguindo para o sul ao longo da costa do Brasil, avistaram em 20 de Janeiro, ou 2 de Fevereiro, o rio da Prata que primeiro justamente se chamou rio de Solis, do nome do seu descobridor [1]. É sabido como êste, indo depois a reconhecer a

[1] Não nos ocupamos aqui da opinião, que não está suficientemente documentada, segundo a qual o riò da Prata teria sido descoberto em 1514 por uma armada portuguesa composta de dois navios, um dêles armado por D. Nuno Manuel e Cristóvam de Haro, em que ia como piloto João de Lisboa (*Historia da Colonização portuguesa do Brasil*, vol. II, págs. 380-381).

margem norte do rio numa das caravelas, imprudentemente se meteu na barca para ir a terra, atraído pelos indígenas, que logo o cercaram e aos companheiros desembarcados, e os mataram. Tal foi o triste fim daquele a quem Herrera qualifica como «el más excelente hombre de su tiempo en su arte».

Depois de tão lamentável desastre as caravelas regressaram a Espanha, perdendo-se uma no porto dos Patos, em frente à ilha de Santa Catarina. As outras seguiram ao longo da costa do Brasil até o cabo de Santo Agostinho onde desembarcaram e procederam ao córte de pau brasil de que carregaram 500 quintais, recolhendo a Sevilha em Setembro de 1516. Êste carregamento de pau brasil em terra portuguesa provocou reclamação do rei de Portugal, como consta da real cédula expedida em Madrid a 22 de Fevereiro de 1517, sendo já falecido D. Fernando: «La Reina y el Rey. — Nuestros Oficiales de la nuestra Casa de la Contratación de las Indias, que residís en la cibdad de Sevilla: por parte del Sereníssimo Rey de Portugal nos ha sido fecha relación que *Joán Diez de Solís, portugués*, vino huyendo á estos reinos de Castilla desde Portugal, por muchos crímenes y excesos que allá había hecho, y que estando en el Andalucía procuró que algunas personas armasen ciertos navíos y se fuesen á la tierra del Brasil con él, la qual tierra del Brasil diz que es de dicho Sereníssimo Rey de Portugal y que en ella no entran otras personas ningunas sino las de sus reinos y que á ella envia en sus armadas, y que enducidas las tales personas por el dicho Juan Diez de Solís, hicieron su armada y él se habia ido con ella á la dicha tierra del Brasil, donde diz que cargaron dél y de otras cosas de la dicha tierra y se vinieron con ella á esa dicha cibdad...»[1]. Deve notar-se que a expedição tinha sido preparada com muito segredo, recomendando sobretudo o rei D. Fernando que ninguem soubesse que êle tinha parte na viagem e antes se propalasse que Solis e companheiros iam à sua custa, ainda que com licença, sem mais protecção real que o empréstimo de certas armas[2]. Não admira pois que em Portugal se pensasse que a expedição tinha sido da iniciativa de Solis, ignorando-se os pormenores da empresa e o fim que levava.

[1] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solís*, vol. 2.º, pág. 173.
[2] *Ibidem*, vol. 1.º, pág. CCXXXI.

JOÃO DIAS DE SOLIS

Mais uma vez se vê o rei de Portugal declarando João Dias de Solis súbdito português, fugido do seu reino por muitos crimes e excessos, o que os reis de Castela aceitam sem contradição.

É a esta mesma reclamação que se refere Damião de Goes no Cap. XX da Parte IV da *Crónica de D. Manoel:* «Per erros que *hum piloto Portugues* per nome Iam Diaz Golis cometeo, fugio destes Regnos, e se foi a Castella onde persuadio a alguns mercadores que armassem duas naos, e que elle as guiaria á terra de sancta Cruz do Brasil, e has traria carregadas de mercadorias em que fizessem muito proveito: com has quaes naos seguio sua viagem, e tornou neste anno de M. D. XVII do que sendo avisado dom Carlos Rei de Castela, Archeduque de Austria, per cartas delRei Dom Emanuel screveo ahos Regedores de Sevilha que castigassem todolos culpados neste negocio, como quebrantadores das pazes, e capitulações feitas entre hos Reis de Castela, e destes Regnos, ho que elles fezeram com muito rigor, e diligencia» [1].

Como se vê, o cronista apenas sabia do roubo de pau brasil, motivo da reclamação, supondo que só para isso armara Solis duas naus, ignorando que tal acto fôra praticado no regresso, depois da morte do chefe e da perda de uma caravela. Desconhecia as condições exactas e o destino da expedição, o que bem se explica como já dissemos, mas sabia que ela fora comandada por um piloto português, como expressamente declara, escrevendo o seu nome completo [2].

Sendo certo que João de Solis era português, porque foi êle durante tanto tempo considerado como espanhol, natural de Lebrija? Originariamente porque Pedro Martir de Anghiera, primeiro historiador de Solis, nas suas *De novo orbe Decades*, lhe chama «Nebrissensis». Medina, porém, reclama atenção [3] para o passo do Livro X da Década II em que há mais especial referência a este ponto: «Astur Ovetensis avito genere quidam nomine Joannes Diaz de Solis, qui se Nebrissae, quae doctos aedit viros,

[1] *Crónica de D. Manoel*, de Damião de Goes, edição da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, vol. 4.º, pag. 50.

[2] No passo de Goes, acima transcrito, lê-se Golis, em vez de Solis. É evidentemente um equívoco ou erro de cópia, que assim está no manuscrito da Crónica, existente na Torre do Tombo.

[3] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solis*, vol. I, pag. XX, vol. II, pág. 200.

natum inquit», isto é, «um certo asturiano de Oviedo por antiga linhagem, chamado João Dias de Solis, que se diz nascido em Lebrija, berço de doutos varões». Pedro Martir dá-o, pois, como oriundo de gente das Astúrias de Oviedo, mas, quanto à terra da sua naturalidade, repete apenas que êle *se dizia* natural de Lebrija, parecendo assim duvidar do seu nascimento no celebrado berço de doutos varões. Ora a verdade é que Solis tinha interesse em ocultar a sua nacionalidade portuguesa, sobretudo para que se ignorasse o motivo da sua ida para Castela. Os outros cronistas, repetindo o que Pedro Martir dissera, mas já sem as restricções por êle postas, continuaram depois a afirmar pura e simplesmente que êle era natural de Lebrija. Chegou mesmo a dizer-se que fôra baptisado na igreja de Santa Maria de la Oliva, mas o certo é que os respectivos registos paroquiais não contém o menor indício a tal respeito [1]. Medina, não duvidando de que o piloto fôsse português, entende dever admitir-se que os seus ascendentes foram asturianos ovetenses. A este respeito tem sido lembrado que há um lugar chamado Santa Maria de Solis nas Asturias de Oviedo, o que explicaria o apelido [2]. Concluindo, visto que João de Solis viveu em Lepe até os fins do ano de 1514, em que foi para Lebrija, a cujas autoridades o Rei D. Fernando participa, em 24 de novembro, que êle vai para lá residir, «se va à vivir é avecindar en esa vila», segue-se que afinal Lebrija foi apenas terra de residência do piloto, e isso durante menos de um ano, porque em 8 de outubro de 1515 partia êle para a sua última expedição.

Entre os doutos varões nebricenses sobresai o grande humanista Mestre António de Lebrija (n. 1441 — m. 1522), cognominado o Príncipe dos gramáticos espanhois [3]. Concluidos os seus estudos em Salamanca e depois na Itália, veio o ilustre humanista para Sevilha em 1470, ficando três anos ao serviço do arcebispo Fonseca. Falecido êste, dedicou-se ao ensino em Salamanca du-

[1] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solis*, vol. I, pag. XXIV.

[2] No nosso Alemtejo, concelho de Mértola, há uma freguesia chamada São Pedro de Sólis. Não temos, porém, indício de qualquer relação entre este nome e o apelido do piloto.

[3] Em apoio do que a seguir resumimos, veja-se o artigo do Senhor D. Pedro Lemus y Rubio, intitulado *El Maestro Elio Antonio de Lebrixe*, na *Revue Hispanique*, tômo XXII, 1910, págs. 459-508.

rante 12 anos, casando então com D. Isabel de Solis, filha de Sancho Montesinos de Solis, natural dessa cidade. Em 1486 entrou para casa do Senhor de Zuñiga, o seu Mecenas. No princípio de outubro de 1498 estava em Sevilha solicitando local para as suas lições. Em maio de 1505 volvia à Universidade de Salamanca. Por fim vai para Alcalá no ano 1513-1514, e aí morre em 1522. De sua mulher D. Isabel de Solis teve seis filhos varões: Marcelo, Alonso, Sancho, Sebastian, Fabian e António, e uma filha. Esta, que se assinava Sabina de Solis e vivia em Sevilha, foi doutissima em Letras e Poesia [1]. Duas netas, filhas de Sancho, que morreram monjas em Granada, chamavam-se: Maria de Lebrija, uma, e a outra, Beatriz de Solis [2]. Assim, os descendentes de Mestre António de Lebrija e D. Isabel de Solis usavam um e outro apelido. O nosso piloto, porém, é que não era um Solis de origem nebricense. Os documentos ultimamente achados, tendem a mostrar que êle era de proveniência minhota.

O sr. Dr. António Baião leu à Academia das Sciências de Lisboa, em 23 de junho de 1921, uma carta de perdão, passada por D. João III no ano de 1552 a um Solis que julga parente do piloto [3]. Trata-se de António de Solis, morador no termo da vila de Monção, o qual, segundo a acusação da justiça, tendo vindo

[1] «La hija que tenemos referida por unica de este maestro Antonio fué D.ª Sabina de Soliz, que se dice fué Doctissima asi en Letras como poesias, la qual casó con un cavallero Asistente de Sevilla llamado D. Juan Romero: los quales vivieron en esta ciudad...» (*Ibidem*, pág. 507).

[2] *Ibidem*, pág. 493.

[3] Veja-se o *Boletim da Classe de Letras*, vol. XV, pág. 464. A carta de perdão, segundo a leitura que obsequiosamente nos é comunicada pelo ilustre Director do Arquivo Nacional, é do teor seguinte:

«Dom João etc. a todolos c.res ouvjdores juizes e justiças de meus Reinos a que esta mjnha carta de perdam for mostrada saude, faço-vos saber que Antonjo de Solis morador no termo da villa de Monção me enviou dizer per sua petição que elle foi acusado pela justiça por se contra elle dizer que viera do Reino de Galiza em companhia de hum Allv.º Gonçalvez galeguo e passara a este Reino e dasuada elle Allv.º Gonçalvez tirara hũa filha a huũ R.º Eanes morador no termo da dita villa de Monção e per força lha ajudara a levar de noyte pera o Reino de Galiza e que vymdo elle suplicante da terra livre e apresemtando-se em minha Relação com sua apelação fora condenado em dous anos de degredo com baraço e pregão per esta cidade pera as galés e

do Reino da Galiza em companhia de Álvaro Gonçalves, galego, ajudou êste a roubar uma filha de Rodrigo Eanes, residente em Monção, e a levá-la à força, de noite, para a Galiza. Condenado a dois anos de galés, alega, como motivos para comutação da pena, que era fidalgo, filho do bacharel Afonso de Solis, homem muito honrado e por tal eleito procurador da vila de Monção às côrtes de Évora, aonde fôra, e além disso, que era fraco, e tinha mulher e filhos a sustentar, e era pobre. D. João III comuta-lhe a pena para quatro anos de degredo. Aqui temos, pois, mais um Solis a contas com a justiça. A respeito do pai, comunica-nos o sr. Dr. António Baião, em carta de 19 de janeiro dêste ano de 1926, ter encontrado, na Tôrre do Tombo (*Côrtes*, m. 5, n.º 5), o instrumento de poder e procuração bastante e suficiente, do qual consta que, em 28 de abril de 1535, em Monção, os fidalgos e a Câmara elegeram para seus procuradores *aos honrados bacharel Afonso de Solis e a Persyval de Lyra, escudeiro fidalgo,*

estava por ello preso no Limoeiro e que porque elle suplicante he fidalguo filho do bacharel Afonso de Solis homem muito homrado e por tall fora elegido por procurador da villa de Monção e fora as cortes a minha cidade dEvora e que alem disso era elle suplicante m.to mall disposto que não era pera servir em gales e tinha molher e filhos pera sostemtar e era pobre e que jmdo servir o degredo pereçerião e o dito Allv.º Gonçalvez parte primcipall era livre e absolito do caso emvyando-me elle supricante pedir por mercê que havendo a todo respeito ouvesse por bem de ho relevar do dito degredo em que era condenado pera as galés e do baraço e pregão pela cidade e eu vendo o que me elle supricante asy dizer e pedir emvyou se asy he como elle diz e hi mais não ha querendo lhe fazer graça e mercê lhe pasey huũ meu allvará de que o trellado he o seguinte:

Desembargadores do paço, amigos, avemdo respeito ao que na petição atras sprita diz Ant.º de Solis morador no termo da villa de Monção e por lhe fazer mercê ey por bem de lhe perdoar ho baraço e pregão em que diz que he condenado pelo caso de que na dita petição faz menção e asy me praz de lhe cumutar os dous anos de degredo em que he condenado pera as galés pelo mesmo caso comtamto que em lugar delles e do dito baraço e pregão vá servyr quatro anos de degredo a hum dos meus lugares dalem e ho pregão lhe sera dado na audiencia mando vos que lhe paseis carta de perdam em forma na maneira que dito he, Baltesar Fernandez o fez em Lix.ª a quatro dias dabril de jb.elij (1552) Joham de Castilho o fez sprever, o qual degredo.....» (Torre do Tombo, *Perdões de D. João III*, liv. 19, fl. 109, v.)

moradores na dita vila, eleitos em câmara. O bacharel Afonso de Solis, procurador às Côrtes de Évora de 1535, era pois um português da vila de Monção. Eleito em 1535, já com netos em 1552, devia ser nascido no começo do século XVI senão nos fins do sécvlo XV. Foi pois contemporâneo do piloto. Pedro Martir afirma que João Dias de Solis era oriundo das Asturias de Oviedo e por isso Medina o julga português, de origem asturiana, como já dissémos. O sr. Dr. António Baião supõe da mesma origem êstes Solis estabelecidos na vila de Monção, fronteiriça da Galiza sôbre o rio Minho, e por isso parentes do piloto, o que é muito plausível e inteiramente aceitável.

O feito capital de João de Solis foi ter descoberto o rio que, antes de receber o actual nome, se denominou rio de Solis, como era de justiça. Mas o nome do navegador depressa caíu no olvido, ofuscado pelo brilho do apetecido metal que deu fama ao rio, a poucos anos do seu descobrimento. E foram os portugueses que lhe deram o nome por que hoje é conhecido, como vamos vêr expressamente declarado pela própria raínha de Espanha.

Diogo Garcia de Moguer, um dos companheiros de Solis na viagem de 1515-1516, conta, na relação da sua segunda viagem ao rio da Prata, que em Dezembro de 1526 encontrou no pôrto de São Vicente da costa do Brasil um bacharel que aí vivia com seus genros. Eram todos portugueses, e um dos genros, Gonçalo de Acosta, acompanhou Diogo Garcia, como intérprete, ao rio da Prata e regressou por fim com êle a Sevilha em Agosto de 1530, ficando ao serviço de Espanha. Decorridos poucos meses, recebeu Gonçalo de Acosta carta do rei D. João III, com oferta de seguro e mercês, para ir a Lisboa. O que se passou consta do seguinte despacho, enviado pela rainha de Espanha, ao seu embaixador em Portugal, com data de 17 de Fevereiro de 1531:

«La Reina — Comendador Lope Hurtado de Mendoza, nuestro embaxador en Portugal. Después que en veinte y cinco del pasado os escribi con Antonio de Montoya lo que habreís visto, he seído informada que puede haber dos meses, poco màs ó menos, que el Rey de Portugal escribió á Sevilla á un portugués que se llama Gonzalo de Costa, que ha muchos años que vivia en un puerto de la tierra del Brasil del dicho Serenissimo Rey, donde

no habia sino él y otros dos cristianos entre los indios; y al tiempo que el armada de Sebastián Caboto se llegó alli se vino en ella, para que fuese allá, ofreciéndole seguro é mercedes, é que él se partió luego, é que, llegado, su Alteza le preguntó particularmente por las cosas *del Rio de Solis, que los portugueses llaman el de la Plata*, é le rogaron que fuese en una armada que á la sazón se despachava, haciéndole crecido partido, é que porque no le dexaron venir á la dicha ciudad de Sevilla á llevar á su mujer é hijos para los dejar en ese reino, con temor que tuvo que lo deternian por fuerza, se vino, sin que nadie supiese de su venida, ni despedirse de Su Alteza... » (Archivo de Indias, 139-1-8, T. 15, f. 14 v.-15 v.) [1].

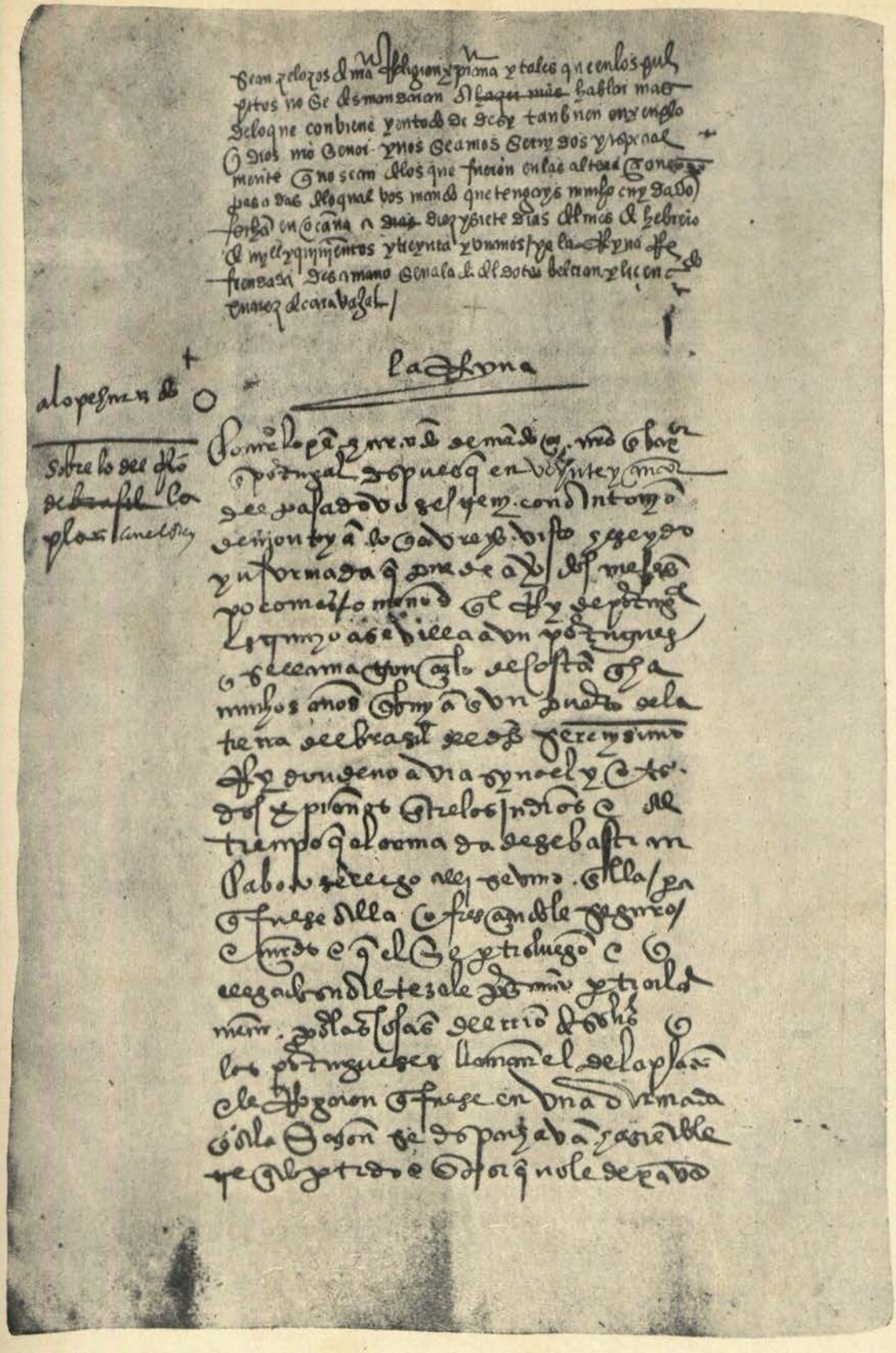
O que nos importa agora, no documento transcrito, é a afirmação que sublinhamos « del Rio de Solis que los portugueses llaman el de la Plata » [2]. Que concluir daqui? Que os portugueses designavam o rio pelo nome do precioso metal que sabiam encontrar-se lá, e que tal nome foi levado para Espanha pelos navegadores que percorriam a costa do Brasil e aí conviviam com êles, como exemplifica o encontro de Diogo Garcia com Gonçalo de Acosta. Nas declarações prestadas por Alonso de Santa Cruz, em Agosto de 1530, no processo levantado por Garcia contra Sebastião Caboto, lê-se isto: « que estando este testigo (Santa Cruz) allá en aquella tierra con el dicho capitán Diego Garcia fué allá al dicho rio que se dice de Solis, que nunca lo ha oído mentar de la Plata, si no cuando el dicho capitán Diego Garcia fué con la dicha armada de Su Majestad » [3]. Ora Garcia já então levava em sua companhia Gonçalo de Acosta.

O que vimos dizendo leva pois a esta última conclusão: não só era português o descobridor do río da Prata, como foram também portugueses os padrinhos que lhe deram o nome actual, em vista da certidão de baptismo passada na vila de Ocaña, em 17 de fevereiro de 1531, pela rainha de Espanha, irmã do rei de

[1] J. T. Medina, *El portugués Gonçalo de Acosta al servicio de España*, Santiago de Chile, 1908, pág. 32.

[2] Foi o distintíssimo diplomata, Sr. Dr. Alberto de Oliveira, antigo ministro de Portugal na República Argentina, quem primeiro chamou a atenção para esta frase (*Memórias da vida diplomática*, págs. 420-421).

[3] J. T. Medina, *Juan Diaz de Solis*, vol. II, pág. 187.



COMÈÇO DA CARTA ESCRITA PELA RAINHA DE ESPANHA AO SEU EMBAIXADOR EM PORTUGAL, EM FEVEREIRO DE 1531, EM QUE SE LÈ A FRASE: DEL RIO DE SOLIS QUE LOS PORTUGUESES LLAMAN EL DE LA PLATA

Portugal, certidão hoje arquivada no Cedulário do Archivo de Indias, de Sevilha.

Lebrija, a suposta pátria de Solis, foi ha tempo elevada à categoria de cidade. O importante diário de Buenos Aires, *La Razón*, publicou uma noticia a tal respeito, subordinada ao título — El pueblo de Juan Diaz de Solis ha sido elevado al rango de ciudad —, em que se lê: «La fama de Lebrija está vinculada al magno suceso del descubrimiento del Rio de la Plata. Para la Argentina, sobre todo, Diaz de Solís es una de las figuras memorables de nuestra historia, y asi lo hizo notar el gobierno argentino al poner junto a la pila donde fuera bautizado el gran navegante, una lápide conmemorativa de aquel suceso». Ora a colocação de tal lápide em Lebrija não corresponde á realidade histórica. Ainda se não sabe, porém, ao certo, para que terra de Portugal ela deveria com justiça ser transferida.

Coimbra, fevereiro de 1926.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

UMA CRONICA PORTUGUESA INCLUIDA NAS DE FROISSART

FROISSART, o grande cronista francês, posto-que morresse muito antes do nosso D. João I, por volta do ano de Cristo de 1404, foi contemporâneo dos grandes acontecimentos que lhe deram o trono.

Nos últimos anos da sua vida falava-se muito, na Europa, das coisas de Portugal. O pequeno país ocidental fôra durante muito tempo um campo de batalha permanente. Contava-se com pasmo a história dêsse povo que tão àsperamente repelira as tentativas de sujeição por parte dos vizinhos, e a de certo bastardo que fôra aclamado rei, e, em batalha campal, um contra quatro ou cinco, desbaratara o rei dos castelhanos. Sabia-se também já nesse tempo que os súbditos dêsse monarca se orgulhavam das suas grandes artes marinheiras. Não é, pois, de espantar que o cronista francês se ocupe com demora dos acontecimentos de Portugal e muito principalmente daquilo a que poderemos chamar a revolução de 1383. No livro III das suas *Crónicas* algumas dezenas de capítulos são-lhes exclusivamente dedicados.

A vinda do conde de Cambridge, com os seus homens de armas, em socorro de D. Fernando na guerra com Castela; a demonstração dos dois exércitos, entre Badajoz e Elvas, frente a frente e sem combate; a miseranda e vergonhosa paz, assinada por D. Fernando, com desconhecimento e logo indignado escândalo dos aliados ingleses; o atar e desatar dos casamentos da pobre infanta D. Beatriz, penhor negociado ao sabor das inconstâncias políticas do pai; depois a langorosa morte do monarca; e a revolução das quatro principais comunas — como lhe chama Froissart — (Lisboa, Évora, Coimbra e Pôrto) de Portugal a favor do Mestre e contra o castelhano; o cêrco

de Lisboa, um desconhecido levantamento de Santarém e por fim a batalha de Aljubarrota; — tudo o bom do Froissart nos conta como saboroso romance de cavalaria e de aventura, em garboso estilo, e, se com admiração pela bravura portuguesa, quási sempre numa versão, que denuncia como informador algum nobre escudeiro de França ou de Inglaterra. Êle próprio declara ter ouvido a maior parte do seu relato sôbre os acontecimentos de Portugal nos paços do conde de Foix e da bôca dos fidalgos gascões que acompanharam na guerra a D. João de Castela.

Por essa forma, tanto a habilidade estratégica na escolha da posição de Aljubarrota êle atribui aos ingleses, como o desbarato dos gascões juntamente a traição dos castelhanos, que os deixaram ir sòzinhos e primeiros à batalha, e à crueldade dos portugueses, que um a um massacraram os fidalgos franceses, depois de feitos prisioneiros.

E o relato segue. No entretanto dois embaixadores de D. João tinham partido para Inglaterra, com recado ao Duque de Lencastre, a-fim-de convencê-lo a vir a Portugal e com os portugueses invadir Castela, cujo trono por banda da mulher lhe pertencia. Nesta altura Lourenço Eanes Fogaça, um dos embaixadores, conta ao duque todos os acontecimentos até então passados. E a crónica volta a falar da morte de D. Fernando, da sublevação das comunas, dos cercos, dos combates, das invasões, assim como da batalha de Aljubarrota.

Desta sorte pode ao leitor pouco atento parecer que se trata dum mero epítome feito sôbre os anteriores capítulos e, por conseqüência, sem novidade de maior interêsse. Só por esta forma podemos explicar que até hoje, segundo cremos, êsse novo relato tenha passado despercebido aos nossos historiadores. De facto o próprio Oliveira Martins, que na *Vida de Nun-Alvares* cita com freqüência Froissart, não utilizou a segunda narrativa, que o cronista imagina feita pelo embaixador de Portugal ao duque de Lencastre.

Todavia, o segundo raconto é não só muito mais completo, mas mais exacto que o primeiro, representando por vezes uma versão inteiramente diversa dos mesmos factos. Aparecem a uma nova luz as circunstâncias em que se realizou a paz de Badajoz, ponto em que o nosso cronista Fernão Lopes foi omisso. Ao

contrário do que Oliveira Martins supôs, D. Fernando não dirigiu, inspirado pelo ódio, as negociações: foi um simples instrumento nas mãos corruptas do galego conde Andeiro, que defendia o pensamento hegemónico de Castela. A revolução de 1383 aparece-nos com um carácter juntamente mais nobre, mais vasto e nacional. Ficam a compreender-se melhor as suas origens, o seu desenvolvimento e eclosão. Surge-nos um novo e circunstanciado relato da batalha de Trancoso. E podem emfim compreender-se inteiramente as razões estratégicas da nossa vitória em Aljubarrota. Em muitos casos o cronista francês completa o texto de Fernão Lopes e em particular no que toca à *Batalha Real*. Assim a existência dum fôsso e parapeito, a tôda a largura da vanguarda portuguesa, elemento essencial para a compreensão da batalha e um dos que decidiram da vitória, pois embaraçou e amorteceu irremediavelmente o choque da cavalaria castelhana, a-pesar-de não ser mencionado pelo cronista lusitano, tem plena confirmação na carta que o Rei de Castela, após o desbarato, escreveu às cidades e vilas do seu reino. Além disso todos os acontecimentos relativos à vinda do Duque de Lencastre e à sua estada com os portugueses na Galiza, Castela e Portugal nos são descritos com soma abundantíssima de pormenores.

Como explicar êsse novo conhecimento das coisas de Portugal, por vezes tão amplo e compreensivo, que excede o mesmo relato de Fernão Lopes?!

A explicação não a esconde o cronista francês. Quando Froissart quis reatar a narrativa dos acontecimentos lusitanos, pensou, diz êle, que lhe convinha ouvir os portugueses, pois até aí consultara apenas os gascões e os espanhóis, que sustentavam a parte de Castela. Achava-se então o cronista em Valenciennes, sua terra natal, e tomou a resolução de se dirigir a Bruges, pois ali se encontravam sempre portugueses em grande quantidade. Em Bruges soube que em *Melles-de-Bourch*[1], na Zelandia, estava àquela data um notável cavaleiro português, do conselho do rei de Portugal, o qual se dirigia por mar à Prússia. Froissart embarcou imediatamente para ali em companhia dum português que conhecia aquele cavaleiro. Em Midelburgo se demorou seis dias o cronista, ouvindo e escrevendo o que lhe di-

[1] *Middelbourg*, na província holandesa da Zelandia.

tava o português, ao qual se refere em termos de embevecido entusiasmo. Não só nos fala com demorado encómio da esbelta robustez do cavaleiro — «... car bien avoit forme, taille et encontre de vaillant et de noble homme...», mas louva-o ainda de gracioso, mesurado e digno, elegante e cortês — «lequel je trouvai gracieux, sage e honorable, courtois et accointable».

¿Quem seria o nobre português, de cujas gentilezas, Froissart, costumado à polícia e primores das côrtes de França e de Inglaterra, tão ingènuamente pasma? Êle próprio no-lo diz, em adulteradíssima grafia, como lhe sucede com a de todos os nomes forasteiros. Jean Ferrant Perceck o apelida Froissart; e, se não nos bastasse a semelhança fónica, as referências posteriores nos provariam irrecusàvelmente que se trata de João Fernandes Pacheco, filho de Diogo Lopes Pacheco (um dos implicados no assassinato de D. Inês de Castro) e ao qual o nosso Fernão Lopes mais que uma vez chama simplesmente e com ternura «o bom de João Fernandes».

João Fernandes, que vivera longos anos por Castela, Aragão e França, durante o homizio de seu pai, veio com êle e seu irmão, nas horas mais difíceis, a quando o cêrco de Lisboa, oferecer-se ao Mestre[1]. Durante muito tempo foi companheiro lealíssimo de D. João I, o qual, apenas aclamado Rei em Coimbra, o nomeou seu Guarda-mor. Teve a seguir uma parte decisiva na batalha de Trancoso; e dos fidalgos da Beira, que nessa memorável acção desbarataram os castelhanos, foram êle e Egas Coelho os únicos que em Aljubarrota defrontaram de novo os inimigos. Foi com efeito o filho de Diogo Lopes que conseguiu congraçar os desavindos alcaides de Trancoso e de Linhares e ajuntar a hoste brava que infligiu aos castelhanos o mais cruel e sangrento desbarato de quantos durante a guerra experimentaram. Conta Fernão Lopes que quando o mensageiro, que trouxe a nova da vitória a D. João, lhe explicava como João Fernandes fôra o ajudador de se ganhar, o monarca exclamara: «Bem sabia eu que faria isso o bom de João Fernandes!»[2].

[1] Sôbre as andanças de Diogo Lopes em países estrangeiros e o seu valimento na côrte de Castela veja-se F. Lopes, *Crón. de D. Fernando*, cap. 1, 66, 75, 76 e 81.

[2] *Cron. de D. João I*, parte II, cap. 21.

Mais tarde, quando da batalha de Aljubarrota, um pouco antes de começar a acção, consegue êle e o seu punhado de homens de armas lançar-se aos olhos do inimigo, na reduzida hoste portuguesa. Não resistimos a transcrever aqui na íntegra o passo, em que Fernão Lopes nos refere o caso, tão saboroso êle é e tanto nos instrui sôbre o carácter do nosso cavaleiro.

«Ora estando as azes postas e a batalha prestes, como dissemos, descuidado já El Rey muyto da vinda de nenhum delles, e o bom e muito de louvar Johão Fernandez, deziam que andara o dia passado, e aquella noite vinte legoas, por chegar à batalha de guisa, que nenhum dos seus nom podendo aturar com elle ficavom arramados por essas estradas e elle continuando seu caminho, por ser em ella, passou Porto de Moz, e subindo por huma ladeira, que se alli faz; supitamente assomou emsima no campo acerca da ponta da ala direita da batalha dos castellãos, os quaes por logo nom serem em conhecimẽto, que gentes erom, nom sabiam qual capitam fosse, ca se o souberom poderom lhe dar gram torva. Os Portugueses cuidarom que erom os fidalgos da Beira, e prazia-lhes muyto com elles; e Johão Fernandez vendo a pouca gente dos Portugueses, que bem conheceo, dando ás trombetas, com sua bandeira tendida, se lançou com elles, de cuja vinda El Rey ouve gram prazer, e todos da hoste mais; e como vio Diogo Lopes, seu Padre, porque os annos da velhice negão o trabalho de pelejar, abraçouo e disse. *O Padre Senhor, aqui estais vós?* E elle respondeo asperamente dizendo. *Venhais ora em forte ponto: e pois hù ey logo de estar? ou que avemos nós outros de fazer, senom ajudar este homem a defender este Reyno.* Estouce Johão Fernandes começou de falar a El Rey polo esforçar, dizendo. *Senhor, sede muy forte; e nenhũa cousa receeis a multidão desta gẽte. como eu sey, que nom receai, como eu digo a estes vossos, que se non espantem, por serem tantos como vedes, ca se os conheceis, como eu conheço, que pouco ha, que lavei as mãos no sangue delles, muy pouco prezarieis o espanto que poem: somente huma cousa deveis muyto recear. s. o gram trabalho, que aveis daver em matar tantos, como som: porq̃ se Deus quis matar com seu poder quantos morreram no cerco de Lisboa, e agora mandavos qua estes ontros, que ficaram, que os mateis à vossa vontade: e que venham tomar a morte com suas mãos.* Esto dezia elle assi soltamente, e com

tal sembrante, como se a batalha já fosse vencida; de guisa assaz de louvar, deu muito mór esforço a todos, que o temor da muita gente podia ante poer medo: entom se ordenou elle e Egas Coelho na reguarda com El Rey, e seus homens de pé com os outros» [1].

Mas da conta em que João Fernandes era tido como cavaleiro nos dá Fernão Lopes, porventura, melhor ideia, quando nos relata como D. João I, durante o cêrco infructífero de Coria, apelara com desânimo para os «bons cavaleiros da Tavola redonda». Essas palavras não as pôde ouvir Mem Rodrigues de Vasconcelos com tanta paciência que logo não respondesse:

«*Senhor, não fizeram aqui mingua os cavaleiros da Tavola redonda, que aqui está Martim Vasques da Cunha, que he tam bom como Dom Galaaz e Gonçalo Vazquez Coutinho que he tam bom como Dom Tristam e ex aqui Johão Fernandes Pacheco que he tam bom como Lançarote...*» [2].

Eis aqui, pois, o homem, cujo longo testemunho Froissart durante seis dias escutou, na viloria insular de Midelburgo, emquanto o vento de novo não soprava. Minuciosamente informado, o cronista acrescenta ainda, ao longo do seu relato, novos traços à sua biografia; e logo de comêço anota que João Fernandes se dirigia à Prússia por mar e *par vaillance*, que é como quem dissera, pelo mero e bravo gôsto da aventura. Assim, êle nos aparece como o primeiro cavaleiro do Mar, dessa nova cavalaria tão portuguesa e da qual o Infante D. Henrique, que àquela data inda não era nado, seria o primeiro Mestre.

Bravo, leal, cavaleiroso, melhor entre os melhores da Távola Redonda do nosso Rei Artur, êle realizou em certo momento missão muito semelhante à de Nuno Álvares Pereira, pois se êste foi o elemento unificador, em volta do qual se reuniram os cavaleiros do Além Tejo e do Algarve, vitoriosos na acção dos Atoleiros, assim João Fernandes Pacheco conseguiu congraçar os inimizados fidalgos da Beira, e lançá-los em hoste para a batalha

[1] *Cron. de D. João I*, edição de António Álvares, 1644, II parte, cap. 40. Froissart refere-se duas vezes a êste formoso lance da batalha, coincidindo com Fernão Lopes nos traços essenciais da narrativa.

[2] *Cron. de D. João I*, cap. 76.

de Trancoso, — uma e outra decisivas na criação do ambiente moral de heroísmo e confiança obstinada, donde saíu Aljubarrota.

Conta-nos Froissart que da sua bôca ouviu a relação de tudo o que em Portugal e em Castela acontecera até ao ano da graça de 1390. Daí nos será lícito concluir que a estada de João Fernandes em Midelburgo teria sido pouco depois daquela data, tanto mais que em 1494 saía êle do reino, abandonando o serviço de D. João I, como outros fidalgos portugueses, em cujo peito a ideia de pátria não conseguiu vencer a revolta desesperada contra a política revolucionária de João das Regras, tão justamente oposta ao engrandecimento e tentativas de organização feudal da nossa classe nobre [1].

Áquele tempo as suas reminiscências de cavaleiro tão pertencente às decisões, aos conselhos, às batalhas, aos feitos da epopeia portuguesa haviam de conservar-se muito vivas, o que aumenta o valor do depoïmento que Froissart invoca.

Mas o cronista expressamente declara do seu informador: « *et si doucement et si arréement le me contoit, et tant volontiers, que je prenois grand plaisance à l'ouïr et à l'escripre.* » — « e tão pausada e ordenadamente e de bom grado êle me fazia o seu relato que eu tomava grande gôsto de ouvir e de escrever ».

Daqui se infere indubitàvelmente que João Fernandes ditou a Froissart a sua narrativa.

Foi sôbre essa relação e sôbre as próprias palavras do seu informador que êle trabalhou: « *si ouvrai sur les paroles et relations faits du gentil chevalier, Jean Ferrant Perceck* » e de tal maneira que, para conservar inteiramente o estilo e a ordem do relato, usa o cronista do expediente de pôr uma grande parte na bôca de Lourenço Fogaça, como se êste por sua vez o contasse ao Duque de Lencastre, a quando a sua embaixada de Inglaterra.

Sabido como por então, não existiam as nossas preocupações de estilo ou propriedade literária, mais nos convencemos de que Froissart quási se limitou a incluir na seqüência das suas *Crónicas* a cópia fiel do ordenado relato que João Fernandes lhe ditara. Se não se trata, pois, duma *crónica portuguesa*, no sentido pleno

[1] Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Alvares*, cap. IX.

e filológico da expressão, cremos que a série dos capítulos que a *LVSITANIA*, pela sua importância fundamental, vai seguidamente publicar, merece que a reivindiquemos como nossa, pela inspiração, pelo bravo espírito de independência que a anima, pelas razões políticas e lógica moral que a encadeiam, — emfim pelo carácter inteiramente nacional da versão.

Mas até pelo que diz respeito ao estilo e ordenação da narrativa, entendemos que as mesmas palavras do cronista nos habilitam a supor que ela pertence mais a João Fernandes Pacheco do que a Froissart.

JAIME CORTESÃO.

O QUE JOÃO FERNANDES PACHECO CONTOU A FROISSART

CHAPITRE XXXVIII

.....

Or retournons aux besognes de Portingal; car elles ne font pas à laisser, pour les grands faits d'armes et entreprises qui en sont issus, et pour historier et croniser toutes choses advenues, afin que au temps à venir ou les trouve escriptes et enregistrées; car, si elles mouroient, ce seroit dommage. Et par les clercs qui anciennement on escript et enregistré les histoires et les livres, les choses sont sçues, car il n'est si grand ni si beau mémoire comme est d'escripture. Et véritablement je vous dis, et veuil bien que ceux qui viendront après moi sachent que, pour savoir la vérité de celle histoire et enquerre justement de tout, en mon temps j'en os beaucoup de peine, et cerchai moult de pays et de royaumes pour le savoir; et en mon temps congnus moult de vaillans hommes, et vis en ma présence, tant de France comme d'Angleterre, d'Escosse, de Castille et de Portingal et des autres terres, duchés et comtés, qui se sont conjoints, eux et leurs gens, en ces guerres, auxquels j'en parlai et par lesquels je m'informai, et volontiers. Ni aucunement je n'eusse point passé une enquête fait de quelque pays que se fût, sans ce que je eusse, depuis l'enquête faite, bien sçu que elle eût été véritable et notable. Et pourtant que, quand je fus en Berne devers le gentil comte Gaston de Foix, je fus in-

formé de plusieurs besognes, lesquelles étoient advenues entre Castille et Portingal, et je fus retourné au pays de ma nation, en la comtê de Hainaut et en la ville de Valenciennes, et je m'y fus rafreschi un terme, et plaisance me prit à ouvrer et à poursuivire l'histoire que je avois commencée, je me advisai par imagination que justement ne le pouvois pas faire, par avoir singulièrement les parties de ceux qui tiennent et soutiennent l'opinion du roi de Castille; et me convenoit donc, si justement voulois ouvrer, ouïr autant bien parler les Portingalois, comme je avois fait les Gascons et Espaignols, en l'hôtel de Foix et sur le chemin allant et retournant. Si ne ressoignai pas la peine ni le travail de mon corps, mais m'en vins à Bruges en Flandre pour trouver les Portingalois et Lussebonnois, car toujours en y a grand planté. Or, regardez comment je fis, si c'est de bonne aventure: il me fut dit, et je le trouvai bien en voir, que si je y eusse visé sept ans, je ne pouvois mieux venir à point à Bruges que je fis lors; car on me dit, si je voulois aller à Melles-de-Bourch en Zèlande, je trouverois là un chevalier de Portingal, vaillant et sage homme, et du conseil du roi de Portingal, qui nouvellement étoit là arrivé; et par vaillance il vouloit aller, et tout par mer, en Prusse. Cil me diroit et parleroit justement des besognes de Portingal, car il avoit été à toutes et par toutes. Ces nouvelles me réjouirent; et me partis de Bruges, avec un Portingalois en ma compagnie qui connoissoit bien le chevalier; et m'en vins à l'Escluse; et là montai en mer; et fis tant, par la grâce de Dieu, que je arrivai à Melles-de-Bourch; si m'accointa l'homme qui étoit avecques moi du chevalier cy dessus nommé, lequel je trouvai gracieux, sage et honorable, courtois et accointable; et fus delez lui six jours ou environ, et tant comme il me plut à y être environ le jour, car il gissoit là par défaut de vent.

Cil m'acointa et informa de toutes les besognes advenues entre le royaume de Castille et le royaume de Portingal, depuis la mort du roi Ferrant jusques au jour qu'il étoit issu hors du dit royaume; et si doucement et si arréement le me contoit, et tant volontiers, que je prenois grand'plaisance à l'ouïr et à l'escripre. Et quand je fus informé de tout ce que je voulois savoir, et vent fut venu, il prit congé à moi et entra en une carraque, grande et forte assez pour aller par mer par tout le monde, et pris congé à lui dedans le vaissel. Aussi firent plusieurs ri-

ches marchands de son pays qui l'étoient venu voir de Bruges, et les bonnes gens de Melle-de-Bourch. En sa compagnie étoit le fils du comte Novaire [1] de Portingal, et plusieurs chevaliers et écuyers du dit royaume, mais on lui faisoit honneur dessus tous; et certainement, à ce que je pus voir et imaginer de son état, de son corps et de son affaire, il le valoit, car bien avoit forme, taille et encontre de vaillant et de noble homme. Or retournai depuis à Bruges et en mon pays: si ouvrai sur les paroles et relations faites du gentil chevalier, massire Jean Ferrant Perceck [2], et chroniquai tout ce que de Portingal et de Castille est advenu jusques à l'an de grâce mille trois cent quatre vingt et dix.

CHAPITRE XXXIX

Comment ceux de Portingal envoyèrent messages en Angleterre pour dire et noncier les nouvelles de leur pays au roi et aux grands seigneurs d'Angleterre.

«Or, dit le conte, que après ce que le roi Jean de Portingal ot déconfit en bataille le roi Jean de Castille au champ de Juberot [1], près de l'abbaye que on dit au pays a l'Acabasse [2], où tant de nobles gens chevaliers et escuyers du royaume de Castille furent morts, et que le roi Jean de Portingal, pour celle belle et victorieuse journée, fut moult élevé, redouté et honoré des Portingalois, et qu'il fut reçu en la cité de Lussebonne, à son retour de la bataille, à grand'gloire de tout le peuple et à grand triomphe, la couronne de laurier au chef, si comme anciennement souloient les rois foire, quand ils victorioient et vainquoient au desconfisoient un roi en bataille; et en ot la cité de Lussebonne joie et revel, et tenu grand'fête; avant le département des barons et chevaliers qui là étoient, et les consaux des bonnes villes et cités du dit royaume, un parlement fut fait et ajourné; pour avoir consultation et avis des besognes du royaume, et comment à leur honneur ils se pourroient chevir et persévérer, et tenir leur opinion ferme et estable et en honneur. Car, si comme aucuns sages du pays disoient, or à prime venoit le fort de regarder entr'eux et avoir conseil, comment ils se pourroient tellement fortifier contre le roi de Castille et sa puis-

[1] Adiante se verá que o conde Novaire é D. Nuno Álvares Pereira. Mas é sabido que o Condestável não teve filho algum varão.

[2] João Fernandes Pacheco.

[1] Aljubarrota.

[2] Alcobaça.

sance que ils demeurassent honorablement en leur victoire, et que toujours ils le pussent multiplier et exaulser.

A ce parlement qui fut à Lussebonne, en l'église cathédrale, que on dit de Saint-Dominique, ot plusieurs paroles proposées et récitées et mises avant, lesquelles ne sont pas toutes à réciter ni à recorder: mais l'arrêt du parlement fut tel, que on envoieroit en Angleterre, devers le duc de Lancastre, qui se clamoit l'héritier du royaume de Castille, de par madame Constance, sa femme, laquelle avoit été fille aînée du roi Damp Pietre; et lui escriproit-on ainsi: qui si jamais il vouloit clamer droit au royaume de Castille ni ses besognes remettre sus qui avoient été un long temps en balance et en aventure d'être perdues, il venist en Portingal atout une bonne charge de gens d'armes et d'archers, car il en étoit temps. Lors fut là dit et parlementé par beau langage du comte de Novaire, connétable de Portingal: «Puisque nous sommes d'accord d'envoyer en Angleterre, devers le duc de Lancastre, dont nous pensons à être aidés et confortés, et que ce nous est la voie la plus profitable pour donner doute et crainte à nos ennemis. Si regardons et avisons en notre royaume hommes sages et notables qui puissent faire ce message, et tellement informer le duc de Lancastre et son conseil que il vienne en ce pays de grand'volonté, et fort assez pour résister à nos ennemis, avecques l'aide que il aura de nous; car nous devons bien croire et supposer que le roi de Castille se fortifiera grandement du roi de France et des François, car ils ne se savent où employer. Ils ont trieuves aux Anglois jusques à la Saint-Jean-Baptiste, et les Anglois à eux; et encore ont les François bonne paix et ferme aux Flamands, qui moult les ont embesognés et occupés par plusieurs années.»

Là fut la parole du comte de Novaire acceptée; et fut dit qu'il parloit bien et à point, et que on feroit ainsi. Lors furent nommés, par délibération de conseil et arrêt, que le grand maître de Saint-Jacques, du royaume de Portingal, et Laurentien Fougasse [1], un moult sage et discret escuyer, et qui bien et bel savoit parler françois, iroient en ce message en Angleterre; car, à l'avis du conseil du roi de Por-

[1] Trata-se do Mestre de S. Tiago, D. Fernando Afonso de Albuquerque e de Lourenço Eanes Fogaça, chanceler-mor do reino, enviados de facto como embaixadores por D. João I a Inglaterra. V. Fernão Lopes, *Cr. de D. João I*, parte II, cap. 79 e 80.

tingal, on n'y pouvoit envoyer pour le présent gens qui point mieux sauroient faire la besogne. Si furent lettres escriptes et dictées bien et discrètement en bon françois et en latin aussi, lesquelles se devoient adresser au roi d'Angleterre et au duc de Lancastre et à ses frères, les comtes de Cantebruge et de Bouquinghen; et quand ces lettres furent escriptes et grossoyées en latin et en françois, elles furent lues devant le roi et son conseil; si plurent grandement; et lors furent-elles scellées et puis délivrées aux dessus dits, le grand maître de Saint-Jacques et Laurentien Fougasse, qui se chargérent entr'eux deux de les porter en Angleterre, au plaisir de Dieu, mais que ils pussent passer sauvement les dangers et périls de mer, les fortunes et les rencontres des ennemis et des robeurs, car otretant bien a robeurs en mer et plus que en terre. Sieurent une nef, que on appelle Lin, qui va de tous vents et plus sûrement que nulle autre. Si prindrent un jour congé du roi et à l'archevêque de Bragues et à l'évêque de Connimbres, et au grand conseil de Portingal, et puis vinrent au Port, et entrèrent au vaissel et eskipèrent en mer et singlèrent à pouvoir vers le royaume d'Angleterre; et furent trois jours en mer absens de toute terre, et ne véoient que ciel et eau, et au quart jour ils virent Cornouaille.

Tant exploitèrent les dessus dits, par l'exploit de Dieu et du bon vent, et par les marées que leurs mariniers savoient prendre à point, et tant côtoyerent Cornouaille et les bandes d'Angleterre, que ils arrivèrent sauvement et sans péril au hâvre de Hantonne et là ancrèrent. Si issirent hors de leur vaissel et s'en allèrent rafreschir en la ville. Là furent bien enquis et examinés du baillif de Hantonne et des gardes de la mer et du hâvre, de quel pays ils étoient, ni de qui ils se rendoient, ni quel part ils alloient. Ils répondirent à toutes ces demandes, et distrent que ils étoient du royaume de Portingal, et là envoyés de par le dit roi et son conseil. A ces paroles furent-ils les bien-venus.

Quand les dessus nommés messagers se furent reposés et rafreschis à Hantonne un jour, et ils eurent pourvus chevaux pour eux et pour leurs gens, et conduiseurs aussi qui les mèneroient vers Londres, car ils ne connoissoient le pays ni les chemins, ils se départirent de Hantonne, et exploitèrent tant que ils vinrent à Londres. Si descendirent en Grecerche, à l'hostel au Faucon, sus Thomelin de Wincestre, et renvoyèrent, par

les gardes qui amenés les avoient, leurs chevaux arrière.

Si bien leur chéy que le roi d'Angleterre et tous ses oncles étoient à Londres ou à Wesmoustier, dont ils furent moult réjouis; et vinrent à Londres aussi que à heure de tierce. Si y dînèrent; et après diner ils s'ordonnèrent et prindrent les lettres qui s'adressoient au duc de Lancastre et à la duchesse, et s'en allérent devers eux.

Quand le duc et la duchese sçurent qui ils étoient, si en furent grandement réjouis, car ils désiroient à ouïr nouvelles de Portingal: on leur en avoit bien dites aucunes, mais ils n'y ajoutoient point de foi, pourtant que le roi ni nul du pays ne leur avoit point envoyé par lettres. Si entrèrent le grand-maître de Saint-Jacques et Laurentien Fougasse en la chambre du duc de Lancastre, où là étoit la duchesse; et pour ce que Laurentien savoit bien parler françois, il parla tout premièrement. Et quand il ot fait la révérence au duc et à la duchesse, il bailla au duc les lettres qui venoient de Portingal. Le duc les prit, et bailla à la duchesse celles qui appartenoient à li: si les lisirent chacun et puis les recloirent. Si dit le duc aux messages: «Vous nous soyez en ce pays les bienvenus; nous irons demain devers le roi et vous ferons toute adresse, car c'est raison.» Adonc trait la duchesse Laurentien à part et lui demanda des nouvelles de Castille et de Portingal et comment on s'y demenoit. Selon ce que la dame parla, Laurentien répondit bien et à point. Adonc fit le duc venir vin et épices; si burent et prirent congé, et puis retournèrent ce soir à leur hostel.

A lendemain, à heure de prime, tous deux s'en allèrent devers le duc, et le trouvèrent que il avoit ouï sa messe: si entrèrent en une barge et allèrent par la Tamise à Wesmoustier, où le roi étoit, et la greigneur partie du conseil d'Angleterre. Le duc de Lancastre les fit entrer en la chambre du conseil et dit au roi: «Monseigneur, vez-ci le grand-maître de Saint-Jacques de Portingal et un escuyer du roi de Portingal qui vous apportent lettres; si les voyez.» — «Volontiers», dit le roi. Adonc s'agenouillèrent devant le roi les deux messages dessus nommés, et Laurentien Fougasse lui bailla les lettres. Le roi les prit, et fit lever ceux qui à genoux étoient, et ouvrit les lettres et les lisit. Aussi baillèrent-ils lettres au comte de Cantebruge et au comte de Bouquinghen. Chacun lust les siennes. Le roi répondit aux messagers moult doucement et leur dit: «Vous soyez les bien-venus

en ce pays; votre venue nous fait grand'joie, et vous ne vous partirez pas si très tôt ni sans réponse qui vous plaira; et toutes vos besognes recommandez-les à beaux oncles; ils en soigneront et auront en mémoire.» Ils répondirent, en eux agenouillant et remerciant le roi: «Très cher sire, volontiers.»

Donc se départirent-ils de la chambre de parement et du conseil, et s'en allèrent ébattre parmi le pays en attendant le duc de Lancastre qui demeura jusques à haute nonne. Le parlement fait, le duc de Lancastre emmena avecques lui ses deux frères diner à son hostel et tous y allérent en leurs barges par la Tamise.

Le comte de Cantebruge connoissoit assez le grànd-maître de Saint-Jacques et Laurentien Fougasse, car il les avoit vus au temps passé en Portingal, pourquoi, à l'hostel du duc, après dîner, il les mit en parole de plusieurs choses, présens ses deux frères, et leur demanda du mariage de Castille et de celle qui devoit être sa fille, madame Bietrix, comment il en étoit. A toutes ses paroles répondirent les ambassadeurs sagement et vraiment, tant que les seigneurs s'en contentèrent très grandement.

Voir est que, avant que le grand-maître de Saint-Jacques de Portingal et Laurentien Fougasse fussent venus ni arrivés en Angleterre en ambassaderie, si comme vous pouvez ouïr, le duc de Lancastre et le comte de Cantebruge son frère, pour le fait du royaume de Castille dont ils se tenoient héritiers par la condition et droit de leurs femmes, avoient eu entre eux deux ensemble plusieurs consaulx et parlemens de leurs besognes. Car le comte de Cantebruge, si comme il est ici dessus contenu en celle histoire, s'étoit petitemente contenté du roi Ferrant de Portingal et des Portingalois; car ils avoient logé aux champs quinze jours tout entiers devant les Castelloings, et point ne les avoient le roi Ferrant ni son conseil voulu combattre. Si leur avoit bien dit et montré le comte leur défaut et leur avoit dit: «J'ai en ma compagnie de purs Anglois environ cinq cens lances et mille archers. Sachez, sire roi, et vous barons de Portingal, que nous sommes tous conjoins ensemble de bonne volonté pour combattre nos ennemis et attendre l'aventure telle que Dieu la nous voudra envoyer.» Mais le roi Ferrant dit que il ni ses gens n'avoient point conseil de combattre: pourquoi, quand le comte vit ce, il se partit et emmena Jean son fils hors du royaume de Portingal, et quand il fut retourné en Angle-

terre, cil roi de Portingal s'accorda au roi Jean de Castille et maria sa fille à lui par paix faisant; et ce traité fit messire Jean Ferrant Andère [1] un chevalier de Portingal, car le roi Ferrant n'avoit conseil fors en lui. Si demanda bien le roi à sa fille lequel elle avoit plus cher pour son mari; elle avoit répondu que elle aimoit mieux Jean d'Angleterre que Jean de Castille. Le père lui avoit demandé pourquoi; elle avoit dit, pourtant que Jean étoit beaux enfès et de son âge, afin que elle n'eût le roi de Castille; et bien l'avoit dit au roi Ferrant son père; mais le roi, pour paix avoir aux Espaignols, pourtant que ils lui marchissent de tous côtés, l'avoit là mariée; et á ce mariage faire et au demarier son fils, avoit rendu grand'peine le dit chevalier de Portingal, duquel le comte se tenoit mal content, qui s'appeloit messire Jean Ferrant Andère.

Encore avoit dit le comte au duc de Lancastre son frère que, le roi Ferrant mort, il se doutoit que les communautés du pays de Portingal ne se rebellassent contre celle dame Bietrix, car le plus du pays, combien que le roi eût épousé sa mère, madame Alienor de Congne [2], ne la tenoient pas à légitime, mais à bâtarde; et en murmuroient jà les Portingalois, lui étant au pays; pour celle cause s'étoit-il pris près de ramener son fils.

Le duc de Lancastre, auquel les choses touchoient trop plus grandement de l'héritage de Castille, car il avoit à femme l'ainsnée héritière de Castille, que elles ne fissent au comte de Cantebruge, car jà avoit-il une bellefille de sa femme, madame Constance, se vouloit bien justement informer de ces besognes et ne les vouloit pas mettre en non chaloir, mais élever et exaulser du plus que il pouvoit; car il véoit bien si clairement sur son affaire que il ne pouvoit avoir au jour d'adonc nulle plus belle ni plus propice entrée au royaume de Castille que par le royaume de Portingal; et véoit que il en étoit prié et requis grandement et espécialement du roi de Portingal, et des barons et communautés du dit royaume, et que ce roi Jean de Portingal on le tenoit à sage et vaillant homme, et jà avoit déconfit par bataille le roi de Castille atout grand'puissance, dont il étoit plus honoré; si s'inclinoit trop grandement le duc à aller en Portingal; et aussi le roi d'Angleterre et son conseil lui avoient accordé. Mais, pour lui justement informer de toutes ces besógnes, de l'état et condition

[1] João Fernandes Andeiro.
[2] D. Leonor da Cunha.

du pays, du droit de la dame madame Bietrix, que elle clamoit à la couronne de Portingal, du droit aussi du roi Jean de Portingal, lequel les communautés avoient eouronné à roi, une fois entre les autres il avoit donné à dîner au grand-maître de Saint-Jacques et à Laurentien Fougasse de Portingal en sa chambre tout coiement. Donc, après dîner, il fit tout homme partir, et appela les dessus dits mouit amoureusement et les mit en paroles des besognes de Portingal; et pourtant que Laurentien Fougasse savoit parler très beau françois et à trait, et bien lui séoit et appartenoit, le duc adressa sa parole à lui et lui dit: «Laurentien, je vous prie que vous me contiez, tout de point en point et de membre en membre, la condition et manière de votre terre de Portingal, et quelles choses y sont advenues depuis que mon frère s'en partit, car le roi de Portingal m'a escript qu'il n'y a homme en Portingal qui si justement m'en puisse informer comme vous ferez; et je vous dis que vous me ferez grand'plaisance.» — «Monseigneur, répondit l'escuyer, à votre plaisir.» Lors commença Laurentien à parler et dit en telle manière:

«Advenu est en Portingal depuis le département de votre frère, le comte de Cantebruge, que le royaume a été en grand trouble et dissention et en grand'aventure d'être tout perdu; mais Dieu merci! les besognes y sont à présent en bon point et en ferme convenant. Et on ne se doit pas êmerveiller si empêchement y ot; car, si Dieu n'y eût ouvré par sa grâce, les choses s'y fussent mal portées, et tout par le péché et coulpe du roi Ferrant, dernièrement mort. C'est la voix et la renommée de la plus saine partie du pays, car le roi Ferrant en sa vie aima ardemment de forte amour une dame, femme d'un sien chevalier, lequel on clamoit messire Jean Laurent de Congne [1]. Celle dame, pour sa beauté, le roi de Portingal la voult avoir de force; car la dame s'en deffendit tant comme elle pot: mais en la fin il l'ot, et lui dit adonc: «Je vous ferai roine de Portingal. Je vous aime; ce n'est pas pour vous amenrir, mais exaulser, et vous épouserai.» La dame à genoux et en plorant lui dit: «Ha! monseigneur, sauve soit votre grâce! je ne puis avoir honneur à être roine de Portingal; car vous savez, et aussi sait tout le monde, que je ai seigneur et mari et ai eu, já cinq ans.» — «Alienor, dit le roi, ne vous excusez point, car je n'aurai jamais autre femme à épouse, si vous

[1] João Lourenço da Cunha.

aurai eue; mais tant y a que je vous ferai quitter de votre mari, avant que je vous épouse.» La dame n'en pot autre chose avoir, et comta tout le fait à son mari. Quand le chevalier entendit ce, si fut tout pensif et mérencolieux, et regarda que bon en étoit à faire; et dit en soi-même que jà il ne quitteroit sa femme. Toutevoies, il douta le roi et se partit du royaume de Portingal, et s'en alla en Castille devers le roi Henry, qui le reçut et retint de son hôtel tant comme il vesquit; et aussi fit le roi Jean de Castille qui est à présent.

«Le roi de Portingal, pour accomplir sa folle plaisance, envoya querre la dame et le chevalier, mais on ne trouva pas le chevalier, car il s'étoit parti. Adonc manda le roi l'évéque de Connimbres, lequel étoit chancelier pour le temps de tout le royaume de Portingal, et de son conseil, et lui dit son entente, et qu'il vouloit épouser Alienor de Congne. L'évêque douta le roi, car il le sentoit de grand'hautaineté et merveilleuse condition; si n'osa répondre du contraire. Et aussi messire Jean Ferrant Andère, qui étoit tout le conseil et le cœur du roi, pour servir le roi à gré, lui dit: «Évêque, vous le pouvez bien faire; monseigneur se fera à une fois dispenser de tout.» L'évêque les épousa; et furent ensemble; et fut celle dame couronnée et solemnisée à roine par toutes les cités de Portingal, aussi grandement et en aussi grand'révérence que oncques roine de Portingal eût été; et engendra le roi en celle dame une fille, laquelle est pour le présent, si comme, monseigneur, vous savez, roine de Castille.

«Voir est que, le roi Ferrant vivant, il manda un jour à Lussebonne tous les prélats et nobles et le conseil des cités, des ports et des villes et seigneuries du royaume de Portingal, et fut ce fait avant que monseigneur votre frère, monseigneur de Cantebruge, venist à toute son armée en Portingal; et fait à tous jurer et reconnoître sa fille madame Biétris, qui lors avoit espoir cinq ans, que après son décés on la tiendroit à dame et héritière de Portingal. Tous jurèrent, voulsissent ou non; mais bien savoient, la greigneur partie de ceux qui là étoient, que celle fille étoit bâtarde et née en adultère, car encore vivoit le mari madame Aliénor, appelé messire Laurent de Congne et se tenoit en Castille avecques le roi. Et vesquit le vivant du roi Ferrant, et outre. Bien crois, monseigneur, dit l'écuyer qui parloit, que, si la fille eût été un fils, que toute la communauté de Portingal s'y fût trop plus inclinée et plutôt que

ils ne font ni já feront, si comme ils disent; car ils auroient plus cher à mourir que de être en la subjection du royaume de Castille. Ni oncques ceux du royaume de Portingal, et ceux de Castille ne se purent parfaitement amer l'un l'autre; mais ce sont par trop de fois hériés et guerroyés, si comme les Escots héent et guerroyent à pouvoir ceux de ce pays d'Angleterre.»

Adonc demanda le duc de Lancastre à l'écuyer, lequel oyoit moult volontiers parler et faire son conte: «Laurentien, où étoit pour le temps que vous me parlez le roi Jean, qui est pour le présent, et lequel étoit frère de ce roi Ferrant?» — «Par ma foi, monseigneur, répondit l'écuyer, il étoit en Portingal en une maison da seigneurs qui portent une ordre de chevaliers d'oultre mer; mais ils sont vêtus de blancs habits à une vermeille croix; et en étoit souverain. Et sont bien eux deux cents, tous gentilshommes, de cel ordre; et l'appeloit-on là maître de Vis, car l'hôtel et l'ordre en Portingal on appelle de Vis [1], et lui avoit le roi fait donner; et ne faisoit nul compte de son frère. Et autant bien le roi Jean à présent n'en faîsoit nul compte des besognes de Portingal, ni ne s'en entremettoit en rien, ni ne pensoit à la couronne ni au royaume; car pour certain, si le roi Ferrant de Portingal eût eu nulle inspiration ni imagination de ce qui est à présent, il aimoit bien tant madame Alienor et madame Bietrix, sa fille, que il eût enchartré ou fait mourir son frère, qui s'appeloit maître de Vis; mais pourtant que il véoit que cil se tenoit en sa maison coiement avecques ses frères de l'ordre, il ne pensoit rien sur lui et le laissoit vivre en paix. Et la dissention qui est à présent entre les Casteloings et les Portingalois, certainement, monseigneur, à parler par raison, les Espaignols en sont cause et coulpe.» — «Et pourquoi?» dit le duc. «Je le vous dirai, répondit l'escuyer. Quand les Casteloings virent que le roi Ferrant ot marié sa fille à leur seigneur, le roi de Castille, il leur sembla que il avoit acheté la paix à eux, et qu'il les doutoit: si s'en orgueillirent grandement et en commencèrent à tenir leurs ramposnes et leurs gros mots, lesquels les Portingalois oyoient trop envis; car ils disoient ainsi en leur langage: «Or, entre vous de Portingal, tristes gens, rudes comme bêtes, le temps est venu que nous aurons bon marché de vous. Ce que vous avez est et sera nôtre. Nous vous mettrons par tasseaux et par troupeaux, si comme nous faisons les Juifs qui

[1] Ordem de Aviz.

demeurent par treu dessous nous. Vous serez nos subgiets. A ce ne pouvez-vous contredire ni reculer, puisque notre sire, le roi de Castille, sera votre roi.»

«De telles paroles et d'autres aussi felles et vénimeuses étoient servis et appelés souvent les Portingalois des Espaignols quand ils les trouvoient, et proprement le roi Ferrant vivant. Donc les Portingalois accueillirent les Castelloings en tel haine, que quand le roi Ferrant ot marié sa fille au roi de Castille et il fut chu en maladie et en langour qui lui dura plus d'un an entier, ès cités et bonnes villes de Portingal, les hommes murmuroient ensemble et disoient: «Il vaut mieux mourir que d'être au danger ni en la subjection des Castelloings.» Et lorsque le roi Ferrant fut mort, qui fut ensépulturé en l'église des frères religieux de Saint-François, en la cité de Lussebonne, les cités et bonnes villes et chastels du royaume de Portingal se clorrent. Et fut mandé à Lussebonne le roi qui est à présent des Lussebonnois, l'esquels savoient bien l'intention et courage des trois autres cités de Portingal, c'est à entendre de ceux du Port, de ceux de Connimbres et de ceux de la ville et cité d'Evres [1], et lui dirent: «Maître de Vis, nous vous voulons faire roi de ce pays, já soyez-vous bâtard; mais nous disons que madame Bietrix, votre cousine, la roine de Castille, est plus née en bâtardie que vous ne êtes. Car encore vit le premier mari madame Aliénor, nommé messire Jean Laurent de Congne. Et puisque la chose est advenue ainsi, que la couronne de Portingal est chue en deux membres, nous prendrons le plus profitable pour nous. Et aussi la plus saine partîe s'incline que nous vous fassions roi; car jà à femme la couronne de Portingal n'ira, ni jà en la subjection du roi de Castille ni des Castelloings nous ne serons. Si avons plus cher que vous preniez tout le nôtre, pour nous aider à garder et tenir en droit nos franchises, que ceux de Castille en soient maîtres ni seigneurs. Si recevez ce don et la couronne de Portingal, car nous voulons qu'il soit ainsi.»

«Le maître de Vis, monseigneur, qui est roi à présent, ne prit pas ni ne reçut ce don à la première fois ni à la seconde requête des communautés de Lussebonne, et répondit: «Bonnes gens, je sais bien que de bonne volonté et par grand'affection que vous avez à moi, vous me offrez la couronne et seigneurie de Portingal qui est grand'chose; et si dites, et aussi fais-je, que je y ai

[1] Pôrto, Coimbra e Évora.

grand droit, ou plus que ma cousine, la roine de Castille, la fille Aliénor de Congne; car voir est que elle est bâtarde: encore vit son mari qui est en Castille. Mais il y a un point; vous ne pouvez pas, tous seuls et singuliers, mettre sus ce fait ni celle besogne. Il faut que les nobles de ce royaume, tous ou en partie, s'y accordent.» — «Ha! répondirent ceux de Lussebonne, nous en aurons assez; car jà savons-nous les courages de plusieurs qui se sont découverts à nous, et aussi de trois cités de ce royaume qui y sont les principales avecques nous, Evres, Connimbres et le Port de Portingal.» Adonc répondit le roi qui est à présent, et dit: «Or, soit ainsi; je vueil ce que vous voulez. Vous savez comment madame Aliénor, qui se dit et est dite roine de ce pays, est encore en celle ville et a avecques li son conseiller messire Jean Ferrant Andère, qui veut garder la couronne et l'héritage de Portingal à la roine de Castille, et sera pour li en tous états; car il la maria au roi de Castille et la démaria du fils du comte de Cantebruge pour faire la paix de Portingal. Et a mandé espoir ou mandera le roi de Castille que il vienne hâtivement fort assez pour combattre et soumettre tous ses rebelles; et jà en a Jean Ferrant Andère fait fait et partie, si comme vous savez, et fera encore plus pleinement au jour de l'obsèque de monseigneur mon frère le roi, lequel on fera prochainement en celle ville, où tous les nobles ou partie, s'ils ne s'excusent, de ce pays seront. Si faut pourvoir et aviser selon ce.»

«Donc répondirent cils qui en la présence de ce maître de Vis étoient: «Vous ne dites pas grand'merveille, car nous savons moult bien qu'il est ainsi; si y pourverrons à ce jour tellement, selon ce que nous orrons parler Jean Ferrant Andère, que vous vous en apercevrez.» En ce point fina leur parlement.

«Ne demeura guères longuement que on fit l'obit du roi Ferrant de Portingal à Lussebonne en l'église de Saint-François là où il gît. Et là furent grand'foison des nobles du royaume de Portingal, car ils en étoient priés de par la roine; et là fut le roi qui est à présent, et grand'foison des communautés du pays et par espécial des trois cités dessus nommées: Connimbres, Evres et le Port de Portingal, car elles se concordoient avec ceux de Lussebonne. L'obit du roi Ferrant fait, Jean Ferrant Andère fit prier de par la roine aux nobles de Portingal qui là étoient que point ne se voulsissent partir de Lussebonne, ce

jour ni lendemain, car il vouloit avoir avecques eux parlement, et aussi aux bonnes villes, pour savoir comment on se cheviroit de mander en Castille le roi Jean et sa femme madame Bietrix leur dame, car elle étoit héritière de son droit du royaume de Portingal. Tous les nobles ou partie qui ouïrent ces paroles n'en firent compte; mais doutoient moult fort de la communauté du pays qui là étoit assemblée, car ils avoient jà ouï murmurer les plusieurs que ils vouloient couronner à roi le maître de Vis; et aussi bien en avoit ouï parler Jean Ferrand Andère; pour tant prioit-il les nobles du pays qu'ils demourassent avecques lui, pour aider à mettre sus et à soutenir son opinion; mais tous li faillirent. Et si très tôt comme on ot fait l'obit du roi en l'église des frères de Saint-François, et que la roine Aliénor fut retournée au palais que on dit à la Monnoie et que l'on eut dit: «Aux cavailhons! aux cavailhons! qui veut dire en langue françoise *aux chevaux! aux chevaux!* tous ou en partie montèrent à cheval et se départirent de Lussebonne sans congé prendre. Bien pot être que aucuns demeurèrent qui étoient de la partie du roi à présent; mais ceux se trairent en leurs hôtels et se tinrent là tous cois et se dissimulèrent, car bien imaginoient qu'il avenroit ce qu'il advint. Je vous dirai quoi.

«L'obit du roi Ferrant fait, les communes de Lussebonne et Connimbres et du Port et d'Evres qui lá étoient, ne retournèrent pas tantôt en leurs maisons, mais s'en allérent en l'église cathédrale à Lussebonne, que on dit de Saint-Dominique; et là s'assemblèrent, et le maître de Vis avecques eux. Là firent-ils parlement ensemble, qui ne dura pas longuement, car le roi qui est á présent leur dit: «Bonnes gens, vous me voulez prendre à roi et je dis que c'est mon droit. Et si vous voulez persévérer en votre propos, il est heure que vous ouvrez et que vous montrez fait et puissance; car vous savez comment Jean Ferrant Andère procure devers les nobles de ce pays que le roi de Castille soit mandé; et dit et maintient que la couronne de Portingal lui appartient de par sa femme ma cousine; et je dis, si vous le voulez aider à mettre sus, que je y ai aussi grand droit ou plus que elle n'a. Vous savez bien toutes les incidences: je suis homme, et suis frère au roi Ferrant, et fils au bon roi Pierre de Portingal qui vaillamment vous gouverna. Voir est que ma cousine la roine de Castille fut fille au roi Ferrant; mais ce n'est pas par loyal mariage. «Donc distrent ceux de Lussebonne: Il est

vérité ce que vous dites; nous ne voulons autre roi que vous, et vous ferons roi, qui le veuille voir. Et nous jurez ci que vous nous serez bon et propice et tiendrez justice, ni point ne fléchirez pour le fort ni pour le foible, et garderez et soutiendrez de bon cœur, et défendrez, parmi l'aide que nous vous ferons, les droitures de Portingal.» Répondit le roi qui est à présent: «Bonnes gens, ainsi je le vous jure. Et principalemente je vous requiers que vous allez, et moi avecques vous, à la Monnoie, où Jean Andère se tient avec Aliénor de Congne; car je veuil qu'il muire; il l'a desservi à l'encontre de moi et de vous, quand il soutient autre querelle que vous ne voulez.» Ils répondirent tous d'une voix: «Nous le voulons; voirement vous est-il désobéissant et rebelle; si faut que il muire, et tous ceux qui contraires vous seront; parquoi le demourant du pays y prendront exemple.»

Tantôt les Lussebonnois furent conseillés et se départirent du moustier de Saint-Dominique; et étoient bien quinze cents tous d'une congrégation, et le roi qui est à présent avecques eux; et s'en vinrent, tout fendant parmi la ville, devers la Monnoie où la roine Aliénor et Jean Ferrant Andère étoient. Encore se boutoient toutes manières de gens et leurs routes. Quand ils furent venus à l'hôtel qu'on dit la Monnoie, on rompit les portes et entra-t-on dedans par force, et vint-on en la chambre de la dame, qui fut moult effrayée quand elle vit tant de peuple venir yreusement sur li. Si se jeta à genoux devant le maître de Vis, et lui pria à mains jointes que on eût pitié de li, car elle ne cuidoit avoir rien forfait, et que à la couronne et à l'héritage de Portingal elle ne demandoit rien; et bien savoient toutes gens, si'il leur en vouloit souvenir: «Mais, je vous prie, maître de Vis, et aussi fais-je à tout ce peuple, que à ce besoin il vous en souvienne, que outre ma volonté le roi Ferrant me mit en la seigneurie et couronne de Portingal, et me prit et épousa et fit roine de ce pays.» —«Dame, répondit maître de Vis, ne vous doutez en rien, car jà de votre corps vous n'aurez mal, ni nous ne sommes point ci venus pour vous porter dommage du corps ni contraire; mais y sommes venus pour ce traiteur qui là est Jean Ferrant Andère. Si faut qu'il muire tout du commencement; et puis le venge le roi de Castille, si il peut; car il a été trop longuement en ce pays son procureur.» A ces mots s'avancèrent ceux qui ordonnés etoient pour ce faire. Si prirent le chevalier et tantôt le mirent à mort.

Il n'y eut plus rien fait pour l'heure ni homme assailli ni mort, ni plus on n'en vouloit avoir; mais retourna cbacun en son hôtel, et le roi qui est à présent ralla au sien.

«Après la mort de Jean Ferrant Andère, madame Aliénor qui roine avoit été de Portingal, ot conseil et volonté de partir de Lussebonne et de soi traire en Castille, et aller devers le roi et sa fille, car elle avoit été tant effrayée de la mort de son chevalier que elle avoit été sur le point d'être morte: si ne vouloit plus demourer en Portingal, car elle n'y pouvoit avoir paix ni honneur. Si en fit pour li et en son nom requerre et prier maître de Vis. Il s'y accorda légèrement, et dit que il lui plaisoit bien que elle se partisist, et que bien y avoit cause. Si se départit la dame avec tout son arroi de Lussebonne et de Portingal, et chemina tant par ses journées qu'elle vint en la cité de Séville, où le roi de Castille se tenoit pour le temps et la roine aussi; et quand madame Aliénor fut venue là, elle trouva presque tous les nobles de Castille là assemblés, car il y avoit grand parlement sur le fait de Portingal; car le roi Jean de Castille se vouloit conseiller comment il se chéviroit; et disoit que le royaume de Portingal lui étoit venu et échu par la succession du roi Ferrant, père de sa femme, et que quand il la prit à femme et à épouse il lui accorda, et tout le pays aussi.

«Madame Aliénor de Congne fut reçue et recueille du roi et de sa fille moult doucement, ce fut raison. Adonc fut-elle demandée et examinée des besognes de Portingal, comment elles se portoient. Elle en répondit de tout ce que elle en avoit vu et que elle savoit; et que bien étoit apparent au pays de Portingal que les communautés couronneroient à roi, si on ne leur alloit au devant, maître de Vis, et que jà pour celle cause avoient-ils occis son chevalier Jean Ferrand Andère, pourtant que il soutenoit, et avoit toujours soutenu la querelle du roi de Castille.

«De tout ce que la dame dit, elle fut bien crue, car on en véoit l'apparent; et aussi plusieurs chevaliers et hauts barons qui avoient plus leur affection au roi de Castille, pour la cause de la fille au roi Ferrant, et pour aussi tenir et garder les sermens solennels que ils avoient faits au roi de Castille, à la requête du roi de Portingal, quand il donna par mariage sa fille au roi de Castille, si s'en vouloient acquitter, se départoient du royaume de Portingal et s'en venoient en Castille, et laissoient leurs terres et leurs hèritages sur l'aventure et espoir du retourner.

Et tout premièrement le comte Alphons Merle [1]; le grand prieur de Saint-Jean de Portingal [2], messire Dilg Arie son frère [3], Auge Silvasse de Genève [4], Jean Sausalle [5], et bien eux vingt-cinq, desquels le royaume de Portingal à ce commencement fut grandement affoibli et le roi de Castille réjoui et renforcé.

«Si fit un commandement le roi de Castille par tout son royaume très grand et très espécial, que tous nobles et gens portant armes, entre quinze et soixante ans, vinssent au champ de Séville, car il vouloit de fait et de puissance entrer au royaume de Portingal, comme sur son propre héritage, et le conquerre. A son commandement obéirent, ce fut raison, tous ceux qui de lui tenoient; et s'en vinrent au champ de Séville, et là s'assemblèrent et furent bien soixante mille hommes, que uns que autres.

«Quand messire Laurent de Congne, le chevalier de Portingal qui marié avoit été, et encore étoit, à dame Aliénor, que le roi Ferrant de Portingal avoit prise à femme et fait roine de Portingal, entendit que sa femme étoit venue hors de Portingal et traite en Castille, si se trait devers aucuns du conseil du roi de Castille dont il étoit moult bien, et leur demanda et dit, en soi conseillant à eux: «Mes seigneurs et grands amis, comment me pourrai-je chevir de Aliénor ma femme qui est issue de Portingal et venue en ce pays. Je sais bien que le roi Ferrant est mort, si comme vous savez; par raison je dois ravoir ma femme, et la calengerai, si vous le me conseillez.» Ceux répondirent à qui il en parloit, et par lequel conseil il vouloit user, et lui dirent: «Jean, jà ne vous advienne que nul semblant vous fassiez du demander, ni ravoir, ni reprendre, car vous vous forferiez trop grandement, et abaisseriez la dame de son honneur, et aussi la roine de Castille, et la feriez plus que bâtarde. Vous savez que jà le roi de Castille veult demander et calenger, comme son proper héritage retournant à li, le royaume de Portingal, et clame ce droit de par sa femme. Vous éclairciriez ce qui est en trouble, et dont on ne se donne de garde; vous vous mettriez à mort et jugeriez de vous-même, si vous faisiez la roine de Castille bâtarde; car on

[1] Deve tratar-se de Martim Afonso de Melo.

[2] O prior do Hospital D. Pedro Álvares Pereira.

[3] Diogo Álvarês.

[4] Talvez Gonçalo Vasques de Azevedo.

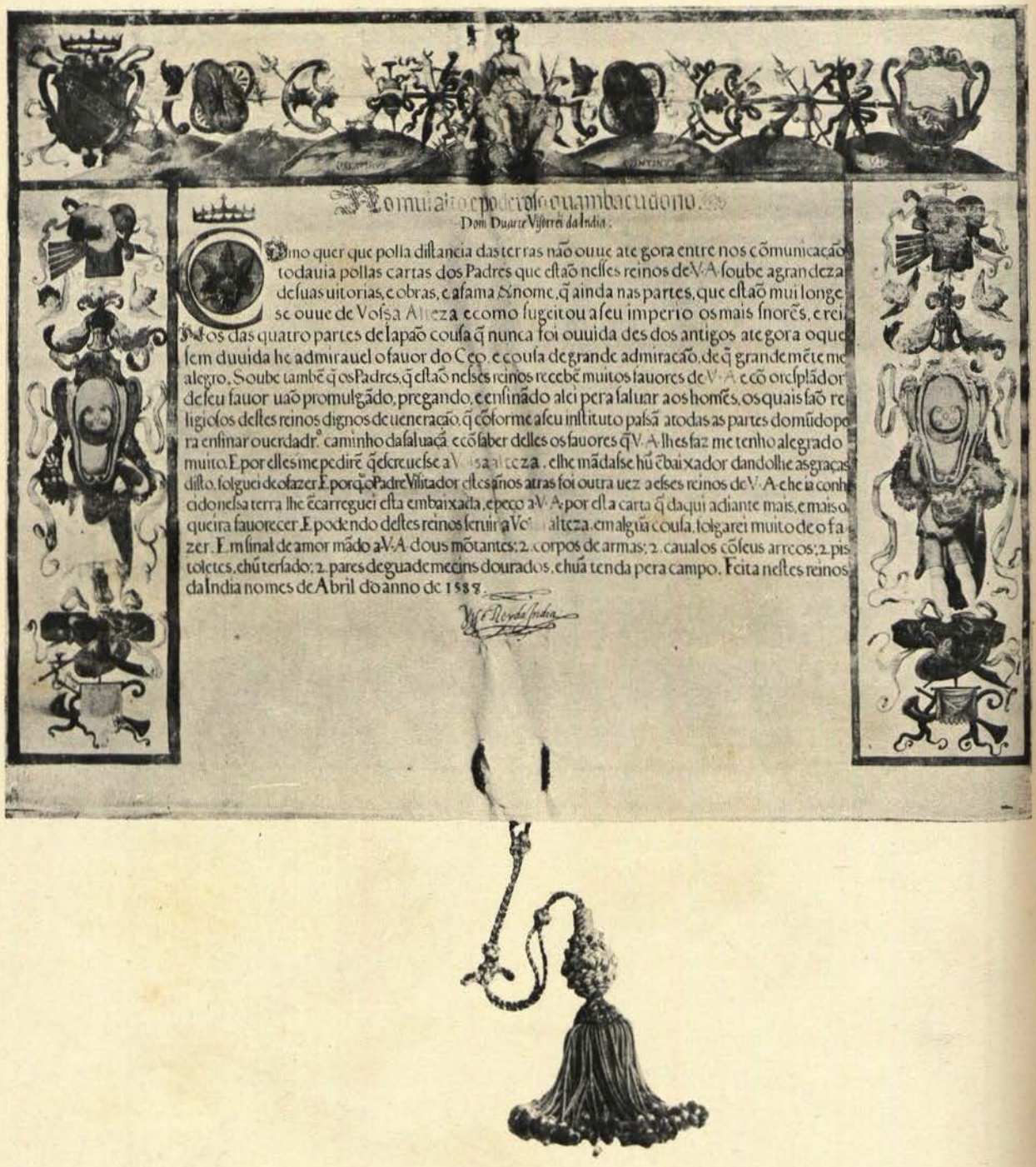
[5] João Gonçalves. Sôbre estes nomes V. Fernão Lopes, *Cron. de D. João I*, parte I, cap. 160; parte II, cap. 39.

soutient en ce pays la cause et la querelle que elle est de juste mariage et dispensée de pape.» — «Et quel chose est bon, dit le chevalier, que je en fasse.» — «Nous vous disons pour le meilleur, répondirent ceux qui le conseilloient, que du plutôt que vous pourrez, vous issiez hors de Castille, et vous retrayez sur votre héritage en Portingal, et laissiez madame Aliénor avecques sa fille; nous n'y véons autre salvation pour vous.» — «Par ma foi! dit le chevalier, je vous croirai, car vous me conseillez loyaument à mon avis.»

«Depuis ne séjourna en Castille messire Jean Laurent de Congne que trois jours; et ordonna toutes ses besognes secrétement; et se départit de Castille, et chevaucha au plutôt qu'il pot, et s'en vint à Lussebonne; et là trouva le maître de Vis, et lui dit que il le venoit servir et se mettoit en son obéissance; car il le tenoit bien à roi. Maître de Vis en ot grand'joie, et lui dit que il fût le bien-venu. Si lui rendit tout son héritage et le fit capitaine de Lussebonne. Ainsi, monseigneur, que je vous conte advint de celle besogne.»

NOTA — A transcrição é feita de *Les Chroniques* de sire Jean Froissart, com notas de J. A. C. Buchon, Paris, 1835, tômo II, p. 462 e seg.





No mui alto e poderoso ou ambacudono.

Dom Duarte Visorrei da India.

Como quer que polla distancia das terras não ouue ate gora entre nos cõmunicação todauia pollas cartas dos Padres que estaõ nesses reinos de V. A. soube a grandeza de suas uitorias, e obras, e a fama & nome, q̃ ainda nas partes, que estaõ mui longe se ouue de Vossa Alteza e como sugeitou a seu imperio os mais snorẽs, e rei. Nos das quatro partes de Iapaõ cousa q̃ nunca foi ouuida des dos antigos ate gora o que sem duuida he admirauel o fauor do Ceo, e cousa de grande admiracaõ, de q̃ grandemẽte me alegro. Soube tambẽ q̃ os Padres, q̃ estaõ nesses reinos recebẽ muitos fauores de V. A. e cõ o resplãdor de seu fauor uaõ promulgãdo, pregando, e ensinãdo alei pera saluar aos homẽs, os quais saõ religiosos destes reinos dignos de ueneracaõ, q̃ cõforme a seu instituto passã a todas as partes do mũdo pera ensinar ouerdadr.º caminho da saluaçã e cõ saber delles os fauores q̃ V. A. lhes faz me tenho alegrado muito. E por elles me pedirẽ q̃ escreuesse a Vossa alteza, e lhe mãdasse hũ ẽbaixador dandolhe as graças disto, folguei de o fazer. E porq̃ o Padre Visitador estes ãnos atras foi outra uez a esses reinos de V. A. e he ia conhecido nessa terra lhe ẽcarreguei esta embaixada, e peço a V. A. por esta carta q̃ daqui adiante mais, e mais o queira fauorecer. E podendo destes reinos seruir a Vossa alteza, em algũa cousa, folgarei muito de o fazer. Em sinal de amor mãdo a V. A. dous mõtantes; 2. corpos de armas; 2. caualos cõ seus arreos; 2. pistoletes, e hũ tersado; 2. pares de guademecins dourados, e hũa tenda pera campo. Feita nestes reinos da India no mes de Abril do anno de 1588.

Vi.º Rey da India

CARTA DO VICE-REI DA ÍNDIA AO IMPERADOR DO JAPÃO, DATADA DE ABRIL DE 1588

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

UMA CARTA DO VICE-REI DA ÍNDIA AO IMPERADOR DO JAPÃO

Quando no meado do século XIX o Japão viu ancorada num dos seus principais portos uma esquadra norte-americana e que esta desobedecia à ordem, que as autoridades lhe deram, de se retirar do império nipónico, reconheceu o perigo em que se encontrava se continuasse a ignorar sistemàticamente a existência das potências de cultura europeia. A medida tomada primitivamente contra os luso-espanhóis foi revogada e o Japão procurou febrilmente assimilar a civilização ocidental, não como hoje vemos à maneira russa, turca ou chinesa, mas à de Pedro o grande, *D. João III e Marquês de Pombal.*

Os causadores involuntários da muralha ideal de trás da qual o Japão se encerrou foram os portugueses, contra os quais se ergueram tôdas as fôrças nacionalistas, receosas do desaparecimento dos costumes e tradições, que tinham até então cimentado aquela potência mais setentrional do que meridional.

De todos os povos com quem os portugueses entraram em contacto desde o século XV ou XVII nenhum se mostrou tão acessível a aceitar a civilização portuguesa como o japonês e em nenhum a reacção foi tão formidável como neste, prova da inteligência e da energia desta raça. Como têrmo de comparação pode servir o reino do Congo, onde já nos fins do século XV havia o intercâmbio intelectual entre negros e europeus, onde se criou uma côrte modelada sôbre a de Lisboa, onde havia bispos e igrejas e onde nunca cessou a intimidade de relações com Portugal. Todavia os viajantes não encontram hoje ali o mínimo vestígio dêsse contacto na cultura dos actuais habitantes. Poderá atribuir-se ao clima a improficuidade das longas relações na aquisição da civi-

lização europeia, quando na verdade ela está na falta de energia dos povos negros, bem dotados apenas fisicamente.

Hoje procura-se fazer a história das relações de portugueses e japoneses e felizmente os materiais de estudo não faltam dos dois lados, se bem que a tarefa é espinhosa devido à diametral diferença das duas línguas, mais difícil para o europeu do que para o asiático, que tem necessàriamente de conhecer as línguas da Europa.

Ultimamente num templo japonês encontrou-se um documento português iluminado e que confirma e corrige uma asserção de um missionário português, que se julga ser Luís Fróis, que escreveu uma história do Japão de 1549 a 1578. Essa história, que existe manuscrita na Biblioteca da Ajuda, foi agora traduzida em língua alemã e está em via de publicação, graças à proficiência e conhecimentos de dois eruditos o sr. E. A. Voretzsch, ilustre ministro da Alemanha em Lisboa e do P.e Schurhammer, da Companhia de Jesus.

O documento a que me refiro foi já reproduzido algumas vezes tanto no Japão, como na Europa, e a gravura aqui junta é feita directamente sôbre um trabalho japonês. Na Europa foi publicada a carta em Die katholischen Missionen, *p. 124 do vol. dos anos de 1911-12: e em a p. 24 do vol. IX da* Revista de História, *aparecida em 1920. Esta estampa acompanha um artigo do sr. César de Sousa Mendes, intitulado* Subsídios para a história dos Portugueses no Japão, *onde ocupa a parte principal a tradução de um capítulo do livro do Dr. Niimura, intitulado* Narubaqui, *têrmo que significa em vernáculo* Narrações dos Bárbaros do Sul, *povos que são nem mais nem menos que os portugueses. Da referida versão aproveito o que se diz a respeito da carta, ainda em bom estado, não obstante ter sido dobrada no sentido do comprimento e ainda mais uma vez em quartos. Os caracteres e as côres da iluminura mantêm-se nítidos, a-pesar dos 300 anos de existência.*

A descrição feita pelo sábio japonês é a seguinte:

« As dimensões da carta são 73 centímetros de compri-

mento por 53 de largura. O texto ocupa um espaço de 35 por 46 centímetros e compreende 16 linhas e meia áparte o endereço e a assinatura. O endereço no cimo e as palavras Vossa Alteza, assim como a abreviatura V. A., são em caracteres dourados. A primeira letra, C, pela qual começa o texto é também dourada e combinada com um brasão que parece ser o do Príncipe Otaico, encimado de uma coroa dourada. Os três lados da carta, isto é, o lado inferior e os da direita e da esquerda são ornados de miniatura, tendo pouco mais ou menos 10 centímetros de largura. Sôbre a borda superior vêem-se desenhadas as sete colinas de Roma. Ao centro, sôbre a colina Tarpeia (na extremidade nordeste do Capitólio) está representado Marte, Deus da Guerra, sustentando na mão uma imagem dourada da Vitória. Nas duas extremidades da direita e da esquerda encontram-se as armas de Roma. Á esquerda vêem-se quatro letras: S. P. Q. R. (abreviatura de Senatus Populusque Romanus). Á direita vê-se um desenho que representa duas crianças, Rómulo e Remo, personagens lendárias, que estão sendo amamentadas por uma lôba. Estes dois brasões e o Deus da Guerra, ao meio, estão ligados por uma série de escudos, lanças e espadas, unidos todos por um cordão. Nos intervalos vêem-se golfinhos, objecto de culto dos antigos como emblemas do Deus do Mar. Entre os desenhos dos dois lados, à esquerda e à direita, vêem-se dois brasões contendo cada um seu crescente com cinco estrêlas, achando-se um e outro gravado sôbre um objecto que parece ser um vaso sustentado ao ombro por um personagem à maneira de cariátide. As cinco estrêlas são empregadas como no brasão de Portugal e a meia lua é usada muitas vezes como um símbolo dos países orientais (os do lado ocidental). Poder-se-ia, pois, supor que os mencionados brasões são as armas de Goa, possessão portuguesa do Industão.»

É curiosa a interpretação da tarja iluminada, mas não se pode aceitar a explicação do brasão, que, quanto a mim, não passa de ornamento semelhante ao que se encontra nos livros de Leitura Nova, *de D. Manuel, a-pesar-de ser muito posterior. Deve ser trabalho feito na Índia por um europeu e de escola diversa da que se observa no retrato de Camões, recentemente descoberto pelo sr. Dornelas e que é luso-indiano. Esta miniatura obedecia a um tipo fixo, pois em uma carta de cidadão romano concedida ao japonês Asecura Rocuienon encontram-se os mesmos motivos ornamentais.*

É possível que a carta do Vice-Rei fôsse selada no lugar onde pende a borla, que era feita de fio dourado, hoje desbotado.

A carta foi apresentada em 8 de Janeiro de 1591 ao Quambaco Toiotomi Ideíoxi, o soberano do Japão, pelo enviado do Vice-Rei do Japão, o P.e Alexandre Valignano.

O teor da credencial é já conhecido há longos tempos e figurou pela primeira vez no livro de Guzman, publicado em 1601. Todavia os textos publicados divergem em pormenores uns dos outros, sendo por isso bem vindo o aparecimento do original, guardado, ignora-se porque razão, num templo búdico.

Não darei aqui a leitura da carta do Vice-Rei D. Duarte de Meneses, porque ela é fàcilmente legível na gravura aqui junta; apenas observarei que a data de 1588 foi retocada no seu último algarismo, onde estava primitivamente 7. A razão da substituição de 1587 por 1588 não é clara.

O historiador japonês a que me referi espraia-se longamente sôbre o documento, utilizando tanto fontes europeias como japonesas sôbre os fins da missão do P.e Valignano, a qual, como se vê da leitura da carta, tinha por fim estreitar os laços de amizade entre os dois povos tão distantes um do outro e em que um decreto recente, ainda não conhecido à partida da missão de Goa, ia vibrar um golpe de morte.

A nós, portugueses, enche-nos de satisfação contemplar um documento que prova até onde chegava a actividade portuguesa no século XVI, quando os outros povos, que hoje marcham ou pretendem marchar na frente da civilização, desconheciam por completo a nação que nós vemos hoje ser respeitada e temida no concerto mundial.

PEDRO DE AZEVEDO.

SÔBRE A «DECADÊNCIA» E A «IGNORÂNCIA» DA ESPANHA

MUITO se tem dito e escrito, em detrimento de Portugal e da Espanha, sôbre «a decadência dos povos peninsulares», mas nem sempre com o necessário conhecimento de causa, com a indispensável perspectiva histórica, com imparcialidade serêna e até com nítida compreensão do conceito de «decadência».

Umas vezes, quando a jeremíada lùgubremente ressoa no próprio país «decadente», soltam-na vozes apaixonadas, e portanto suspeitas, de moralistas mais ou menos místicos, ou de revolucionários mais ou menos ansiosos. Outras vezes a afirmação exagerada, deturpadora e panfletária, provém de países estranhos e vem marcada com a ignorância dos factos, a incompreensão psicológica de raças diferentes, ou a má-vontade intolerante de inimigos religiosos ou políticos. Certos filósofos pouco filosóficos tiram, de aparências isoladas ou vãs, conclusões calamitosas que o futuro em breve faz cair no estrondoso ridículo; outros põem o ideal ou a bitola do «apogeu» num tipo quantitativo ou colossal de império enorme, de progresso instantâneo, de potência e grandeza material, para fulminarem assim de «decadentes», ou desdenharem como indignas da sua atenção de basbaques, tantas nações que vivem, modestas mas felizes e sãs, numa mediania equilibrada e contente. Em regra e quási sempre, o estalão da «grandeza» coïncide com a capacidade brutal que um povo tenha de bater fìsicamente nos seus vizinhos. E é freqüente esquecer-se que as nações e os povos, como os simples indivíduos, teem na sua longa existência ocasiões de brilhar ou fulgurar como chama de incêndio, mas que

a sua condição natural é durarem vivos e humildes, como a luz da lamparina de azeite, pequena e no entanto regular, contínua e persistente.

Raros serão os homens que se admirem de que ainda hoje exista uma Grécia; mas a maior parte dêles sentem-se autorizados a olhar de cima para baixo qualquer grego moderno que encontrem na rua, julgando-o responsável da notória falta de Homeros, Platões, Aristóteles, Sófocles e Aristófanes, com que hoje luta aquela nação «decadente». E eu, português, peço desculpa à opinião pública universal de não poder apresentar-lhe esta semana um novo Camões, nem anunciar-lhe que Portugal se encontra perfeitamente habilitado a descobrir amanhã outro caminho marítimo da Índia, ou a dar a volta ao mundo outra vez pela primeira vez.

Antes da Guerra estava o género humano de bôca aberta perante a grandeza estupendíssima da Alemanha e falava-se da França com certa vaidade desdenhosa, considerando-a, através dos seus romances e comédias, como um povo desmoralizado e «decadente». Afinal a França decadente bateu a Alemanha estupenda, e o género humano tratou de cogitar outras asneiras sôbre a «decadência dos povos».

Hoje em dia, porque os Domínios britânicos se vão libertando da administração da Metrópole, porque as Índias se agitam e a exportação de Manchester ou Glasgow diminui, já não faltam pensadores profundos e astrólogos de luneta telescópica, a dizer-nos que a Inglaterra «decai ràpidamente», para desaparecer em breve na revolução, na miséria e na fome.

O tipo ideal de grandeza e áureo apogeu mudou-se agora para os Estados Unidos, não tanto pelas riquezas de excelência moral ou nobre idealismo de que pode orgulhar-se aquela grande nação, mas por haver emigrado para a América do Norte grande parte do oiro europeu; porque os estadistas americanos falam alto e grosso a reclamar o pouco oiro que ainda cá temos; porque em Chicago e Nova-York até os operários teem automóvel, e porque ali se constroem em três meses as casas de quarenta andares...

Entretanto a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Holanda, a Suíça, tôdas as nações ordenadas e felizes mas pequenas e metidas consigo, continuam a ser consideradas como uma espécie de provincianas insípidas e até um pouco ridículas, de que nem vale a pêna falar; e já depois da Guerra, que nos prometia muito a

sério a liberdade, a igualdade e a fraternidade dos povos, aqueles grandes pequenos países foram classificados oficialmente, num conciliábulo de superfinos diplomatas mundiais presididos por Wilson, como «états sécondaires», ou «puissances à intérêts particuliers». É como se disséssemos que, para se merecer o título de «Estado primacial» e «Potência de interêsses gerais» é indispensável encher a praça com gritos e gestos, dando má vizinhança à gente que gosta de se deitar cedo e dormir sossegada, para ir de manhã ao seu trabalho...

... ¿E a Espanha? A Espanha continua a ser, desde Felipe IV e para o homem que passa na rua (o conhecido e estúpido «man in the street») uma nação incuràvel e irrevogàvelmente «decaída». Por uma série de circunstâncias especiais, militares ou dinásticas, a Espanha teve a «desgraça» de ser algum tempo, no século XVI, senhora de meia Europa. Por virtude da sua própria energia e auxiliada por outras circunstâncias, geográficas ou históricas, a Espanha passou os mares e foi senhora de meio mundo. Para nunca mais «decair», depois de tudo isto, era necessário que ela tivesse conquistado e conservado a outra metade da Europa e a outra metade do mundo, e partisse depois à conquista e ao senhorio perene da Lua, do Sistema Solar, de Sírius, da Via Láctea e do Infinito Sideral. Em vez disto, a Espanha saiu donde tinha estado, mas ficou onde sempre esteve. No mapa da Europa, pela inevitável fatalidade do equilíbrio internacional, deixaram de alastrar as côres do seu pavilhão. As províncias que tinha na América evoluíram naturalmente para a fase definitiva de nações livres, conservando porém a língua de Castela. As condições novas da indústria, do comércio e do trânsito deram a supremacia económica e portanto política às nações marítimas do norte da Europa. Ferro e carvão, colunas do novo mundo mercantil, apareceram primeiro na Inglaterra, e não na Espanha. Rodaram pouco a pouco os séculos, e do próprio fruto das navegações, conquistas e primeiros povoamentos peninsulares, foram germinando na América dezenas de novos Estados, alguns dos quais se exalçaram a grandes potências políticas ou militares e, concorrentes e rivais agora da Espanha, (que outrora lhes dera a primeira possibilidade de existirem), a expeliram violentamente da sua vizinhança. ¿Porque se há-de chamar a isto «decadência», se, pelo contrário, pode até considerar-se como salutar concentração de fôrças nacio-

nais? ¿Não se espalhou de mais a Espanha pelo mundo, durante a fase chamada de «apogeu»? ¿Não foi êsse impulso centrífugo tão nocivo à sua própria organização interna e ao seu crescimento normal de nação continental e europeia?

Portugal e Espanha são dois povos que ao entrarem na puberdade adoeceram de gigantismo, talvez duas vítimas de uma atrofia visceral adquirida no exagêro desportivo de galgarem a história e alargarem o mundo. Em certo sentido poderemos dizer que as duas «velhas» nações não tiveram mocidade e supô-las mais jovens, agora, do que outras que só entraram depois na scena mundial e aí desenvolveram acção menos heróica e mais equilibradamente progressiva.

O presente autoriza êste modo de ver. Para os próprios espectadores práticos, para os amadores da aparência material e útil, da solidez económica e das visualidades mecânicas, a Espanha de hoje é um país de cidades que se ampliam e transformam ràpidamente, de agricultura que se intensifica, de indústrias cada vez mais produtivas e mais nacionalizadas, de moeda firme e finanças em ordem perfeita. Os disciplinados e disciplinadores encontram em Espanha uma vida administrativa local cada dia mais consciente dos seus deveres e interêsses, uma segurança individual absoluta e uma tranqüilidade cívica adequada ao trabalho fecundo, que pode não agradar em tudo aos democratas irremediàvelmente puros, mas assenta sem dúvida sôbre um vasto consenso e não se parece com a paz varsoviana do fascismo de Itália. Instrução e educação nacional progridem com ritmo lento mas seguro; as sciências da natureza vão tendo cada vez mais notáveis cultores; e no domínio das artes, em que tantas vezes a Espanha deu exemplo e tom ao resto da Europa, ela pode apresentar hoje um escol de músicos, de escultores, de pintores e de literatos, que disputam à França a sua tenaz e absorvente supremacia. Para só falar da arte da prosa, ¿onde está no momento actual e em todo o vasto mundo um escritor que possa bater-se com José Ortega y Gasset, artista renovador, da grande estirpe dos Wilde, dos France e dos Eça de Queirós, que deram à palavra humana novas possibilidades de expressão, representação e emoção, superiormente belas, intelectuais e cultas?...

Todos estes factos se me apresentaram ao espírito, ao ler recentemente o novo livro do sr. Aubrey F. G. Bell, intitulado «Luis

de Leon, a Study of the Spanish Renaissance» (Oxford, 1925). Aí um sábio moderno, um homem do norte, escrevendo na mesma língua inglêsa em que a Espanha foi tão caluniada por motivos religiosos e políticos, acaba de fazer justiça plena à admirável Renascença peninsular. Todos nós, partícipes ou descendentes da cultura hispânica, devemos receber e guardar nas nossas estantes, entre os melhores pergaminhos de nobreza intelectual, essa apologia, ou melhor, essa errata a três séculos de críticas parciais e de história deturpada, que, no entanto, foi considerada verdadeira não só pelos inimigos da Espanha e pelos povos e nações protestantes do norte da Europa, mas na própria Península encontrou adesões e sequazes, servindo de argumento e de estímulo aos progressistas e revolucionários espanhóis ou portugueses, que não souberam preparar e conquistar o futuro sem deprimir e insultar o passado, e sem reflectir que estavam sacrificando assim à sua política, com grande desvantagem dela própria, o bom nome das suas pátrias. Ainda hoje êste jacobinismo crítico e histórico insiste nos seus excessos e azedumes, como pode ver-se no último fascículo (3.º do tômo XII) da «Revista de Filología Española», onde se faz a resenha e comentário de outro estudo do sr. Aubrey Bell, «Francisco Sánchez el Brocense» («Hispanic Notes and Monographs»). Aí se procura abalar a tese do insigne hispanista inglês, que sustenta que a Inquisição peninsular, encarada à luz da sua época, não foi tão má como a pintaram. E lá voltam sempre os velhos lugares-comuns de comício e panfleto: a «libertad a medias», as «reservas dogmáticas», «aquel sombrio tribunal y sus arteras persecuciones»...

Maior assunto de controvérsia encontrará de-certo a demagogia retrospectiva no livro «Luis de Leon». É um interessantíssimo trabalho de história e de crítica literária, onde, segundo a declaração do próprio autor, não se pretende tratar exaustivamente aquela extraordinária figura peninsular como teólogo e filósofo, mas apenas «despertar mais vivo interêsse por um homem que era uma fogueira de energia, uma mistura castelhana de Milton, Wordsworth e Savonarola; e ao mesmo tempo chamar a atenção para um dos períodos mais fascinadores da literatura e da arte: a Espanha do século XVI».

Frei Luís de Leon é estudado e evocado pelo sr. Aubrey Bell nos seus tempos de infância e de juventude estudantil; na sua

carreira magistral em Salamanca e nos seus quatro anos de prisioneiro da Inquisição; no seu carácter de cristão estoico, de místico e de ardente inimigo da hipocrisia. Considera-o essencialmente como poeta, se bem que não fôsse poeta profissional; e encara-o, em-fim, como prosador, humanista, filósofo, teólogo, e também pensador político. Tôda a erudição antiga e moderna está, como inabalável pedra de alicerce, na base dêste trabalho copioso e magistral; e a sua coroa deleitosa e instrutiva é feita do melhor oiro: da capacidade crítica, do poder de construção lógica e de síntese filosófica, dons preciosos que o sr. Aubrey Bell possui em alto grau, e que nêle resistem com alada elegância ao pêso da análise subterrânea e à rebusca microscópica dos textos e das fontes. Desta maneira os seus estudos são quási sempre verdadeiras criações, onde se corporizam ideias novas ou corrigem antigos conceitos. E os que o leem podem não concordar sempre com as suas conclusões e resultados; mas nunca deixam, guiados por êle, de ver de alto os assuntos mais profundos e de alargar o panorama das suas noções literárias e críticas. É um mestre autêntico, da boa raça dos que não só informam e ensinam, como senhores das verdades e dos factos, mas fazem pensar, e assim abrem caminho à conquista de novos factos e de verdades mais amplas.

Os dois primeiros capítulos do livro «Luís de Leon» intitulam-se «Spain and the Renaissance», e «Spain and the Reformation». Aí se mostra como, ainda hoje, o leitor de língua inglêsa, mal guiado por obras históricas actuais, como a «Cambridge Modern History», ignora a Espanha do Renascimento e continua a considerá-la um «país sequestrado da luz», um poço de escuridão «donde o próprio nome de Platão era banido». E o sr. Aubrey Bell, em mais de sessenta páginas recheadas de factos provados e irrefragáveis, mostra que esta fórmula da «ignorância da Espanha» deve ser tomada no sentido oposto ao que pretende ter. A «ignorância da Espanha» não estava dentro, mas fora dela; os estranjeiros é que revelavam e revelam ainda uma grande «ignorância da Espanha»; a verdadeira Espanha era «ignorada», e não «ignorante»...

No fim do século xv, desfeito em Granada o último baluarte

dos Mouros, o reino unido de Castela e Aragão deixava atrás de si oito séculos de guerra ininterrupta. E, contudo, recebia da Idade Média uma esplêndida herança cultural: as obras de Afonso o Sábio, superiores à sua época, assentavam seguramente as bases da língua castelhana, trezentos e cincoenta anos antes que a tradução da Bíblia fizesse o mesmo para a língua inglêsa; as doutrinas de Ramon Lullo; os trabalhos de Santo Isidro, dos grandes filósofos hispano-arábicos, e da escola de tradutores de Toledo. Êste mesmo cabedal próprio, combinado com a independência do carácter espanhol podia servir de obstáculo à aceitação da nova cultura, vinda de Itália. E, todavia, não foi assim. Já antes de meado o século XV, com o Marquês de Santillana, com Rodríguez de la Cámara, com Fernando de Cordóba e Alonso de Palência, a Espanha apresentava um grupo de homens influenciados pelos poetas italianos, ou conhecedores dos clássicos gregos e romanos. Em 1438 dizia o Papa em Roma, referindo-se à cultura de D. Alonso de Cartagena, bispo de Burgos:

— Se o bispo de Burgos vier aqui, sentir-me hei envergonhado de me sentar no trôno de S. Pedro!

E Roma e a Itália eram nesse tempo o foco da cultura universal.

No fim do século XV já o rápido desenvolvimento da erudição na Península Ibérica atraía a atenção dos humanistas de Itália. A-pesar das suas tradições medievais, Salamanca provava a sua adaptabilidade ao novo ensino e o seu liberalismo scientifico, franqueando as suas cátedras a estranjeiros, como Lúcio Marineo e, mais tarde, os portugueses Aires Barbosa e Pedro Margalho. Os melhores pensadores da Renascença espanhola eram tão adversos ao protestantismo do Norte, como à frivolidade e ao paganismo dominantes na Itália. A ânsia de saber era enorme, e, se a Espanha começou tarde, ainda assim apresentava na primeira metade do século XVI, «dez helenistas por cada um que a Inglaterra produziu» na mesma época. Em 1553 Garcia Matamoros podia dizer que em Espanha «se considerava vergonhoso que um homem de nascimento nobre não soubesse latim». Em tôda a parte surgiam universidades em Espanha, tendo-se fundado ali não menos de vinte no decurso do século XVI. E de entre os homens formados por essas escolas escolhiam-se titulares para os mais altos cargos do Estado, olhando ao mérito, e não ao nascimento: Frei Juan

de la Regla, «estudiantico tan pobre», veio a ser o confessor de Carlos V; o cardial Quiroga não trazia nem uma moeda de cobre no bôlso, quando veio estudar em Salamanca; Soto era filho de um jardineiro de Segóvia; Pérez de Ayala, que morreu arcebispo de Valência, ia, quando rapazinho, para a porta da igreja da sua aldeia, antes do nascer do sol, e aí, tremendo de frio, esperava que o pároco o chamasse para lhe ensinar os rudimentos do latim; e Frei Juan de Marquina, prior de Guadalupe, aprendera a ler sòzinho, diz Sigüenza, no meio do ruído de uma forja («entre los fuelles y fragua»).

Estes exemplos, mostram ao mesmo tempo o prestígio das letras e a democratização da cultura na Espanha do Renascimento. Uma das flores dessa cultura foi o grande Juan Luis Vives, de quem o escritor inglês diz o seguinte: «Do grande triunvirato do humanismo europeu — Erasmo, Budé e Vives — um dos triúnviros era espanhol. Pôsto que deixasse a sua nativa Valência na idade de 17 anos e passasse em França, Inglaterra e Flandres o resto da sua curta existência, Vives manteve sempre o seu carácter espanhol e o seu amor à Espanha. A êle, mais do que a Bacon, se deve atribuir aquele despertar do pensamento europeu, que havia de dar resultados tão prodigiosos no domínio da sciência e da arte. Vives era tìpicamente hispano pela sua moderação, pelo seu eclecticismo compreensivo, e pela sua sinceridade.»

Os três ou quatro grandes helenistas cuja fama passou as fronteiras da Península — Hernan Núñez de Guzman, Aires Barbosa (Airas Lusitanus), Francisco Sánchez el Brocense, Juan Ginés de Sepúlveda, etc., não eram fenómenos insulados, mas centros de grupos numerosos, espalhados e activos por tôdas as cidades. Um dêles, Juan Gélida, foi professor em Paris e Bordéus; Pedro Núñez Vela ensinou em Lausana; Pedro Simão Abril revelou-se um predecessor das modernas ideias pedagógicas. Êste e vários outros humanistas espanhóis ou portugueses distinguiam-se como adversos às pueris discussões dialécticas e preferiam, como verdadeiros homens de sciência, a substância ao estilo. E assim, ao passo que os italianos criticavam os erros do latim de Erasmo, os espanhóis liam as obras dêste com fervor, atentos ao fundo, e não à forma.

Depois de referir-se ao esplendor das artes, e especialmente à arquitectura, à escultura, à ourivesaria e à música do Renasci-

mento espanhol, o sr. Aubrey Bell entra no capítulo das sciências, abstractas ou aplicadas, e mostra como também abundam os nomes de precursores hispânicos, mal conhecidos ainda ou muito tarde revelados ao mundo, como Bernardino de Sahagun, que escreveu sôbre história natural em 1575, mas só em 1831 foi traduzido em inglês. Outros exerceram imediàtamente considerável influência no pensamento europeu, como os médicos Andrés de Laguna e Francisco de Covarrúbias.

No domínio da matemática, da cartografia e da arte de navegar, cita o sr. Bell os nomes de Francisco Faleiro, Pedro de Medina, Alonso de Santa Cruz e Felipe Guillén, homens realmente notáveis. Notemos de passagem que o primeiro era português, e os outros não excedem os grandes nomes portugueses de Pedro Nunes, Perestrelo, Pacheco, Sólis, Magalhães, João de Lisboa, Rui Faleiro, Pero da Covilhã, D. João de Castro, e outros, que os trabalhos recentes de Duarte Leite, Joaquim Bensaúde, Luciano Pereira da Silva, Malheiro Dias, etc., teem pôsto no devido relêvo como verdadeiros e primeiros doutores da navegação transatlântica.

Tenho pêna de que o espaço me falte para resumir o segundo capítulo («Spain and the Reformation»). Dêle tiro apenas estas frases características: «O pensamento espanhol distinguia-se por um espírito de humanidade e tolerância, muito raro na Europa dêsse tempo. O número de vítimas da Inquisição foi grandemente exagerado. Galileu e Campanella eram perseguidos em Itália, ao passo que o sistema de Copérnico era aprovado por um monge agostinho espanhol, Frei Diego de Zúñiga, e adoptado pela universidade de Salamanca em 1561. A Inquisição, longe de opôr-se à educação, favoreceu-a, e raramente terá havido tantas facilidades para o ensino como na Espanha do século XVI. A Espanha perdeu no século XVII o seu lugar de grande potência; mas o carácter individual dos espanhóis não decaiu. O império construído pela Espanha era artificial; mas a Inglaterra, ou qualquer outro país, se tivesse organizado um império seu no princípio do século XVI, não o teria feito menos artificial do que o espanhol».

A conclusão dêste interessantíssimo capítulo corresponde, baseada no estudo erudito mas imparcial, àquilo que o nosso instinto

de ignorantes, auxiliado pelo simples bom senso crítico, poderia concluir por sua parte:

«A energia consumida pela Península, no século XVI, em conquistar um novo mundo e a maior parte da Europa, opondo-se ao mesmo tempo sòzinha à demagogia da Reforma e à corrupção de Roma, e ainda devotando-se com brilho, à literatura, à arte e à sciência — êste esfôrço enorme, multiforme e ubíquo, não encontra paralelo na História.» O presente está já provando e o futuro confirmará que, apesar disso, o sangue hispano não secou, nem se esgotou.

Aliás o esplendor político nem sempre coïncide com o apogeu da arte e da literatura. Bastará lembrar que os *Lusíadas* foram publicados 8 anos antes de Portugal perder a independência; que a *Divina Comédia* nasceu quando a Itália se esfacelava nas lutas entre guelfos e gibelinos, e que a vasta e funda renovação mental da Espanha de hoje data da perda das suas últimas colónias mais importantes. Mais feliz do que o pequeno Portugal, a Espanha é grande bastante para ter podido, com vantagem própria, deixar de ser uma metrópole.

AGOSTINHO DE CAMPOS.



UM ASTROLABIO DO SÉCULO XVII

O ASTROLÁBIO que as duas estampas juntas mostram, fotografado pela face e pelo dôrso, pertenceu a D. Gaspar da Conceição, da família de Lobos Vilasbôas, de Caminha, frade que foi do convento de Santa Cruz de Coimbra e procurador geral do mesmo convento, o qual, indo viver para Caminha na casa de Leiras, depois de secularizado, aí morreu em 1842, jazendo sepultado na igreja de Santo António desta vila. Foi autor de *O Jardineiro, Anthologia ou Tratado das flôres*, impresso em Coimbra, 1824, e do volumoso manuscrito com o *Adagiário* e o *Etymon grego*, hoje na posse do seu parente, o Sr. tenente-coronel João Coelho de Castro Vilasbôas. O instrumento de que vamos dar resumida descrição foi-nos cedido pelo Sr. António Coelho Vilasbôas, residente em Évora, da mesma ilustre família de D. Gaspar da Conceição.

Com êste são já quatro os astrolábios conhecidos, existentes em Portugal. Os outros três são: o da Escola Naval, construido em 1616 por Nicol Patenal; o da Sociedade de Geografia de Lisboa, do século XVI: e o astrolábio náutico do Observatório astronómico da Universidade de Coimbra. De todos três publicamos uma sucinta notícia, intitulada «Astrolábios existentes em Portugal», separata do livro «Folhas de ouro», editado em 1917 pelo distinto engenheiro Sr. Carlos de Vasconcelos Pôrto, outro parente de D. Gaspar, em benefício do Sanatório para empregados tuberculosos dos Caminhos de ferro do Estado, construido em S. Brás de Alportel. Teve esta nossa notícia a vantagem de revelar a existência do instrumento que vamos descrever, o qual se usava principalmente como relógio, determinando-se com êle as horas do dia pela altura do Sol, e as horas da noite pela situação da Ursa menor no seu movimento à roda do polo.

O instrumento compreende várias peças moveis, que todas gi-

ram em volta do mesmo centro, umas na face, outras no dôrso de um disco circular, de onze centímetros e meio de diâmetro e dois milímetros de espessura, que constitui a «mãe» do astrolábio, e a que chamaremos disco-mãe. A peça de suspensão, com sua argola[1], que, em ambas as estampas, o prolonga pela parte de cima, fa-lo atingir uma altura total de 19 centímetros. Era por esta argola que o aparelho se suspendia para medir a altura do Sol com a alidade de pínulas que se vê na face do astrolábio (Fig. 1). Começaremos, porém, por analizar o dôrso (Fig. 2). Aí se vê o limbo do disco-mãe dividido em 12 meses e estes, por seu turno, divididos em dias com as numerações 10, 20, 30, nos meses *Aprilis*, *Iunius*, *September* e *Nouember*, e as numerações 10, 20, 31, nos outros, excepto *Februarius*, onde se lê: 10, 20, 28. Nota-se na parte inferior do limbo, sôbre a linha de separação dos meses *Aprilis* e *Mayus*, um pequeno anel, ou olhal, pelo qual se enfiava um cordão para suspender o instrumento quando se queriam as horas da noite, como veremos. A dentro dos círculos dos meses ficam os dos signos do zodíaco, divididos em 30 graus cada um, os quais, pela sua correspondência com os dias, mostram a marcha anual do Sol pela eclíptica. Repare-se que o traço do princípio de *Aries* fica sôbre o dia 21 de Março *(Martius)*, o que mostra ser a construção posterior à data da Correção gregoriana, 15 de outubro de 1582. Aos círculos do zodíaco segue-se, mais a dentro, outro círculo com divisões desiguais, numeradas 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21 e 23, que marcam a declinação do Sol, isto é, a sua distância ao equador, durante o percurso oblíquo da eclíptica. Corresponde a declinação nula aos começos de *Aries* e *Libra*, tempo dos equinócios, em que o Sol passa no equador. Corresponde a declinação máxima, de 23 graus e meio, aos começos de *Cancer* e *Capricornus*. Assim, todos estes círculos, traçados no limbo do disco-mãe, substituem as tábuas de longitude (lugar no zodíaco) e declinação do Sol no decurso do ano.

Dentro do círculo das declinações solares está um disco móvel com um ponteiro onde se lê: *Index Soly*, o qual se pode levar,

[1] Esta argola de forma octogonal, feita de cobre, não parece ser a primitiva.

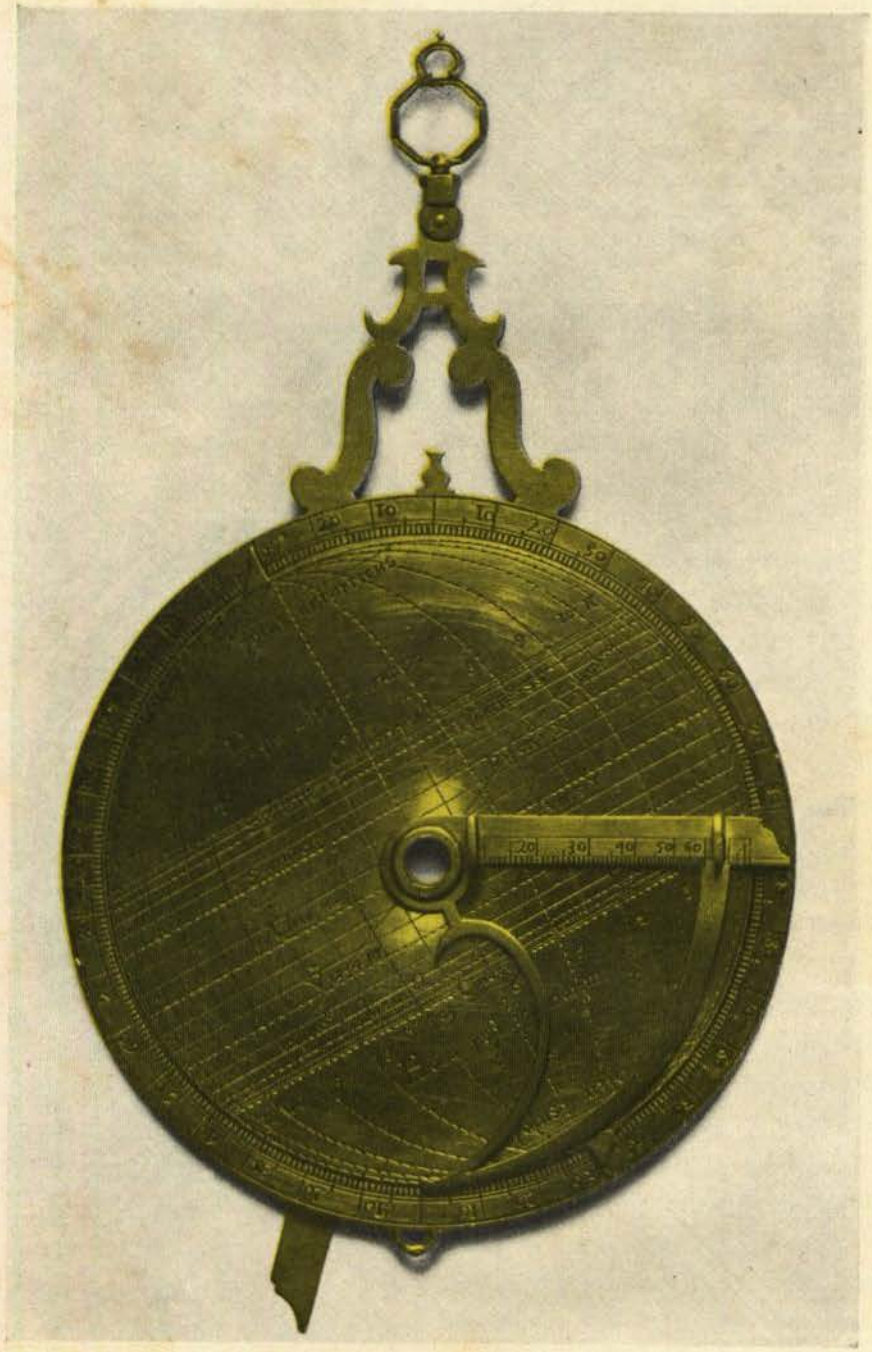


FIG. 1 — FACE DO ASTROLÁBIO



FIG. 2 — DORSO DO ASTROLÁBIO

sôbre a « mãe » do astrolábio, ao ponto do zodíaco em que estiver o Sol no dia considerado. No bordo dêste disco móvel está a inscrição « *Horae nocturne demostrante polij* »[1], prolongada pelos números 4 a 12 e 1 a 8, correspondentes cada um a seu dentículo, que servem para marcar as horas nocturnas pela observação das Guardas da Buzina (β e γ da Ursa Menor) desde as 4 da tarde até à meia noite e, a seguir, até às 8 da manhã, como se verá, podendo uzar-se portanto esta numeração para noites de duração variável até um máximo de 16 horas. Neste mesmo disco ha ainda outra roda de números mais a dentro, desde 1 a 29, que dão a idade da Lua. Sôbre êste disco móvel, e independente dêle, gira um outro disco menor com um ponteiro bastante comprido, cuja extremidade sai para fora do limbo, e no qual se lê a inscrição: *Index mane lunae et horae nocturne demostrante poly*. Dirigindo o ponteiro menor, *Index Soly*, para o lugar ocupado pelo Sol no zodíaco, e o maior para o lugar ocupado pela Lua no mesmo dia, teremos, na base dêste último ponteiro, o número indicativo da idade da Lua. Assim, na Fig. 2, o ponteiro do Sol está dirigido para a parte final do signo de *Scorpius* e o da Lua ultrapassa o fim de *Capricornus*, indicando 5 dias decorridos desde o novilúnio. A fase correspondente (proximidade de Quarto crescente) vê-se no círculo cavado na base do ponteiro maior, cujo fundo mostra, na parte mais brilhante, a iluminação da Lua, figurando a fase em que vai. Neste disco menor estão inscritos três polígonos que são: um triângulo, um quadrado e um hexágono, cujos lados, marcados com os respectivos símbolos, dão, segundo as distâncias em que ficam os dois ponteiros, os « aspectos » da Lua: trino, quarto, ou sextil, segundo ela vai distante do Sol numa elongação de um têrço, um quarto ou um sexto de circunferência. A consideração dos aspectos da Lua, relativamente ao Sol e aos planetas, tinha importância na medicina, pois por êles se sabiam, por exemplo, os tempos de eleição dsa purgas.

[1] Escusado será dizer que a ortografia do latim é da responsabilidade do gravador.

No centro do astrolábio há um orifício de sete milímetros de diâmetro, através do qual se tem de observar a estrêla do Norte quando se quere saber a hora da noite. Começa-se por colocar o ponteiro *Index Soly* sôbre o ponto do zodíaco em que está o Sol. Enfia-se um cordão pelo pequeno anel que se vê na parte inferior da Fig. 2 e por êle se suspende o instrumento, que assim toma posição inversa da da figura e se coloca diante dos olhos, de maneira a vêr-se a estrêla do Norte através do buraco central. Move-se então o ponteiro mais comprido, o da legenda *Index... horae nacturne demostrante poly*, até que a sua extremidade, saliente sôbre o limbo, fique na direcção da Guarda dianteira da Buzina (β da Ursa menor). O ponteiro *Index Soly* indica sempre a direcção em que a Guarda dianteira marca meia-noite, e por isso se lê o número 12 na sua base. Se o ponteiro maior fica sôbre êle, é meia-noite. Tomando, porém, outra posição, o número por êle indicado na roda *Horae nocturne demostrante polij* designará a hora, antes ou depois da meia-noite. Assim, na Fig. 2 (que para êste efeito devemos supôr invertida) o *Index Soly* está situado para uma observação em 21 de Novembro, com o Sol em 29 graus de *Scorpius*, e o ponteiro maior indica as 4 horas da manhã.

Êste modo de achar a hora da noite pela Ursa menor, ou Buzina, vinha sendo usado desde a idade-média. O célebre astrolábio de Raimundo Lulo, tão apregoado e tantas vezes citado desde Humboldt, não passava afinal de uma simples roda para êste único fim, como mostrámos já nesta revista (*LVSITANIA*, vol. I, págs. 25 e 27). Era processo usado também pelos nossos navegadores dos séculos XV e XVI. E no século seguinte a êle se refere Cervantes. No Cap. XX da Parte I de *D. Quixote*, em que se conta a aventura dos pisões (moinhos de pisoar pano), Sancho Pança, cheio de mêdo ao ouvir, na escuridão da noite, o estrondo das pancadas dos grossos maços de madeira, implora D. Quixote nestes termos:

«Por um solo Dios, señor mio, que nõ se me faga tal desaguisado: y ya que del todo no quiera vuestra merced desistir de acometer este fecho, dilate-lo, a lo menos hasta la mañana, que a lo que a mi me muestra la ciencia que aprendi, quando era pastor, no deve de haver desde aqui al alva tres horas: porque la boca

de la bozina está emcima de la cabeça, y haze la media noche en la linea del braço yzquierdo»

Para se compreender este passo é preciso lembrar que se imaginava um homem no polo celeste, voltado para a Terra, com os braços estendidos e portanto com o esquerdo para o Oriente. As Guardas, que formam a bôca da Buzina, iam na «linha do braço esquerdo» quando subiam para o meridiano, já numa inclinação de 45 graus[1]. Nessa posição marcavam elas meia-noite no meado de Março, segundo o «Regimento para saber as horas da noite pela estrêla do Norte», formulado depois da Correcção gregoriana, o qual diferia, de uma quinzena, do Regimento análogo usado antes de outubro de 1582. Mas a boca da Buzina estava já na Cabeça, isto é, na culminação superior, sobre o meridiano, marcando portanto as tres horas depois da meia-noite. Era pouco antes do equinócio, o Sol nascia pelas seis horas, e o romper de alva começava antes, com o crepúsculo. Por isso êle afirmava: «no deve de haver desde aqui al alva tres horas». Mas Sancho repetia apenas regras que sabia de cor porque não havia estrêlas no ceu: «Como puedes tu Sancho, dixo don Quixote, ver donde haze essa linea, ni donde está essa boca, o esse colodrillo que dizes, si haze la noche tan escura, que no parece en todo el cielo estrella alguna? Assi es, dixo Sancho, pero tiene el miedo muchos ojos, y vee las cosas debaxo de tierra, quanto mas encima en el cielo, puesto que por buen discurso bien se puede entender que ay poco de aqui al dia».

Consideremos agora a face do astrolábio (Fig. 1). No limbo do disco-mãe vêem-se os quatro quadrantes graduados desde o a 90, a partir, tanto do ponto mais alto, como do mais baixo. Sôbre

[1] Chamavam-se especialmente «linhas» às direcções a 45 graus. Se as Guardas iam na direcção do braço esquerdo, dizia-se que «iam no braço esquerdo», e tres horas depois dizia-se que «iam na linha do braço esquerdo» (*Reportorio dos tempos*, de Valentim Fernandes, edição fac-símilada do sr. J. Bensaude, pag. 76) ou que «iam no hombro esquerdo» (*Regimento do estrolábio, de Evora*, edição fac-símilada, pág. 42). Veja-se a nossa *Astronomia dos Lusiadas*, pags. 116 e 117.

esta graduação corre a ponta da alidade com a qual se observa a altura do Sol, dirigindo-a para êle de modo que um raio de luz solar se enfie pelos orifícios das duas pínulas. Sôbre um dos lados da alidade cresce uma peça em forma de *V* recurvado, cujo vértice, marcado por um ponto bem visivel, dista 90 graus da ponta da alidade. Quando se observa o Sol, esta ponta indica na graduação do limbo a distância zenital do astro, e aquêle vértice a sua altura sôbre o horizonte. A linha de fé da alidade está divídida em 90 partes, numeradas de 10 em 10. Estas divisões, de grandeza decrescente do centro para a periferia do astrolábio, representam em projecção os 90 graus de um quadrante do circulo vertical, chamado «primeiro vertical», que, passando no zenite, perpendicular ao horizonte e ao plano do meridiano, neste plano se projecta segundo uma recta. Tal graduação da aresta da alidade serve para marcar a altura do plano paralelo ao horizonte, ou altura da almocântara[1], em que vai o Sol, como adiante diremos.

Por cima da «mãe» do astrolábio, dentro da circunferência graduada do limbo e por baixo da peça triangular de que faz parte a alidade, mas independente dela, move-se um disco representativo da esfera celeste, desenhada em projecção ortográfica sôbre o plano de um meridiano. Os círculos horários, em que se numeram, tanto as *Horae ante meridiem*, como as *Horae post meridiem*, são projectados segundo elipses, todas concorrentes sôbre os dois polos celestes, marcados por dois pequenos ponteiros, junto dos quais se lê: *polus articus* e *polus antarticus*. Rectas perpendiculares à linha dos polos representam círculos paralelos ao equador, compreendidos entre os trópicos, círculos que o Sol vai percorrendo no seu movimento diurno, passando de uns para os outros na sua marcha anual ao longo da eclíptica. Todos estes paralelos são cortados pela

[1] Chama-se *almocântara* à intersecção de qualquer plano horizontal com a esfera celeste. Se um plano horizontal sobe desde o horizonte até o zenite, as suas intersecções com a esfera celeste são círculos horizontais de raio decrescente. A tais circulos, que os franceses chamam *almicantarats* e os ingleses *almucantars*, deve em português dar-se o nome de *almocântaras*, na opinião do ilustre professor de árabe, o sr. Dr. David Lopes (*Astronomia dos Lusíadas*, pag. 139, nota).

linha oblíqua definida na inscrição: *Linea Ecliptica*. Os paralelos que passam pelo começo dos signos são indicados pelos nomes: *Aries*, *Taurus*, etc. Os restantes dividem os signos em três partes iguais. Todos êles marcam, pois, na eclíptica pontos situados de 10 em 10 graus de longitude. Para se saber situar, entre estes paralelos, a recta representativa do paralelo especial descrito pelo Sol em qualquer dia, procura-se no dôrso do astrolábio o grau e signo do zodíaco, isto é, o ponto da eclíptica, em que êle está nessa data. E como, tomada a altura do Sol, se sabe determinar outra recta em que também êle se encontra, que será a projecção da almocântara, ou círculo de altura, a que subiu no momento da observação, ter-se há a hora pela interseção das duas rectas.

Para isso supõe-se conhecida a latitude geográfica do lugar ou, o que é o mesmo, a altura do polo sôbre o horizonte. Terminada a observação da altura do Sol, coloca-se o instrumento na posição mais cómoda, sôbre uma mesa, por exemplo, com a face para cima. Tomando para recta representativa do horizonte o diâmetro do limbo correspondente ao comêço das graduações, faz-se girar o disco móvel até que o ponteiro do polo marque no limbo o grau de latitude do lugar. Leva-se depois a alidade, cuja aresta se considera agora como projecção do primeiro vertical, a ficar perpendicular ao horizonte, sôbre a divisão 90 portanto, o que colocará o vértice do *V* recurvado no zero. Sôbre a graduação da alidade e perpendicularmente a esta, pela divisão correspondente à altura solar achada, distende-se um fio que representará a almocântara em que está o Sol. O ponto de intersecção do fio como o paralelo descrito no dia considerado, dá a posição do astro na esfera celeste. Logo se vê entre que círculos horários, traçados no disco, êsse ponto fica, e procuram-se os números respectivos, indicadores das horas, no lado das *Horae ante meridiem* ou no das *Horae post meridiem*, conforme a operação se faz antes ou depois do meio-dia. Os arcos de elípse, apenas traçados de trópico a trópico, marcam as meias horas. Por interpolação à vista se determinará a hora, ou fracção de hora, procurada.

No astrolábio da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o qual se resolviam muitos problemas astronómicos, a esfera

celeste, representada na mesma projecção ortográfica, contém 18 estrêlas, situadas nos hemisférios boreal e austral, que serviam para a determinação das horas da noite, observando-se a altura de alguma delas. O planisfério celeste do nosso astrolábio, despido de estrêlas, só servia para as horas do dia. Para as da noite utilizava-se a constelação da Ursa menor da maneira que dissémos.

Supômos que o astrolábio da Sociedade de Geografia é de origem flamenga, fabricado em Lovaina no terceiro quartel do século XVI. Dêle nos ocuparemos brevemente. É possível que êste nosso astrolábio, de um modêlo muito mais simples, seja também de origem flamenga, tendo vindo para Coimbra no século XVII, para uso do convento dos Crúzios.

Os astrolábios exigiam alguns conhecimentos astronómicos, mas o seu uso era bastante geral. Nos conventos, frades e freiras os utilizavam, principalmente para a determinação da hora. Com êles desapareceu um motivo de convívio quotidiano, dos homens com os astros, nos usos da vida.

Coimbra, março de 1926.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

A AFRONTA DE CORPES

(CONTINUAÇÃO)

VII

HAVENDO descansado em Santa Maria de Alvarrazin, apertaram o passo e chegaram a Molina, de que era alcaide o mouro Avengalvon. Quando o alcaide o soube, tão satisfeito ficou que saíu a recebê-los com alegre alvorôço. Deus! que bem os serve o mouro amigo! No outro dia de manhã cavalgou com êles, tendo ordenado a duzentos cavaleiros que o acompanhassem. Atravessam os montes de Luzón chamados, passam por Arbuxuelo e pousam num lugar nomeado Anssarera. Fêz o mouro seus dons às filhas do Cid e deu bons cavalos aos Carrions. Tudo por amor do Campeador.

Vendo a riqueza do alcaide, puseram-se os dois irmãos a urdir traição:

— Já que vamos deixar as filhas do Cid, se pudéssemos matar o mouro Avengalvon, quanta riqueza êle tem havê-la híamos! Pô-la híamos a salvo em Carrion seguro. E nunca o Campeador nos poderia pedir contas.

Escutou tais palavras traidoras um mouro latinado, o qual as foi contar a Avengalvon:

— Alcaide, meu senhor, acautela-te: os Carrions cuidam em te matar!

O mouro Avengalvon era muito valente, e cavalgavam com êle duzentos dos seus, armados. Postado ante os moços, disse-lhes o que a estes custou a ouvir:

— Se não fôsse o meu respeito ao Cid de Bivar, tal cousa vos faria que daria brado. Levaria ao leal Campeador as filhas, e vós-outros jamais entrarieis em Carrion!

O mouro continuou:

— ¿Que vos fiz eu, moços Carrions, para que, servindo-vos sem malícia, concertásseis a minha morte? Aqui me aparto de vós como de maus e traidores, se dona Elvira e dona Sol mo consentem: que pouco se me dá da prosápia dos Carrions. E queira Deus, Senhor do mundo, que tais casamentos possam dar gôsto ao Campeador!

Dito que foi isto, o mouro voltou costas. Ao passar o Salon ia jogando as armas.

E muito bom foi êle em tornar dêste modo a Molina.

VIII

Os Carrions saem de Anssarera e caminham noite e dia. Deixam à direita a rude penha de Atiença, passam a serra de Miedes e picam de esporas por Montes Claros. Á esquerda ficou-lhes Griza, que Álamos povoou e onde estão as covas em que encerrou Elfa. Mais adiante, à direita, deixam Santo Estêvão. E agora penetram no robledo de Corpes, cujos troncos são tão altos que as ramadas topetam com as nuvens. Rondam por ali as feras. Tendo achado um vergel com sua límpida fonte, mandaram os Carrions fincar a tenda, e êles, com quantos trazem, descansam essa noite.

Com suas mulheres nos braços, dão-lhes mostras de amor. — Quão mal haviam de as manter no outro dia!

Fizeram carregar as azémolas com os fartos haveres e, colhida a tenda, deixaram ir adiante aos que os acompanhavam. Haviam ordenado que não ficasse ninguém, nem mulher, nem homem, pois com suas espôsas queriam desenfadar-se muito a seu contento.

Todos se foram. Os quatro acham-se sós.

— Bem o podeis crer, dona Elvira e dona Sol: nesta selva selvagem sereis hoje escarnecidas! Ir-nos hemos de aqui e deixar-vos hemos. Não havereis parte em terras de Carrion. Chegarão estas novas ao Cid Campeador — e assim lhe pagaremos a afronta do leão!

Tiram-lhes os mantos e as peles de arminho, põem-nas nuas,

só com camisas e briais. Os perros traidores têm as esporas calçadas, e lançam mão de ásperas cilhas. Quando as senhoras viram isto, dona Sol falou:

— Por Deus vos rogamos, dom Diogo e dom Fernando! Tendes duas espadas afiadas e rijas: a uma chamam Colada, à outra Tizona. Cortai-nos as cabeças — seremos mártires! Mouros e cristãos dirão que o não merecíamos! E não é pelo merecer que vo-lo pedimos! Mas não nos trateis de tal modo! Se nos baterdes, aviltar-vos heis, e pedir-vos hão contas em juntas ou em côrtes!

Porém êles não fazem caso do que as senhoras imploram. E começam a chicoteá-las com as cilhas corredias.

Com as esporas agudas golpeiam-nas por onde mais lhes dói! Rasgam-lhes as camisas e as carnes, até que sôbre o ouro dos briais jorra o formoso sangue.

Já os corações delas estrebucham!

¡Oh que ventura seria se agora aprouvesse a Deus que ali aparecesse o Cid Campeador!...

Malharam até que as viram cair desfalecidas e sangrentas. Os Carrions estão cansados de ferir e de dar bons golpes à compita. Já não podem falar dona Elvira e dona Sol! E por mortas as deixam no robledo de Corpes.

IX

Pelo caminho os Carrions iam-se gabando:

— Ora estamos vingados de nossos casamentos. Nem por barregãs as devíamos de ter tomado. Para mulheres não eram de nossa igualha. Está paga a afronta do leão!

Agora dir-vos hei daquele Félix Muñoz, sobrinho do Campeador. Haviam-lhe mandado que fôsse adiante, e assim o fizera, inda que de mau grado.

Mas quando ia seu caminho, o coração deu-lhe um baque. Apartou-se dos mais e meteu-se pela espessura, para ver vir a suas primas ou saber que faziam os maridos. Viu-os passar, sem que dessem por êle, e ouviu algumas palavras. (Sabei que, se o têm descoberto, não haveria escapado da morte.) Picando de esporas, foram-se os Carrions. Então, seguindo o rasto, Félix Muñoz tornou atrás e foi dar com as senhoras, jacentes como mortas.

— Primas! Primas! — brada êle, apeando-se.

E, tendo atado o cavalo a uma árvore, corre para elas:

—Ai! primas! minhas primas dona Elvira e dona Sol! Horrendo feito os dos moços Carrions! Deus permita que recebam digno pago!

Vai-as fazendo tornar a si. Tão turbadas estão que não podem falar. Estalam-lhes as fibras dos corações.

—Primas, minhas primas dona Elvira e dona Sol: despertai, por amor de Deus, em-quanto a noite não desce, se não comer-nos hão as feras dêste mato!

Dona Elvira e dona Sol começam a dar acôrdo. Abrem os olhos e vêem Félix Muñoz.

—Primas, por amor de Deus: esforçai-vos! Se os moços Carrions dão pela minha ausência, correm a buscar-me. Se nos não vale Deus, morremos aqui todos!

Com sua tão grande mágoa, dona Sol falou:

—Primo, assim vo-lo retribua nosso pai, o Campeador, dai-nos água pelo amor de Deus!

Félix Muñoz foi colhêr água no seu rico sombreiro acabado de estrear, e deu-a a beber a suas primas lastimosas. Pede-lhes muito e em-fim consegue que se elas sentem. Vai-as confortando e dando-lhes ânimo, até que, mais recobradas, as alça até à sela, cobrindo-as com o seu manto e levando o cavalo à rédea. Sòzinhos atravessam a selva de Corpes, até que, entre dia e noite, de ali saíram e chegaram às águas do Douro. Então deixa Muñoz a suas primas na Tôrre de dona Urraca, e vai a Santo Estêvão, onde fala com um homem que tinha sido de Álvaro Fáñez e se chamava Diogo Télez.

Quando êste o ouviu, doeu-lhe o coração; e, apercebendo-se logo de bêstas e vestidos, foi recolher dona Elvira e dona Sol, trazendo-as para Santo Estêvão, onde as aposentou e as serviu o melhor que pôde. Esta gente de Santo Estêvão, que foi sempre bem-criada, lamentava do coração o sucedido, e oferecia às filhas do Cid o tributo de viandas, trigo e vinho.

E ali ficaram elas até que se acharam sãs.

X

Entretanto iam-se gabando os Carrions.

Já as novas, correndo por tôdas essas terras, vão pesar no co-

ração do bom rei dom Afonso. E chegam a Valência, a maior. Quando o Cid Campeador as ouviu, longo tempo ficou scismando. E, por fim, exclamou, afagando as barbas:

— Louvores a Cristo, Senhor do mundo! Por estas barbas, que nunca ninguém me arrancou, não lograrão os Carrions desonrar-me, e hei de casar bem a minhas filhas!

Que dor a do Cid, a de tôda a sua côrte, e a de Álvaro Fáñez, a quem isto tanto custa!

Cavalgou Minaya com Pero Vermúdoz e Martim Antolínez, o leal burgalês, acompanhados de duzentos cavaleiros. Ordenou-lhes severamente o Cid que andassem de dia e de noite e que a Valência, a maior, trouxessem a suas filhas.

Não tardam êles em cumprir as ordens do seu senhor. Cavalgam açodados, caminham dias e noites, e chegam a Gormaz, forte castelo, onde tiveram de pernoitar.

Neste comenos chegara a Santo Estêvão a nova de que Minaya vinha por suas primas. Os varões desta terra, à guisa de bons e honrados, recebem a Minaya e aos seus e oferecem-lhe nessa noite tributos como vassalos, mas aos quais, agradecendo-os, Minaya não aceita:

— Graças, prudentes varões de Santo Estêvão, por nos haverdes honrado no que tanto nos pesa. Agradece-vos, lá donde está, o Cid Campeador, e eu daqui também vos agradeço. Deus do Céu permitirá que sejais galardoados.

Todos por satisfeitos lhe dão graças, e retiram-se para descansar.

Minaya vai então ver suas primas, que se lhe ajoelham aos pés:

— Tanto vo-lo agradecemos como se víramos ao próprio Deus! E vós agradecei-lhe a Êle o achar-nos vivas. Em Valência, a maior, quando houver vagar, vos contaremos tôda a nossa dor.

As senhoras choravam; choravam também Álvaro Fáñez e Pero Vermúdoz, que disse:

— Dona Elvira e dona Sol: não hajais cuidados, que estais sãs e salvas. Se perdestes bons casamentos, melhores os vireis a ter. Assim nos chegue o dia de vos vingar!

E ali passam a noite, todos contentes de se acharem juntos.

No outro dia de manhã põem-se a-caminho. Os de Santo Estêvão acompanham-nos e festejam-nos até Rio de Amor, onde se

despedem para tornarem. Minaya vai cavalgando a-par das senhoras. Passam Alcoceva, deixam Gormaz à direita, atravessam Bado de Rei e pousam no povoado de Berlanga. No dia seguinte albergam-se em Medina, e daqui a Molina levam um dia. O mouro Avengalvon recebe-os e serve-os de todo o coração e, por amor do Cid, dá-lhes rica ceia. E endireitam a Valência.

Quando o Campeador soube que vinham chegando, cavalgou e saiu a recebê-los. Ia jogando as armas o que em boa-hora nascera, e dando mostras de muita alegria.

Ao ver as filhas, abraçou-as, beijou-as, e disse, sorrindo-lhes:

— Vinde, minhas filhas, e Deus vos livre de todo o mal! Aceitei vossos casamentos porque não ousei opor-me. Deus permita que vos eu veja bem casadas. ¡E Deus me deixe vingar dos de Carrion!

Beijaram as filhas as mãos do pai.

Jogando as armas, os cavaleiros entram ledos na cidade. Grande alegria sentiu dona Ximena ao ver as filhas. Sem tardança fala com os seus o que nasceu em boa-hora. E, à puridade, concertam enviar mensagem a el-rei dom Afonso de Castela.

XI

— Vem cá, Muño Gustioz, meu ilustre vassalo. Em boa-hora te criei eu em minha casa. Leva a mensagem a Castela, a el-rei Afonso. De alma e coração beija-lhe as mãos por mim, pois êle é meu senhor, eu seu vassalo. E pede ao bom rei que se dê também por ofendido da injúria que os Carrions me fizeram. Êle, e não eu, casou a minhas filhas. Agora que as deixaram com desonra, — se nisto há desonra, — grande ou piquena cabe ela tôda a meu senhor. Ajunta-se à ofensa o haverem êles levado o muito e o bom que lhes dei. Cita-os à presença de el-rei, em juntas ou em côrtes, a-fim-de manter meu direito, pois sobeja é a sanha que me o coração rói!

Muño Gustioz abala sem tardança; vão com êle dois cavaleiros para bem o servirem e alguns escudeiros da côrte do Cid.

Saem de Valência e andam quanto podem, dia e noite. El-rei Afonso estava em San Fagunt. É o rei de Castela e de Leão, e das Astúrias e de Oviedo, senhor de São Tiago até à Galiza, onde os condes o acatam por soberano. Muño Gustioz desmonta;

encomenda-se aos Santos, reza a Nosso Senhor, e com os seus vai a palácio.

Vendo-os entrar pelo meio da côrte, conheceu logo a Muño Gustioz el-rei, que se levantou e o recebeu com honras. O mensageiro ajoelhou diante de dom Afonso, beijou-lhe os pés, e exclamou:

—Mercê, rei a quem tantos reinos têm por senhor! O Campeador beija-vos os pés e as mãos: êle é vosso vassalo e vós o seu senhor. Casastes a suas filhas com os moços Carrions: fizeram-se tais casamentos porque vós, senhor, os quisestes. Já sabeis o que disto nos adveio, como os Carrions nos hão ultrajado! Espancaram as filhas do Campeador, e desacordadas, nuas e sòzinhas as deixaram na selva de Corpes, à mercê das feras do mato e das aves do monte! Assim, pois, o Campeador vos beija as mãos como vassalo e vos pede que leveis a juntas ou côrtes a êsses moços Carrions, os quais, se o ofenderam a êle, mais vos ofenderam a vós. E também vos pede que tomeis por vossa a injúria, acompanhando-o na dor e mantendo-lhe o direito!

El-rei ficou a cuidar um tempo e, ao cabo, respondeu:

—Em verdade digo que isto me custa do coração, e certo é: fui eu que os casei. Por bem o fiz e para proveito de todos. Oxalá nunca se houvessem feito tais casamentos! A mim, como ao Cid, a pêna dói. Assim Deus me salve que o hei de ajudar em seu direito! Longe estava eu de futurar tais casos. Mas enviarei mensageiros por todo o meu reino, apregoando que se juntarão côrtes em Toledo, às quais irão condes e infanções. Mandarei que aí acudam os moços Carrions, para responderem às demandas do Cid Campeador. Dizei-lhe que ao seu desgôsto o remediarei no que puder.

El-rei continuou:

—Dizei ao Campeador, nascido em boa-hora, que daqui a sete semanas esteja com seus vassalos em Toledo: êste é o prazo. Por amor do Cid faço estas côrtes. Saüdai-os a todos, e que hajam consolação: após o sucedido, mais honra lhes há de advir.

Despediu-se Muño Gustioz e tornou ao Campeador.

Falou verdade Afonso, o Castelhano: assim como o disse, assim o fêz. Sem tardança enviou cartas a Leão e a São Tiago, aos Portugaleses e aos Galegos, aos de Carrion e aos varões Cas-

telhanos, dizendo-lhes aquele honrado rei que ao cabo de sete semanas se juntassem nas côrtes de Toledo, e que o que a elas faltasse se não houvesse por seu vassalo.

E todos por essas terras se dispõem a obedecer ao mando de seu senhor.

(Continuar-se há).

AFFONSO LOPES VIEIRA



BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

HISTÓRIA E FILOLOGIA

URIEL DA COSTA: *UNE VIE HUMAINE. (Traduit du latin et précédé d'une étude sur l'auteur par A. B. Duff et Pierre Kaan).* Paris. RIEDER ET C.ie ED. 1926. (Da colecção JUDAISME, *études publiées sous la direction de P.-L. Couchoud.)*

URIEL da Costa, cujo espírito viveu angustiosamente duas das mais profundas atitudes religiosas, para, emfim, encontrar na renúncia à vida o têrmo da sua odisseia mística, está hoje na ordem-do-dia entre os estudiosos do espírito europeu do século XVII; e não nos surpreenderemos se o próximo Congresso de filosofia (Harvard, Setembro), examinando as últimas investigações sôbre Spinoza, consagrar ao seu caso, que ultrapassa a simples tragédia interior dum homem, novas observações. O perturbante testamento do *Espelho da vida humana*, a *scissura da consciência*, que o Sr. C. Gebhardt elevou penetrantemente à categoria de característica psicológica do *marrano*, o exame da possível influência de Uriel no hoje, para honra dos nossos tempos, *Benedictus* Spinoza, impõem-se como temas graves, pelo seu interêsse intelectual, valor humano e intensa claridade que derramam na compreensão da alma de Israel *sephardim*, dilacerada pela iníqua conversão *oficial*. Por isso talvez não fôsse por casualidade, mas para sugestão, *à bon entendeur...*, da própria *Weltanschaung*, que a insigne e inolvidável Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos abriu o 1.º fascículo da *LVSITANIA* com um resumo e paralelo crítico das suas notas relativas à vida e obras de *Uriel da Costa* com *Die Schriften des U. da Costa* do Sr. Carl Gebhardt. Pela índole dêstes trabalhos, de tão sábia urdi-

dura e escorridos do prelo quási simultâneamente, a personalidade e a obra do livre-pensador não conquistavam o que se chama o «grande público». É esta conquista que hoje anunciamos aos leitores da *LVSITANIA*, tanto mais para acentuar quanto é certo que os Srs. Duff e Kaan, na parca, mas fundamental bibliografia do seu formoso ensaio, citam apenas os artigos de Seeligmann *(Zeits. f. h. Bib.*, 1911) e Porges *(Monatsch. f. G. u. W. d. Jud.*, 1918), o livro do Sr. Gebhardt e os dois estudos de D. C. Michaëlis de Vasconcelos — o da *Rev. da Univ. de Coimbra* (vol. 8) e o da *LVSITANIA* (I). Ajuïzando estes trabalhos como «*des merveilles de conscience et de vigueur scientifique*», declaram: «*Nous regrettons de n'avoir pu nous servir, par suite du retard matériel, des... œuvres de Madame Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Dans notre pillage nous ne lui avons pris que la reproduction de la signature de Gabriel da Costa, publiée pour la première fois.*» — o que foi lamentável, porque uma das maiores contribuïções da insigne prof. ter-lhes-ia permitido dissecar mais objectivamente a primeira crise na fé católica do inquieto Gabriel.

O ensaio dos Srs. Duff e Kaan, admiràvelmente escrito num elevado e penetrante espírito de simpatia, não tem «pretensões scientíficas»; mas é um trabalho digno. As suas 140 pág. são ocupadas pela tradução do *Exemplar humanae vitae* e por uma introdução, que se desenvolve nos seguintes capítulos: I, O sangue de U. da C.; II, A vida de U. da C.; III e O pensamento de U. da C., o qual se desdobra em 3 secções: *a)* U. da Costa e Spinoza; *b)* da Costa e o estoicismo; *c)* A religião e a natureza.

O primeiro capítulo é um breve conspecto sôbre as perseguições dos judeus em Portugal, sob D. João II e D. Manuel. De notável encontramos uma análise da consciência dos *marranos*, ou antes, cripto-judeus, da qual o Sr. Gebhardt nos deu uma fecunda e afortunada interpretação e o Sr. Samuel Schwarz recentemente documentou, com actualíssimos testemunhos, os quais fortemente iluminam os mistérios da consciência hebraica sob a Inquisição. É a luta contra a scissura da consciência a idea-guia dêste capítulo, — luta formidável, ora viscosamente hipócrita, ora valorosamente indómita, mas sempre trágica e que torna pelo menos compreensível o vitupério com que Israel recorda e recordará o *Venturoso* da história pátria, como o Tito dos tempos modernos.

É ainda o conceito de scissura da consciência, formulado pelo sr. Gebhardt, que orienta os autores no 2.º capítulo, no qual penetrantemente analisam as crises religiosas de Gabriel, e, convertido à religião dos seus avós, a sua posição moral, «não-judeu entre os judeus, ou então o único judeu entre pessoas que o não eram». (p. 44). Transparece em todo êste capítulo a influência do

livro do Sr. C. Gebhardt; mas se nada encontramos de novo, no ponto de vista da extensão dos conhecimentos, há nêle a meditação inteligente dos factos. Os autores desconheceram as substanciais páginas que a S.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos consagrou à escolaridade de Gabriel da Costa; mas, sem embargo, aprofundando uma observação do Sr. Gebhardt, formulam um delicado problema, que a um português cumpre elucidar. ¿A grande piedade cristã de Gabriel, assim como as suas dúvidas, não seriam o resultado da «atmosfera jesuítica» da Universidade de Coimbra? «¿Nas suas ilusões sôbre as construções da razão não entraria, em certa medida, a influência tomista»? (p. 42-3). Os Srs. Duff e Kaan observam apenas que «foi o problema da salvação, da condenação eterna e da redenção, que o afastou do cristianismo. Foi um problema católico que lhe tirou a fé católica». Segundo D. Carolina Michaëlis, «para inquietar e consumir em dor e tristeza um espírito religiosamente sensível em excesso, como o do Scismático Portuense, chegavam... os simples parágrafos do Catecismo Romano que contêm a definição de Purgatório e Inferno. *Est purgatorium ignis...*». Mas se êste juízo, tão penetrante, é já um começo de resposta, para o caso negativa, a realidade é por demais viva, consentindo, pelo menos, o sedutor prazer de arriscar hipóteses. ¿Não deverá, porventura, procurar-se o primeiro rebate da voz do sangue no ambiente coimbrão?

Sabe-se como Coimbra, no período escolar de Uriel, viveu agitadamente, demagògicamente, o que se tem chamado «a pureza nacional», com pesar de tôdas as almas delicadas.

O processo do Dr. António Homem denuncia-nos a existência de cripto-judeus em Coimbra, e quanto era viva a trágica memória do frade Diogo de Assunção († 3 Agosto 1603) —, talvez, antes de Costa, o caso mais típico do *marrano* na luta pela unidade da consciência e pacificação pelo regresso a Israel. A intuïção dos Srs. Duff e Kaan reclama uma análise atenta, porque não é simples divagação *currente calamo* a possível influência do «ensino medievalesco» de Coimbra na concepção que Uriel formou de Deus, da moral e da religião natural, «de inspiração finalista» (76). O último capítulo, sôbre o pensamento de Uriel, é, pela lúcida exposição e flexuosa elegância das hipóteses, um conjunto de páginas que os estudiosos da filosofia lerão com gôsto.

Certas afinidades biográficas, atitudes próximas contra as pretensões dos rabinos, a comunidade na defesa do pensar livre, o parentesco dalguns juízos e exemplos do *Tratado Teológico-Político* e do *Espelho da vida humana* tinham de há muito sugerido uma aproximação entre os dois emigrados da sinagoga de Amsterdam, Spinoza e Uriel. Durante largos anos fôra êste paren-

tesco que tornara lembrado o nome do atormentado portuense, e ao qual sacrificaram historiadores da filosofia, literatos e até um pintor, pelo menos; mas os Srs. Duff e Kaan não se abandonaram a estas fáceis coincidências verbais e externas, e, seguindo o juízo do Sr. Gebhardt, mostram duma forma sugestiva que Uriel não é da pátria intelectual do filósofo da *Ética*.

Compendiam as passagens mais frisantes do paralelo; mas acentuam o abismo profundo, moral e intelectual, que separa os dois amantes da *libertas philosophandi* e da religião adogmática e como contrasta a serenidade e beatitude de Spinoza, possuido do *amor Dei intellectualis*, com a combatividade, não isenta de ódios, de Uriel.

Entre os dois, há a barreira que separa «um filósofo dum místico sem verdadeira filosofia» (69), ou, para empregar a nítida expressão do Sr. Gebhardt, «Spinoza começa, onde Uriel acaba». Neste, nada que sugira o *ens absolute indeterminatum*, a *natura naturans* do filósofo. A sua religião é ainda antropomórfica. Entre Deus e a natureza há a relação do criador para a criatura, e a mesma razão finalista e providencial ordena o mundo físico e o mundo moral. Desta harmonia e perfeição do universo, Uriel concluirá, novo saduceu, pela negação da imortalidade. Implicando a imortalidade a possibilidade da condenação eterna, êste possível não é «um princípio de desordem incompatível com a bondade divina e harmonia da natureza?» (p. 83). Os Srs. Duff e Kaan reconhecem nesta atitude a razão estóica de Marco Aurélio, de Epicteto, e na própria biografia do autor do *Exame das Tradições Farisaicas* encontram uma prova do estoicismo: «se Costa, nos últimos tempos da sua vida, pela via estóica encontrou um derivativo para certas angústias e problemas, ¿não há o direito de supor que o mistério da sua morte trágica se acha, em certo sentido, esclarecido? Êste suicídio que precede e anuncia o *Exemplar*, simultâneamente defesa e libelo, êste suicídio que é paixão e furor, não foi, num momento de meditação, sugerido e justificado pela moral estóica?

¿Um estóico te-lo-ia condenado, pode-lo-ia condenar em nome da sua doutrina? Um Séneca, um Catão não atingem o tresvario de Costa. Mas ¿não morrem, como êle, pelos mesmos motivos? Renunciam à vida, quando lhes foge tudo o que lhes constituia razão de viver, quando lhes é impossível praticar a virtude numa sociedade da qual só a morte os pode separar» (p. 83).

Esta aproximação, que é a contribuïção original dos autores, abre novas perspectivas à íntima compreensão da tragédia do livre-pensador. É certo que Uriel não cita nenhum estóico; mas ¿pode esquecer-se que o *Senequismo* informou a concepção da vida peninsular no séc. XVII duma forma tão intensa

que ninguém, a bem dizer, se lhe furtou? ¿Não se vira já, em pleno séc. XV, o sêco exegeta Isaac Abarbanel invocar Séneca numa epístola consolatória ao Conde de Odemira — epístola esta inédita e contida num dos códices alcobacenses? Esta fonte ideológica, assim como a explicação da primeira crise de Gabriel-Uriel pela atmosfera intelectual da Universidade de Coimbra, — à qual acrescentamos o próprio ambiente da cidade — constituem as mais fecundas sugestões dêste ensaio, cuja página final é um penetrante juízo do valor de Uriel da Costa:

«A desordem que subsiste em tôda a vida do autor do *Exemplar*, e da qual Pascal triunfou, resulta da presença no seu pensamento de duas formas religiosas, as mais inconciliáveis. Não é para surpreender que não pudesse vencer a contradição. Mas esta complexidade e esta multiplicidade num só homem, bastam para nos causar admiração. Só o desassossêgo da sua raça, tanto mais profunda e tenaz e persistente quanto é inconsciente, explica esta diversidade, esta desordem, e que Costa, sem ser grande filósofo, nem grande teólogo, pudesse ter vivido, tão profundamente, com tanta paixão, as duas formas pelas quais a humanidade interpretou o seu destino, e que tivesse conhecido as duas vias essenciais, por uma das quais ela tenta colocar-se, com plena lucidez, em presença de si própria, e pela outra ousa julgar o seu nada pela presença infinita, esmagadora de Deus.»

Nesta breve notícia pretendemos apenas anunciar que pelo ensaio dos Srs. Duff e Kaan o «caso de Uriel da Costa» saíra do círculo restrito dos historiadores do spinozismo, de Israel e da mentalidade europeia do séc. XVII, embora, de passagem, fizéssemos algumas ligeiras observações. É possível que o assunto nos tente um dia. Uriel é sem dúvida um *déraciné;* mas pode legitimamente pensar-se — e a crítica feita por Seeligmann e Gebhardt é seguida pelos Srs. Duff e Kaan — que o *Exemplar*, como o *Exame*, as *Propostas* e o *Da mortalidade da alma*, foi escrito e pensado em português; e que esta perturbante mensagem dirigida à posteridade valeu ao convicto afirmador da mortalidade da alma uma discreta imortalidade na memória dos homens, — talvez a única falaz e infantil, talvez a única possível emquanto rolar êste «fragmento da Atlântida», e a humanidade incubar o germen fecundo da insatisfação, que a Grécia nos insinuou e tem feito tôda a superioridade do europeu.

Coimbra, Abril de 1926.

JOAQUIM DE CARVALHO.

LVSITANIA

J. S. DA SILVA ROSA: *GESCHIEDENIS DER PORTUGEESCHE JODEN TE AMSTERDAM.* Amsterdam, 1925. XVI e 192 pág.

O JUDAISMO peninsular, que no domínio do pensamento produziu as duas figuras excelsas da raça nos tempos modernos, Maimonides e Bento Espinosa, perdeu a supremacia quando extirpado do solo natal. Não se pode supor fôsse a causa a mudança de clima e de ambiente geográfico; mas evidentemente a transplantação facilitou a decadência do seu génio, ao passo que circunstâncias diversas lhe arrebataram a primazia na representação da casta. Longe vai a época em que Isaac Pinto, orgulhoso da procedência hispânica, rejeitava a parecença com os correligionários da Europa oriental, que êle e os judeus franceses, de origem peninsular, consideraravam a plebe da raça, e dos quais se apartavam com asco. Hoje o desprezado Askenasi é o que domina o mundo da finança, o que ocupa as altas situações políticas, o que nas letras, nas sciências e nas artes campeia, emquanto o sefardi aristocrata se apaga e descai na mediocridade.

É sabido quanto a grande guerra fêz ganhar ao judaismo. O influxo da raça cresceu em tôda a parte, e, por compromisso de uma nação, em que o sentimento religioso é vivaz, com o primeiro argentário israelita, o túmulo do crucificado Nazareno, por cuja posse tanto sangue cristão se derramou na Idade Média, acha-se entregue à guarda daqueles que na imaginação popular representam os algozes. Paradoxo singular da política, triunfo soberbo de que nenhum coração hebreu deixará de experimentar a volúpia. E, para cúmulo desta, judeu foi o primeiro governador nomeado para a nova Palestina.

Agora, se as lamentações de quási vinte séculos pela Sião perdida eram mais que uma fórmula litúrgica, de que com o tempo se perdeu o objecto, as aspirações de Israel estão cumpridas; e a saüdação que na véspera de Páscoa, em cada lar judaico, se pronunciava: *Para o ano em Jerusalém!* perdeu a razão de ser. Para o ano, êste ano e todos os anos! Já o povo, que se dizia em perpétuo exílio, tem pátria sua, e poderá constituir uma nacionalidade determinada por limites geográficos. Como Balfour prometeu a Rotschild, a nação judaica tem na Palestina o seu lar. Na terra antiga, prometida por Deus aos antepassados, e de que a tirania dos homens os tinha esbulhado, o judeu reside agora por direito próprio. Em Jerusalém êle é cidadão, qualquer que seja a parte da terra de onde ali concorra. Sôbre o Monte das Oliveiras, onde chorou Jesus, doze pedras, símbolo das tríbus de Israel, foram o primeiro alicerce da Universidade, já inaugurada, que tem de ser, na ideia

dos fundadores, o principal foco da cultura hebraica. A língua sacra, em que o criador do mundo falou a Moisés no Sinai, ressuscita, escrita e falada na vida ordinária. Desta arte, preenchidos os anelos, que a nação proscrita, através dos séculos, tem incessantemente afirmado, resta-lhe sòmente, para remate dos seus destinos, reedificar o templo no lugar primitivo, depois aguardar o Messias. O milagre, esperado sempre, e afinal, ao que parece pelos efeitos, só de poucos desejado, fê-lo na Inglaterra, pela mão do político amigo o banqueiro milionário.

A Portugal, alheio na época presente aos conflitos que em outros países suscita uma minoria dotada de forte individualidade, e unida como em confraria, o que pode interessar no judaismo é a sua história. E justificadamente, porque um notável capítulo dela, nos tempos modernos, teve suas raízes entre nós.

Os judeus mais ou menos integrados na civilização ocidental separam-se em três grandes famílias, segundo a língua que ainda falam, ou que falavam antes de suas migrações: judeus espanhóis no Levante, judeus portugueses em Holanda, França e Inglaterra, uns e outros de origem comum, e consistindo a distinção no idioma predominante, sem importar a naturalidade; por fim a família mais numerosa dos judeus tudescos, provenientes da Rússia, Polónia ou Alemanha, espalhados por todo o mundo, e cuja língua é um alemão bárbaro, inçado de vocábulos e modismos hebraicos.

A Holanda, que foi o sítio preferido de refúgio dos judeus portugueses, continua a ser o centro de cultura dêste ramo da raça. O idioma dos tempos da imigração perdeu-se, e só permanece nos apelidos de antigas famílias, para as quais são diploma de aristocracia entre os seus; em certas fórmulas rituais, e em algumas, poucas, frases de uso familiar. Mas, no intuito de manterem aquela superioridade, de que se jactavam nos séculos XVII e XVIII seus maiores, os judeus de Holanda folgam de mostrar que possuem anais e história própria, quando não podem fazer outro tanto os correligionarios tudescos, triunfantes hoje, mas cujos pergaminhos datam de gerações próximas.

É do ano passado a *História dos judeus portugueses em Amsterdam* (em língua neerlandesa), de que o autor usa o nome bem português de Silva Rosa, e onde abundam informações sôbre a existência da comunidade, desde que, no fim do século XVI, a primeira turma de emigrantes saídos de Portugal se estabeleceu em Holanda. Na verdade a história é mais da sinagoga portuguesa que pròpriamente da colónia hebraica; mas sem que por tal seu valor mingüe, pois, para o judeu verdadeiro, a vida religiosa é tudo, e foi em tôrno da sinagoga que a comunidade judaica se formou e desenvolveu, se agitou e

adquiriu a importância social que desfruta ainda agora. Além do que, não faltam no livro interessantes particularidades, sòmente acessíveis nos arquivos da sinagoga. Para os factos estranhos ao culto e suas dependências, a *História* de Koenen, publicada em 1843 *(Geschiedenis der Joden in Nederland)*, foi a principal fonte onde bebeu o autor, e esta continua a ser na especialidade a obra fundamental. Em todo o caso as duas se completam, e ambas, com as achêgas das monografias utilizadas por Silva Rosa, entre as quais o estudo importante do Dr. Mendes dos Remédios *Judeus portugueses em Amsterdam*, nos dão em conjunto o que há de essencial na história dos judeus de Holanda.

Em 1593 ali se foram estabelecer os primeiros emigrantes da Península, e uma tradição romântica, como convém a um povo de idealistas, embeleza as memórias dêste novo Êxodo. Apresado o barco, onde iam os fugitivos, por um corsário, e conduzido a Inglaterra, a judia Maria Nunes, na flor da juventude, deslumbra pela formosura a quantos se lhe acercam. O encanto abrange a côrte, e a Rainha Isabel passeia a beldade em Londres, no seu côche, a-fim-de mostrá-la ao povo. Um duque pretende desposá-la, mas a filha de Israel rejeita honras e riqueza, e aspira sòmente a ver-se em Holanda, onde poderá render preito ao Criador segundo a sua fé. Libertos de Inglaterra, transportam-se os emigrantes a Emden, de lá a Amsterdam. A razão por que tinham escolhido as Províncias Unidas de preferência a outras terras do Norte diz-nos o autor: Inglaterra, desde 1290, vedava a entrada aos judeus; França desde 1394; na Alemanha não lhes pareciam favoráveis nessa época as condições da existência; só a Holanda, terra de liberdade e de florescente comércio, lhes correspondia aos propósitos.

Em Emden os refugiados tinham casualmente encontrado a dois judeus tudescos, que os guiaram à cidade do Amstel; e foram êsses os que os iniciaram nas práticas mosaicas, pois nenhum conhecia a língua hebraica, nem a Bíblia, nem se não poucos dos preceitos minuciosos que constituem a Lei.

As primeiras reüniões cultuais, posto-que toleradas, tiveram de ser clandestinas, e só mais tarde houve realmente sinagoga. Esta, com o número de fiéis obrigatório, dez pelo menos, inaugurou-se em 1597, no dia primeiro do ano israelita, e tomou o nome de *Casa de Jacob*. Um dos tudescos de Emden presidia às reüniões, lia e explicava a Bíblia; o outro circuncidava, e por espaço de vinte e sete anos, até à sua morte, em 1620, imprimiu em 930 indíviduos o signo da aliança de Israel com o seu Deus. Se soubéssemos em quantos recêm-nascidos, poderíamos avaliar a intensidade da imigração neste período. Dentro em pouco, diz-nos o autor, contavam-se já 400 famílias,

de que 300 viviam em casa própria. A informação é tomada certamente de um escrito do conhecido correligionário Manassés-ben-Israel, e deve portanto corresponder a cêrca de 1615. Seriam assim mais ou menos duas mil almas, mas é necessário ter em atenção que nessa época o número não representava sòmente os adventícios, e haveria muitos já nascidos na terra da liberdade.

Esta gente nem sempre sabia viver em paz na sua nova pátria. O judeu ama a controvérsia; é por índole intolerante e não lhe repugna a violência, como assaz mostram a sua religião e a sua história. Esta feição do carácter não se lhes havia perdido nos cruzamentos, e agora, dissipada a timidez a que, na terra de origem, a opressão os forçava, davam larga ao instinto pugnaz. Entre êles eram freqüentes as desordens, puxavam armas, e os magistrados, para fazer respeitado o sossêgo público, tiveram de recorrer aos superiores da sinagoga. Veja-se o documento respectivo ao caso, no livro do Dr. Mendes dos Remédios.

O temperamento disputador afirmava-se também no recinto, que se desejaria sereno, da oração. Os marranos idos de Espanha não se entendiam bem com os correligionários portugueses, e em 1608 estabeleceram-se em sinagoga separada. Passados dez annos, a scisão deu-se entre os portugueses, abrindo terceiro templo os dissidentes. Assim ficaram até que, em 1639, se realizou novamente a junção. Todos os da nação espanhola e portuguesa, consoante se designavam, se reüniram como antes em uma só congregação e um só lugar de culto; e, para evitar se repetissem as scisões, inseriram no estatuto a pena do anátema, contra quem tentasse quebrar a restabelecida unidade. Os correligionários de origem diferente não eram admitidos, e só com licença especial da Mesa dirigente podiam participar nos actos cultuais.

Neste tempo haviam rompido na comunidade dissenções graves por motivos doutrinários. Aqueles mesmos que, para terem a liberdade de consciência, se tinham exilado, recusavam agora aos companheiros essa mesma liberdade, e, se possível fôsse, teriam estabelecido para uso próprio uma Inquisição judaica. O anátema, o *Herem* terrível, pronunciado contra o rebelde, equivalia à morte moral. Apartado por sentença da comunhão religiosa, experimentava o abandono de conhecidos, de amigos e até da família, por imposição da sinagoga. Leproso espiritual, ninguém devia prestar-lhe o menor auxílio, ninguém dirigir-lhe a palavra a não ser para o injuriar. Quem tivesse bens dêle em seu poder não era em consciência obrigado à restituïção. Concebe-se o horror da situação para quem, em país estranho, ignorante da língua, desconhecido aos naturais, e só vivendo no apertado círculo dos da sua raça, se via como que repelido da sociedade dos homens; e, privado de voltar

à pátria, aonde quer que tentasse ir, igual ódio, igual desprêzo havia de encontrar em tôda a parte. Tal foi o fado do infeliz Uriel ou Gabriel da Costa, que, traído pelos parentes, reduzido à indigência, perseguido e vilipendiado, só pôs têrmo a seus infortúnios mediante o suicídio. Nem se descuidaram os fanáticos da sinagoga de o denunciar por ateu à justiça civil, para que também esta o punisse.

Pena semelhante proferiram contra Espinosa, mas êsse, mais forte de ânimo, nado e criado em Holanda, não teve dificuldade em romper os laços que o prendiam à gente da sua grei, e dela definitivamente se afastou, encetando na vida outro curso, para tranqüilidade sua, e honra da inteligência humana. Ainda assim, por segurança, teve de sair de Amsterdam, onde os inquisidores judeus prevaleciam, qual tinham feito estes mesmos, anteriormente, deixando a Península, para fugirem a outra perseguição. Já antes o ódio de seita tinha armado contra êle o braço de um fanático. O atentado, que Graetz, o historiador clássico do judaismo, não quis ocultar, pareceu talvez ao correligionário Silva Rosa por demais condenável para que em sua obra o mencionasse.

O tempo era realmente de heterodoxias. Outro dissidente, Daniel de Prado ou doutor João de Prado, oriundo de Espanha, de igual maneira mereceu a maldição da sinagoga; esta, porém, moderando as fúrias, instruída talvez pela experiência, e desejosa de abafar o escândalo das repetidas apostasias, preferiu lançar mão dos meios brandos, e ofereceu ao dissidente dar-lhe os meios de se transportar a alguma das colónias neerlandesas da América, o que êle não aceitou, exigindo lhe fôsse levantada prèviamente a excomunhão. A tanto não chegou a complacência dos rabinos, e Daniel de Prado, mais apto para a luta que o desditoso Uriel, retirou-se então para Antuérpia, onde tinha a sociedade dos cristãos seus conterrâneos, e o poder da casta era menos pronunciado.

Se na colónia israelita havia os heréticos, em compensação apareciam logo os escritores prontos a dar batalha ao êrro. Contra Prado compôs Isaac Orobio de Castro, médico, natural de Bragança, uma *Epístola invectiva*, muito aplaudida dos seus; outro médico, o doutor Samuel da Silva, — dêste se ignora a naturalidade —, tinha escrito, em resposta a Uriel, o *Tratado da imortalidade da alma*. A nenhuma destas obras faltam as injúrias usuais nas polémicas por motivo religioso. Médico igualmente era Jacob de Andrade Velosino, nascido ao que parece em Pernambuco, o qual, em um livro chamado *O teólogo religioso*, pretendeu refutar o *Tratado Teológico Político* de Espinosa. Também contra êste escreveu Orobio de Castro; esfôrço frívolo de um dogmatismo presunçoso, porque o filósofo pairava em regiões inacessí-

veis a tais contendores, e nem argumentos nem ultrajes podiam menoscabar a sua obra.

Muito teve que fazer em Portugal a Inquisição com os médicos cristãos novos, e no século XVII grande era o número dêles refugiados em Holanda. Abraão Zacuto, Zacuto Lusitano chamado, foi o mais notável e pode dizer-se que o único notável. Êsse, que teve fama entre os naturais do país, visitava os doentes acompanhado de um intérprete. A lista de nomes que nos dá Silva Rosa é considerável, e, como judiciosamente faz notar, não haveria na comunidade portuguesa clientes para todos. Por essa razão tinham ócios, e não admira que, sendo êles, além dos rabinos, os intelectuais da colónia, se consagrassem à teologia, atracção máxima da psique de Israel. Muitos dêles publicaram escritos de assunto religioso.

Sabido o espírito predominante entre os refugiados, e conhecidas as tendências supersticiosas dêle inseparáveis, não estranharemos que Sebatai Tsebi, o impostor levantino, que em Smirna, no ano de 1666, se revelou por Messias, tivesse em Holanda multidão de adeptos. A mesma situação de exilados, como tais se considerando ainda aqueles que nascidos na terra o não eram; o quási prodígio de se verem reintegrados totalmente no uso da sua fé, lhes dispunha os ânimos para aceitarem a idea da redenção imediata, e do final triunfo, que as profecias asseguram ao povo escolhido do Senhor. Tôdas as melhores cabeças de entre os fiéis da Toura, os rabinos doutos no Talmud, os medicastros teólogos, se enlevaram na expectação dos acontecimentos grandiosos, com que se transformaria o universo; e na esteira dêles os sectários humildes, observantes ignaros dos ritos. O fervor religioso cresceu por essa época, e as imprensas hebraicas mal podiam cumprir as encomendas dos livros de orações, muitos dêles providos da imagem de Sebatai, rodeada de atributos messiânicos. Nomearam-se portadores que levassem à Síria uma mensagem de obediência assinada pelos notáveis. Reuniram-se fundos para as oferendas. Nisto constou que o Messias, prometendo prodígios em Constantinopla, e convencido de impostura, se tinha feito maometano para salvar a vida. A princípio não deram os entusiastas crédito à nova; mais tarde não quiseram convir no desengano, para não serem escarnecidos. Deu isto lugar a novas discórdias na sinagoga, onde uns pretendiam abolir certas praxes, estabelecidas em honra do Messias, outros conservá-las, para não desgostar os adeptos, pertinazes na boa fé. Os do segundo parecer, desatendidos, afastaram-se da congregação, sem todavia, por medo do anátema, cuidarem de fundar outra. Ao cabo de algum tempo, reconciliados, regressaram à casa comum.

Entretanto medrava em Amsterdam a comunidade israelita, e foi resolvido

edificar outro templo, de dimensões vastas e certa magnificência. Em 1675 inaugurou-se com solenidade a sinagoga hoje existente, rica de adornos e ampla, que poderá conter 1200 pessoas.

O comércio tinha enriquecido a muitos da colónia, e a fama desta opulência excedia ainda a realidade. Com a riqueza aumentava o influxo social, e quando foi da paz de Munster, em 1648, em seguida à guerra de trinta anos, os judeus cuidaram de ser incluídos no tratado. Requereram por isso a aplicação do artigo 4.º, segundo o qual os súbditos de cada um dos Estados beligerantes poderiam entrar, residir e traficar nos territórios de qualquer dos outros, sendo-lhes assim permitido, como súbditos das Províncias Unidas, regressarem à Espanha. Menos poderosos que os correligionários de agora, para cujo favor se introduziram no tratado de Versalhes artigos especiais, não conseguiram o seu intento. De Madrid responderam que a expulsão dos judeus tinha sido muitos anos antecedente à guerra, e não havia portanto motivo para se cogitar dêles no tratado.

Não se julgue todavia que todos os judeus de Holanda eram milionários. Grande número dêles chegavam em completa penúria, exerciam misteres humildes, viviam da beneficência dos do seu credo. O maior encargo pesava no cofre da sinagoga, alimentado pelos fiéis; mas além disso várias sociedades existiam, consagradas a fins caritativos. Podem ver-se os nomes na lista das associações judaicas, que insere o Dr. Mendes dos Remédios no seu já citado estudo. Aí vemos que a sociedade dos *Protectores dos pobres*, instituída em 1625, sustentava em 1647 a mais de 700 necessitados. Um relatório do século XVIII, elaborado pelo famoso Isaac Pinto, diz-nos que em 1647 a sinagoga socorria 114 famílias, e que em 1743 subia o número a perto de 800. Com o desenvolvimento da colónia em população alastrava o pauperismo. É verdade que, nesta época, o contigente dos judeus miseráveis da Polónia, que já então invadiam o Ocidente, devia contribuir de modo considerável para aumentar os encargos. A crise agravou-se por tal forma que anos adiante foi tomada a resolução de transportar os indigentes para as colónias da América. Surinam, onde a população judaica era numerosa e próspera, pareceu o sítio preferível. Mas os beneficiados não manifestavam empenho maior em trocar a Holanda pela América, do que actualmente outros manifestam em trocar Londres, Paris ou Nova-York por Jerusalém. Recebiam o viático e deixavam-se ficar. Tornou-se necessário intervir o poder civil, e em Janeiro de 1760 os dirigentes da sinagoga alcançavam dos magistrados ordem para serem presos todos aqueles indivíduos da nação portuguesa, que recebendo dinheiro do cofre dos pobres para a passagem não embarcassem imediatamente.

Isaac Pinto, autor do projecto, financeiro, economista e escritor, foi a der-

radeira figura de relêvo do judaismo português. Faleceu em 1787. Depois disso interessa-nos pouco o livro: factos da vida interior da sinagoga, nomes dos rabinos, enumeração dos Parnases, notáveis que presidiam à congregação, nisso quási só consiste.

Em uma das últimas páginas dá o autor notícia dos escassos restos da língua portuguesa, ainda conservados na liturgia, no ceremonial religioso e na vida corrente: *Snogueiro* (o que freqüenta a sinagoga, antigamente esnoga); *irmandade, padrinhos, rogativas, cantares,* e algumas, não muitas, outras palavras. Nos cortejos fúnebres, os homens que conduzem o cadáver denominam-se *cargadores,* e *rodeamentos* as voltas rituais, em redor do féretro antes da inumação. *Boas festas, boa semana, boa hora, saúde perfeita,* e mais algmas frases e termos especiais entram como galantaria no falar comum. Mas no serviço religioso, a prece obrigatória pelos soberanos e pelo Estado, continua a recitar-se em português.

O livro é adornado de retratos e estampas, e em uma destas se podem ver os brasões de algumas famílias, que, descendendo sabe-se lá de que judeus da comuna, se apropriaram os emblemas heráldicos, pertencentes àqueles de quem haviam tomado na conversão os apelidos. Lá se nos depara o dos Pintos com os crescentes; dos Castros, com as arruelas, encimado pelo leão; e os dos Pimentéis, dos Teixeiras, todos, parece, descendentes das grandes casas da Península.

Em 1815 foram dadas patentes de nobreza na Holanda áquelas famílias de judeus portugueses que, por documentos heráldicos, lograram provar os tinham seus ascendentes no país de origem. Ainda que — diz Silva Rosa — o maior número dos que o podiam fazer não se importaram com tal. Seria curioso ver o que destas genealogias conta o *Jonker* Dr. Teixeira de Matos, de Amsterdam, em um seu estudo sôbre as antigas famílias hispano-portuguesas estabelecidas em Holanda *(Bijdrage tot de geschiedenis betreffende oud spaansch-portugeesche geslacten in Nederland).* O livro não entrou no comércio, e desconfio que o autor terá moderado empenho de que êle seja conhecido em Portugal. Até aqui frustraram-se tôdas as minhas diligências, indirectas e directas, para obter um exemplar. Sòmente pude saber, de uma referência bibliográfica, que várias famílias de cristãos novos (da Holanda?) se achavam representadas na fidalguia portuguesa e na mais alta nobreza da Europa.

Em artigo seguinte me ocuparei de outras obras referentes a judeus e a cristãos-novos.

J. LUCIO D'AZEVEDO.

CARLOS PEREYRA: *LA CONQUÊTE DES ROUTES OCÉANIQUES, D'HENRI DE NAVIGATEUR Á MAGELLAN*, traduit de l'espagnol par Robert Ricard, Paris, Société d'édition «LES BELLES-LETTRES», Boulevard Raspail, 95, prix 10 fr., 1925.

O LIVRO que Mr. Robert Picard agora traduziu para francês conta já duas edições em língua espanhola, tendo sido pela primeira vez publicado em 1923, com o título *La conquista de las rutas oceanicas*, pelo ilustre escritor mexicano, Don Carlos Pereyra, já muito conhecido entre nós, sobretudo depois das conferências que realizou em Lisboa e Pôrto no comêço dêste ano. Neste volume condensa êle a epopeia marítima dos dois povos peninsulares em sete admiráveis capítulos de uma prosa sugestiva e emocionante, que ao leitor pareceriam um sensacional romance de maravilhosas viagens, se não soubesse que nêles se narram feitos bem reais, comprovados pela mais escrupulosa documentação histórica.

Carlos Pereyra nasceu em Saltillo, Coahuila, em 1871, e foi aluno da Escola Nacional Preparatória e da de Jurisprudência na capital da República do México, escolas em que depois foi professor de História e Sociologia. Advogado, deputado ao Congresso da União, diplomata, foi Ministro do México em Cuba, e na Bélgica e Holanda. Tendo deixado a vida pública, reside há uns nove anos em Madrid, onde se dedica a largos estudos históricos, preparando os seus livros, cujo objecto principal é pôr em relêvo a obra de civilização realizada pela Espanha na América. É já extensa a lista das suas obras, entre as quais avultam os oito volumes da *Historia de la América Española*, mas temos de nos ocupar aqui apenas de *La conquista de las rutas oceanicas*.

Aparecido êste livro em Madrid, logo Robert Ricard, que depois o havia de traduzir, publicou uma formosa apreciação na *Revue de l'Amérique latine*, Janvier, 1924, que assim começa: «Le nouveau livre de M. Carlos Pereyra est vraiment comme celui de Mandeville, qu'il étudie au second chapitre, le *Livre des Merveilles*. Mais il s'agit ici de réalités, et non de fantaisies: quelque admiration que l'on éprouve pour la grande épopée des découvertes et ses artisaus, ou demeure confondu chaque fois qu'on en relit l'histoire. Le beau livre de M. Pereyra est mieux fait que tout autre pour exciter ce sentiment; ce n'est qu'un résumé, assurément, mais un résumé original autant par la vigueur dramatique et la concision nerveuse du récit que par une ampleur et une sûreté d'information qui ne sauraient surprendre chez l'illustre historien mexicain. Entre autres mérites, M. Pereyra a celui d'avoir traité de l'architecture navale, ques-

tion trop négligée jusqu'ici, et celui de connaître fort bien les récents travaux portugais sur les grandes découvertes. Cette connaissance, du reste, lui était nécessaire, car un livre sur la conquête des routes océaniques est forcément, pour la plus grande partie, un livre sur les découvertes portugaises. Au XVe et au XVIe siècle, en effet, tandis que l'Espagnol apparaît avant tout comme un soldat et un conquérant, le Portugais apparaît comme un marin et un découvreur». Acentuando êste contraste entre o Espanhol e o Português, continua ainda Robert Ricârd: «Il est curieux de constater, en outre, que des deux grandes expeditions maritimes espagnoles l'une fut dirigée par un Italien, Colomb, l'autre conçue et dirigée par un Portugais, Magellan. Et le voyage de Colomb a été directement préparé par les découvertes portugaises; il se relie à toutes les tentatives que firent les Portugais, au XVe siècle, pour atteindre dans la partie occidentale de l'Atlantique des terres inconnues; Colomb lui-même vécut très longtemps dans les possessions portugaises, et ce séjour exerça sur la formation de son «grand dessein» une influence qui ne peut être exagérée. Au contraire, la forêt tropicale, les défilés des Andes, où ils pénètrent avec une poignée d'hommes, tel est le vrai domaine des *conquistadores* espagnols, des Balboa, des Cortés, des Pizarre, des Quesada; et non pas l'immensité de la «mer ténébreuse». No *Mercure de France*, Fevrier, 1926, Camille Vallaux, referindo-se com justo louvor à obra de C. Pereyra, começa por declarar: «On a eu raison de traduire en français le livre passionant et solidement construit de Carlos Pereyra, LA CONQUÊTE DES ROUTES OCÉANIQUES D'HENRI LE NAVIGATEUR Á MAGELLAN.»

Os sete capítulos do livro são assim intitulados: «Talent de bien faire», O livro das maravilhas, O reinado da caravela, O encanto das ilhas fantásticas, Uma geografia delirante, «Assim fomos abrindo aqueles mares», Os argonautas das Molucas. O primeiro, como o título indica, é dedicado ao Infante D. Henrique. «Assim nós fundamos êste nosso [edifício] sôbre as pedras rústicas das cousas de Guiné, assentadas sôbre aquele firme e constante alicerce da tenção do Infante D. Henrique», diz João de Barros no Prólogo da segunda *Década*. Também Carlos Pereyra tomou como alicerce da sua obra, para que ela ficasse sólida, a «tenção» do Infante, rematando assim o capítulo inicial: «No habían transcurrido diez años aún desde la muerte del Infante Don Enrique. Su obra se levantaba como un bloque de mármol. Alli estaban su cérebro y su corazon. La divisa del valeroso Príncipe se habia justificado: TALENT DE BIEN FAIRE». No capítulo sôbre «O reinado da caravela» é tratada, com brilho e profi-

ciência, a arte da construção naval desde o tempo das Cruzadas. Aí mostra o autor serem-lhe familiares, não só o *Livro da fabrica das naus*, escrito no meado do século XVI pelo nosso Fernão de Oliveira, frade e marinheiro, como também os modernos trabalhos de Lopes de Mendonça e Brás de Oliveira. Sôbre a terra de origem da caravela afirma resolutamente: «La carabela es de nacionalidad puramente portuguesa. Esto nadie lo disputa. El escritor técnico Don Enrique Lopes de Mendonça, gran investigador, lo ha demostrado, y Don Cesáreo Fernándes Duro, marino español, ha asentido caballerescamente, poniendo toda su erudición al servicio de la tesis que sostiene su colega portugués». O título do quinto capítulo, «Uma geografia delirante», alude à obstinação de Colombo que, até à sua morte em 1506, sustentou constantemente que as costas e ilhas, por êle descobertas, não constituiam um novo mundo, mas eram as costas extremas e as últimas ilhas orientais da Ásia. Aqui se nos oferece uma emocionante descrição da viagem colombina de 1492, restituindo-se aos Pinzones a parte importante que tiveram na arriscada emprêsa. Mostra-se ser pura lenda a suposta revolta aberta da tripulação contra Colombo (como lenda é também a suposta rebelião contra Vasco da Gama). A gente queixava-se, é certo, não podendo sofrer já tamanha viagem, mas o movimento de rebeldia foi fàcilmente reprimido, com humor e graça andaluza, por Martin Afonso Pinzón, o homem mais autorizado da expedição. Fazem objecto do sexto capítulo, «Assim fomos abrindo aqueles mares», as viagens de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Álvares Cabral, terminando pela tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque. O livro fecha naturalmente com a viagem de circunnavegação de Fernão de Magalhães. Inútil é, porém, tentar dar idea de tão substancial e bela obra que os leitores portugueses percorrerão com vivo prazer e enlêvo, podendo verificar o acêrto dêste outro juízo de Robert Ricard: «*La Conquista de las Rutas Oceanicas* se trouve être ainsi un des plus beaux hommages qu'ont ait rendus au Portugal».

Quando o livro se acabava de imprimir pela primeira vez, em Junho de 1923, chegavam a Madrid os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Carlos Pereyra, que com êles falou, redigiu então a «Nota final» com que fecha o volume, e que não resistimos a transcrever na íntegra:

«Los tiempos pasan, y los problemas se renuevan. El hombre es idéntico. Vasco da Gama, Pinzón, Magallanes, Juan de la Casa, Alvares Cabral, Colón, Elcano, Urdaneta... Sus figuras pasan delante de mi esta noche. He oído de labios de Sacadura Cabral una lectura que me da el calofrio de lo sublime. Es el *Diario* del hidroavión *Lusitania*, que busca

y traza, en línea directa, sin desviación de una milla, la ruta para cruzar el Atlântico, desde Porto Praia, en Santiago de Cabo Verde, hasta la roca solitaria del Penedo de San Pedro. El almirante Gago Coutinho explica la utilización de su sextante y del corrector de rumbo que permite a los argonautas de las nubes regirse entre el espacio luminoso del cielo y el desierto azul del mar. Todos han aplaudido. Yo, silenciosamente, rendi a los aviadores portugueses el homenaje de la evocación, comparándolos a los inmortales de su pátria y de la tierra que con Portugal llena toda una época de la historia». Não pode deixar de sensibilizar-nos gratamente, a nós portugueses, esta comovida e formosa homenagem, prestada num tom de tão evidente sinceridade pelo ilustre escritor mexicano.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

A IRRADIAÇÃO DE PORTUGAL NA AMÉRICA ESPANHOLA

HONRAMO-NOS em arquivar em nossas páginas o que a seguir se transcreve das *Memórias da vida diplomática*, com que o sr. dr. Alberto d'Oliveira tão admiràvelmente documentou a sua acção de ministro de Portugal em várias latitudes, da Europa à América do Sul.

As interessantíssimas notas que se seguem constituïrão surprêsa para a grande maioria dos leitores, e surprêsa tão grata que, com ela, o patriotismo português se ennobrece de novos títulos e se fortalece de novas razões.

Estas informações que o sr. dr. Alberto d'Oliveira nos ministra no seu recente livro, conjugam-se à maravilha com o estudo acêrca de Solis, inserto neste fascículo e assinado pelo nosso redactor, prof. Luciano Pereira da Silva.

«Antes de viver na Argentina, e a-pesar dos anos, impregnados de sul-americanismo, passados no Brasil, eu ignorava que Portugal tivesse alastrado tanto por todo êste hemisfério, não se contentando com a imensa porção dêle que fizera sua própria. Ainda hoje é assim. Não há um recanto da América do Sul onde não continuem a produzir-se, em maior ou menor grau, immigrações e infiltrações portuguesas, além das que o passado lá deixou.

Alguns exemplos, mais persuasivos que quaisquer argumentos:

No *Peru*, onde a nossa literatura é conhecidíssima e tem ferventes admi-

radores, é actualmente nosso cônsul geral um talentoso pintor e arquitecto transmontano, o sr. Raúl Maria Pereira, a quem rodeia a estima e aprêço gerais, que retratou, pode dizer-se, tôdas as figuras de relêvo, masculinas e femininas, da sociedade, da política e das letras peruanas, que é o construtor de alguns dos principais edifícios públicos de Lima, etc.

Na *Bolívia* era ainda há pouco o verdadeiro reorganizador e director da instrução primária o notável professor e pedagogo sr. Faria de Vasconcelos, que agora honra uma das cátedras da Universidade de Lisboa.

O *Paraguai*, descoberto por um português, Aleixo Garcia, que das terras brasílicas se internou nas que hoje formam aquele país, ainda nos nossos tempos tem recorrido com abundância ao concurso lusitano. O seu famoso ditador Frância, a quem Carlyle dedicou um estudo, era de origem luso-brasileira. Quando lá estive acabava de ser eleito vice-presidente da República o dr. Félix Paiva, filho dum Português. Uma das melhores casas de Asuncion está tôda ornada de vistas pintadas de Lisboa e Sintra, tendo sido construída há bastantes anos por um nosso patrício Almeida, que chegou a ser prefeito da cidade e ali deixou numerosos descendentes. O dr. Luso de Pinho, presidente do tribunal de apelação da capital paraguaia, é filho dum emigrante português, tão patriota, que a todos os filhos e filhas pôs o sobrenome comum de Luso, como indelével marca de origem.

Do *Chile* já falei ao relatar as festas magalhânicas. Mas posso acrescentar que o nosso cônsul geral em Santiago sr. António de Salazar Moscoso, e o inteligente e activo sr. Artur Vieira, são ardentes patriotas e teem prestado bons serviços a Portugal, e que o sr. Alfredo Azancot, nosso cônsul em Valparaíso, é um distinto arquitecto a quem cabe saliente parte na reconstrução daquela cidade, quási totalmente destruída pelo terramoto de há anos.

No *Uruguai* fomos, no passado, os padrinhos de Montevideu — palavra de evidente terminação portuguesa — e os fundadores e defensores, por mais de um século, da Colónia do Sacramento, nas margens do Rio da Prata, aqui em frente de Buenos-Aires. Mas essa grandiosa concepção política, que quis dar ao Brasil, como fronteiras, os dois rios-mares do continente sul-americano, não pode versar-se em duas linhas e está à espera dum cronista ou historiador condigno.

Durante alguns anos, no comêço do século passado, ocupámos também militarmente Montevideu, capital do que chamávamos a Banda Oriental, (e logo a Província Cisplatina) e ali instituímos, na opinião geral, vários proveitosos e fecundos focos de cultura e de boa administração. Creio que foi portuguesa a primeira imprensa daquelas terras e português o pri-

meiro farol daquelas águas. E ainda hoje circula, com o seu nome de origem, a moeda que lá pusemos a rodar: o nosso vernáculo *vintém*.

Actualmente o presidente do Supremo Tribunal de Justiça é o Dr. Júlio Bastos, filho dum nosso patrício de Amarante. Filhos de Portugueses são igualmente um dos mais eminentes escritores uruguaios, o sr. Carlos Vaz Ferreira, e um dos mais conceituados jornalistas, o sr. Eduardo Ferreira. São portugueses vários fortes comerciantes da cidade, os irmãos Vivos, os srs. Portela, Silva, Carvalho, Gonçalves, Rèsende, Machado e vários outros. E todo o Montevideu intelectual consagra às nossas letras um culto entusiástico.

A *Argentina* está tôda infiltrada de Portugal. Bem se vê que, nos idos tempos, o Atlântico era lusitano e o Pacífico era castelhano, e que para as possessões de Espanha o Peru e o México eram a fachada resplandecente e sumptuosa, e o litoral desta banda as traseiras pobres e desdenhadas.

Foi um pilôto português, Solis, o descobridor do Rio da Prata. Fomos nós que assim baptizámos êsse rio, e daí se derivou o nome da Argentina. O poema do padre Centenera, onde por primeira vez assim se chamou a estas terras, foi impresso em Lisboa, nos conhecidos prelos de Pedro Crasbeeck, em 1602, e dedicado a Cristóvão de Moura, que era então o vice-rei de Portugal.

Foi Portugal, como digo em outra parte dêste volume, a primeira nação que reconheceu a independência argentina, e durante anos a bandeira nacional e a nossa figuravam a-par nas cerimónias oficiais.

Actualmente são netos de Portugueses o prestigioso senador Leopoldo Melo e seu irmão o professor Carlos Melo, antigo reitor da Universidade de La Plata. É portuguesa de nascimento, se não de sangue, a insigne artista e ilustre senhora D. Regina Pacini de Alvear, espôsa do Presidente da República. É português o vice-presidente do Banco da Província de Buenos-Aires, sr. Francisco Mendes Gonçalves, respeitada figura da alta finança dêste país. Foi até há pouco um dos principais redactores da *Nacion*, e exerceu funções salientes na política e na burocracia argentinas, o sr. Júlio Navarro Monzó, português de sangue se não de nascimento, publicista de consagrado talento. Um sobrinho do nosso Rosa Araújo, o sr. Faustino da Rosa, tem sido o empresário dos quatro principais teatros de Buenos-Aires. E no comércio e indústria teem ocupado, nos últimos anos, lugares de relêvo os srs. António Lopes Agrelo, João Calé, A. Gomes Moreira, António Castro, Manuel Cotelo, Francisco, Joaquim e Artur Alexandre, etc., para só enumerar os que de momento me ocorrem.

Na Argentina andam por quinze mil os nossos compatriotas, em boa proporção de procedência algarvia. Já tenho fama de que, a qualquer parte onde vou, logo me ponho à cata de Portugueses. E sucedeu assim que, no ano passado, achando-me no campo, hóspede duma muito amável família argentina, quis saber se por aquelas paragens haveria trabalhadores nossos, empregados nas estâncias ou fazendas. Indagou-se, mas não apareceu nenhum.

Dias depois fui de passeio a Lujan, a meia hora da nossa residência. Lujan é um lugar de peregrinação religiosa, uma espécie de Lourdes sul-americana, onde concorrem romarias contínuas, atraídas pela fama milagrosa da Virgem a que ali se erigiu, por subscrição pública, uma sumptuosa basílica. Creio que não há em todo o continente uma imagem de maior devoção.

Grande foi a minha surprêsa quando o cura da basílica, ao conhecer-me, festejou com alvorôço a minha visita e disse poder emfim, graças a ela, preencher uma importante lacuna do santuário da Virgem. Êsse santuário, ou camarim, como aqui dizem, tinha ao seu redor estandartes de várias nações, do Brasil, da Espanha, do Uruguai, do Chile, etc.

— Falta-nos uma bandeira portuguesa, — continuou o sacerdote — e no entanto era essa a primeira que aqui se devia ter colocado.

— Como assim, e por que razão? — interrompi eu, atónito...

— Pela muito simples razão de que Nossa Senhora de Lujan é portuguesa, e dos quatro costados!

Foi o caso de dizer *tableau* e de pedir maiores explicações. Deram-me então o livro, em dois grossos tomos, que conta a história e a lenda piedosa daquela imagem. Há três séculos um rico e muito devoto fazendeiro português, estabelecido na província argentina de Córdoba, mandou pedir a um seu patrício do Brasil que lhe adquirisse e remetesse, para a sua capela, uma imagem da Senhora da Conceição *das nossas terras*. O amigo comprou a imagem e encarregou do seu melindroso transporte o capitão dum navio português que para aqui vinha. O capitão, não menos devoto, julgou do seu dever acompanhar a imagem até a depositar fielmente nas mãos do seu destinatário.

Foi então que, a uma certa altura do percurso, o carro que transportava a Virgem se deteve, como se fôrça extra-humana o travasse, e não *quis*, por coisa alguma, prosseguir. Substituiu-se a levíssima carga da imagem sagrada por grossos blocos de pedra e logo o carro se moveu lépido. Mas trocaram-se outra vez as pedras pela imagem e o carro colou-se imediatamente ao solo.

Era claro que Nossa Senhora escolhêra aquele lugar para sua morada. Assim nasceu Lujan. Ali se ergueu uma humilde ermida, da qual nasceu uma

capela maior, depois uma igreja, e por fim a opulenta basílica com uma próspera povoação ao redor dela.

Não havia que discutir. A Virgem de Lujan era portuguesa de nascimento, e portugueses eram os que a encomendaram, os que a adquiriram, os que a transportaram. Dos quatro costados, realmente. Acolhi com regozijo e desvanecimento, no seio da nossa colónia, essa venerável e inesperada adventícia. Prometi mandar a bandeira, que lá está hoje na basílica, no lugar de honra que lhe compete. E, ao voltar à quinta onde me hospedava, muito me diverti a intrigar os meus amigos sôbre o novo compatriota, e que compatriota! residente nas vizinhanças, e com quem acabava de encontrar-me. ¿Afirmavam-me então que não havia Portugueses por ali? Mal informados andavam ao ignorar a existência de quem nos honrava tanto.

Foi um mundo de conjecturas, de exclamações, de dúvidas. Quem poderia ser? Por mais que se repassasse o rol das famílias e vizinhos conhecidos, não se descobria nenhum de lusa ou incerta nacionalidade. Deixei-os quebrar as cabeças durante dez longos minutos e por fim tomei a palavra e disse, espaçando as sílabas:

— Nem mais nem menos, do que... Nossa Senhora de Lujan!

E foi outra vez *tableau*, escuso de acrescentá-lo » [1].

[1] A *Prensa*, de Buenos-Aires, publicou há meses a seguinte carta minha, a-propósito dum artigo enviado àquele jornal pelo ilustre escritor português sr. Sousa Costa, acêrca da nacionalidade da Virgem de Lujan:

« Es muy amable y generoso mi compatriota al atribuirme el descubrimiento de los orígines portugueses de la Virgen de Luján, pero la sencilla verdad es que ese descubrimiento estaba hecho hace mucho por los Argentinos y se halla muy claramente expuesto en la obra en dos tomos « *Historia de Nuestra Señora de Luján* (su origen, su santuario, su villa, sus milagres y su culto) por un sacerdote de la congregación de la Misión ».

« Se afirma en esa obra, y se prueba con los documentos que la acompañan, ser de tradición constante en la Argentina que por los años de 1630 un hacendado portugués residente en la provincia de Córdoba, en el pago de Supampa, encargó a un paisano suyo, domiciliado en el Brasil, que le mandara una imagen de la Señora de la Concepción para su capilla. Notaré de paso que la Concepción fué siempre muy venerada en Portugal y era la patrona del antiguo reino, al punto que el rey D. Juan VI instituyó en 1828 una Orden honorífica de Nuestra Señora de la Concepción.

« El portugués del Brasil mandó al portugués de Córdoba dos imágenes, siendo una de ellas la Virgen de Luján y la otra la Madre de Dios, venerada aún hoy en el Santuario de Supampa, bajo la advocación de Nuestra Señora de la Consolación.

« Las dos imágenes, portuguesas o brasileñas (lo que en aquella época era lo mismo) fueron traidas del Brasil en un buque portugués, cuyo capitán creyó de su dever llevarlas perso-

LVSITANIA

JAIME CORTESÃO: *A TOMADA E OCUPAÇÃO DE CEUTA.* Lisboa, IMPRENSA L.DA, 1925.

QUANDO, vai em dez anos, publicámos as *Considerações histórico-pedagógicas,* lançámos aí, entre outras, duas hipóteses que desde muito andavam bailando no nosso cérebro: a de que Portugal se havia formado — e se mantivera — como um efeito da actividade dos nossos portos e do movimento das Cruzadas, e a de que a revolução do Mestre de Avis e os Descobrimentos haviam sido, desde o início, obra da burguesia comercial-marítima — europeia, internacional, — que assegurou o trato mercantil dos produtos orientais. Estas hipóteses, e mais algumas, haviam-nos ocorrido uns anos atrás, em reacção às teses celto-poéticas de Teófilo Braga e Oliveira Martins.

Passaram despercebidas as *Considerações,* e aos raros que as leram não soaram bem, ao que parece, pelo pouco romântico das suas tendências e pelo que divergiam do sentir comum; só pelo ano de 1920, com o ensaio sôbre *A Conquista de Ceuta* (análise de um trecho do cronista Azurara) consegui interessar o leitor português; e hoje, finalmente, sinto-me lisonjeado, e muito honrado, em ver que as ideias que então pro-

nalmente a su destinatario. Fué durante ese viaje que se produjo, en el lugar que hoy es Luján, el episodio del que nace la leyenda de la Virgen.

« Además, la Señora de Luján tuvo como su primer devoto, quien desde el Brasil la acompañó y hasta su muerte la sirvió, al « negrito Manuel », natural de la possessión portuguesa de Angola. Y las familias de los alrededores de Luján, que se encargaron de la guardia de la imagen y le erigieron sus primeros y modestos santuarios, fueron la del portugués Rosendo Oramas y posteriormente doña Ana de Mattos, viuda de Marcos de Syqueira, apellidos uno y otro muy portugueses. Y, en fin, ha sido un religioso carmelita portugués, fray Gabriel, el que en 1677 abrió los cimientos de la primera capilla de Nuestra Señora de Luján.

« Eran tantos los Portugueses — dice el ya citado libro — residentes en aquel tiempo en Buenos Aires y su provincia, que el rey de España, en real cédula de 1605, los mandó expulsar — orden que fué « reverenciada » mas no cumplida, ya que su cumplimento, a juicio de las autoridades y de los mismos moradores, importaba la « total destrucción de esta ciudad en lo temporal y lo espiritual, y de esta gobernación y de la de Tucuman ».

« Todo esto lo aprendi en la obra referida, la que me fué amablemente ofrecida por el respetable padre Varela, cura de la basilica de Luján, con ocasión de mi primer visita al magnífico templo. Y gracias también a la iniciativa del padre Varela, figura hoy una bandera de Portugal entre las de otros países en el camarín de la Virgen, y puedo yo muy justificadamente ufanarme de que sea la sagrada imagen el más encumbrado y el más influeyente de los miembros de la colectividad lusitana en la Argentina. Hay, en efecto, que reconocer, ante los datos que aqui dejo, que la Virgen de Luján es portuguesa por los cuatro costados... »

pus merecem a crítica de um David Lopes, ou o papel de hipótese de trabalho no labor histórico de um Cortesão.

Êste estudo de que agora falo, da *Tomada e ocupação de Ceuta*, confirma os créditos que Cortesão ganhou de historiador de bom quilate, — consciencioso, imparcial e nítido, — em contraste com os jactos de paixão política da pseudo-historiografia nacionalista, muito radical nas mutações, que veio a suceder no ritmo dos tempos à historiografia do barrete frígio. Nem reaccionário, nem jacobino, êle sobressai com galhardo empeno na rara falange do Espírito Crítico.

Rejeitando, como nós, o mito oficial de um torneio de príncipes, ainda seguido por Oliveira Martins, Jaime Cortesão concorda connosco em ver na tomada e ocupação de Ceuta o primeiro episódio de um plano político cujo fim remoto seria a Índia, e a final solução dos problemas básicos do alto comércio e da finança europeia. A nossa hipótese, porém, surge aperfeiçoada e continuada pela pesquisa do historiador, que agora marca em nosso entender um momento excepcional e decisório da fase crítica e positiva da investigação histórica portuguesa relativa às Navegações.

Três factos nos aponta êste novo estudo que merecem atenção particular; 1.º, a repercussão dos estorvos que sofria o tráfico nos rendimentos aduaneiros de Portugal; 2.º, o trecho de Froissart sôbre a crise da Flandres, quanto a produtos orientais; 3.º, a necessidade de procedermos rápido por causa do vizinho castelhano, que nos precedera. Diz o A.: «Já vimos que, em 1400, a armada de Henrique III atacara Tetuão [1] e limpara temporàriamente o Estreito de corsários. De 1403 a 1406, o monarca castelhano auxilia João de Bettencourt e Gadifer de la Salle na conquista das Canárias, as quais coloca sob a sua suzerania; e finalmente, durante êste último lapso de tempo, envia duas embaixadas ao Oriente, a última das quais visita a côrte de Timur, em Samarcand, centro do comércio oriental, em plena Ásia. Não só muito provàvelmente as embaixadas de Henrique III visavam fins comerciais, mas aqueles conquistadores das Canárias tinham a consciência clara do valor do arquipélago como ponto de apoio para um ataque contra os moiros e expedições marítimas ao longo da costa de África. A morte do Rei, sucedida em 1406, e as dificuldades e lutas internas, que perturbaram o reino de Castela, impediram que se prosseguisse no esboçado movimento» (p. 27-8). Isto justifica de cabal maneira aquele rigorosíssimo sigilo salientado por nós na *Conquista de Ceuta*

[1] Temos êste facto como duvidoso.

(v. *Ensaios*, p. 300), e tratado há pouco por Cortesão num valioso artigo da *LVSITANIA*; e atira o golpe de misericórdia, parece-me a mim, à teoria das Navegações que tenho combatido persistentemente, e que as dá como um produto psicológico do carácter céltico do Português, aventureiro e sonhador, em oposição ao do Castelhano.

Para Cortesão, a primeira causa da conquista de Ceuta seria combater a «asfixia» (é a palavra que emprega) a que a acção dos piratas do Norte de África reduzira a navegação comercial dos produtos orientais; e a segunda, o impedir que Castela nos precedesse no descobrimento do caminho da Índia. Que o primeiro objecto se conseguiu, procura demonstrá-lo o historiador por estas palavras de Azurara: «Pois do proveito que a terra recebeu, o levante e o poente são bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comudar suas cousas, sem grande perigo de suas fazendas: ca por certo não se pode negar que a cidade não seja a chaye de todo o mar Mediterrâneo.»

Em seu entender, estaria o préstimo do meu ensaio (afora a nova concepção geral dos verdadeiros motivos e condicionamento das Navegações dos Portugueses) na intuïção do papel de primeira grandeza que coube ao vedor João Afonso em todo o negócio da conquista de Ceuta. Parece-lhe, porém, que exagero a importância que tinha a praça como cidade mercantil, e que erro, por outro lado, no prévio acôrdo que supus haver entre a burguesia e o vedor do rei.

Aceito a crítica de Cortesão pelo que respeita ao primeiro ponto; no segundo, porém, permito-me persistir na minha hipótese, pelos motivos que abaixo direi.

É digno de nota que o historiador, relendo tôda a crónica de Azurara, achasse um trecho em que se diz a claro ter sido «movida» por João Afonso «uma tão santa e honrada coisa». O que a mim me escapou; mas não lamento: pois é mais interessante para a minha pessoa (que não tem pretenções a historiador) o haver deduzido o importante facto da simples análise de um dado texto por pura operação de dialéctica, — do que achá-lo afirmado positivamente em qualquer fonte documental.

E é tempo de entrarmos no problema da intervenção da burguesia.

Aceita a hipótese de que o motivo da emprêsa não foi o torneio de Cavalaria nem o antagonismo de religiões, mas o benefício comercial, parece-me que a intervenção da classe interessada se pode *a priori* concluir. Ao que suponho, quem quer que aceite a primeira hipótese deve aceitar a segunda também. Diz Cortesão: «Segundo o precioso depoï-

mento de Froissart, os artigos de comércio oriental tornaram-se a seguir [ao bloqueio do estreito de Gibraltar pelos piratas] tão raros nos mercados de Flandres, que muitos chegaram a faltar de todo, e deu-se principalmente uma alta enorme no preço das mercadorias. Êste facto estabelece com vivíssima luz a importância estratégica que para os povos do Ocidente o estreito de Gibraltar assumia em relação ao comércio do Oriente, *e quanto a burguesia comercial europeia, interessada nesse tráfico, desejaria que sôbre Ceuta (então a cidade principal do Estreito) se levasse a cabo, com êxito, uma acção com objectivos semelhantes aos de Elmehadia*» (p. 17).

Ora, recordando-nos de que a burguesia comercial era uma classe poderosíssima, que o rei honrava a ponto de, como nos diz Cortesão, convidar os venezianos à sua passagem por Lisboa para um «opíparo refrêsco» (p. 13), — acharemos impossível que êsses magnatas, tão amimados pelo nosso rei, nada fizessem para se combater o que era para êles uma «asfixia», e para se tentar sôbre a praça de Ceuta um golpe de guerra que desejavam muito, na própria opinião do historiador.

Mas a reforçar esta mesma hipótese, que assim *a priori* se nos impõe, temos indícios documentais.

Quando o rei objectou aos infantes as dificuldades financeiras do empreendimento, e outras, diz Azurara que lhe responderam:

«Dissestes primeiramente que para tamanho feito era necessário abastança de dinheiro, o qual vós não tendes nem podeis haver. A esto, senhor, se podem achar muitos remédios, assim como por provimento de metal daquela sorte de que se o dito dinheiro deve de fazer, que *se poderá haver por escambo de mercadores de vosso reino, falando vossa mercê com êles*, por cujo trato se esto mais largamente pode encaminhar» (*Cron. da Conq. de Ceuta*, Cap. XII).

«E quanto é, senhor, aos navios que dizeis que não tereis em abastança, — esto, senhor, é a mais pequena torva que vós neste feito podeis haver, porquanto vós podeis enviar vossos recados por tôda a costa de Galiza e de Biscaia, e assim a Inglaterra e Alemanha e outras partes, donde vos podem vir navios em grande abastança, de cuja vinda homem pode tomar pequeno receio, consirando com quanta diligência êles veem ao frete do sal e dos azeites e vinhos quando quer que para ello são requeridos» (*Ibid.*)

Isto responderam os infantes; e, resolvida a emprêsa, «mandou mais el-rei *apanhar* quanto cobre e prata se pôde achar no reino, e assim mandou *trazer* outro de fora, *fazendo seu trato com os mercadores pelo*

melhor modo que êle pôde, em tal guisa que *em mui breve tempo teve dele mui grande abastança*; e João Afonso, vedor da fazenda, proveu logo tôdas as rendas da cidade», etc. (*Ibid.*, Cap. XX).

Ora, a segurança com que os príncipes responderam à objecção, prometendo os navios do comércio; a facilidade, depois, com que se «apanha» prata e cobre, fora do país e dentro dêle, e com que se trata com os mercadores; a rapidez com que tudo se faz mal o monarca diz que «sim» a qualquer idea que se lhe propõe, — levam a acreditar que atrás dos príncipes havia uma fôrça que impelia tudo, sugerindo, preparando, facilitando as operações. Imaginem-se os casos concretamente, como um banqueiro, e ver-se hão facilidades excepcionais naquele «apanhar» e naquele «trazer», no trato do rei com os mercadores e no «mui breve tempo e mui grande abastança» com que o negócio se realizou. Ora, tudo depende num caso dêstes da cumplicidade dos financistas, da boa-vontade dos mercadores.

Isto, porém, é o que nos contesta o historiador. João Afonso, em seu entender, não precisava dos comerciantes, porquanto o seu poder era tal, que, para pagar o frete das embarcações, «mandou *comprar* para el-rei» (diz Azurara) «todo o sal que havia por toda aquela terra, o qual houve assás de bom barato por razão da imposição; e quando lhe os mestres dos navios requeriam o frete, fazia-lhes pregunta se lhes prazaria de haverem aquilo [o sal] em preço de sua paga; os quais todos juntamente foram mui contentes, consirando como lhes seria melhor levar seus navios carregados de alguma mercadoria que de levarem o dinheiro, que ligeiramente poderiam gastar; e assim foram todos mui bem pagados com pequena custa del-rei».

Não percebemos onde esteja aqui a fôrça real da objecção. O monarca, por direito, podia comprar ao produtor português aquele mesmo sal de que fala o cronista, mais barato que o particular: logo poupava, pagando em sal aos armadores dos barcos, a diferença entre o preço do sal para o rei e o preço do sal para o particular. E como os mercadores, por outro lado, tinham de carregar os seus navios com qualquer espécie de mercadoria (sal, vinho, ou então azeite, que eram as fazendas de exportação) nada perdiam recebendo em sal, em vez de receberem em metal sonante.

Explicitamente o diz o cronista: «os quais todos juntamente foram *mui contentes*, consirando como lhes seria melhor levar seus navios carregados de alguma mercadoria que de levarem o dinheiro». Não há aqui, portanto, uma manifestação do poder do rei sôbre a burguesia

comercial, mas um hábil acôrdo de ambas as partes, de que ambas tiraram seu proveito.

Em resumo, o importante para mim nesta questão é dar ou não dar o grande salto das concepções tradicionais para a teoria que eu propus. São concepções tradicionais tôdas aquelas que ligam o feito, essencialmente a ideas de religião ou de Cavalaria, ao aventureirismo poético da nossa raça, ou ainda à inconsciente exuberância vital de que nos fala Oliveira Martins; a teoria que propus é a que liga a conquista, essencialmente, à crise do comércio oriental, admitindo aí como *primum movens* a burguesia europeia e mercantil. Se bem me não acompanhe na segunda parte, Jaime Cortesão aceita a primeira: e isso habilita-me a proclamar aqui — que já há um historiador que deu o salto, e que o vemos de cá do grande fôsso, demonstrando a verdade de que a análise crítica (bem ao contrário do que supõem muitos) tem faculdades de criação. Rebati a história das Navegações (e a da revolução do Mestre de Avis) sôbre o plano das realidades económicas e sociais. E, ao que parece, aí ficará.

ANTÓNIO SÉRGIO.

P. S. — Continuo a considerar como boa hipótese de trabalho a que propus nas *Considerações* sôbre a influência que teria tido nos nossos políticos de então, ao pensarem nos negócios de África, a idea de abastecerem Portugal com os trigos de Marrocos. É um dos pretextos que alegam os cronistas para a expedição do Desejado; Damião de Góis apresenta (como eu disse naquele opúsculo) uma lista dos tributos de trigo que pagavam os marroquinos a D. Manuel; e ainda agora, relendo o *Esmeraldo*, encontro referências assíduas à fertilidade de Marrocos em cereais, com estes pormenores: «nesta baía de Mazagão carregavam muitas naus dêstes Reinos, e assim de Castela, de trigo, quando cá por nossos pecados o Deus não dá» (livro I, Cap. 17, p. 57 na ed. de Epifânio); «nesta Casa de Cavaleiro há muito trigo e cevada, e muitas vezes carregam ali navios dele» (p. 58). E também agora, folheando os *Documentos arábicos para a história portuguesa*, copiados dos originais da Tôrre do Tombo e vertidos em português por Frei João de Sousa, deparo uma carta de D. Manuel aos habitantes de Azamor, em que lhes diz: «Queremos que façais a diligência e consintais na saída de duas mil medidas de trigo para esta Côrte, *como era costume* (*Documentos*, p. 9). — A. S.

LVSITANIA

EDGAR PRESTAGE, Camões Professor at London University: *THE DIPLOMATIC RELATIONS OF PORTUGAL WITH FRANCE, ENGLAND AND HOLLAND FROM 1640 TO 1668.* Watford, VOSS & MICHAEL, LTD., 1925. XIII-237 p.

A SIGNIFICAÇÃO e o intuito dêste excelente trabalho histórico estão definidos no seguinte período da sua Introdução: «A obra de Santarém *(Quadro Elementar)* è volumosa, carece de índice e é difícil de encontrar, além do que, posteriormente à sua publicação, novas fontes de informação se tornaram acessíveis, de modo que os estudiosos poderão tirar alguma utilidade de um breve e refundido tratado das relações externas de Portugal na idade áurea da sua diplomacia».

Mas as relações de Portugal com a Holanda não constam do *Quadro Elementar*. Por isso o prof. Prestage se socorreu, para a maior parte do período tratado, de documentos avulsos portugueses e de fontes holandesas impressas; para os anos de 1663 e seguintes obteve do Algemeen Rijksarchief, da Haia, um sumário dos mais importantes manuscritos.

Trabalhos anteriores do eminente lusólogo inglês sôbre o mesmo assunto foram por êle aproveitados para êste livro, cujas observações (diz êle honesta e modestamente) ficam sujeitas a correcção, visto não lhe haver sido possível consultar alguns dos manuscritos da Ajuda e muitos de Évora. A-pesar disto, «os dois primeiros capítulos (relações de Portugal com a França e a Inglaterra) representam progresso, quando comparados com quaisquer outras publicações sôbre o mesmo assunto, ao passo que o capítulo III (relações com a Holanda) constitui a primeira tentativa de descrever as relações diplomáticas de Portugal e Holanda».

As embaixadas e missões enviadas por Portugal às três outras côrtes europeias, entre 1640 e 1668, fôram muitas. Nada menos de 19 para a França; 24 para a Inglaterra, e 17 para a Holanda. «O único modo satisfatório de tratar o assunto seria (diz o autor) preparar monografias completas de cada missão, depois do exame de tôdas as fontes, e sôbre tais bases seria possível produzir obra definitiva.» O prof. Prestage procedeu assim com umas poucas de embaixadas; «mas um só homem não poderia fazê-lo com tôdas, porque as fontes são muitas, avultadas e dispersas».

Seja como fôr, é êste um valiosíssimo trabalho, pelo qual mais uma vez o sr. Edgar Prestage se tornou crèdor da gratidão dos Portugueses e acrescentou novos louros à sua justa fama de investigador consciencioso e eruditíssimo.

A edição é esplêndida, como tôdas ou quási tôdas as que saem dos prelos de Inglaterra, mestra incontestada nas boas artes do Livro. O novo trabalho do sr. Edgar Prestage vem ilustrado com sete magníficas estampas, reproduções de velhas gravuras. São os retratos dos doutores Luís Pereira de Castro e Francisco de Andrade Leitão; do conde de Sandwich e do barão de Fanshaw; de «sir» Roberto Southwell e de D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, além de um mapa do «Brasil Holandês».

AGOSTINHO DE CAMPOS.

ALBERTO D'OLIVEIRA: *MEMÓRIAS DA VIDA DIPLOMÁTICA*. LIVRARIA AILLAUD & BERTRAND. Paris-Lisboa. 1926.

SE as *Poesias* do sr. Alberto d'Oliveira, publicadas em 1891, foram uma estreia interessante de poeta, as *Palavras Loucas*, saídas do prelo em 1894, constituíram uma estreia magnífica de prosador. Era um livro leve, gracioso, requintado pela forma e na cultura, com uma infinita curiosidade moça sôbre a vida do coração e do espírito. Verdadeiro livro de rapaz prodígio, havia, porventura, na sua precocidade e no exagerado poder de assimilação das ideas alheias, uma atenuação do espírito criador, que explica, em grande parte, a absorção, mais tarde, da sua personalidade literária pela actividade do diplomata.

Cêrca de 1905, em Coimbra, era eu estudante, reuniram os condiscípulos do sr. Alberto d'Oliveira. Fômos um grupo de rapazes cumprimentar o curso do ilustre escritor. Êle saüdou-nos com entusiasmo e disse-nos que a sua geração falhara, que a nós incumbia retomar a tarefa nacional de ressurgimento. Cheguei a estender a mão para erguer uma taça e responder às suas palavras a um tempo de esperança e de desânimo. Um companheiro meu, porém, começou a falar, e por isso não protestei contra a atitude dêsse homem inteligente e culto, com menos de quarenta anos, e que, num gesto elegante de desalento, se considerava já um vencido da vida.

Pessoalmente o sr. Alberto d'Oliveira foi sempre um vencedor discreto, sem alarde, alto espírito não afeito a pugnas ou dissídios, com uma serenidade risonha e nobre, alheado da questão do regime, dos partidos, e só deixando transparecer, em capítulos como o *Cativeiro Socialista*, as assustadas apreensões que lhe causam os tempos novos. Comentando êsse temperamento conciliador e tolerantíssimo, disse um dia Junqueiro, a seu respeito, com uma malícia espirituosa e injusta: «Êste rapaz nasceu com oitenta anos!»

A diplomacia comprometeu, talvez sem remédio, as grandes esperanças nos projectos do escritor, mas assegurou a Portugal um representante oficial do mais alto mérito, insinuantíssimo, realizando a mais útil propaganda do seu país, evocando sem cansaço a beleza e o encanto da sua terra em meio do fastiento turbilhão protocolar das conferências, recepções, banquetes e bailes. Nunca desprendeu as suas fortes raízes lusitanas, do nosso torrão humilde e glorioso: *Mil Trovas, Pombos Correios*, crónicas dispersas, esbocetos e nótulas sumidas por diários e revistas, atestam um nobre e constante culto dos deuses lares.

Um diplomata nosso, muito distinto também e que creio tem convivido muito com o sr. Dr. Alberto d'Oliveira, dizia-me há semanas, descendo o Chiado a passos lentos, como chegara às imediações dos cinqüenta, sem família, com uma funda melancolia de solteirão, recordando as palavras que um campónio de Vizela lhe disse nos seus tempos de moço, ao sabê-lo a estudar lá fora: «Ah! o senhor deixou a sua terra assim novinho?... Então nunca há de ser feliz!»

O sr. Alberto d'Oliveira tem, em longes terras, o refúgio da família, e isso lhe permite, através duma mentalidade de cosmopolita, nunca perder, talvez nem mesmo atenuar, a mentalidade de lusitano. O próprio amor à sua terra, o seu culto, a sua propaganda incansável, são, de-certo, um refúgio e as tábuas salvadoras, na agitação, tantas vezes fastidiosa e estéril, da vida diplomática. As *Memórias*, livro de páginas dispersas, como o volume *Prosa e Verso*, representam a um tempo um magnífico padrão literário e a documentação honrosa dum funcionário modelar.

O estudo sôbre Soveral, ou melhor o seu panegírico, interessam-nos, não tanto pelo retrato favorecido do protagonista, mas sobretudo pelos bastidores desvendados da conferência da Haia em 1907. O sr. Alberto d'Oliveira nunca perde a atitude respeitosa de delegado correctíssimo e circunspecto; mas adivinha-se a cada passo o sorriso encoberto do ironista. Como a personagem do *Lys Rouge*, não salga a iguaria, mas põe-nos o saleiro ao lado. E talvez nem tenha reparado que a pitada mais picante é a dos exíguos discursos de Soveral, como pedestal de barro para uma estátua erguida em tamanhas proporções.

Os quadrinhos suíços são um encanto e constituem o mais belo e sincero elogio da Democracia, não a democracia apressada e de arremêdo, tantas vezes talhada e grudada segundo o modêlo de 89, mas uma democracia multi-secular, que se formou em pleno século XIII, por lutas de independência, sacrifícios colectivos, espírito de liberdade temperando caracteres indomáveis. A organização política e administrativa, as «landesgemeinden», as

milícias, as finanças helvéticas, a probidade e simplicidade dos costumes no jornalismo (os mandamentos do bom jornalista suíço deveriam publicar-se obrigatória e permanentemente nos grandes órgãos da nossa imprensa), o respeito dos velhos nomes de ruas, a facilidade e encanto da vida na Suíça, que até um viajante apressado reconhece logo, permitem ao sr. Alberto d'Oliveira, em cento e vinte páginas de breviário, enaltecer, com infinita ternura, um dos mais simpáticos povos da terra. Com alguns traços de buril no reverso da medalha, sombreando as atenuadas faculdades artísticas do suíço e o excesso das suas desconsoladas virtudes burguesas, a medalha de ouro ficaria impecável.

Nas notas sôbre Portugal na América Ibérica, sob a pompa de consagrações oficiais, o mesmo espírito subtil de homem de letras e da diplomacia nos oferece belas páginas, de que se vincam sobretudo, na memória, as figuras de portugueses que por todo o novo continente espalharam, na sua actividade individual, as nossas melhores qualidades nativas.

CAMARA REYS.

LITERATURA

POESIA, RECITAÇÃO, CIVISMO E IDEALISMO. — BERTA SINGERMANN.

BERTA Singermann, uma das discípulas mais brilhantes da benemérita «Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres», de Buenos Aires, apresentou-se em sucessivas audições, sempre numerosamente concorridas, perante o público atento das principais cidades portuguesas, Lisboa, Pôrto e Coimbra; e de entre nós partiu para Madrid, onde, apresentada pelo representante de «La Nación» na capital espanhola, encetou, perante selecto auditório de celebridades madrilenas convidadas pelo Sr. Alvarez del Vayo e sua espôsa, nova carreira de triunfos.

É de notar que, poucos meses antes da vinda de Berta Singermann, tínhamos ouvido em Portugal outra artista do mesmo género e também de poderosos recursos — a brasileira D. Margarida Lopes de Almeida. Cito êste facto, não para estabelecer, com perigosa falta de galantaria, qualquer confronto crítico entre as duas senhoras, senão com o intuito de pôr em relêvo esta circunstância talvez significativa: a especialidade artística,

em algum sentido nova ou renovada, de recitar versos sérios em longa seqüência perante multidões numerosas, aparece-nos assim com certo cunho sul-americano. E mais adiante veremos que esta coïncidência se presta a algum inocente jôgo de filosofia ou idealismo cívico.

Um crítico portuense classificou Berta Singermann de «portentosa na dicção das pequeninas epopeias do sofrimento humano», e confessou que ela não é apenas ou predominantemente trágica, mas tem também idílios na voz, como provou em «La dicha bajo la lluvia», de Ibalonso; e sabe sorrir em ironias espirituosas, como «De las propriedades que las dueñas chicas han»; e interpreta de forma deliciosa as mais femininas frivolidades, como o «Capricho», de Alfonsina Storni.

Por mim direi que esta multiplicidade de recursos interpretativos ou poder de adaptação emocional existe em Berta Singermann como dom bem patente, e, além disso, fundamental. Êsse dom denuncia-se até na mudança do tom da sua voz diamantinamente facetada, ao vário sabor dos assuntos, dos estados de alma e até da idade ou do carácter das personagens, onde e quando o poeta as criou e lhes cede a palavra. E é indispensável que o recitador possua esta faculdade de transformar ou adaptar os próprios órgãos físicos da dicção, sob pêna de cair na intolerável melopeia, traindo assim a arte que professa e que é, afinal, simples modalidade da arte dramática. O recitador é a seu modo «actor»; os trechos que declama são os seus «papéis»; e a cada novo trecho tem de encorporar-se nêle uma nova alma.

Alguém, aqui em Portugal, considerou desfavoràvelmente como «artifício» ou «efeito rebuscado» os «longos segundos de mímica com que a Singermann faz preceder quási todos os seus trechos». Reflectindo melhor, não seria difícil ver nesses prefácios mudos, de-certo longos por vezes, a face exterior da natural e necessária adaptação psíquica da intérprete ao novo assunto: o «transe» emocional de um estado poético a outro estado poético. Em regra não há aí pròpriamente «mímica», mas um simples mover de lábios, um sorriso extático e como que voltado para dentro, um olhar que não vê o visível, indícios manifestos de um trabalho interior que, ainda reduzido à simples rememoração do poema que vai ser recitado, exige tempo e merece não ser tomado à conta de atitude postiça.

Passando agora do particular para o geral, preguntarei aos meus leitores o seguinte: ¿Não será justo que se veja, nesta arte nova ou renovada de recitar trechos de boa poesia lírica em longa seqüência perante multidões avultadas, um excelente meio de propaganda das literaturas poé-

ticas nacionais perante auditórios estrangeiros? Por mim julgo perfeitamente possível sistematizar algum tanto a innovação e dar-lhe êsse carácter de inter-cultura, tirando dêle grande proveito educativo, sem ter de vencer para isso insuperáveis dificuldades práticas.

Suponhamos que, em concomitância com esta série de audições, tivesse sido enviada para Portugal e espalhada em muitos exemplares pelas livrarias de Lisboa, Pôrto e Coimbra uma boa Antologia dos mais ilustres poetas argentinos e sul-americanos em geral. Estou certo que muitos dos ouvintes se apressariam á adquirir exemplares dêsse livro, e o leriam com o maior interêsse, e que assim se teria aproveitado uma excelente ocasião de tornar mais conhecido neste canto da Europa um dos aspectos importantes da progressiva cultura sul-americana, tanto mais que aqui a dificuldade na língua não conta, visto que nós, portugueses, podemos ler e compreender perfeitamente o castelhano.

Podia ligar-se também a recitação com a conferência de história literária; podia promover-se a publicação de versos escolhidos e traduzidos do português ou do espanhol para o italiano, o francês, o inglês ou o alemão, fazendo-se depois a sua recitação nessas línguas, perante auditórios da Itália, França, Inglaterra ou Alemanha.

Não vemos nisto qualquer impossibilidade e, pelo contrário, é fácil descobrir em semelhante programa uma tarefa ao mesmo tempo útil e agradável para as senhoras cultas de países que já possuem uma literatura digna de ser largamente conhecida, mas que continuam ignorados, ou pouco menos, como nações espirituais, porque os esmaga com o seu desdém iníquo a soberba ou o narcisismo de duas ou três grandes potências literárias.

Creio bem (e esta crença filia-se em significativas opiniões de mim próprio ouvidas) que a superioridade, ou a mesma legitimidade da arte de recitar em público versos de alta poesia, não seria reconhecida sem graves limitações por um «referendum» dos melhores poetas líricos. É quási certo que a maior parte dêles, e dos mais exigentes e delicados, condenaria como «retórica», e até como «inferior» e «grosseira», a função de intrometer-se entre os verdadeiros poetas e as plateias multitudinárias, para transmitir a estas a inspiração daqueles, fazendo necessàriamente à turba audiente concessões formais ofensivas da pura emoção ou da pura arte. Compreende-se que não seja preciso, para pensar ou sentir assim, possuir o estoicismo artístico de um Stáphane Mallarmé, excessivo, feroz e contraproducente; mas também não será necessário confundir a arte com a pedagogia, ou sacrificar aquela a esta, para defender a vantagem, não

só moral, mas artística, de «vulgarizar» ou «socializar» quanto possível as nobres emoções estéticas. A poesia não é só confissão, mas também comunicação; e se quiséssemos graduar a comunicação emocional por um critério rigoroso da capacidade receptiva, chegaríamos fàcilmente ao absurdo de que um Dante só poderia ser lido ou ouvido por outro Dante, e um Camões por outro Camões.

É evidente que, para compreendermos ou sentirmos perfeitamente a obra de um artista genial, temos de subir, nós os pobres mortais, por um momento ao menos, ao cume da sua genialidade. Que nós sejamos individualmente capazes de tão vertiginosa ascenção, e que um público numeroso o não seja ou o seja menos, eis aí uma simples diferença de grau que em nada altera a ordem ou a essência das coisas.

¿Será crime de lesa-arte recitar o *Corvo* de Poe, ou o *Hino da Manhã* de Antero de Quental, numa praça de touros onde estão dez mil pessoas? Se o é, e se merece castigo, peço que se fulmine pêna igual contra o editor que faz uma tiragem de dez mil exemplares do *Hamlet* ou da *Divina Comédia*. Dir-me hão, porém, que o caso é outro: que a tão grandes quantidades de ouvintes só poderá servir-se digestivamente lirismo de menor qualidade; ou que o intérprete há-de rebaixar o autor ao nível do auditor, apresentando a êste uma caricatura rétorica do que aquele concebeu e escreveu. São dois males graves, de-certo; mas não tão graves como o único mal que resulta de nas bibliotecas particulares se guardarem, virgens de tôda a leitura, 9.990 exemplares da *Divina Comédia* ou do *Hamlet*, por cada 10.000 que se imprimem.

O facto de se reünirem centenares ou milhares de pessoas num recinto público, simplesmente para ouvirem versos líricos, é altamente respeitável. A iniciativa das pessoas que se incumbem desta nova função deve ser aplaudida e acarinhada, embora sujeita à necessária vigilância ou conselho de uma crítica ao mesmo tempo estética e social.

Não se pode condenar *grosso modo* todo o espectáculo teatral, porque meia dúzia de pessoas cultas e imaginativas saboreiam as boas comédias lendo-as a sós em sua casa, e declaram que os melhores actores mais lhes impedem do que lhes favorecem a ilusão. Não se pode desdenhar em absoluto a influência do *Padre Nosso*, alegando que raríssimos dos que o rezam compreendem ou sentem tôda a filosofia e tôda a poesia daquela oração admirável. E uma das mais reconhecidas superioridades religiosas do catolicismo consiste precisamente no carácter «retórico» do seu culto ou da sua liturgia.

Convém que todos os homens de boa vontade (a começar pelos poetas)

compreendam o que há de religioso no facto artístico sôbre que estamos razoando. As multidões do nosso tempo dispõem cada vez menos de um laço que as prenda a Deus, ou de um impulso que as eleve da matéria. Nos espectáculos vulgares não há para elas senão excitação dos sentidos. Pelo cinema permanente e ubíquo chegou-se já à última democratização da literatura folhetinesca, que influi nas imaginações como um alcool, até ou sobretudo nos países onde impera a «lei sêca». E as cançonetistas parisienses, as *tonadilleras* espanholas, os *diseurs* de café-concêrto, serão fracos anjos-guardiões para estas turbas possessas do demónio sensual...

Mas, por contraste, eis que surge em plena multidão ébria de fútil, de visual, de agitação romanesca, de grosso riso ou de materialidade crassa, alguém que a convida, a atrai e consegue prendê-la em grande número, durante uma noite ou uma tarde inteira, impondo-lhe, sob a forma de recitação lírica, algumas horas de espiritualidade. ¿Não será lícito ver nisto uma reacção que chega à sua hora, ou uma fonte de regeneração sentimental que convirá canalizar e aproveitar?

O aedo antigo e o trovador medieval não estariam tão deslocados nesta nossa idade como pode pensar quem pensa pouco e mal. E, verdadeiramente, eram pouco menos analfabetos os tempos em que ninguém sabia ler, do que êste século da tipografia inundante e da instrução primária obrigatória, em que todos sabem ler, mas quási todos leem o menos que podem. O gôsto ou o hábito da leitura é apenas uma segunda natureza; a primeira natureza consiste em preferir que as imagens nos entrem directamente pelos olhos, e as palavras pelos ouvidos. Assim se explica a popularidade das ilustrações e a estupenda vitória do cinema; assim se pode prever o dia mais ou menos próximo em que o «preto no branco», a letra sôbre o papel, se considere um sistema arcaico e incómodo de transmissão «literária». Com o livro pode entreter-se o indivíduo; mas o orador arrasta e precipita os aludes humanos. O pobre símbolo gráfico é uma crisálida, a que só a voz e o gesto dão asas de borboleta.

Verdadeiramente a multidão só lê jornais, e nem tanto, afinal, porque as próprias tiragens de um milhão são pouca coisa, num país onde os milhões são quarenta. E sabemos, todos nós, quantos prodígios de habilidade são precisos para que aumente a circulação de um periódico: e vemos bem que o esfôrço das emprêsas se concentra em fazer o jornal «variado», donde em última análise resulta que elas se resignam a atrair o maior número possível de pequenos grupos, desistindo assim de captar a verdadeira multidão compacta e una.

A seguir aos jornais, e em grau decrescente, leem-se também muitas novelas, mas só na idade verde em que há tempo e ingenuidade para «ler» a vida, porque esta ainda se não «viveu». Aos vinte anos devoramos todo e qualquer romance que nos chegue às mãos; aos trinta começa a devorar-nos o nosso próprio romance. Se bem se observam as relações da letra impressa com o género humano considerado panorâmicamente em tôdas as suas idades, raças e latitudes geográficas, impõe-se-nos a conclusão de que o hábito de ler pertence ao domínio restrito da excepção e da minoria. E quando se pondera tudo isto, e a lição dos factos se aplica em especial ao derramamento da boa e digna poesia lírica entre círculos de maior diâmetro social, é então que notamos a importância ou a quási nulidade prática da leitura para fazer repercutir o arroubamento poético na alma colectiva, sensibilizando-a, espiritualizando-a, e elevando-a (como é tão necessário) acima da sua miserável posição reptiliana.

O mundo chegou a um estado febril de acção material e egoísta, que o inibe de fugir alguns momentos de si mesmo, subindo, como diziam os nossos místicos e ascetas de outrora, «nas asas da contemplação». Por tôda a parte e cada dia mais, enfraquecem e desaparecem os últimos vestígios de religiosidade, na razão directa do progresso macânico, absorvido por inteiro no delírio carnal do confôrto, da produção, da velocidade ou do prazer. Hoje temos asas servidas também por máquinas, e usamo-las sôfregamente, não para contemplarmos do céu as misérias da terra, mas para despejarmos de mais alto sôbre a terra as nossas misérias: a nossa pressa de viver e gozar, os nossos ódios e as nossas guerras, mais astutas e mais cruéis do que nunca.

É evidente que, se o Planeta durar, êste mundo moral de agora tem de conceber e gerar, na dor ao menos dos que lhe sentem e sofrem a rasteira baixeza, outro mundo diferente dêle, a que se possa com mais propriedade ou elevação chamar «moral». Aos que desejam e julgam possível uma reacção benéfica, é grato pensar que, dada a influência cada vez menor do sacerdote religioso, o poeta voltará a ser «vate» ou «bardo», e a exercer a seu modo a necessária função sacerdotal. É-lhes grato induzir grandes auspícios de factos aparentemente minúsculos, como êste das fracas mulheres que se erguem diante das turbas materializadas e lhes adoçam a ferocidade fazendo-lhes ouvir, compreender e sentir a poesia, dando alma e coração, por um breve instante que seja, ao animal de mil ventres e mil fígados, escravo dos dentes duros e das sensíveis mucosas. E até, se lhes fôr lícito um breve sorriso na

infinita tristeza, os homens de boa vontade hão-de achar certa ponta de filosofia humorística nestas meras coincidências geográficas: que o recitativo lírico ao ar livre e ao largo público chegue a nós do «Novo Mundo»; que nos venha não da América do Norte, empório da acção, do oiro, do movimento e do cinema, mas da do Sul, herdeira dos trovadores e do velho lirismo do ocidente da Península.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

EÇA DE QUEIRÓS: *CORRESPONDÊNCIA*. Pôrto. LELO & IRMÃO, 1925.

É UM livro claro e bom, que se lê e relê com extremo prazer, esta *Correspondência* de Eça de Queirós. Dos inéditos do grande romancista ùltimamente publicados, eis sem dúvida o melhor, o único comparável aos volumes aparecidos em sua vida, e que seria bem triste se tivesse continuado ignorado e disperso como até aqui. Não era apenas uma colecção de magníficas cartas que perderia a nossa literatura, tão pobre delas; eramos nós que perderíamos também o melhor retrato do homem amável, afectuoso e de gôsto que tantos amigos recordam com viva saüdade.

Havia em Eça de Queirós aquela qualidade eminentemente viril, mas que nem sempre se encontra nos homens, chamada o pudor dos sentimentos. Só ela basta para revelar uma natureza fina, quando aparece em alguém, como Eça, tão sociável e bem recebido, e cuja arte faria perdoar fàcilmente as impertinências do egotismo. Mas Eça não era o *ultra-langoroso* Nobre ou um dêsses poetas mediocres que julgam o mundo um fraco pretexto de suas pessoas. Os seus livros manifestamente não são confissões. Podemos calcular-lhe os gostos; não é êle quem no-los confia. Podemos adivinhar-lhe os sentimentos; não é êle quem os proclama.

Estas cartas, quási familiares, ¿que contam elas da sua vida afectiva? Que foi bom amigo; só isso, e já nós o sabíamos.

Porque a amizade é, com efeito, de todos os sentimentos o que Eça melhor compreendeu. Frio no amor, sem chama, sem fantasia, sem ligeireza e — oh milagre! — quási sem elegância, inspirado pela amizade Eça escreveu com naturalidade, graça e delicadeza muitas das suas páginas mais perfeitas. Já conhecíamos as que êle destinara à publicidade. A *Correspondência* vem completá-las e não são as últimas as menos felizes.

Uma carta pode ser — todos o sabem — uma pequena obra de arte; talvez seja porém preferível não pensar nisso ao escrevê-la. Uma palavra repetida, uma frase por acabar não lhe vão mal. E o natural, a simplicidade, a imagem familiar, o bom humor, a boa educação, a confiança e certa frivolidade fazem o seu encanto.

As de Eça, repito-o, são deliciosas e em tudo dignas de um homem de letras que cumpriu pontualmente o seu grande dever — nunca aborreceu. (Pode julgar alguém que me engano e que o grande dever do homem de letras é dizer a verdade. Assim seria, se dizer a verdade não fôsse mais simplesmente a obrigação de qualquer pessoa de bem). Eça não escrevia pois aos amigos para os afligir com ladainhas de vãos queixumes.

Todos os mais agradáveis dotes do seu talento se encontram, pelo contrário, reünidos nas cartas: a sua ironia, tão graciosa e tão sã, que passava das coisas ao espírito sem atravessar as regiões amargas onde se depositam as desilusões e se guarda memória das injustiças; o seu scepticismo de homem experiente, que adora o espectáculo, mas se não deixa lograr pelos embustes da scena; a simplicidade e fluência do seu estilo, a elegância do seu pensamento e das suas acções; o seu espírito, risonho e espontâneo, menos profundo, menos facetado e brilhante que o dos moralistas franceses, mas mais familiar e amável; tôda a sua natural sedução e as mais graciosas e delicadas faces da sua arte.

E que belos conselhos aos amigos autores!

Ao sr. Luís de Magalhães, por exemplo, dizia: *Por quem é, trabalhe-me essa forma! Pula-a, cinzele-a, cristalize-a! Não se deixe levar pelas teorias abomináveis do amigo Oliveira Martins, sôbre a* Sinceridade da Emoção. *O sentimento mais artificial pôsto num verso maravilhosamente feito é uma obra de arte; o mais verdadeiro grito de paixão num alexandrino desajeitado é uma sensaboria. Só há Beleza onde há Ordem.*

Efectivamente, só na ordem há beleza, que é em si uma ordem subtil e perfeita, um reino bem governado onde a ninguém se tolera fora do seu lugar. Quem prefere, por qualquer motivo, às linhas puras da última forma o bloco mal desbastado do primeiro dia de trabalho, pode ser psicólogo, filósofo, historiador e muitas outras coisas, mas não artista.

Na forma está verdadeiramente tôda a obra de arte, tudo o que a distingue entre as diferentes criações do espírito humano e constitui a sua natureza específica. É porém a ideia que lhe dá a nobreza, e a arte literária é a primeira de tôdas sòmente por isso, porque a sua acção sôbre o pensamento é a mais directa e nela a ideia se revela mais presente e mais pura. Transformar a pena em pincel e o livro em partitura se-

ria desvirtuar a própria essência das letras e arrancá-las à sua eminente dignidade, que na ordem do mundo não tem superior, para as rebaixar à categoria subalterna de prazer de amadores demasiado delicados para se satisfazerem por completo nas sensualidades da plebe boçal.

Queiramo-lo ou não, todo o livro é aliás uma filosofia abreviada e todo o escritor um mestre da vida. Os caminhos do scepticismo teem seus encantos e convém percorrê-los para medir bem a vaidade de muitas coisas, que de longe parecem fortes e grandes. Mas a vida é uma luta e o mundo uma arena onde não cabem espectadores. Cada qual tem de escolher a sua bandeira e ocupar a sua posição nas hostes adversas. Eça defendeu a causa que lhe pareceu mais justa com uma elegância que não excluía o vigor.

Enganou-se? Não é agora a ocasião de tentar apurá-lo. Direi contudo, de passagem, que em mais de um ponto creio que sim. Em matéria religiosa, por exemplo, que não preenche pequeno espaço na sua obra, o êrro afigura-se-me patente e completo. Nada nos permite todavia duvidar de que as suas intenções fôssem rectas, nem nos impede de aplaudir a sua compreensão exacta dos deveres do escritor.

Acusaram-no de pouco patriota, disseram-no indiferente ironista para quem o país representava apenas um tema rico de sugestões, que a sua veia trocista aproveitava com delícias. A inteligência curta dos seus detractores, a sua boa-fé nem sempre incontestável, a grosseira simplicidade do seu sentimentalismo primitivo só alcançam na verdade o patriotismo da ode e as efusões da tribuna. Não entendiam, nem hão de nunca entender, que o amor da pátria demonstra-se com acções e não com palavras e é daqueles sentimentos cuja fôrça se dissimula, porque lhes repugna acima de tudo serem confundidos com imitações mais ou menos felizes.

Eça escrevia a Mariano Pina: *Condenar um escritor, como caluniador e maldizente, porque êle revela os ridículos do seu país — é declarar maldizente tôda a literatura de todos os tempos, que tôda ela tem tido por fim fazer a crítica dos costumes, pelo drama, a poesia, o romance e até o sermão!*

Transformando a linguagem dos livros para a aproximar da linguagem corrente, criando um estilo e substituindo harmonias novas às que o uso gastara e reduzira a música de realejo, compondo os livros de maior difusão e beleza da nossa literatura contemporânea, Eça fêz sem dúvida obra mais útil ao país do que apregoando patriotismo.

Percorra-se todavia a *Correspondência* e ver-se há como o seu era na

realidade sincero e profundo, quanto interêsse lhe mereciam as coisas portuguesas, as maiores e as mais humildes, as possibilidades de uma ressurreição nacional e êsses pequenos traços de costumes, semelhantes a certas feições características, que precisam o desenho de um rosto e são tantas vezes as mais queridas. As próprias fórmulas do nacionalismo já Eça as usava e, em 1894, era êle — Eça o estrangeirado — que falava em *reaportuguesar Portugal!*

Não confundamos, todavia. Há dois nacionalismos. Um dêles constitui apenas nova designação de vício assaz velho — a preguiça, e êste não admitia, naturalmente, Eça de Queirós, que nunca se poupou a trabalhos para aperfeiçoar os seus grandes dons naturais e foi em Portugal o mais perfeito exemplo de probidade profissional num homem de letras. Mas o outro, o verdadeiro, que representa a plena consciência da autonomia nacional na ordem do espírito e corresponde àquela justa medida de independência viril que tanto foge a imitações servis como reconhece e respeita as superioridades alheias, poderia muito bem contar Eça entre os seus mestres mais venerados.

Eça só é francês na medida em que o gôsto, a arte, o espírito, o sentimento das proporções e a exigência de clareza e simplicidade são virtudes francesas. Os seus mestres em literatura foram os escritores franceses contemporâneos porque de tôdas as literaturas modernas a francesa é a mais rica e era a que êle melhor conhecia. Mas, nem o seu carácter, nem o seu espírito, nem a sua própria arte, se vão filiar no génio francês. ¿Onde estão, por exemplo, em Eça de Queirós, a paixão das ideias, a necessidade de análise, a subtileza e engenho, o romanesco sem extravagância, a voluptuosidade tão fina, que o distinguem? Como o seu espírito é diferente do de Voltaire, de Chamfort, de Anatole France! Como falta aos seus livros aquela alegria de viver — que resiste ao mais acabado pessimismo filosófico — estrutural nas obras-primas da literatura francesa! A arte de Eça de Queirós é universal, como tôda a arte de um grande artista; mas, pela sua índole, pelos elementos que a constituem, pelo seu mesmo estilo, é portuguesa e até lisboeta.

Quando, por isso, os historiadores do futuro quiserem fixar a fisionomia nacional na segunda metade do século passado, e já não tiverem para se guiar senão os testemunhos que os contemporâneos deixam aos seus sucessores, nenhum escritor lhes será mais útil que Eça. E aqueles que pretenderem conhecer a alma portuguesa e distinguir os seus traços fundamentais das expressões fugitivas que são o reflexo da hora presente, hão de, da mesma maneira, ir muitas vezes buscá-la às páginas da sua obra. Lá a encontrarão, mais fielmente reproduzida do que em outras onde à fôrça pensaram guar-

dá-la. Porque só é dado exprimir a sensibilidade e a alma de um povo àqueles que tiveram o espírito e o coração suficientemente largos para compreender e amar o génio dos outros.

VIEIRA DE CAMPOS.

Na notícia relativa à *Capital*, publicada no fascículo oitavo da *LVSITANIA*, os quatro primeiros parágrafos da página 279 devem intercalar-se entre as linhas vinte e cinco e vinte e seis da página seguinte.

POLÍTICA, PEDAGOGIA E SOCIOLOGIA

M. SERRAS PEREIRA: *A TESE ESCOLÁSTICA DO COMPOSTO HUMANO*. Coimbra, IMP. ACADEMICA, 1923.

ÊSTE livro (XIII-187 pág. de grande formato) foi a tese de doutoramento do autor na Universidade de Coimbra. A escassez de obras de filosofia em Portugal, a importância histórica do problema, a necessidade de referência e discussão de certos livros para ajudar a formação de um meio onde tenham acolhimento, e emfim o dever da profissão, obrigam-me a aceitar a incumbência de esta nota, em que procurarei manter-me no essencial.

Não se trata de uma obra de carácter histórico, destinada a precisar o pensamento escolástico em certo problema. Essas obras adquirem primacial importância, quando o interêsse por uma doutrina é simultâneamente um perigo para sua inteligência perfeita; constituem por isso um índice de vitalidade (duradoura ou ilusória) e um correctivo indispensável à difusão menos escrupulosa. Êste o carácter da obra de Pomponatius, no neo-aristotelismo alexandrista do século XVI.

Também não se trata de uma investigação erudita sôbre um ponto especial de doutrina, como tantas outras teses, à semelhança do que, para o mesmo Aristóteles, patrono da escolástica, fizeram dois pensadores contemporâneos: Bergson (sôbre o conceito de lugar) e Carteron (sôbre o de tempo).

Aqui a obra consiste em retomar a tese medieval, ou melhor, tomista, e concluir idênticamente, reforçando a conclusão pelos dados da sciência actual. O autor acaba por transcrever palavras de S. Tomás, antes

apresentadas no rosto do trabalho como cita inspiradora: *Sentire non est proprium animae neque corporis, sed conjuncti. Potentia ergo sensitiva est in conjuncto, sicut in subjecto.*

Tal a directriz.

Quanto ao desenvolvimento, direi que uma tese perde, a meu ver, em ser estabelecida sôbre uma colectânea de subsídios scientíficos, tidos por convergentes. A construção breve e directa é mais perfeita na estrutura e de mais sólida fôrça probatória, pois, se os factos supostos fôssem demonstrativos, não seria forçoso aproveitá-los apenas como subsidiários e convergentes; e se um de êles um só — o fôsse, dispensaria todos os outros.

Pouco antes de vir às minhas mãos êste livro, acabara eu de ler uma tese de doutoramento moderníssima (1925) apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Americana. Pelo título — *A theory of abnormal cognitive processes, according to the principles of St. Thomas Aquinas*, se vê o parentesco estreito de êsse opúsculo com a obra do sr. dr. Serras Pereira. Pois essa tese é a um tempo muito mais curta (70 pág.) e mais desenvolvida que a do autor português, pela forma linear do seu desenvolvimento e rígida secura da sua exposição.

De-certo, quem lê obras de filosofia recordar-se há neste ponto da definição de Wundt, e poderá surpreender-se, vendo-me recusar a «convergência» de dados scientíficos para êste caso. Ao próprio autor, que escreve um Prefácio sôbre a natureza do trabalho filosófico, acudirá porventura esta objecção. Ora,

a) A convergência (ou a divergência) é de facto um elemento apreciável, quando se nos impõem uma solução ou uma teoria construtiva globais. Não é o caso do problema especial versado.

b) A convergência (ou a divergência) ainda quando bem interpretada e analisada, não autoriza, em *um problema especial*, uma síntese rigorosa; pois os dados subsidiários, pela metodologia específica da sua aquisição, do seu domínio, e pela sua finalidade, não permitem a transição lógica para uma solução específica diversa; podem reforçá-la, não estabelecê-la.

c) Os factos supostos convergentes ou são positivos, quero dizer, inclinam a uma conclusão, ou são negativos, isto é, eliminam uma conclusão determinada. — Já ponho de parte o processo e o valor de essa eliminação (problema aliás importante). Se são positivos, mais do que a sua convergência nos serve a sua positividade, a sua conclusão específica; se são negativos, ¿de que podem servir-nos? ¿De auxiliar, como os outros, uma construção harmónica de possibilidades? Sem dúvida. ¿De refôrço a

uma conclusão especial? De modo nenhum. A *Weltanschauung* poderá por êles ser corrigida com vantagem, atenta a parte de actividade, de atitude, nela inclusa necessàriamente. O problema assim estritamente considerado, nada avançou.

Relembro que continuo a referir-me ao caso de um *problema definido e especial.*

A palavra célebre de Pascal — *il faut parier* — é mais profunda do que se supõe desde que a expressão se tornou vulgar. Para a necessidade de reavivá-la basta acrescentar alguma coisa acorde com o espírito de Pascal: *il faut savoir que l'on parie.*

De tais factos negativos, que são, como é de supor, boa parte do alicerce de obras dêste género (por exemplo, a impossibilidade de uma explicação integral e mecânica da vida) nenhuma conclusão pode tirar-se, até por êles serem na mor parte dos casos, conclusões. O autor, tão interessado pela filosofia medieval — e não serei eu que o estranhe — poderia aplicar a estes juízos a regra do silogismo:

Utraque si præmissa neget, nil unde sequetur.

De que a sciência *A* é impotente para bem explicar ou resolver a dificuldade *B*, e de que a sciência *Á* também não pode fazê-lo, não se segue, seja qual fôr a série *A,Á,...* que a solução nos fôsse dada pela doutrina *D*, só por esta nos dar uma noção de inteligibilidade *qualitativamente diversa* (como a derivada da alma humana), e que por isso pode estar de acôrdo com as doutrinas, aliás sempre sujeitas a aperfeiçoamento, das sciências *A* e *Á*. O que se impõe é a demonstração directa; e, se ela não pode fazer-se, declarar lealmente que ela mais uma vez não foi atingida, reservando às conclusões apenas o seu valor contingente e pragmático, por vezes um pouco mais importante do que pretendem os que se inebriam com a ilusão de ter demonstrado.

E intercale-se aqui uma questão prática de algum valor: — Ainda como homem afeito às discussões da essência, da quididade, da haecceidade e análogas, o autor poderia reconhecer e abster-se de fórmulas de intenção, desnaturantes da nitidez crítica e filosófica, e infelizmente freqüentes na discussão, tanto ou quási tanto como na linguagem vulgar ou nos artigos de jornal. Dizer que os autores favoráveis a uma tese por nós sustentada «notam justamente», «observam e muito bem» e os contrários, ainda quando concordam «confessam», «vêem-se obrigados a confessar», «vêem-se forçados a reconhecer», é prejudicar e confundir a discussão. As pessoas habituadas a distinções impostas por análise cuidada e que pretendem teòricamente estabelecer outras, deviam ter o maior es-

crúpulo nesta arbitrária e abusiva qualificação a que a linguagem infelizmente se presta, mas o método deve banir como defeito gravíssimo, com o qual a análise dificilmente deixará de sossobrar.

Exemplo de quanto fica dito :

Se o autor da tese, falando da ilusão mecanista (verdadeira ilusão, sem dúvida) pretende tirar da impotência (palavra já tendenciosa) explicativa de tal doutrina uma prova em favor do espiritualismo, como a escolástica o entendeu, já um espírito de firme rigor lógico se absterá de acompanhá-lo, ainda quando no íntimo aceite a possibilidade de esta última solução. Por outro lado, a quem afirmasse a insuficiência da doutrina mecanista, fácil fôra, se de êsse tal dissessem que se «vira obrigado a confessá-la» dar mais de uma explicação neutra de essa impossibilidade: 1.ª — O mecanismo não explica a vida, porque sendo uma teoria criada para interpretação de factos da experiência, não pode generalizar-se imprudentemente a outros, não considerados ao nascer a interpretação. 2.ª — O mecanismo não explica a vida, porque o mecanismo é uma teoria explicativa de certos factos esquematizáveis em fenómenos scientíficos (redução da pluralidade real observável a um tipo — ou escasso número de tipos — abstracto intelígivel), ao passo que a vida é uma designação geral, um conceito de factos supra-empíricos, conceito aliás de grande imprecisão na pura inteligibilidade. 3.ª — O mecanismo não explica a vida, porque mecanismo e vitalismo nasceram já antitéticos, como primeiro esfôrço (transponível ou não, pouco importa agora) para uma classificação; e por isso para aproximá-los, só a analogia pode invocar-se.

E poderiam aduzir-se outras razões. Não há impotência do mecanismo para explicar a vida. O que há é o êrro metodológico de quem julga possível uma explicação de tal natureza.

Isto porém continua a ser um facto negativo. Ainda quando tivesse realmente importância destrutiva, deixava apenas o caminho livre, sem dar sombra de apoio a uma explicação positiva e exacta.

Parece-me também o livro sobrecarregado de factos desnecessários e inconcludentes. Por exemplo, atacando o idealismo (não direi se bem ou mal, pois isso importaria novo exame e um livro como o do autor, para seguí-lo passo a passo) o sr. dr. Serras Pereira descreve a evolução embriológica do homem, desde a fecundação. Ora, ¿ os idealistas modernos e actuais ignoram porventura as conclusões gerais, as observações da embriologia? É uma resposta semelhante à do filósofo que se moveu diante dos negadores do movimento, resposta celebrada por todos que, como êle próprio, não perceberam a nulidade perfeita do acto. Os negadores do

movimento não eram paralíticos nem cegos. Viam os outros e sabiam mover-se. A doutrina era construída para além de essa aparência. Boa ou má que a doutrina fôsse, ¿como refutá-la com o dado experiencial imediato, que ela rejeitara? É o mais típico talvez de todos os casos conhecidos da *ignoratio elenchi.*

Demais, o autor apela tão freqüentemente para os dados da experiência, ainda da imediata, e para a fôrça dos «factos» que me parece entronizá-la e decretar um pouco à sombra dela. Isto origina de quando em quando uma certa flutuação de linguagem e de conceito, de que darei curtos exemplos:

— O parágrafo IV (p. 24) tem por título: «O homem é sujeito e principio de actos corporeos, vivos, sensiveis, racionais.»

A verdade é que ali a palavra «principio» não parece de máxima nitidez, nem da maior propriedade. Além disso, a afirmação «é sujeito e principio de etc.» é afinal a tese tôda, quer dizer, demonstrado êste parágrafo, tudo mais seria supérfluo.

— Na página anterior, cita a proposição escolástica: *a alma humana tem por natureza informar a materia. As operações e principalmente a consciencia são posteriores ao acto substancial de informação.* E diz que esta proposição deriva da *experiencia.* Ou esta palavra, sublinhada pelo autor, tem ali um sentido especialíssimo, ou não haverá maneira de alguém compreender como da experiência possa derivar uma afirmação de aquela transcendência. Não há que repelir o transcendente; mas há que extremá-lo bem do experimental, pelo menos onde e sempre que a separação seja possível.

— «A ordem na natureza é um facto», diz também algures. Sim, um facto; mas muito mais complexo do que o autor parece crer. Por mais perfeitas e minuciosas que sejam a experiência e a observação, sempre tão úteis, nunca levam a, e muito menos são, um facto que ao espírito absolutamente se imponha, pois na máxima parte são obra sua. São a causa ocasional, como pensou Poincaré, para se revelar a actividade do espirito. A experiência é apenas a maneira de construir com os conceitos e os juízos, sem perder pé na realidade chamada objectiva. Realidade que, ademais, evolui com a transformação interpretativa e a directriz investigadora.

O mesmo pendor acima referido leva o autor à citação de tendência, quando quere reforçar a lição de um autor citado. Assim, Bergson é o «profundo Bergson», como Spencer é o «profundo Spencer». Eu inclinaria antes para uma certa superficialidade do primeiro (e digo — inclinaria, —

porque a afirmação crua importaria uma exposição desenvolvida) e relembro a inferioridade conhecida do segundo. Inferioridade tão manifesta que até eu próprio já tive de demonstrar em um problema conhecido, a extraordinária incapacidade de Spencer para conduzir uma discussão. B. Croce, o interessantíssimo pensador italiano, considerou-o tipo da nulidade filosófica. Efectivamente, a obra de Spencer é uma acumulação tumultuária de dados que formam grossos volumes e nada mais. Spencer discutiu Berkeley sem o entender, e a sua conclusão relativamente ao idealismo berkeleyano é uma prova da completa ininteligência da doutrina discutida. Outro tanto lhe sucedeu em questões fundamentais do seu sistema, como a pretensa lei da instabilidade do homogéneo, «aforismo geral e gratuito», a respeito do qual — diz B. Bruhnes — «deu exemplos, uns, especiosos, outros, inteiramente absurdos.»

Não tenho que examinar, como é óbvio, a doutrina do idealismo, mas a verdade é que a maior parte dos ataques até hoje *portent à faux;* e de algum modo a evolução do pensamento moderno, em certos aspectos, entre os quais sobressai o da impotência de estabelecer o terreno sólido contrário, não me parece invalidar totalmente a tese idealista, considerada no seu ponto de vista basilar.

É mesmo o idealismo, mais do que a teoria monista ou a metafísica cartesiana, o adversário mais vivo e mais perigoso da tese análoga à do autor. Mas para combater qualquer de elas parece-me supérfluo insistir sôbre a condição material fisiológica inseparável dos fenómenos de consciência. Materialistas e monistas poderiam responder a isto:

«Aos infiéis, Senhor, aos infiéis»...

O que importa, contra os materialistas, é mostrar a feição psíquica dos fenómenos estudados em psicologia. E nada mais. O que importa contra os monistas é mostrar a irreductível dualidade de êsses fenómenos. E nada mais. O que importa contra os idealistas é mostrar a objectividade do mundo externo, ou melhor demonstrá-la, depois de definir bem o que por objectividade se entende, não vá a demonstração resumir-se em logomaquias, ou descrições, que o idealista conhece tão bem como qualquer outro. E se é impossível chegar ao fim visado, confessá-lo.

Não me parece que seja assim conduzida a tese do dr. Serras Pereira. Basta ver que êle insiste na idea de que a questão deve ser resolvida na experiência real e não num *tertium quid* transcendente (p. 124) e supõe a conclusão já referida de S. Tomás um resultado da experiência humana

e real, e o conceito da sensibilidade (como intermediário entre o espírito e a matéria, ligados em *substância complexa*, numa unidade humana) um conceito experimental e sôbre a base de uma perfeita objectividade.

A questão prestava-se, é certo, a alguma coisa muito interessante: as relações do transcendente com a experiência imediata; mas êsse estudo não era o que o seu autor desejava fazer, e porventura a poucos haveria de atraír.

Limito-me, como se vê, a uma notícia rápida do que me parece ser êste livro, dentro do plano que o autor lhe deu, pois só isso me parece proveitoso. Não há que opor teses a teses, doutrina a doutrina, argumento a argumento, ao examinar uma obra; há apenas que procurar a proporção entre o objectivo confessado e o resultado obtido.

VIEIRA DE ALMEIDA.

SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS E FÍSICO-NATURAIS

SUESS: *A FACE DA TERRA*, tradução espanhola de Pedro de Novo y F. Chicarro, tômo II, Madrid, 1925.

NO primeiro volume da *LVSITANIA*, Vol. I, pág. 427, noticiámos o aparecimento desta esplêndida tradução da obra de Suess.

Interessando muito a quem estuda a geologia e geografia de Portugal, encontra-se neste tomo a síntese geológica da nossa Península. Nelá se relaciona a estrutura da Meseta Ibérica com o desenvolvimento da extensa cordilheira armórica, de que seria um fragmento, e se apresenta o papel que desempenhou, quando os novos movimentos pirinaicos e alpinos *pela segunda vez edificaram a Europa Central e Ocidental.*

Seguindo a orientação que traçou, o autor da tradução não acrescentou notas que desloquem o pensamento do leitor para fora da época em que a obra foi escrita. Em 1888 Suess tomou, como base do seu estudo, os trabalhos de Macpherson, Schulz e Barrois e torná-lo hia ininteligivel a associação do que posteriormente foi escrito.

Mesmo nos seus «extratos», a páginas XVI-XVIII, o ilustre tradutor não tenta *actualizar* as ideas de Suess, lembrando apenas, em nota, os trabalhos de Hernandez Pacheco e Dantin y Cereceda e chamando a aten-

ção para a bibliografia que deve acompanhar a publicação dos guias preparados para o próximo Congresso geológico internacional, que em Maio do ano corrente deve reunir-se em Madrid.

Ninguém desconhece o altíssimo valor da obra de Suess e por isso não devem regatear-se louvôres ao ilustre geólogo espanhol pelo seu benemérito empreendimento.

A. FERRAZ DE CARVALHO.

ARTE E ARQUEOLOGIA

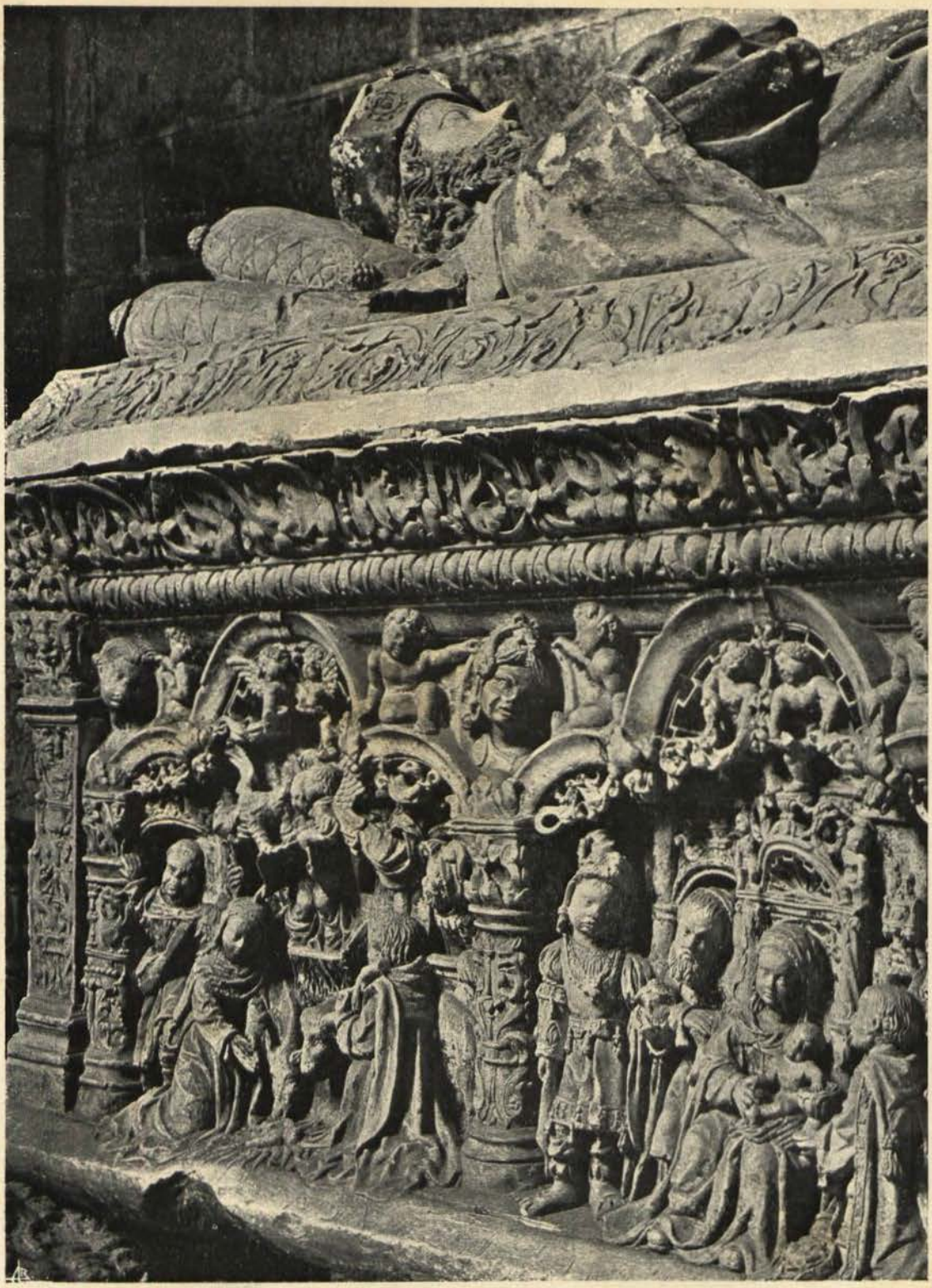
J. A. FERREIRA: *OS TÚMULOS DE SANTA CLARA DE VILA DO CONDE*. Com fotogravuras de Marques Abreu. 43 p. Tip. SEQUEIRA, Pôrto, 1926.

VILA do Conde é uma das peregrinações artísticas mais interessantes do país, pelo pitoresco da situação e pela importância e beleza dos monumentos que marcam na evolução da arquitectura e da escultura em Portugal.

Numa primeira publicação de Mons. Ferreira — *Vila do Conde e seu alfoz* — o A. descrevera sucintamente a sua história, apontando as coisas e datas essenciais, abstendo-se de largos comentários críticos. Escrita despretenciosamente, é digno de elogio o escrúpulo das suas informações e basta que êste texto tenha sido acompanhado das preciosas fotogravuras de Marques Abreu para que devamos ser gratos, não só e essencialmente ao artista, mas ainda, e sinceramente, ao escritor.

Nesta nova publicação, Mons. Ferreira estuda mais especialmente *os túmulos de Santa Clara*, jóia encantadora do mosteiro cuja ruína é uma dor de alma. O texto, escrito com a mesma despretenção e modéstia que caracteriza a obra dêste investigador sóbrio e escrupuloso, são algumas notas históricas sôbre D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins, que fundaram o convento em 1318 e nêle foram depois sepultados, em arcas simples com figuras jacentes na tampa, sob a primitiva galilé do templo.

Foi mais tarde, no século XVI, que uma abadessa ilustre, D. Isabel de Castro, mandou erigir novos túmulos, mais ricos, — os actuais — que são o objecto capital desta pequena monografia. Seria ingrato não dizer já que o seu valor essencial reside nas admiráveis fotogravuras de Marques Abreu,



TÚMULO DE D. AFONSO SANCHES NO MOSTEIRO DE SANTA CLARA DE VILA DO CONDE. ESCULPIDO CÊRCA DE 1526, SOB A INFLUÊNCIA DO RENASCIMENTO FRANCÊS DE COIMBRA

(Gravura e fotogr. de Marques Abreu)

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS LISBOA

de que reproduzimos, por gentil deferência do ilustre artista com a *LVSITANIA*, um dos pormenores do túmulo de D. Afonso Sanches.

As *jóias* de Vila do Conde têm emfim a reprodução completa que mereciam (*A Arte* publicara os conjuntos), sem que a sua beleza fôsse traída, mas antes valorizada e exaltada por uma sábia escolha da luz e do momento — que fazem honra ao técnico e ao artista.

É pena que os comentários históricos não fôssem completados pela crítica artística que uma obra desta importância exigia, mas é justo reconhecer que o autor preferiu, deliberada e discretamente, não sair do terreno seguro da investigação documental que lhe era familiar, a embrenhar-se na «floresta de enganos» da crítica de arte, onde as lacunas são por vezes preferíveis às interpretações precipitadas. Abstenção prudente, que só revela escrúpulo.

Os dados históricos resumem-se em poucas palavras. D. Afonso Sanches (ca. 1279-1329) bastardo, primogénito e preferido de D. Denis, casou em 1304 com D. Teresa Martins († 1350). Foram êles que fundaram em 1318 o mosteiro de Santa Clara, só concluído nos meados do século XIV — o século do gótico em Portugal — pouco depois de Santa Clara-a-Velha (Coimbra), Santa Maria do Olival (Tomar), etc.

Os túmulos em que foram sepultados na galilé do templo (aliás ainda por acabar em 1354, como se infere do testamento de seu filho D. João de Albuquerque), eram sarcófagos simples «sem ornatos nem brasões», mas tendo esculpidas as figuras jacentes dos fundadores. É o que se deduz de uma descrição, aliás sumária, do século XVI, época em que foram substituídos pelos actuais. A sua perda é lastimável porque, pertencendo ao período áureo da escultura nacional, teriam um interêsse artístico que os da Sé de Lisboa, de Odivelas, de Santa Clara (Coimbra), de Alcobaça, de Braga (D. Gonçalo Pereira), etc., fazem fàcilmente prever. Mas, no 1.º quartel do século XVI, com a reforma manuelina da observância e a vinda da sua 1.ª abadessa, D. Isabel de Castro (1518-1543) da Conceição de Beja para Santa Clara de Vila do Conde, entrou no mosteiro um novo espírito de iniciativa e fausto artísticos a que se devem, entre outras obras, a capela de N.ª S.ª da Conceição e os novos e maravilhosos túmulos dos fundadores que nela se recolheram.

A capela, em activa construção em 1525, é possivelmente a mesma capela «já começada» no reinado de D. Afonso V, embora nada nos revele vestígios da sua origem quatrocentista. Rompe-se hoje para a nave única da igreja por um pórtico ogival, cingido na corda, atada em nós, símbolo da ordem de S. Francisco e não mero tema decorativo da arte ma-

nuelina, que aliás tôda a restante ornamentação reflecte, desde as molduras e bases dos colunelos do arco principal, até aos caireis da ogiva, decoração das frestas e artesonado e florões da abóbada. É ainda o espírito sobrevivente do último período da arte manuelina, já com temas lombardos interpretados, ainda com um sentimento gótico-naturalista, que se prolongou nos primeiros anos do reinado de D. João até ao triunfo definitivo do Renascimento.

O documento essencial que nos permite não só datar com segurança as obras desta capela e factura dos actuais túmulos, mas reconstituir a existência dos antigos na primitiva galilé do templo dionisíaco, é um relatório do Licenceado António Correia, enviado em 1523 a Santa Clara, por ordem de D. João III, para inquirir do que se passava acêrca dos primitivos *monumentos*, já então meio arruïnados. Monsenhor Ferreira insiste na importância dêste documento, por corrigir, em-fim, o êrro dos cronistas Esperança e Soledade que descreviam os túmulos da capela como se fôssem os antigos da galilé. De facto, êste êrro ficava logo corrigido para quem tivesse uma noção, mesmo elementar, da arte da renascença que êles reflectiam; mas o relato do Licenceado tem sôbre-tudo o grande interêsse — e nesse ponto Mons. Ferreira tem razão em o acentuar — por marcar com precisão a época em que foram esculpidos (pouco depois de 1525) além da indicação sumária sôbre os primitivos.

Mons. Ferreira publicou-o com o desvanecimento de quem o descobriu e no-lo revela, por isso é doloroso ter de o desiludir fazendo-lhe notar que, de facto, êsse relatório, base essencial do seu livrinho, foi publicado na íntegra há mais de um quarto de século por Sousa Viterbo, logo no 1.º vol. (pág. 96) do bem conhecido *Dicionário dos Arquitectos* (1899). Fazemos a Mons. Ferreira a justiça de supor que o ignorava, e só assim se compreende que o não cite, lapso delicado por se tratar do repositório capital de documentos para a história da arquitectura e da escultura em Portugal.

Foi de resto sôbre êle que me baseei para a curta referência que aos túmulos de Vila do Conde deixei feita na *Introdução artística* do «Guia de Portugal» e não apenas sôbre a inscrição da capela que recorda a sua fundação, em 1526. Dois são os pontos essenciais da história. Quanto aos artistas que a debuxaram, Mons. Ferreira percorreu, debalde, no Arquivo Nacional o que ali resta do cartório do Mosteiro. Também eu fizera, com o mesmo objectivo, igual busca há já alguns anos. Colhe, porém, dêsse rápido exame algumas notas, não de todo desinteressantes para a história artística do convento, sôbre-tudo nos séculos XVII e XVIII.

BIBLIOGRAFIA

Recordo um Memorial de 1650 com notas sôbre os sepulcros da igreja e do côro de baixo (o de D. Brites) e outro donde consta terem os túmulos sido abertos em 1655 e consertados por Fr. Francisco de Jesus.

Uma descrição de 1729 tem ainda pormenores curiosos, como os que o mesmo cartório ainda dá sôbre as obras da igreja e sacristia em 1677, da portaria e *fonte nova* em 1681, obras de prata, frontal de 1697, etc.

Pelos documentos do século XVIII fica-se sabendo que o lampadário de 1765 (como o resplendor para a tribuna da igreja de ca. 1768), foram feitos por Basílio Peixoto de Freitas, ourives de Braga, e que o primeiro custara 2.388.645 réis. Êste lampadário, como tôda a mais prata do mosteiro foi mandada para Lisboa e para os franceses por ocasião das requisições de Junot.

Outros inventários posteriores (1823) falam ainda dos vasos sagrados e alfaias da igreja, sendo em-fim para notar que, segundo os registos do convento, o terramoto de 1755 em nada o atingiu.

Do século XVIII (1721) há ainda referências ao escultor André Gomes Ribeiro e a Manuel da Rocha, pintor da cidade do Pôrto.

Sôbre o aqueduto, cuja autoria, atribuída a T. Terzi, Mons. Ferreira com razão pusera já em dúvida no *Vila do Conde e seu alfoz*, há vários documentos curiosos.

Assim o 1.º mestre fizera apenas os 32 arcos de obra antiga e o novo mestre de 1705, João Rodrigues Rebêlo, da Vila N. de Gaia, fêz o resto por 35.000 cruzados, com Domingos Lopes, Manuel do Couto e José da Maia. Estes dois últimos pedreiros trabalharam ainda em 1713 «nos arcos velhos que cairam». Além do contrato de 1705, há o projecto dos arcos, assinado por Domingos Lopes, e uma interessante planta colorida da *fonte*, com a custódia em cima. Infelizmente pouco resta, neste cartório truncado, de documentos ou relatórios aos séculos anteriores, além do traslado do testamento de D. Afonso Sanches e genealogias dos Albuquerques segundo o livro das Linhagens e crónica de D. Denis. Do século XVI há algumas referências à igreja matriz de Vila do Conde e ao retábulo da capela-mor (1539) e, mais tarde, ao pagamento ao pintor Manuel Arnes (?), de Braga, da pintura e douramento, que fêz, do dito retábulo.

Parece-me ainda oportuno lembrar que há restos interessantes emigrados de Santa Clara e recolhidos no Museu do Pôrto, como: *a)* um vitral manuelino com o escudo esquartelado de lises e quinas (dos Meneses) e envolvido na corda franciscana; *b)* uma Virgem gótica de ma-

deira, estofada, do século xv e inspiração flamenga pela expressividade, estilo anguloso e multiplicado dos panejamentos. É talvez de um dos mestres de Gand e Ypres que estiveram em Coimbra, Évora e Tomar.

Para voltar ao assunto do livro, que é a arte dos túmulos, direi que a ausência de documentos não nos inibe de estudar a influência que reflectem e a tradição que presidiu à sua génese, as quais se podem entrever comparando-os, não com a escultura espanhola e plateresca, como recentemente se escreveu, aliás sem qualquer espécie de autoridade ou competência, mas com a escultura francesa de Coimbra, em cuja arte essencialmente se filiam.

Dos dois grandes monumentos, o melhor é o de D. Afonso Sanches, cuja figura jacente lembra — na composição, estilo das barbas, espada que empunha, coxins sôbre que repousa a cabeça e até na estilização dos leões aos pés — os reis D. Afonso e D. Sancho, de Santa Cruz. A figuração miúda que preenche os encasamentos das arcas, neste ponto mais ricas que as de Santa Cruz, lembra a composição dos sarcófagos de Alcobaça, aliás anteriores quási de dois séculos. Por isso escrevi no «Guia de Portugal» (pág. 101): «Nos túmulos portugueses de Vila do Conde (1526), sôbre-tudo no de D. Afonso Sanches, sente-se [a influência] de mestre Nicolau na estátua jacente e a da tradição de Alcobaça na decoração iconográfica das arcas».

A face podal com o enorme escudo de castelos e quinas rematando no leão de juba fremente, tem uma grandeza heráldica sem par na escultura tumular dessa época entre nós. Pilastras, frisos e cornijas, como os arcos trilobulados das edículas, estão lavrados no estilo do renascimento, mas o sentimento da escultura que os habita e da composição que a agrupa, são ainda medievais, mais impregnados de lirismo e ternura que de estilo. Algumas cabeças (nos medalhões sobretudo) respiram o encanto da arte francesa, o que, aliado às proporções atarracadas das figuras (cânones de 5 cabeças), sugere a escultura do cardial de Amboise de Santa Cruz, de João de Ruão e seus companheiros, no púlpito e nos túmulos dos reis. Talvez nenhuma outra imaginária esteja tão perto da do púlpito célebre, como esta dos arcos de Santa Clara.

A estátua jacente de D. Teresa Martins é mais incorrecta e desproporcionada, e a execução decorativa menos fina. Mas o sentimento da pequenina escultura das edículas, figurando os passos da Paixão, guarda um sabor ainda mais gótico, com arcaismos de estilo, no encaracolar das barbas e cabelos, que recordam a arte do século xiv.

Os dois túmulos menores, dos filhos dos fundadores, mais banais como

composição e execução, traduzem ainda uma filiação coimbrã e tôdas são de pedra de Ançã, o que deixa entrever as oficinas de origem.

Por tudo isto, atribuíra eu já, há muito, os túmulos de Vila do Conde à influência dos mestres franceses, opinião que tive o prazer de ver recentemente confirmada em Madrid pelo ilustre professor Sr. Gómez Moreno, que não reconheceu nêles carácter algum espanhol. Se não é pois ainda possível ligar com segurança o nome averiguado do escultor à obra encantadora que traçou, é legítimo, à face da história da arte, francesa e peninsular, filiá-la na influência dos mestres e nas tradições que assinalei, tendo-a como um dos mais belos e magníficos reflexos da irradiação do renascimento francês de Coimbra.

É um dos últimos clarões do sentimento gótico, no período de transição para o triunfo definitivo das formas italianas da Renascença.

REYNALDO DOS SANTOS.

MARGINALIA

O VÔO ESPANHOL

O GRANDE feito de heroísmo consciente, — de bravura impulsionada por ilimitado arranque, mas baseada nos calmos estudos da preparação scientífica, — cometido por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, acaba de ser gloriosamente completado pela Espanha, para honra das tradições peninsulares, por cujo génio o mundo foi regido. Pela segunda vez o Atlântico etéreo foi sulcado pelas aeronaves hispânicas. Porém o heroísmo do *nuevo Colombo* que tornou a partir de Palos, ennobrece-se com bem mais significativo sentido do que o que traduzia a inspiração mística mas desordenada do quimérico sonhador de Cipangos, dilecto filho do Acaso, êsse deus de influxo vário a que navegadores de Portugal e Espanha jamais se encomendaram. E, no tempo de hoje como no de outrora, a iniciativa destoutras emprêsas coube à parte ocidental da Península em cuja escarpa a Escola de Sagres preparou e realizou os Descobrimentos. Como Portugueses, como Peninsulares, como homens modernos que visionam e crêem na plena ressurreição da vitalidade das duas Pátrias, o novo grande feito dos aviadores espanhóis enche-nos de contentamento e orgulho, e à Nação vizinha temos a honra de apresentar os testemunhos da nossa admiração e da nossa congratulação fraternal. Com semelhante sentimento se associou o Brasil, com tanto entusiasmo, às consagrações de Franco e Ruiz de Alda, aclamando-os na linguagem cujo ritmo se continha a-bordo da nau, que, como as de Castela, ia levar à América do Sul as falas de Camões e de Cervantes.

Aqui exprimimos igualmente a satisfação com que verificámos, da parte dos navegadores aéreos e da nobre Nação a que êles pertencem, a plena confirmação da tradicional galhardia da alma castelhana. O almirante português cuja sciência permitiu o traçado dos rumos do ar, recebeu, com a sua Nação, gentilíssimas homenagens do comandante Franco e do país de que êste é tão glorioso filho. Já agora, das duas bandas da Península Madre, procriadora de Nações, o génio avoengo endereçou, por novas vias, o melhor de suas almas aos Descendentes delas. Portugal e a Espanha acham-se sagrados de novo, perante o mundo e pela revivescência da História, da glória de descobridores.

O «CABACEIRO»

MAIS uma vez esteve em perigo a rude, preciosa Tôrre das Cabaças, de Santarém, que inspirou a Ramalho Ortigão uma página deliciosa no *Culto da Arte em Portugal*. Mais uma vez a clássica incompreensão municipal, traindo os primordiais deveres da sua instituïção, ameaçou derruir um padrão admirável de pitoresco regional, vetusto e sempre vivo, tão integrado já na paisagem local que a sua demolição viria a ser a própria amputação da alma ambiente. A boçalidade ignara com que ainda se ousa considerar *pobres* certos monumentos cujo sentimento, vulto e expressão evocadora tanto caracterizam os lugares onde dir-se hia que brotaram, constitui, com-efeito, uma das anomalias portuguesas. Foi assim que em Coimbra, e por vontade camarária, se achou também em grave risco de demolição o lindo arco pequeno das portas de Almedina. E do mesmo modo que os *homens-bons* (a ironia do têrmo arcaico!) se preparavam em Coimbra para destruir a porta de tão saboroso aspecto, os de Santarém conspiravam contra o *Cabaceiro* — todos êles traidores como guardiães da Grei, e igualmente lastimáveis na sua misérrima cultura de cidadãos, portugueses e europeus. Mas, a-pesar-de tudo, entre nós estes atentados tornaram-se de execução mais difícil perante a opinião que se alarma e opõe resistências — o que significa um imenso progresso moral do espírito público.

ADOLFO BONILLA Y SAN MARTÍN

COMO membro da anfictionia do espírito europeu, *LVSITANIA* deplora o falecimento do insigne prof. da Universidade de Madrid, e comovidamente recorda que o seu último escrito, cujas provas ainda reviu, foi dedicado à nossa saüdosa Directora, com destino à *Miscelânea*, em via de impressão. Duma insaciável curiosidade, e servido por uma assombrosa capacidade de trabalho, a sua obra é extensíssima, não havendo um distrito das sciências do espírito em que o seu talento não pousasse: história da filosofia, filosofia, erudição e crítica literária, filologia, direito... Numa época de bárbara especialização, Bonilla raiou pelo universalismo seductor dos homens do século XVI; mas, se tão fulgurante actividade foi humana, a dispersão e brevidade da vida não lhe consentiram levar a cabo uma grande obra de unidade. Na sua bibliografia, que ultrapassa uma centena de escritos independentes, há, como na de Menéndez y Pelayo, cuja concepção unitária e cíclica da cultura peninsular partilhou, abundante messe de factos e juízos sôbre o génio por-

tuguês, pelo que não raro se tornou credor do nosso reconhecimento. E em especial, o estudioso da cultura lusitana não poderá desconhecer as monografias sôbre *Luís Vives y la filosofia del Renacimiento* (1903), *Fernando de Córdoba y los orígenes del renacimiento filosófico en España* (1911) e os dois vols. da *História da Filosofia Española* (1908 e 1911), de tão prometedor alcance e que lamentàvelmente ficou incompleta. Com D. Ramón Menéndez Pidal, Bonilla exprimia com profundidade e significação europeia um aspecto da inteligência espanhola. Por isso, Menéndez y Pelayo, mestre de ambos, os abrangeu no mesmo comovido amplexo espiritual, ao contestar ao eruditíssimo discurso de Bonilla sôbre *Fernando de Córdoba:* «... cuando recuerdo que por mi Cátedra han pasado D. Ramón Menéndez Pidal y D. Adolfo Bonilla, empiezo a creer que no ha sido inútil mi tránsito por este mundo, y me atrevo a decir con el Bermudo del romance, que «si no venci reyes moros, engendré quien los vencerá».

J. DE C.

«LERENO»

OS estudantes do Liceu de Rodrigues Lôbo, de Leiria, começaram a trabalhar no sentido de se elevar, naquela cidade, um monumento ao delicioso bucolista da *Primavera*, grande poeta e mestre eminente da prosa portuguesa. Temos assistido e desoladamente verificado os sucessivos desastres dos nossos monumentos, entre os quais o último, o do *Chiado*, assume proporções de inconcebível disparate, impossível de efectuar noutra capital que não em a nossa. Razão para mais aplaudirmos os escolares leirienses, sôbre-tudo quando se pensa em perpetuar a memória de Francisco Rodrigues Lôbo nas próprias margens do rio que o *pastor Lereno* tão melodiosa, maviosa e inspiradamente celebrou.

CURSOS DE FÉRIAS

A FACULDADE de Letras, da Universidade de Coimbra, promove de novo, nos próximos meses de Julho e Agosto, cursos de férias para estrangeiros, e cujos pormenores de realização se acham expostos numa brochura, ilustrada com gravuras da paisagem e monumentos coimbrões e prefaciada pelo ilustre professor A. Gonçalves. A tão interessante actividade pedagógica da Faculdade, principalmente desenvolvida, neste campo, pelo Dr. Mendes dos Remédios, muito honra êste distinto professor. E mestre Gonçalves, prefaciando a brochura de propaganda, demonstra, uma vez mais, como é fundo e perene o seu amor a Coimbra e também quanto

desassombrada a sua opinião de homem que luta até ao fim:

«Os monumentos arquitectónicos notáveis, de estilo românico e da Renascença, que aqui se expandiu a-par do manuelino, bem como os da restauração clássica, na mais alta e magnífica expressão da sua sobriedade e pureza, dariam a Coimbra foros de «cidade de arte» se a devastação tivesse sido menos perversa e brutal, no passado como *no presente*». Êste sublinhado é nosso. Noutro passo do seu pequeno prefácio, e referindo-se ao povo de Coimbra, o professor Gonçalves lastima que «instintivas vocações artísticas, estioladas ao abandôno», não sejam aproveitadas numa escola educativa de artes ornamentais. Nesta lástima o acompanhamos, com a tristeza de lhe não poder acudir.

T. S. F. E EDUCAÇÃO

COMEÇA a manifestar-se entre nós o gôsto da telefonia sem fios, que, já na vizinha Espanha, por exemplo, adquiriu desenvolvimento notável, patenteado nas suas estações emissoras e nos periódicos da especialidade.

Não cremos, porém, que em Portugal se consigam progressos apreciáveis neste maravilhoso e quanto educativo *desporto espiritual*, que já apaixona alguns dos nossos intelectuais, emquanto não fôrem reguladas, por parte dos amadores que os empregam, as manobras dos aparelhos receptores. Triste e novo indício de anarquia, invisível, mas violenta e funesta, é também o que se passa em Lisboa neste ramo modernissimo da vida contemporânea, tão estimado já hoje no mundo civilizado, e considerado em Inglaterra como de utilidade moral para a Nação. Mais, talvez, que a telegrafia das estações oficiais, os maus amadores inutilizam as audições dos que cumprem honestamente as suas obrigações na sociedade. E, como sintoma para somar aos outros, semelhante verificação é desoladora, no conjunto da nossa *educação pública*.

BIBLIOGRAFIA JAPONESA

RECEBEMOS os três primeiros fascículos do órgão da *Sociedade Bibliográfica do Japão*, no primeiro dos quais o Sr. Yoshimoto Okamoto, um dos seus redactores e antigo aluno do Curso de Português do prof. Abranches Pinto, discute e aclara a ortografia do nome de *Francisco Xavier*. No fascículo 2.º, o mesmo senhor refere-se à personalidade e às obras de Wenceslau de Morais, traduz capítulos relativos a Fernão Mendes Pinto e comenta as origens filológicas dos nomes *Cana-Bengala* e *Leque*. Entre as ilustrações figuram reproduções de capas de livros de Wenceslau de Morais, uma velha gravura de Nagasaki, onde tanto se fêz sentir a influência

dos Portugueses, e uma portada quinhentista da *Copia de diversas cartas de algunos Padres y hermanos de la compañia de Jesus. Recebidas el Año de mil y quinientos cinquẽta y cinco. De las grandes maravillas que Dios nuestro Señor obra em aumento de la Santa Fe Catolica, en las Indias del Rey de Portugal, y en el Reyno de Japon, y en la tierra del Brasil.* Etc.

«ILUSTRAÇÃO»

O NOSSO amigo Sr. J. Monteiro Aillaud representa em Portugal, pela sua cultura, documentada em dicionários de que é autor, pelas tradições da sua família e da sua casa, já secular, a nobreza da profissão de livreiro-editor. Acaba a Livraria Aillaud e Bertrand de lançar no mercado o quinzenário *Ilustração*, que pode vir a constituir bom elemento de educação e cultura de um público em verdade tão necessitado de publicações concebidas com seriedade e executadas com gôsto.

São estes os votos que fazemos, sinceramente desejando que a *Ilustração* os realize para bem da educação nacional — a obra ingente e urgente.

AUBREY F. G. BELL

DO nosso eminente amigo e colaborador, Sr. Henrique Lopes de Mendonça, e a-propósito dumas observações publicadas na Bibliografia do fascículo anterior, recebeu Agostinho de Campos a carta que a seguir, e com muito prazer, se estampa:

Meu prezado amigo

As linhas que, na secção bibliográfica da *LVSITANIA* (fasc. VIII), terminam a elucidativa notícia sôbre a antologia portuguesa do Sr. Aubrey Bell, suscitam-me uma breve aclaração em defesa da Academia das Sciências. É ela acusada, em conjunto com outras entidades oficiais, de «não terem ainda dado fé, nem da existência, nem, pelo menos, do valor» dos serviços prestados a Portugal pelo insigne lusófilo britânico.

Não os esquece a Academia, que ainda há anos enriqueceu o catálogo das suas publicações com uma excelente reedição da «Eufrosina», revista e anotada pelo Sr. Aubrey Bell. E se, prestando justa homenagem ao talento e à erudição do abalizado crítico, não pôde ainda manifestar o seu reconhecimento por forma mais convincente, estou em condições especiais para afirmar que essa falta não provém de uma desatenção, que seria quási criminosa, por antipatriótica, e contraproducente, pois que significaria menosprêzo por uma camaradagem, honrosamente apreciada, estou seguro disso, por todos os sócios da douta corporação.

Apelo para os seus conhecidos sentimentos de justiça, meu caro Dr. Agos-

tinho de Campos, na esperança de que revogue a sua sentença condenatória, o que lhe agradeço desde já como

Adm.or e am.o obrg.o

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.

MÚSICA PORTUGUESA

RUY Coelho realizou ùltimamente em Madrid um concêrto, promovido pelo ministro de Portugal, sr. Melo Barreto, e que obteve excelente acolhimento. Ao concêrto gentilmente se dignou assistir S. M. a Rainha de Espanha. O programa era todo composto de peças escritas pelo compositor português, que dirigiu a orquestra. O êxito de Ruy Coelho honra a nossa música, e com êle nos regozijamos.

A «TÔRRE-DE-ANTO»

A VELHA Tôrre da rua de Sub-Ripas, de Coimbra, preciosa sobrevivência da muralha medieval da cidade, adquiriu nova fama e prestígio desde que António Nobre lá morou, a baptisou com a abreviatura do seu nome (Tôrre-de-Anto) e a envolveu no encanto, já hoje lendário, da sua vida e dos seus versos.

O sr. dr. Alberto d'Oliveira, que como estudante residiu na Tôrre-de-Anto, logo depois do poeta do «Só» e por delegação dêle, voltou há tempos a arrendá-la, alojou nela a sua livraria, e ali passa com enlêvo alguns dias de férias, sempre que o seu exílio profissional lho permite.

Ùltimamente também, e com muito acêrto e oportunidade, mandou colocar na fachada da Tôrre, no lugar de honra que lhe competia, a seguinte inscrição, destinada a assegurar a continuïdade de uma tradição e de um nome já agora inseparáveis daquela pinturesca e evocativa residência:

ESTA TÔRRE-DE-ANTO FOI ASSIM CHAMADA POR ANTÓNIO NOBRE, O GRANDE POETA DO «SÓ», QUE NELA MOROU E A CANTOU NOS SEUS VERSOS.

Consta-nos também que a delegação coimbrã do Conselho de Arte e de Arqueologia propôs ao Govêrno que a Tôrre-de-Anto seja declarada monumento nacional, o que por todos os motivos nos parece igualmente da mais sensata oportunidade.

«A BAIXELA GERMAIN DA ANTIGA CÔRTE PORTUGUESA»

O GRUPO dos *Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga* acaba de juntar às suas publicações a monografia escrita pelo falecido e ilustre amador de arte, o Marquês da Foz, acêrca da preciosíssima baixela.

MARGINALIA

O manuscrito tinha sido entregue pelo autor aos *Amigos do Museu*, para o fim da publicação, que só agora, por diversos motivos, se pôde efectuar. O valioso e documentado estudo, que abre com uma carta ao director do Museu, vem, porém, na hora própria. A êle nos havemos de referir com a largueza que merece. Desejamos apenas, por agora, acentuar a importância desta monografia, enriquecida com documentos inéditos, copiados nos arquivos franceses, e ilustrada com gravuras das principais peças.

FRANCISCO DE LACERDA

O ILUSTRE professor dirigiu recentemente, em várias cidades de França, e depois em Paris, a grande *Paixão* de Bach, com duas orquestras e dois coros.

Esta nova jornada de arte tem sido coroada do melhor êxito. Nas capas dos programas dos seus concertos, Lacerda fêz imprimir gravuras de quadros religiosos da escola portuguesa.

AZULEJO

NO pequeno e lindo prédio quinhentista da Rua dos Cegos, incluído entre os belos desenhos da *Lisboa Velha*, de Roque Gameiro, via-se, há poucos anos, um painel de azulejo que representava uma custódia. A proporção dêste painel, sàbiamente conjugada com a da fachada, a mancha da sua côr sôbre a cal, e até a sua colocação na esquina do prèdiozinho venerável, tudo fazia com que êle fôsse precioso *nesse lugar*, do mesmo modo que, mudado de aí, certo perderia o valor. ¿Quem haveria cometido a estúpida acção de o comprar e fazer arrancar?

Eis um curioso, típico exemplo de pseudo-amor de arte e folclore; a malfeitoria dum falso intelectual. Cumpriria agora recolocar no mesmo sítio um painel idêntico ao antigo, o que viria a constituir uma gentil iniciativa da Associação dos Arqueólogos.

MOMBAÇA

NA *Illustration* (17-IV-26) publica o sr. J.-A. Sauzey as muito interessantes notas da sua notável viagem, realizada do Oceano Índico ao Atlântico, através de África. Do capítulo de Mombaça transcrevemos com gôsto estes períodos evocadores: «Çá et là, distribuées au hasard des tournants, des maisons portugaises à plusieurs étages, aux volets peints de conleurs vives, dressent leurs façades blanches. De vielles portes, curiensement ornées d'énormes clous de cuivre, viennent évoquer les temps

lontains de l'occupation portugaise et le maintien des traditions architecturales. Sur cette ville étrange où blancs, noirs, Hindons, voisinent et se coudoient, où les tribus les plus lointaines, les races les plus diverses sont répresentées, sur cette ville, vieille de plusieurs siècles et riche de passé, veille la masse sombre de la citadelle. Au sommet d'une petite colline adosée à la ville et faisant face au bras de mer qui entoure l'ile de Monbassa, la citadelle campe, solide et trapue, la masse de ses murs gris, dorés, plaqués çà et là de taches rougeâtres. Avec la nuit qui arrive, elle semble plus imposante et plus tragique encore, cette forteresse qui vit couler tant de sang.

L'ombre de Vasco de Gama revit dans ces pierres et, dans l'obscurité, sons la lumiére bleutée d'une lune énorme qui se lève, decoupant les silhouettes noires des palmiers gigantesques, l'esprit évoque les temps lointains. Sur la berge en contre-pas qui viennent lécher les vagnes, les vieux canons sont toujours là. Rongés par la rouille et l'air marin, ils dorment d'un sommeil du plusieurs siécles. Ces côtes, qui entendirent tonner leurs voix sonores, encâdrent de verdure ces derniers vestiges des époques heroïques. Sur ces eaux, où croisaient jadis les légères caravelles portugaises venues par le Cap de Bonne-Espérance, de la lointaine Europe, brille, par intermittence, le feu clair d'un phare distant.»

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

ESTAMOS preparando o fascículo que será consagrado à ilustre e querida Memória da Senhora cujo nome continua a iluminar a portada desta Revista. Honrar-nos hemos, entre outras, com as distintíssimas colaborações estrangeiras dos professores Meyer-Lübke e Menéndez Pidal. Inseriremos a Bibliografia composta pelo Dr. Moldenhauer, a única completa e feita de colaboração com a autora. Nesse fascículo serão publicados diversos documentos iconográficos, preciosos e inéditos.

AS «BARCAS» DE GIL VICENTE

CONTENTA-NOS de modo especial esta boa-nova de alta literatura: — o Sr. Aubrey Bell verteu para a língua inglêsa a trilogia vicentina das *Barcas*.

Entre os serviços preciosos que o eminente professor tem prestado às nossas Letras, por certo que êste há de ficar entre os mais belos.

Na linguagem de Shakespeare, o imortal trovador dramático português vai expandir, com o seu génio, o génio da pátria que no seu Teatro vive, e onde o nosso povo *plenamente respira*, conforme o dizer de Menéndez y Pelayo. Quando a ver-

são em versos inglêses se estampar, a êste trabalho teremos a honra de fazer a referência que êle tão avultadamente merece.

O DICIONÁRIO DA LÍNGUA NO BRASIL

NA Academia Brasileira de Letras pronunciou recentemente o eminente escritor e professor, sr. dr. Silva Ramos, um discurso notável em defesa da ortografia nacional portuguesa. No final desta oração erudita e cheia de bom conselho, o sr. dr. Silva Ramos resumiu dêste modo:

« A Academia que, pesa-me dizê-lo, tão versátil se tem revelado nesta matéria, vai, ainda uma vez, deliberar sôbre o assunto. Rogo-lhe, exoro-lhe, obsecro-lhe que medite na autoridade que os dicionários académicos sempre tiveram no meio scientífico, para que o nosso se não mostre em contradição com o que o mundo inteiro já sancionou, com fundamento em razões de alta filologia e lingüística, e não por considerações de ordem inferior.

Pela minha parte, ficarei onde sempre estive, convencido entranhadamente de que a língua de Gonçalves Dias, de José de Alencar, de Machado de Assis é a língua de Camões, de Vieira e de Camilo Castelo Branco ».

PROF. E. PRESTAGE

PASSOU últimamente alguns dias em Lisboa o nosso eminente amigo, prof. Edgardo Prestage, do *King's College*, de Londres. Tantas são as benemerências que as Letras portuguesas devem ao ilustre lusólogo, tão fecundo e fiel o seu amor a Portugal, que *LVSITANIA* se honra em, uma vez mais, apresentar as suas sinceras saüdações ao biógrafo de D. Francisco Manuel e autor de outras diversas obras tão profundamente valiosas para os Estudos nacionais.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES

FOI eleito sócio da douta Academia Brasileira de Letras êste nosso eminente colaborador, grande cidadão, exemplo de bons Portugueses e mestre venerado em cuja modelar seriedade, sobre-humana erudição e inteligentíssima diligência o verdadeiro Portugal confia e espera, para que o génio de Camões um dia brilhe íntegro sôbre nós, desanuveado de erros, incertezas e intrusões que transtornam o gôzo da sua lírica, assim como já devemos ao seu benemérito labor conclusões definitivas, que nos permitem o estudo fácil e a interpretação cabal da Epopeia.

Camões é (e será cada vez mais) o traço de união cada vez mais forte entre as duas pátrias de língua portuguesa. Dêle disse há 23

anos o académico brasileiro Salvador de Mendonça: «Estamos em casa de Camões... Não expirou com a Pátria o cantor dos Lusíadas; mas, salvando-a em suas estrofes imortais, trouxe-a fulgurante da luz do seu estro pelas idades afora, e deu-lhe alma para, a um tempo, quebrar na Europa o jugo da Espanha e expulsar do Brasil os Holandeses... E se já não somos o Reino-Unido de Portugal e Brasil... podemos, com a íntima fraternidade dos ânimos libertos das leis naturais, considerar-nos ainda a República Unida das Letras Portuguesas.»

O cidadão mais típico dessa República Unida é actualmente o dr. José Maria Rodrigues. E a ninguém, portanto, como a êle, cabia hoje, em Portugal, a grande honra que a Academia Brasileira de Letras acaba de conferir-lhe, honrando-se ao mesmo tempo a si própria.

A. DE C.

OS PAINEIS DE SÃO VICENTE

O PRÓXIMO fascículo desta Revista será consagrado aos Painéis de São Vicente, por Nuno Gonçalves. A colaboração principal será assinada por José de Figueiredo, Dr. Jaime Cortesão, Reynaldo dos Santos, professor L. Freire e professor Bashford Dean. Daremos, como ilustrações, além de reproduções de vários quadros e desenhos italianos, espanhóis e portugueses, em que o mesmo Santo é representado, e de um desenho e fotografia duma capela da Sé de Lisboa, gravuras dos Painéis e de outras tábuas da Escola portuguesa, nas quais se revela e prolonga a influência do genial primitivo, consagrado no mundo inteiro.

«ARTE PORTUGUESA»

TEMOS já prestado ao Sr. Marques Abreu os justos louvores que são devidos às suas qualidades de visão e de técnica, como fotógrafo-artista, romeiro apaixonado dos nossos lugares de Arte; e também acentuaremos a sua benemerência como editor que tem servido a cultura nacional com sinceridade, sentindo e amando os assuntos em que trabalha.

Do Sr. Marques Abreu acabamos de receber o n.º 1 da nova série, de pequeno formato e preço muito reduzido, da *Arte Portuguesa*, com texto do Sr. Carlos de Passos e consagrado às igrejas portuenses da Catedral, Santa Clara, São Francisco e Cedofeita. Os próximos volumes desta série serão consagrados a Braga e Vila do Conde. Êste volume, o do Pôrto, contém quarenta clichês fotográficos de verdadeiro interêsse e beleza. A esta série faremos desenvolvida referência, em ocasião oportuna, na Bibliografia, ocupando-nos então dos textos que a acompanham.

MARGINALIA

HOMENAGEM A VELOSO SALGADO

ALUNOS, antigos discípulos amigos e admiradores dêste mestre ilustre do *ar livre*, inauguraram no *atelier* do pintor, entre palavras de amizade e flores, um medalhão com o perfil do artista, um dos mais queridos e consagrados da pintura portuguesa contemporânea.

LVSITANIA fez-se representar nesta pequena festa íntima, de emoção e respeito, por um dos seus secretários.

«LVSITANIA»

COM o presente fascículo, conclui a nossa Revista o seu volume III, para a encadernação do qual se poderão adquirir capas, de carneira inteira, com ferros especiais, na Livraria Aillaud, sede da nossa administração.

Lembramos de novo que não faremos reïmpressão de fascículo algum, e que dentro em breve apenas serão vendidos volumes da nossa Revista, e não fascículos separados.

Ao concluir o seu volume III, *LVSITANIA* cumpre o dever e tem a honra de saüdar os seus ilustres colaboradores, verificando que o acolhimento do público português e o incitamento da intelectualidade estrangeira asseguram a firme continuïdade da nossa obra.

No presente fascículo incluem-se o índice do volume III e os frontispícios para encadernar com os três volumes da *LVSITANIA*.

A COLABORAÇÃO DA «LVSITANIA»
É SEMPRE SOLICITADA





SOMMAIRE DU NUMÉRO 9

LA DÉCOUVERTE PRÉ-COLOMBINE DE L'AMÉRIQUE DU SUD PAR LES PORTUGAIS, par M. JORDÃO DE FREITAS, Directeur de la Bibliothèque d'Ajuda.

ON sait l'insistance des négociateurs de Jean II au traité de Tordesillas (1494) pour obtenir que la ligne de démarcation entre les possessions portugaises et espagnoles fût reportée deux cent soixante-dix lieues plus à l'ouest : cette insistance, qui eut pour résultat de faire entrer le Brésil dans la zône portugaise, ne fut certainement pas fortuite. Elle constitue une forte présomption en faveur de la thèse selon laquelle les Portugais auraient connu bien avant 1500 le saillant oriental du continent américain. Henry Vignaud dans son livre sur *Americ Vespuce* (Paris, 1917) admet que Duarte Pacheco, auteur de l'*Esmeraldo de Situ Orbis*, précéda Cabral au Brésil.

Un document nouveau est apporté au débat par M. Jordão de Freitas. Il a trait au procès pendant en 1538-39 devant le tribunal mixte de Bayonne entre Bertrand d'Ornessan, Baron de Saint Blancard, et six portugais, par suite de la descente opérée à Pernambouc, en 1532, par le navire marseillais *La Pèlerine*. Les Archives Nationales de la Tôrre do Tombo conservent la réponse des Portugais au libelle d'accusation de Saint Blancard. Aux termes de ce document, la forteresse portugaise de Pernambouc, en 1532, était construite «depuis trente ans et plus», et ce port, ainsi que le château où était installée la factorerie, «était habité par les portugais qui y avaient leur demeure depuis quarante ans et plus». Ce qui reporte à 1491, au plus tard, le premier établissement des Portugais á Pernambouc.

L'HOMME TERTIAIRE EN PORTUGAL, par M. MENDES CORRÊA, Directeur de l'Institut d'Anthropologie de la Faculté des Sciences de Porto.

LA question de l'homme tertiaire, posée en 1880 au Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques de Lisbonne, va-elle se rouvrir? Les silex exhumés à Ota (Alenquer) par Carlos Ribeiro, n'avaient par été considérés unanimement comme attestant l'utilisation de la pierre par des êtres humains (ou presque humains) à une époque antérieure au paléolithique. Si beaucoup les rapportèrent à une humanité *éolithique*, remon-

tant à l'âge tertiaire, d'autres se refusèrent à voir dans les *éolithes* autre chose que des produits des forces mécaniques. La principale objection contre l'existence de l'homme tertiaire est l'absence d'ossements humains au voisinage des éolithes.

Cette objection serait-elle levée par la découverte récente d'ossements et de silex faite en terrain miocène par M. Hipólito da Costa Cabaço, dans sa propriété de Val das Lages (Ota) ? M. Mendes Corrêa se l'est demandé. Pourtant l'analyse chimique des ossements trouvés révélait un pourcentage de matière organique atteignant 18 et 20 %, ce qui rendait suspecte leur origine tertiaire. Mais une étude méthodique, sur le terrain, s'imposait. Des fouilles furent faites, du 8 au 11 Août 1925, par M. Mendes Corrêa, avec la collaboration de M. Joaquim Rodrigues dos Santos Junior, Assistant de l'Institut d'Anthropologie de Porto, et de M. Romão de Sousa, du Service Géologique de Portugal. Des ossements apparurent, mais aussi, parmi des silex éclatés, trois silex trapézoïdaux et une hache polie : pièces appartenant évidemment à l'industrie du neolithique ancien. Seul un remaniement du terrain pouvait expliquer leur présence dans un étage tertiaire. M. Mendes Corrêa et ses collaborateurs purent profiter de leur séjour dans la région d'Ota pour recueillir, le long d'une tranchée ouverte pour des travaux d'adduction d'eau, un grand nombre de silex analogues de tout points aux *éolithes* de Ribeiro et de Nery Delgado : certains ont pu être détachés par la pioche des terrassiers ; le façonnement de beaucoup d'autres est certainement contemporain des strates de miocène lacustre où on les recontre. Mais l'absence d'une morphologie typique et le manque de retouches rendent impossible d'affirmer qu'on est en présence de pierres intentionnellement taillées. Quant à l'Homme de Vale das Lages, s'il ne remonte pas au tertiaire, c'est du moins pour les Portugais un ancêtre aussi lointain et aussi vénérable que l'Homme de Muge.

JOÃO DIAS DE SOLIS, Pilote portugais, par M. LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coïmbre.

DÈS 1897, M. José Toribio Medina *(Juan Diaz de Solis*, Santiago du Chili, 2 vol.), considérait Dias de Solis comme portugais et non espagnol. Si M. Luciano Pereira da Silva revient sur ce point, c'est que certain savants. comme M. Pulido Rubio, ne tiennent pas les preuves de Medina pour concluantes. Tous les doutes tomberont devant les documents qui, inconnus de l'érudit chilien, viennent corroborer son argumentation. C'est d'abord un passage des *Commentaires du grand Afonso de Albuquerque*, passage signalé par M. Ant. Baião dans la préface de sa nouvelle édition (Coimbra 1922),

et d'où il ressort que le pilote João de Solis, en 1506, s'était enfui en Castille après avoir tué sa femme. On connaissait déjà, à la date de 1495, l'existence d'un pilote nommé João Dias, réfugié en Espagne après avoir volé une caravelle du roi de Portugal revenant de la Mine. Mais si identification de ce pilote avec le célèbre Solis ne s'impose pas absolument il n'en va pas de même de celui que mentionne Albuquerque. Car les lettres écrites à son sujet au roi Emmanuel par son ambassadeur en Espagne, lorsqu'il fut question de l'envoyer à Malacca pour la démarcation des possessions castillanes (1512), sont complétées par une lettre du roi Emmanuel lui-même, publiée en 1907 par Eugénio do Canto, et protestant auprès de Ferdinand contre l'envoi à Malacca de « Joham Diaz, pilote portugais » qui «depuis des années est banni et fugitif de mes Royaumes pour ses délits qui l'exposent à la peine capitale ». L'expédition où Solis trouva la mort (1515-16), et qui toucha aux côtes brésiliennes, fut, en 1517, l'objet d'une ultime réclamation du roi de Portugal, et à ce propos la nationalité portugaise du pilote est une fois de plus confirmée, à la fois par une cédule royale espagnole, et par la chronique de Damião de Goes (lequel déforme Solis en Golis). Le nom de Solis a fait considérer le navigateur tantôt comme originaire des Asturies tantôt comme naturel de Lebrija. Des documents trouvés par M. Ant. Baião attestent l'existence, au XVIe siècle d'une famille de Solis dans la ville de Monção (Minho).

Les Espagnols donnèrent d'abord le nom de Solis au grand fleuve dont il avait découvert l'embouchure. Il curieux que le nom actuel de Fleuve de l'Argent (Rio de la Plata) lui ait été donné par les Portugais. C'est ce qui ressort clairement d'une lettre écrite par l'Impératrice Isabelle à l'ambassadeur espagnol en Portugal, le 17 Février 1531, et conservée aux Archives des Indes, à Séville: «... le fleuve de Solis », dit la souveraine, « que les Portugais appellent Fleuve de l'Argent...».

UNE CHRONIQUE PORTUGAISE INCLUSE DANS LES CHRONIQUES DE FROISSART, par M. JAIME CORTESÃO, Directeur de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne.

LE livre III des *Chroniques* de Froissart s'occupe ionguement de la révolution qui, en 1383, mit le Maitre d'Avis sur le trône de Portugal et fut confirmée par l'éclatante victoire d'Aljubarrota sur les Espagnols. Plus exactement Froissart en traite à deux reprises, et dans un esprit bien différent. C'est que le chroniqueur, se trouvant à Valenciennes, eut l'idée d'aller à Bruges, alors métropole du commerce des Flandres avec les pays méridionaux, pour entendre la version portugaise

de ces évènements, qu'il avait relatés d'après des versions gasconnes et espagnoles. Les Portugais de Bruges lui signalèrent l'arrivée à Middelbourg en Zélande, d'un «chevalier de Portingal, vaillant et sage homme, et du conseil du roi de Portingal», qui se rendait en Prusse. Froissart put entendre de la bouche de «Massire Jean Ferrant Perceck» (João Fernandes Pacheco) un récit minutieux poussé jusqu'à la date de 1390: «et si doucement et si arréement le me contait, et tant volontiers, que je prenais grand plaisance à l'ouïr et à l'escripre». C'est donc sous la dictée de ce témoin précieux, intimement mêlé aux faits qu'il raconte, que Froissart a écrit son deuxième récit, souvent plus complet que celui du chroniste Fernão Lopes. M. Jaime Cortesão a jugé utile de reproduire ce texte. Il rectifie en note les noms de personnes, transcrits d'oreille par Froissart sous des formes qui suffiraient à prouver qu'il les a entendus d'une bouche portugaise.

UNE LETTRE DU VICE-ROI DE L'INDE Á L'EMPEREUR DU JAPON, par M. PEDRO DE AZEVEDO, Conservateur à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne.

REPRODUCTION d'une Lettre de créance, enluminée par un miniaturiste européen, et présentée le 8 Janvier 1591 à l'Empereur Quambaco Toiotomi Ideioxi par le P. Alexandre Valignano, envoyé du Vice-Roi de l'Inde: important témoignage sur l'intimité des relations du Portugal avec le Japon avant que celui-ci ne réagit vigoureusement aux influences occidentales en leur fermant ses portes. Le document a déjà été reproduit dans la *Revista de História* (t. IX, p. 24) où il est acompagné d'un article de M. César de Sousa Mendes, d'après un important ouvrage japonais: *Narubaqui* (Récits des Barbares du Sud) de M. Niimura.

SUR LA «DÉCADENCE» ET L'«IGNORANCE» DE L'ESPAGNE, par M. AGOSTINHO DE CAMPOS, Directeur de la collection *Antologia Portuguesa*.

LE livre de M. Aubrey Bell sur «Luís de Léon, Study of the Spanish Renaissance» (Oxford 1925), où est brillament plaidée la cause (chère à Menéndez y Pelayo) de la «Science espagnole», est pour M. Agostinho de Campos le point de départ de réflexions ironiques et sages. Quand on parle de l'ignorance, de l'Espagne, s'agit-il d'une Espagne ignorante ou d'une Espagne ignorée? Et suffit-il d'opposer au présent d'un peuple la phase la plus

brillante de son passé pour conclure à son irrémédiable déchéance? La vie se moque, fort heureusement, de ces diagnostics soi-disant historiques. Au reste on oublie trop souvent que l'apogée d'une civilisation ne coïncide pas nécessairement avec l'apogée politique du peuple qui l'a créée.

UN ASTROLABE DU XVIIe SIÈCLE, par M. LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coïmbre.

L'ASTROLABE que reproduit M. Pereira da Silva, instrument plus simple et plus récent que celui de la Société de Géographie de Lisbonne, semble être comme lui de fabrication flamande. Il a appartenu à un moine de Santa Cruz de Coïmbre. L'astrolabe était couramment employé dans les monastères pour la détermination de l'heure, le jour d'après la hauteur du Soleil, et la nuit d'après la position de la petite Ourse. Cette pratique donne à M. Pereira da Silva l'occasion de commenter une phrase difficile de *Don Quichotte* (1ère partie, Chap. XX. Episode des foulons).

LE POEME DU CID. Adaptation, en prose portugaise, de la geste castillane du XIIe siècle: Cantar de Mio Cid (Suite).

EPISODE du barbare affront infligé aux filles du Cid par les Infants de Carrion, leurs maris, dans la forêt de Corpes.

BIBLIOGRAPHIE.

Importantes études de M. Joaquim de Carvalho sur le «Marran» Uriel da Costa, à propos de la récente traduction française de l'*Exemplar humanae vitae;* de M. J. Lucio d'Azevedo sur l'*Histoire des Juifs portugais d'Amsterdam* de J. S. da Silva Rosa; de M. Luciano Pereira da Silva sur *La Conquête des routes Océaniques d'Henri le Navigateur à Magellan,* le beau livre de M. Carlos Pereyra récemment traduit en français par M. Robert Ricard; de M. Camara Reys sur les *Mémoires de la vie diplomatique* de M. Alberto de Oliveira, dont la *LVSITANIA* reproduit de très intéressantes pages sur le rayonnement du Portugal dans l'Amérique espagnole; de M. António Sérgio sur *La Prise et l'Occupation de Ceuta* à propos du livre de M. Jaime Cortesão où il voit un pas décisif vers l'adoption de son interprétation économico-sociale de cette expédition africaine; de M. Agostinho de Campos sur le livre consacré

par M. Edgar Prestage aux *Relations diplomatiques du Portugal avec la France, l'Angleterre et l'Espagne de 1640 à 1668; Poésie, récitation, civisme et idéalisme,* commentaires de M. Agostinho de Campos sur l'art de Berta Singermann; études de M. Vieira de Campos sur la *Correspondance* d'Eça de Queirós; de M. Vieira de Almeida sur une thèse de doctorat (M. Serras Pereira: La thèse scolastique du composé humain) qui lui fournit l'occasion d'une salutaire leçon de méthode; de M. Ferraz de Carvalho sur la traduction espagnole de Suess: *La face de la Terre;* de M. Reynaldo dos Santos sur la monographie de J. A. Ferreira: *Les tombeaux de Santa Clara de Vila do Conde* et sur le premier fascicule d'une série d'*Art portugais* (I. Pôrto: la Cathédrale, Eglises de Santa Clara, S. Francisco et Cedofeita).

MARGINALIA.

La traversée de l'Atlantique par les aviateurs espagnols — Hommage à la mémoire de D. Adolfo Bonilla y San Martín — Cours de vacances pour les étudiants étrangers à l'Université de Coïmbre. — Bibliographie japonaise. — La vaisselle Germain de l'ancienne Cour de Portugal (monographie éditée par les Amis du Musée National d'Art Ancien). — Concerts dirigés en France par le Maitre Francisco de Lacerda. — Un français à Mombaça. — La trilogie des *Barques,* de Gil Vicente, traduite en anglais par M. Aubrey Bell. — Le Professeur E. Prestage à Lisbonne. — M. José Maria Rodrigues, l'éminent professeur d'Etudes Camoniennes de l'Université de Lisbonne, élu membre de l'Académie Brésilienne.

La *LVSITANIA* a en préparation deux fascicules, l'un consacré aux Triptyques de Saint Vincent, de Nuno Gonçalves, l'autre dédié à la mémoire de sa regrettée directrice Mme Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

ILLUSTRATIONS

LA SAINTE FAMILLE, par ALBERT DÜRER. Tableau appartenant à une collection particulière de Berlin. Commentaire de M. JOSÉ DE FIGUEIREDO, Directeur du Musée National d'Art Ancien.

CETTE *Sainte Famille,* de Dürer, signée et datée de 1509, est publiée d'après une photographie prise avant que le tableau fût « complété » pour être vendu à un riche amateur allemand. L'œuvre est-elle inédite? En tout cas elle n'a jamais été reproduite dans son état an-

cien, telle qu'elle était avant de quitter le Portugal. Son histoire, aisée à reconstituer, est garante de son authenticité. La *Sainte Famille* et le *Saint Jérôme* du Musée National d'Art Ancien de Lisbonne appartenaient, jusqu'en 1878, au dernier représentant des Almadas de la *Casa da India*. Or il y a bientôt un demi-siécle que M. Joaquim de Vasconcellos a attiré l'attention sur les relations d'Albert Dürer avec Ruy Fernandes, facteur du roi de Portugal à Anvers, à qui le peintre (il le note, en 1521, dans son *Tagebuch*) fit don de l'admirable *Saint Jérôme*. M. de Figueiredo suppose avec beaucoup de vraisemblance que le facteur Ruy Fernandes est le même personnage que Ruy Fernandes de Almada, ambassadeur de Portugal en France de 1537 à 1538. Ainsi la tradition selon laquelle la *Sainte Famille* aurait été apportée à Lisbonne par Rodrigo (ou Ruy) Fernandes de Almada, ambassadeur de D. João III en France, serait pleinement vérifiée. Ce tableau est l'unique peinture à l'huile de Dürer que l'on conserve de l'année 1509. La tête de la Vierge, d'une spiritualité rarement atteinte par le pinceau du grand réaliste, lui donne un exceptionnel intérêt. Dürer avait exécuté la même année le panneau central, aujourd'hui détruit, d'un retable destiné à orner l'autel de S. Thomas dans l'Eglise des Dominicains de Francfort-sur-le-Mein. Le Musée de Francfort en conserve une copie par Jobst Harrich, d'après laquelle M. de Figueiredo incline à croire que le modèle de la Vierge fut le même que pour la *Sainte Famille*.

LA VAISSELLE GERMAIN, par M. JOSÉ DE FIGUEIREDO, Directeur du Musée National d'Art Ancien.

LA précieuse monographie du Marquis da Foz sur la vaisselle de l'ancienne Cour de Portugal parait, avec un retard de dix ans, au moment même où les plus belles pièces de cette collection unique sont offertes à l'admiration des amis de l'art, dans la salle installée tout exprès pour elles, au Musée des Janelas Verdes, par les soins de M. de Figueiredo. L'éminent directeur du Musée, aidé par son collaborateur M. Luis Keil, a pu procéder à l'étude des marques dont sont signées ces pièces, et ce travail renouvelle certaines attributions couramment admises. Les seize statuettes de vermeil où s'exprime avec tant de grâce le goût français du milieu du XVIIIe siècle (jusque dans sa mode d'exotisme que représentent les deux personnages chinois), ne sont pas l'œuvre d'Edme-François Godin, comme l'avait supposé trop vite le Marquis da Foz, interprétant un document relatif à leur commande par le Duc d'Aveiro. Elles sont signées A. N. C., initiales qui ne peuvent être que celles du maitre orfèvre Ambroise-Nicolas Cousinet. Godin ne fut, en l'occurrence, qu'un intermédiaire. D'autres attributions consacrées par

l'important ouvrage de Germain Bapst sont également à rectifier. Certains candélabres, attribués à François-Thomas Germain, portent le poinçon de Louis-Thomas Lehendrick, et, par leur date (1757-58), semblent pouvoir être identifiés avec certaines pièces de la commande faite à Godin. Dans le nécessaire de toilette, le plus harmonieux ensemble de François-Thomas, il y a un objet (les mouchettes) qui ne porte pas le poinçon de cet artiste, mais bien ceulx de Pierre Germain et d'un orfèvre inconnu qui signe A. D. Diverses pièces de la vaisselle, entre autres les quatre seaux à glace, sont marqués du poinçon de Robert-Joseph-Auguste, et portent les armoiries du comte de Povolide D. Luis da Cunha, pour qui elles durent être exécutée.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA